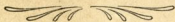
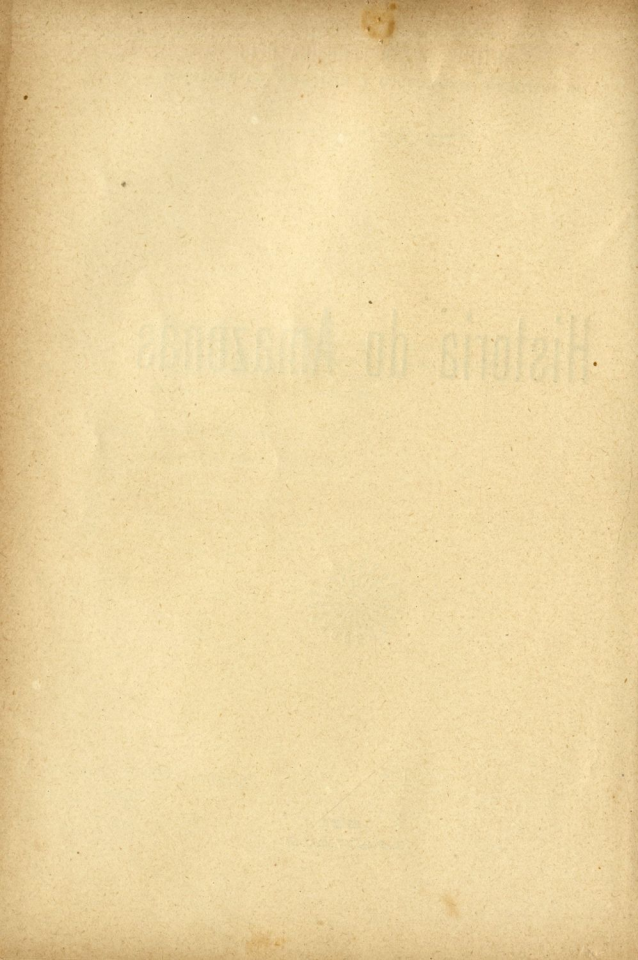
ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS
DO INSTITUTO GEOGRAPHICO E HISTORICO DO AMAZONAS

Historia do Amazonas

1931
MANÁOS

A' GERAÇÃO NÓVA DE MINHA TERRA, PARA EDUCAR-SE NO EXEMPLO DOS HOMENS QUE PASSARAM E TER FORÇAS AFIM DE BATALHAR PELO AMAZONAS, QUE COMEÇA A REDIMIR-SE AO CIVISMO DE ALVARO MAIA.

A GRAZIELLA DA SILVA REIS E IRIA DA SILVA REIS, QUE CONSTROEM A MINHA FELICIDADE.

A VICENTE TORRES DA SILVA REIS E EMILIA FERREIRA REIS, AOS QUAES DEVO A FORMAÇÃO DO MEU CARACTER.

Do mesmo autor:

O Povoamento do Amazonas. (Em preparo)
Diccionario Geographico e Historico do Amazonas. (Em preparo)
Historia da America. (Em preparo)
Historia do Brasil. (Em preparo)

Com Ferreira Sobrinho:

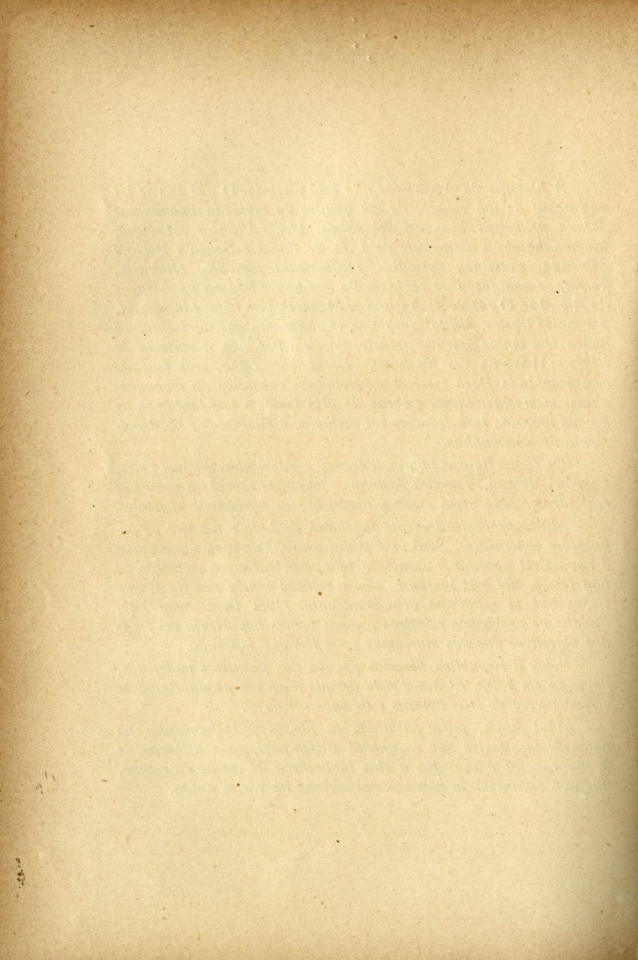
Historia do Acre. (No prelo)

A historia do Amazonas não está escripta. O que se vae ler não passa de um ensaio, de um quadro da evolução amazonense até os primeiros dias da Republica. Um ou outro estudioso, acompanhando a actividade de J. B. de Faria e Souza e Bertino Miranda, examinou episodios, reconstituiu periodos. Ninguem, porém, se abalançou ao conjunto do que houve hontem ás margens do Rio-Mar. O ensaio de Aprigio de Menezes, bem feito, é innegavel, foi muito ligeiro, muito synthetico. O panorama que apresentamos agora tem maior desenvolvimento. Explica, por isso, a audacia do titulo — HISTORIA DO AMAZONAS. *Certamente falho, mas traçado com probidade. Para escrevel-o, recolhemos subsidios em monographias, memorias, theses e obras de alto tomo, a que juntamos as nossas proprias investigações em archivos, bibliothecas e no depoimento de testemunhas.*

De certas figuras impressionantes — Ajuricaba, Samuel Fritz, Lobo d'Almada, Tenreiro Aranha — tentamos esboçar a obra que realizaram. Não seria justo escondel-as em trechos de capitulos.

Muito propositadamente deixamos de lado o relativo ás populações amerindias. Será uma falha grave. Parece-nos que ainda é impossivel abordar o assumpto sem perpetrar erros violentos. Si não temos, até este instante, nem a relação exacta das familias e tribus que se espalham pela Amazonia. Num livro como este, discutir os problemas relativos a essas gentes importaria em fugir aos objectivos que nos marcamos e em tornal-o massudo.

Sobre a Republica dizemos apenas dos primeiros momentos, parando em 1892. E' que é cedo demais para um pronunciamento sereno acerca de seus homens e de suas coisas...

Aqui ficam, para terminar, os nossos agradecimentos ao amazonista illustre que é Agnello Bittencourt, pela attenção de franquear-nos á consulta a rica bibliotheca de coisas da região, que vem organizando com especial carinho ha varios annos.

Antecedentes Historicos

A America entrou na historia com a aventura de Colombo, em 1492. Explorações anteriores a essa data, si realizadas, nada adeantaram, pois só se teve conhecimento positivo das terras atlanticas após a primeira viagem do grande navegador a serviço de Hespanha.

Portugal, empenhado na obra gigantesca de desvendar os mares, alargando os dominios da christandade e enriquecendo-se, só mais tarde teve o seu quinhão no Novo Mundo com a posse de Pedro Alvares Cabral, em terras da Bahia, no anno de 1500. Mas, desde o primeiro instante em que recebeu noticia do feito de Colombo, procurou acautelar os seus interesses de potencia maritima. Apresentou razões serias. Os seus direitos não podiam ser postos á margem. Os seus diplomatas movimentaram-se. Finalmente, Hespanha accordou, firmando-se entre as duas nações o tratado de Tordezilhas, em 7 de Junho de 1494.

Hespanha ficava com as terras descobertas a occidente de uma linha imaginaria, tirada de pólo a polo, e a setenta leguas das ilhas do Cabo Verde, cabendo a Portugal as que se descobrissem ao oriente.

Hespanha ganhava, assim, quasi toda a America. Ficavam-lhe, segundo as hypotheses dos nossos dias, «todo o Amazonas, quasi todo o Pará, todo o Matto-Grosso, quasi a totalidade de Goyaz, dois terços de São Paulo, parte de Minas, todo o Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul». O que cabia a Portugal não passava de uma nesga de terra á fóz do Rio-Mar.

* * *

Outros navegadores continuaram as pesquizas que Colombo iniciara. Vencendo os mares, chegaram tambem ás costas da America, explorando-as detidamente.

Em 1500, em Janeiro, Vicente Yanez Pinzon attingiu o Brasil, na altura de Pernambuco, visitando pouco depois o estuario do Amazonas.

Diogo de Leppe tambem pretendeu ter tocado no Brasil, mezes depois de Pinzon.

Rodrigo de Bastidas, Americo Vespucio, Juan de la Cosa, Alonso Niño correram a costa venezuelana.

Vasco Nunes de Balboa descobriu o Pacifico, Juan Dias de Solis tomou posse do Rio da Prata e Fernando Magalhães, a soldo de Hespanha, realizou uma viagem de circumnavegação ligando o Atlantico ao Pacifico pelo estreito que lhe leva o nome.

Reconheceu-se, em algumas decadas, todo o littoral que vae do golpho do Mexico, descendo pelo Atlantico e subindo pelo Pacifico talvez mais para cima, até a Baixa California.

A principio fixados nas Antilhas, onde deram inicio á obra de occupação, os conquistadores, ao cabo de alguns annos, passaram ao continente. Levas de homens atravessaram o Atlantico, sequiosos de fortuna. Fernão Cortêz descobriu o ouro dos Aztecas, no Mexico; Francisco Pizarro descobriu o ouro dos Incas, no Perú; Diogo de Almagro, Sebastião Benalcazar, Gonzalo Jimenez de Quesada e outros devassaram o interior do continente.

E com tal heroismo se houveram, que logo no primeiro seculo a colonização hespanhola estava espalhada de norte a sul da America.

Os conquistadores, homens do seu tempo, homens da Renascença, tinham defeitos. Tinham tambem qualidades que os redimen do quanto perpetraram de máo. Tudo aqui conspirava contra elles: clima, meio geographico, o indigena. Mas era preciso vencer. Os fins justificavam os meios de que se utilizaram.

Armados de coragem, vararam as selvas, arrostando mil perigos. Fundaram cidades, reconheceram a terra, povoaram-na, semeando a civilisação que haviam trazido.

* * *

A obra dos portuguezes foi mais vagarosa. Começou desanimada, porque não havia gente sufficiente no reino para mandar ao Brasil e á India empolgante.

As noticias, que chegavam nos primeiros annos da descoberta, não seduziam. O Brasil só produzia madeiras, papagaios e pouco mais; e a India dava ouro, pedras preciosas, riquezas e mais riquezas.

As primeiras expedições enviadas limitaram-se a verificar que Cabral se enganara quando pretendera ter descoberto uma grande ilha. Tentou-se depois o systema das capitanias hereditarias. O

ensaio fracassou seriamente. Só prosperaram os nucleos de São Vicente e Pernambuco, graças á acção dos respectivos donatarios, Martin Affonso de Souza e Duarte Coelho Pereira, que se mostraram á altura da missão que D. João III lhes confiou.

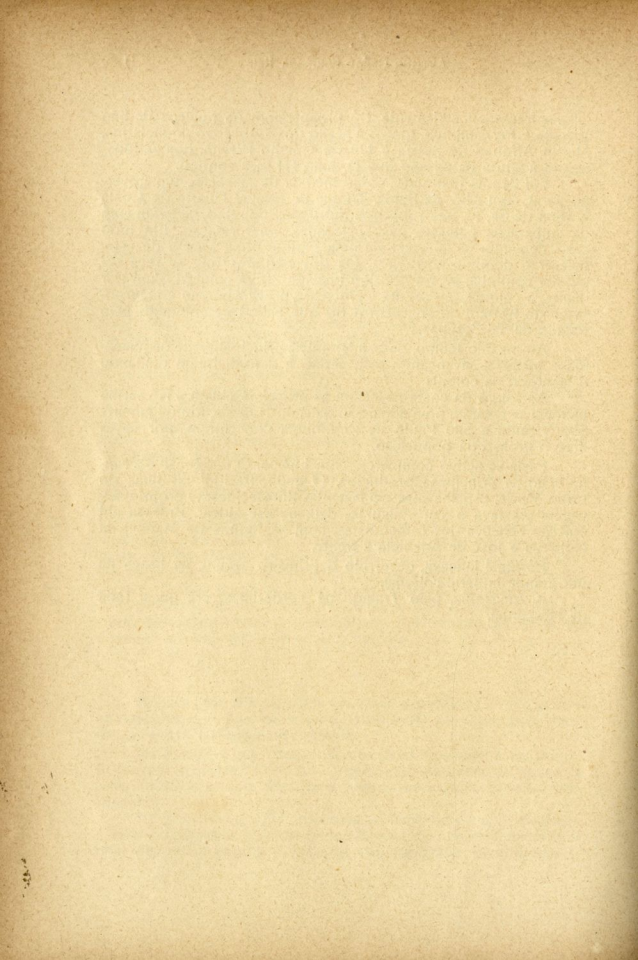
Foi depois instituido, como medida de salvação, um governo geral, com séde na Bahia. Thomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá, os tres primeiros delegados do reino, luctaram com os embaraços naturaes nas sociedades em formação. Em todo caso, deixaram os alicerces de uma grande obra, qual a de estabelecer o dominio portuguez. Os governadores que se lhes seguiram continuaram no trabalho iniciado. Teve começo, dahi por diante, a colonização segura e efficiente, procedendo-se á incorporação do norte e do sul, dentro do que estava determinado pelo tratado de Tordezilhas.

Ao mesmo tempo, os bandeirantes, principalmente os mamelucos paulistas, avançando pelo sertão a dentro, foram dilatando o territorio da colonia.

Ao longo da costa nasceram as primeiras cidades. No sertão tambem se crearam povoados. São Salvador, Olinda, Rio de Janeiro, São Vicente e São Paulo de Piratininga concentram, por esses dias, o grosso da população.

Fazia-se activo commercio com Lisboa. O páo brasil e a canna eram os principaes productos. O gado, trazido das ilhas do Cabo Verde, espalhava-se em fazendas florescentes. O proprio selvagem prestava o seu concurso, deixando-se aldear. Entrava ahi a acção benefica dos cathequistas, com as figuras de Manoel da Nobrega e José de Anchieta á frente.

Portugal lançava, decorrido o primeiro seculo, as bases de um grande imperio-colonial.

A Amazonia, pelo Tratado de Tordezilhas, era quasi toda de Hespanha.

A descoberta — Orellana e Ursúa

O tratado de Tordezilhas dera a Hespanha quasi todo o Novo Mundo. Portugal reservara-se apenas um quinhão na costa atlantica, quinhão que no primeiro seculo da descoberta cuidou em trazer ao seu dominio, gastando vidas e dinheiro na lucta com os estrangeiros que o cubiçavam.

Ficaram, assim, para os conquistadores hespanhoes, maiores responsabilidades, maiores fadigas, maiores trabalhos e tambem maiores e mais compensadores resultados porque tinham de incorporar uma area immensa, muitas vezes superior á portugueza. Nessa area, de tão vastas proporções, estava a Amazonia, que coubera no reparto á grande nacionalidade iberica, exclusive unicamente uma nesga na bocca do Rio-Mar, incluida no pedaço de Portugal.

Começaram, logo depois do ajuste e das noticias de que no Novo Mundo eram faceis as riquezas, as penetrações audaciosas no continente, revelando uma raça de tempera rija. A principio, pela costa atlantica, na America Central e nas terras povoadas por homens fortes, de cultura bizarra, os Aztecas. Depois, terminada a façanha de Fernão Cortez, que implantara a soberania de sua patria no Mexico, descoberto o Pacifico, o Mar del Sur daquelles dias agitados, pela faixa norte do mesmo Pacifico, de onde chegavam continuadas noticias de um paiz, o Birú, fartissimo em ouro.

Em 1532, Francisco Pizarro, homem de nenhuma illustração, soldado da fortuna, rude no trato mas cheio de energia, nascido para victorias, conseguiu desvendar o mysterio que rodeava aquelle trecho da America. Encontrou o ouro que buscava, muito ouro. Encontrou tambem uma gente valente, de civilisação admiravel que não poude comprehender. A terra desvendada era o Perú; o povo, o Inca.

Os hespanhoes estabeleceram-se logo em caracter definitivo naquelles novos dominios. Organizaram a administração publica

nos moldes de Hespanha. Francisco Pizarro, de inicio Gobernador, Capitan General y Adelantado del Perú, mais tarde Marquez, com poderes militares e politicos, era a autoridade suprema no territorio. Valia tudo a sua vontade.

A Amazonia comprehendia-se na zona sob seu governo. Até 1538 fechada á exploração, porque outros feitos occupavam os conquistadores, principiou, dahi por diante, a despertar attenção. Varias expedições se puzeram em marcha para penetral-a. Pedro de Candia e Pedro Anzurey de Camporrendondo tentaram explorar, em 1533, respectivamente, o Madre de Dios e o Beni. Allonso de Alvarado fundou, em Abril de 1539, a cidade que é hoje Chachapoyos, no valle do Marañon. Allonso Mercadello e o capitão Gomez de Alvarado estiveram, em 1539, no Huallaga.

São dessa época as informações sobre o Paiz da Canella. Além de Quito, para as bandas do oriente, fora do mundo incaico, havia uma terra rica na expeciaria que lhe dava o nome e se considerava das mais preciosas do Novo Mundo.

Sabidas por Francisco Pizarro, taes informações decidiram-no a mais essa aventura — a descoberta do Paiz da Canella, empreza que se lembrou de confiar a seu irmão Gonzalo. E entregando-lhe egualmente o governo de Quito, com o que se desfazia de uma provincia diminuindo-se as proprias obrigações de administrador, armou-o de meios para conseguir exito na façanha.

Gonzalo Pizarro [1] estava entre os Charcas, occupado na fundação da cidade do Prata. Chamado a Cuzco, por D. Francisco, concordou na jornada. Armou á propria custa, despendendo mais de noventa mil cruzados, duzentos homens, dos quaes cem a cavallo, tocando para Quito, a tomar conta da provincia. A caminhada foi aspera. Quinhentas leguas separavam Cuzco de Quito. A indiada, sempre disposta á lucta com os hespanhóes, não o poupou. Teve de enfrental-a, varias vezes atacado, vencendo em todos os encontros.

Em Quito, substituia o conquistador Sebastião Benalcazar, que se retirara, Pedro Puellas, de quem recebeu o governo. Entrou, então, a realizar os preparativos para a grande conquista, procurando augmentar o numero de seus companheiros.

---

(1) Gonzalo Pizarro era o terceiro irmão de D. Francisco, nascido no Trujillo, calcula-se que em 1511. Veio para a America em 1530, distinguindo-se nas luctas contra os Incas. Depois da jornada ao Paiz da Canella, pretendeu vingar a morte de D. Francisco. Em 1544, encabeçando um movimento de rebeldia dos encommendores do norte do Perú, veio a Lima. Acclamado governador, esteve nesse cargo até 1548, quando cahiu prisioneiro de Pedro de la Gasca, enviado de Carlos V. Condemnado a morte, foi executado e seus bens confiscados.

Francisco de Orellana, administrava a região de Santiago de Guayaquil, incluida na provincia de Quito. Apresentando-se a Gonzalo Pizarro para entregal-a, tomando-se de enthusiasmo, promptificou-se a participar da empreza, offerecendo concurso material e financeiro.

No Natal de 1539 a expedição deixou Quito [2]. Verdadeira cidade em marcha, superior ás bandeiras paulistas dos seculos XVII e XVIII. Tresentos e quarenta soldados, destes cento e cincoenta bem montados, gente da melhor sociedade e mais de quatro mil indios recrutados nas prisões. Os mantimentos iam na cabeça dos nativos e no costado de lhamas. Contavam-se as ovelhas e porcos, para sustento do pessoal, em quatro mil cabeças. O armamento e as munições eram abundantes. Levavam tambem muitas centenas de cães de caça, terriveis na perseguição aos indios. Serviam de guias os sertanistas mais celebrados. Gonzalo Pizarro prevenia-se contra todas as surprezas imaginaveis. Como mestre de campo e alferes general escolhera Antonio de Ribera e Juan de Acosta, duas figuras impressionantes de batedores.

Francisco de Orellana só distante de Quito, no valle de Zumaco, se lhe juntou. Apresentou-se com um punhado de companheiros que apparelhara convenientemente tendo despendido, da propria fazenda, a somma de 40000 pesos ouro. Recebeu, numa prova de confiança, o posto de logar tenente.

Varando a selva densa que escondia as paragens buscadas, a expedição foi, em todo o percurso, vivamente salteada por contratempos, vivendo horas amargas. Attingindo a provincia indigena de Quijos, situada entre os rios Curaray e Napo, fóra do dominio incaico, soffreu o primeiro embaraço no assalto que lhe fizeram os selvagens que a povoavam, assalto aliás sem graves consequencias porque, receiando a superioridade militar dos hespanhóes e tomados de surpreza, de pavor, deante das montadas dos conquistadores, os assaltantes bateram em retirada para não apparecer mais.

Decorridos poucos dias, a terra dos Quijos, semeada de vulcões, tremeu violentamente. Desabaram dezenas de casas do povoado onde acampara, engulidas nas fendas abertas no solo. Relampagos e mais relampagos, em verdadeira saraivada de fogo,

---

(2) Para os detalhes da organisação e da marcha da entrada — Francisco Lopez de Gomara, *Historia General de Las Indias;* Berredo, *Annaes Historicos do Estado do Maranhão;* Palma Muniz, *Reflexões sobre os Annaes Historicos do Estado do Maranhão,* Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará, I, II, III, 1918; Santa Rosa, *Historia do Rio Amazonas,* Belem, 1926. Arthur Vianna, *Os exploradores da Amazonia,* Revista do Instituto Geographico e Ethnographico do Pará, II, 1900. José Toribio Medina, *Descubrimiento del Rio de las Amazonas,* Sevilha, 1894.

cortaram o espaço. Depois, para augmentar as afflições do espectaculo sinistro, violenta chuva, que cahiu por muitos dias. Gonzalo Pizarro não desanimou. Não era homem que se amofinasse aos primeiros obstaculos. Em outras occasiões mais difficeis, dera provas de resistencia e obtivera exito completo. Tocou para diante. Os seus commandados não o abandonaram. A expedição atravessou a cordilheira andina. Foi ahi um dos episodios mais impressionantes. O frio fez muitas victimas entre os indios. Os hespanhóes, sentindo tambem os rigores da neve que cahia sem cessar e cobria vasta extensão, vestindo agasalhos, resguardando-se, não tiveram a lamentar perdas de vidas dos seus. Mas, premidos pela situação, abandonaram o gado e mais alimentos, na esperança de encontrar adiante os recursos que deixavam precipitadamente. Veio a fome. Por toda a parte uma pobreza absoluta.

Afinal, vencida com aspereza a distancia entre a cordilheira e o povoado de Zimaco, nas proximidades do rio Coca, encontraram o Paiz da Canella. A expedição demorou-se ahi dois mezes. Uma chuva impiedosa, impertinente, ensopou-a durante sessenta dias. Quasi um diluvio. Perderam-se roupas, apodrecidas com tanta agua. A região, embora farta em canella — cujas arvores foram outro logro porque, muito espalhadas, distantes uma das outras, não compensavam as despezas da colheita, mallogrando-se os planos de exploração commercial do que produzissem — não tentou Gonzalo Pizarro. Escolhendo os mais resistentes dos seus bravos commandados, Pizarro largou os demais naquella pousada, com ordem de seguil-o, depois, proseguindo na aventura. Buscava uma sahida facil.

Os mantimentos voltaram a escassear. A tortura da fome reappareceu. As chuvas não cessavam. Não foram poucos os que baquearam. Ha chronistas que falam em cerca de duzentos hespanhóes mortos na entrada. Comeram cães, comeram cavallos. As hervas, desconhecidas, venenozas, fizeram varios loucos. Gonzalo Pizarro não poupava um só indigena que lhe cahisse ás mãos. Assignalava a passagem em rastos de sangue. Os indios que lhe mentiam nas informações pagavam caro a ousadia, queimados em vida ou entregues aos cães que lhes dilaceravam as carnes e as devoravam. As privações não tinham mais conta. Pizarro sustentava-se, com os dedicados companheiros, de hervas, raizes, fructos sylvestres.

A' margem do Coca, o cacique Dallicola prestou-lhe auxilio, mitigou-lhe a fome. Demorou-se, no logarejo, refazendo-se, recompondo as forças, dois mezes. Chegados os que deixara no Paiz da Canella, deliberou acompanhar o curso do rio. A expedição lançou-se de novo pelo desconhecido. Beirando o Coca, foi sahir entre nativos que, menos barbaros, cobrindo-se em vestes de al-

godão, conheciam o milho que empregavam no fabrico do pão. Pizarro soccorreu-se delles e inteirado, pelos batedores que mandou em varias direcções, de que para diante os caminhos offereciam as mesmas difficuldades, ouvidos os companheiros, assentou a construcção de um bergantin e quatro canoas para a descida do rio, de largura e volume d'agua assignalaveis.

Francisco de Orellana tomou a seu cargo a obra.

A mataria contribuiu com as madeiras e com as resinas das arvores, empregadas como breu. A estopa, para calafetagem, foi preparada com camisas velhas, imprestaveis. O ferro da armação foi obtido das ferraduras dos cavallos. Postas em condições de navegar, as embarcações receberam a seu bordo os doentes. O restante da expedição continuou na caminhada, marginando o Napo. Novamente a fome apertava, desta vez forçando ao aproveitamento de cintos, solas de sapatos para sacial-a, quando alguns indios deram noticia de uma zona rica, distante dez jornadas, onde seria facil o abastecimento. O pessoal já dava mostra de irritação. Francisco de Orellana conseguiu de Gonzalo Pizarro a licença necessaria para buscar o annunciado alimento com que salvar os companheiros famintos. Ficou combinado, entre ambos, que, si ao cabo de alguns dias Orellana não regressasse, não mais se preoccupassem com elle e procurassem os meios por que voltar ao Perú.

O bergantin, com a tripulação de cincoenta e quatro homens decididos a tudo, escolhidos, dois negros remeiros e mais os religiosos Frei Gaspar de Carvajal e Frei Gonzalo de Vera, baixou pelo Coca. Era perto o desembocadouro no Napo.

Navegou nove dias. Nenhum vestigio humano em qualquer das margens até que, ao fim daquelle periodo, surgiu um povoado.

Os desbravadores da Hyloe desceram nelle para descansar e prover-se de mantimentos. Morreram diversos da fome que tinham passado. Outros enfermaram gravemente.

Os que se salvaram, tomados de desanimo, cheios de incertezas, entenderam que não era possivel voltar ao encontro de Gonzalo Pizarro, de quem estavam distantes duzentas leguas. A correnteza, fortissima, era outro argumento para impedir o retorno. Aguardar a chegada do chefe da conquista, afigurou-se-lhes temeroso naquelles sitios ermos. O que lhe restava era, por Deus e pelo Rei, ir adiante, ao sabor das aguas, avançar. A 1 de Março de 1542, reunidos, requereram a continuação da descida. Orellana procurou deixar o commando que Pizarro lhe confiara. Não consentiram. Responsabilizaram-no pelos desastres que occorressem pela falta de um chefe. Acclamaram-no, em nome de Carlos V, capitão da conquista que se ia emprehender. Juraram-lhe fidelidade,

sendo as decisões tomadas por escripto e assignadas por todos.[3]

Passando do Coca ao Napo e deste ao Maranõn, atravessaram de Oeste a Leste a Amazonia, indo sahir no Atlantico.

Descobriram a bocca dos caudaes que engrossam o Amazonas pela direita e esquerda. A do Rio Negro, a 3 de Junho; a do Madeira a 10. Tentando desembarque nas aldeias indigenas, em varios trechos do rio, quasi sempre tiveram de combater, dada a hostilidade por que os recebiam os nativos.

A's sensações dos combates juntaram, á cada hora, a dos scenarios que se desdobravam causando-lhes estupefação. A largueza do rio, a grossura de suas aguas e dos seus affluentes, a floresta densa, cavavam fundas impressões. A Amazonia apparecia-lhes em seus aspectos selvagens, em toda sua grandeza assombrosa.

A 22 de Junho de 1541, quasi á foz do Nhamundá, precisando supprir-se de comestiveis, procuraram approximar-se de terra. Travou-se violenta refrega com os habitantes da aldeia para onde aproaram. Saraivadas de flechas obrigaram-nos a tornar ao bergantin, completamente desbaratados. No encontro notaram, entre os contrarios, dez ou doze mulheres que pelejavam sem o menor temor e os incitavam á pugna como se os commandassem, matando a páo quantos recuavam. Segundo Frei Gaspar de Carvajal, na preciosa e interessantissima relação que escreveu da viagem,

---

(3) «Y visto por nosotros ser impossible la vuelta el rio arriba por la mucha distancia del camino, que de hombres, que en esto caso mas se lo alcanzaba fuimos informados que habia cantidad de ducientas leguas dendel dicho pueblo hasta donde quedalo el señor gobernador, y demas deste las corrientes y rabdales som muy recios; de manera que tuvimos que mijor e mas servicio de Dios e del Rey reunir y movir el rio abajo, que no volver el rio arriba con tanto trabajo; acordamos de nos juntar, y nos juntamos y requerir, como por nuestro requirimento parecerá de no volver el rio arriba; y á todo lo suso dicho vino por nuestro capitán y Tiniente General, como lo era lo dicho señor gobernador, y agora hemos visto haber-se disistido del dicho cargo que del señor governador tenia por se excusar el mucho trabajo que tenia; y nosotros, viendo y sabiendo los males recabidos y grandes desordens que puede haber y suceder estando sin capitán en estas montañas y tierras de infieles, de nuevo acordamos y pidimos y riquirimos, una, dos y tres veces, y todas los demás quem los tales casos pedir se suelen, de nos el magnifico señor Francisco de Orellana que nos tengais y amparéis como dicho tenemos en toda paz y quietud, como de antes nos teniades y mandabados, y como en otras partes habeis tenido y mandado hespañoles en mas cantidad que los que aqui al presente estamos; porque nosotros o nombramos agora de nuevo por nuestro capitán en nombre de Su Magestad, y asi lo queremos juras y juraremos, y por tal capitán e queremos haber y obedecer hasta entanto por Su Magestad otra cosa provea; y haciendo asi haréis servicio a Dios Nuestro Señor y Su Magestad, y a nosotros morados; donde no, protestamos todos los danos, escandalos, muertes de hombres, otros desafueros que en tal caso suelon acontecer por no tener capitán. Y asi lo pedimos á nos el dicho escribano, que presente estáis no los dois por fee y testemunio en manera que haja fee lo que pedimos e demandamos». Toribio de Medina, Obr. Cit.

eram muito brancas e altas, com abundante cabelleira, de membros desenvolvidos. Cobriam-se apenas com uma ligeira tanga. [4]

Já no povoado de Aparia, leguas antes, os indios falavam nessas mulheres, com respeito, emprestando-lhes altas qualidades.

Orellana, consta dos chronistas, Frei Gaspar de Carvajal [5] á frente, tomou-as por novas amazonas. [6] Até aquelle instante dera áquella massa dagua doce o nome de rio Orellana. Impressionado com as guerreiras, homem de seu seculo, amante de aventuras, galanteador, mudou-o então para Rio das Amazonas. Prestava-lhes a homenagem de seu respeito pela valentia demonstrada.

Dahi por diante a viagem se fez com menores incidentes. Em novo e maior bergantin que fez construir, Orellana attingiu o Atlantico a 24 de Agosto de 1542.

De Quito á bocca do rio os destemerosos batedores de Carlos V tinham gasto dois annos e oito mezes!

Rumando para a ilha de Cubagua, Orellana, com alguns dos dedicados companheiros e Frei Gaspar de Carvajal, em navio fretado especialmente, dalli se transportou á Hespanha. Em Lisboa, a noticia de suas façanhas causou sensação. Tentaram conquistal-o para o serviço de D. João III. Fez-se mudo ás propostas. Não trahiria o seu rei.

---

(4) «Estas mujeres son muy blancas y altas y tienen muy largo el cabello y entranzado y revuelto á la cabeza, y son muy menbrudas y andan desnudas en cueros, tapadas sus verguenzas, com sus arcos y flechas en las manos, haciendo tanta guerra como diez indios; y en verdad que hubo mujer de estas que metio un palmo de flechas por uno de los bergatins, y otras que menos, que parecion nuestros bergatines puerco espino. *Relacion*, de Frei Gaspar Carvajal, pagina 60, Sevilha, 1894.

(5) Frei Gaspar de Carvajal nasceu em Trujillos de Estremadura, em 1504. Passando á America, foi fundador do primeiro convento que a Ordem Dominicana erigiu no Perú. Em 1538, estava como vigario provincial em Lima. Na aventura de Orellana, ferido no combate com as amazonas, perdeu um olho. Da ilha de Cubagua voltou ao Perú, onde foi superior do convento de sua ordem em Lima e em Cuzco. Transferido para o Tucuman, territorio hoje argentino, exerceu as funcções de vigario geral. Teve ainda outras posições. Falleceu em 1584. Enthusiasta da grandeza da Amazonia, não se cansava em descrevel-a, animando os que pretendiam conquistal-a. Sobre a viagem de Orellana escreveu a *Relacion del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que descubrió por muy gran ventura el capitán Francisco Orellana desde sua nascimiento hasta subir á la mar.* Essa *Relacíon*, que veio collocar Orellana em sua verdadeira posição, só se tornou publica em 1894, graças á actividade do hispanista José Toribio Medina, que a editou.

(6) Antes de Orellana e Frei Gaspar, já Colombo informara á Europa de que tivera noticias de amazonas nas Antilhas. Depois, outros exploradores da hinterlandia americana e chronistas de taes successos, ampliaram as noticias em detalhes interessantes, affirmando da existencia de mulheres guerreiras. Sir Walter Raleigh, que percorreu a região da Guyanna, enchendo de narrativas phantasticas o velho mundo, foi outro divulgador da acção das amazonas nesta banda do Atlantico. Hernando Ribera disse que as encontrou no

Carlos V ouviu-lhe o relato da proesa, em Valladolid, em Maio de 1543. Orellana defendeu-se da accusação de ter abandonado Gonzalo Pizarro. Explicou a verdade. Apresentou uma exposição escripta de todos os successos. Deram pouco credito ao que narrava. A historia das amazonas foi recebida como phantasiosa, arranjada para tentar os poucos avisados. Pedio para tornar ao valle maravilhoso afim de exploral-o. Surgiram duvidas si as terras regadas pelo Amazonas pertenciam ou não, pelo tratado de Tordezilhas, ao monarcha hespanhol. Afinal Carlos V, premiando a ousadia de Orellana, que lhe conquistara o senhorio da maior corrente fluvial do globo, deu o consentimento solicitado. Fez mais. Concedeu-lhe, pela mesma real-cedula de 13 de Fevereiro de 1544, o titulo de Adelantado, Gobernador y Capitán-General das terras que colonizasse na Nova Andaluzia, nome porque passaram a chamar a Amazonia. Impoz-se-lhe, porem, que as despezas para o ajuste da expedição corressem por conta de sua fazenda, devendo levar oito religiosos para as obrigações ecclesiasticas na colonia, duzentos infantes e cem cavallos.

As aperturas de Orellana, que affirmava ter deixado os haveres proprios com Gonzalo Pizarro, embaraçaram, junto a outras razões, a sahida da armada de quatro embarcações, que a muito custo conseguiu organizar, de sorte que só em 11 de Maio de 1545 poude zarpar do porto de São Lucas.

A 20 de Dezembro, já apenas dispondo de duas vellas, porque perdera as outras duas em caminho, Orellana buscou entrar pela barra do Amazonas. Dividem-se as opiniões dos historiado-

---

Paraguay. La Condamine, descendo o Amazonas, em 1743, refere em sua *Relação de Viagem* que, em Coary e numa aldeia perto de Belem, colheu dados, que expoz, sobre as amazonas, confirmados por um soldado da guarnição de Cayenna. O padre Christobal d'Acuna, que acompanhou Pedro Teixeira na baixada de Quito a Belem, em 1639, no diario da viagem sustenta a these, indo ao extremo de declarar que duvidar de tamanha verdade é renunciar a toda fé humana. Mais recentemente, em 1878, o explorador francez Jules Crevaux, homem de sciencia, trouxe o seu depoimento a respeito, escrevendo que encontrou, no Pará, a 31 de Outubro, uma aldeia exclusivamente de mulheres. E' um testemunho sisudo, perturbando deveras os que negam a these.

Mas Gonçalves Dias, incumbido pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro, estudou o assumpto, detidamente, concluindo pela negativa da existencia das amazonas. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, que foi ouvidor da Capitania de São José do Rio Negro, tambem se manifestou pela negativa. Outros chronistas e historiadores, em maioria, desde os tempos de Orellana, mostram a ingenuidade da asserção. E lembram, com fundamento, que é costume, entre certas tribus de amerindios, as mulheres acompanharem os maridos quando estes vão ás guerras, dellas participando com enthusiasmo. Seria, então, o caso das amazonas encontradas por Orellana. Aliás, é conveniente não esquecer a superioridade evidente da mulher, ainda hoje, em toda Amazonia, revellada na vida diaria. O problema, como se vê, continua de pé. Prende-se-lhe a lenda do *Muyrakitã*.

res. Para uns, o navegador enfiou pelo rio Pará; para outros, pelo Amazonas. O certo é que, desconcertado no labyrintho de ilhas, canaes, furos, foz do Pará ou do Amazonas, Orellana, nas pesquizas para dar com os logares que visitara na descida, em 1541, veio a fallecer, provavelmente em Novembro de 1546.

Pesa ainda sobre sua memoria a pecha de trahidor a Gonzalo Pizarro. Homem de feias acções, escrevem os historiadores antigos e modernos, dando curso á inverdade. Francisco de Orellana, de que José Toribio de Medina, authentico sabedor do passado da America, traçou um retrato fidelissimo, foi soldado disciplinado, ardoroso, fiel á palavra empenhada.

Affirma-se que Pizarro, ao entregar-lhe a sorte da expedição, no Coca, mandando-o a cata de alimentos, confiou-lhe esmeraldas e 225000 cruzados que trazia. Orellana, carregando com tamanha riqueza, teria abandonado o chefe, fugindo rio abaixo, apezar dos protestos de Frei Gaspar de Carvajal e de um fidalgo de nome Fernão Sanches de Vargas a quem, por castigo, abandonou em praia deserta. Os chronistas da época, romanceando o caso, sem conhecer a relação da viagem, escripta por Frei Gaspar, copiando-se, crearam a lenda, repetida pelos que lhes deram credito. A verdade é muito outra. Orellana, offerecendo-se a Pizarro para a importante missão, convencionou, como já vimos atraz, que, si ao cabo de dois dias não tivesse regressado, não se preoccupasse mais com a sua pessoa. E si desceu o rio foi porque o quizeram os companheiros, apertados de fome [7].

A petição em que lhe requereram a descida não é um mytho e fala bem claro em seu favor. Está publicada, não admittindo contestação.

O proprio Gonzalo Pizarro, escrevendo a Carlos V, em 3 de Setembro de 1542, sem uma referencia ás taes esmeraldas e aos cruzados, não accusa Orellana de trahição.

---

(7) « Y el Capitán Orellana, viendo lo que pasaba y la gran necesidad en que todos estaban, y que habia perdido todo cuanto tenia, le pareció que cumplia con sua honor dar vuelta sobre tanta perdida, y asi se fué al dicho Gobernador y le dijo cómo el determinaba de dejar lo poco que alli tenia y seguir el rio abajo, y que se la ventura le favoreciesse en que cerca hallase poblado e comida com que todos se pudiesem remediar, que él se le haria saber, y que si viese que se tardaba, que no hiciese conta del, y que entretanto, que se retrajase atráz donde hubiese comida, y que alli le esperase tres o cuatro dias, ó el tiempo que le pareciese, ó que si viniese, que no hiciese cuenta del; y con este el dicho gobernador le dijo que hiciese le que le pareciese ».

« Y comenzó a seguir, su rio abajo com proposito de luego dar la vuelta, si comida se hallase; lo cual salio al contrario de como todos pensabamos no hallamos comida en docientas leguas, ni nosotros la hallábamos de cuja cabsa pádecimos muy gran necesidad, como adelante se dirá, y asi ibamos caminando suplicando á Nuestro Señor tuviesse por bien de nos encaminar en aquella jornada de manera que pudiésemos volver a nuestros compañeros ». Gaspar de Carvajal, *Relacion*.

Tambem não tem fundamento o caso dos protestos de Frei Gonzalo e do fidalgo Vargas, pois foi o proprio religioso quem se encarregou de desmentir a versão, no relato a que nos vimos referindo. As difficuldades monetarias com que Orellana luctou para armar a expedição de volta á Amazonia, em parte resolvidas por seu pae, são outra prova a sommar por sua honestidade. Mais, porem, que todas estas razões, deve-se olhar a attitude do Conselho das Indias, que, implacavel na distribuição da justiça e na perseguição aos culposos, não o hostilizou, num gesto claro de que não lhe encontrava culpa. E' desnecessaria maior defeza.

Agora, os dados de sua biographia.

O Trujillo, em Hespanha, serviu-lhe de berço, em 1511. Alli tambem nasceram muitas das explendidas figuras da época das descobertas. Francisco Pizarro, Nuflo de Chaves, Diogo de Alvarado e varios outros eram de lá.

Orellana aparentava-se com Francisco Pizarro e, como elle, desprotegido da fortuna, no começo da vida. De seus primeiros tempos no continente colombino, para onde veio moço, não se conhecem grandes detalhes. Não ha certeza de acções suas, famosas, na conquista do Perú. Tampouco se conhece o que fez nas guerras civis que separaram, durante algum tempo, os hespanhóes de Pizarro e de Diogo de Almagro. Combatendo os Incas, perdeu um dos olhos. Em varias outras occasiões teve opportunidade de mostrar-se decidido, incapaz de uma cobardia. Grangeou, por isso, bôa fama. Nomeado governador da provincia de Culata, fundou Guayaquil. Em Sevilha, quando se arrumava para colonizar a Amazonia, casou-se com Anna de Ayala, apezar das observações do fiscal do rei, porque, allegava, não estava no seu feitio continuar solteiro e desejava deixar prole.

«Viendo que nos habiamos alejados de onde nuestros compañeros habian quedado y que se nos habia acabado lo poco que de comer traiamos para nuestro camino tan incerto como el que faciamos púsose en platica entre el capitán y los compañeros la dificuldad, y la vuelta, y la falta de comida, porque como pensábamos de dar luego la vuelta, no metimos de comer; pero en confianza que no podiamos estar lejos, acordamos de pasar adelante, y este no com poco trabajo de todos, y como otro ni otro dia no se hallase comida ni senal de poblacion, com parecer del capitan, dijo yó una misa, como se dici en la mar, encomendando á Nuestro Señor nuestros personas y vidas, suplicándolo, como indigno nos sacase de tan manifiesto trabajo o perdicion, porque ya se nos traslucia, *porque aunque quisiesemos volver agua arriba no era posible por la gran corriente, pues tentar de ir por tierra era impossible; de manera que estábamos en gran peligro de muerte á cabsa de la gran hambre que padecimos; y asi, estando buscando el consejo de lo que se debia de hacer, platicando nuestra affición y trabajos, acordose que eligiesemos de los males el que al capitán y a todos pareciese menor, que fué ii adelante y seguir el rio ó morir ó ver lo que en el habia, confiando en Nuestro Senor que tendria*, por bien de conservar nuestras vidas hasta ver nuestro remedio». Gaspar de Carvajal, *Relacion*, pgs. 6-8.

Podendo figurar na galeria dos credores do Novo Mundo, como dos mais bravos pioneiros da civilisação occidental nas selvas amazonicas, cabe-lhe a gloria de ter desvendado a maior arteria fluvial do globo.

* * *

As proesas de Orellana, uma vez conhecidas na Europa e na America, provocaram desejos ardentes de exploração das zonas que o intrepido conquistador visitara. Em Portugal, á passagem delle, a caminho de Hespanha, em 1543, aguçou-se o desejo de colonizal-as. João de Sande e Diogo Nunes de Quesada, em memorial [8] offerecido ao estudo de D. João III, monarcha avisado que olhava com interesse o desenvolvimento do Brasil, expuzeram as vantagens de uma empreza nesse sentido. A idéa teve boa acolhida. Organisou-se, sob certo sigillo, uma expedição de quatro vellas. Mas faltavam pilotos. João de Sande foi a Hespanha, onde as autoridades, sabendo de seus propositos de concurrencia a Orellana, que se aprestava para voltar ás terras de seus sonhos, o retiveram até a sahida deste. A empreza, por este e outros motivos, falhou inteiramente.

Outros navegadores pretenderam alcançar a Amazonia, entrando pelo Atlantico. Estão no caso Luiz de Mello da Silva e o piloto francez João Affonso [9]. Nenhum conseguiu tal objectivo.

Das bandas do Perú, não era menor a vibração. A lenda do Dorado recolhida em Quito por Sebastião de Benalcazar, ao tempo da conquista dessa provincia incaica, contribuia tambem para o enthusiasmo. Para o Oriente, como o Paiz da Canella, fóra tam-

---

(8) João Lucio de Azevedo, em *Os jesuitas no Grão Pará,* estuda o assumpto. O memorial está publicado no tomo 2 da *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.*

(9) Luiz de Mello da Silva, filho do alcaide-mór de Elvas, ajudado pelo rei, segundo o professor Ribeiro do Amaral, nas *Ephemerides Maranhenses,* veio, na qualidade de donatario da capitania do Maranhão, em 1554, por desistencia de João de Barros, Ayres da Cunha e Fernão Alvares de Andrade, colonizar o Maranhão, procurando alcançar a bocca do Amazonas, mas naufragou, conseguindo regressar a Portugal apenas em uma caravella, das cinco embarcações que lhe formavam a expedição.

O piloto francez João Affonso e sua aventura na foz do Amazonas estão bem examinados por João Lucio de Azevedo, nos *Estudos de Historia Paraense.* Caetano da Silva, no grande livro que é *L'Oyapoc et l'Amazone,* tambem investigou o caso. Outro tanto fizeram Varnhagem e D'Avezac. João Affonso, que se distinguiu em viagens ao Novo Mundo, ao tempo das descobertas, sustenta que navegou o Amazonas mais de cincoenta leguas pelo rio acima. As conclusões dos historiadores acima referidos, justissimas e tiradas diante de provas irrecusaveis, são que o nauta francez não chegou ao Rio-Mar. Foi um farçante, nesse particular.

bro de 1550, alcançando, no mez seguinte, o Maranon. Por este desceu, tocando na bocca do Ucayale e na ilha Garcia, abaixo do Napo, onde se encorporaram outros hespanhóes que alli a aguardavam por se terem adiantado.

Na provincia dos Machifaros, que se aldeavam pelas costas do Solimões, a expedição esteve para dissolver-se, afogada em sangue.

Pedro de Ursúa trouxera em sua companhia a linda mestiça Ignéz Atienza, que lhe dera auxilio preciosissimo de sete a oito mil pesos. Viuva, D. Ignéz despertava paixões entre os conquistadores, minados, dia a dia, pelo desejo de possuil-a. Os descontentes acusavam-na de absoluta ascendencia sobre o chefe. D. Ignéz era, assim, um perigo ao bom successo da expedição. A sangreira que se registrou então, mostrou-o a evidencia.

Descontentes e enamorados, unindo-se para satisfação dos seus impetos, conspiraram para desfazer-se de Ursúa. A soldadesca, habituada á indisciplina que nos ultimos tempos dominava o Perú, facilmente se deixou levar pelas propostas dos conjurados. Chefiava o conluio o vasco Lopo d'Aguirre [13], individuo de precedentes sujos, useiro e veseiro em motins, conhecido, pelas miserias que praticava, pela alcunha de o Louco.

O attentado occorreu a 1 de Janeiro de 1561. Ursúa foi assassinado á noite, na propria tenda, quando dormia, aos gritos de *viva el rey! viva el rey! que muerto es el tirano!* Não foi a unica victima. Os que não inspiravam confiança aos amotinados tambem perderam a vida. Ignora-se o local preciso onde occorreram os tragicos successos. Pelas descripções dos chronistas, que os assistiram e delles participaram, registraram-se já em territorio que é hoje amazonense. Dahi por diante, novos crimes. Todos os suspeitos pagaram com a vida. Surgiram rivalidades entre os que se julgavam os directores novos da jornada. A indisciplina tomava vulto.

Entre o Catuá e o Coary, que desagoam no Solimões, emquanto trabalhavam em novos bergantins com madeiras tiradas da

---

(13) A biographia do Lopo de Aguirre ainda não está esclarecida. Calcula-se que tenha nascido em Onato, na Hespanha, entre 1511 e 1516, vindo para o Perú em 1536 ou 1537. Tudo sem segurança. Foi nomeado regedor para o Perú, em 1536. Participou das guerras civis entre os pizarristas e almagristas. Com o capitão Diogo Rojas, fez uma entrada, em 1540. Foi dos poucos fieis a Blanco Nuñez Vela, quando da rebellião contra esse vice-rei, em 1544. Alistado nas fileiras dos que se insubordinaram, em 1553, contra D. Pedro de Hinojosa, Corregidor y Justicia Mayor de Charchas, hoje Bolivia, condemnado a morte, teve de esconder-se sendo perdoado mais tarde. Revelando o caracter, entrou a portar-se infamemente. Praticava desordens por onde passava, escapando de ser enforcado em Cuzco, onde se envolveu num motim. Conseguindo ingresso na jornada de Ursúa, teve logo o posto de Tenedor de defuntos.

selva, Lopo de Aguirre, alma damnada de todas as machinações, architectou tirar, de Felippe II, o Perú, com as dilatadas terras que o Amazonas banhava. Seria um golpe de audacia perigosissimo. A 23 de Março de 1561, reuniu os companheiros no povoado indigena em que acampavam, obtendo delles a approvação dos seus planos. D. Fernando de Gusmão [14], cavalheiro sevilhano que desde a morte de Ursúa estava á testa da entrada, como instrumento passivo ás mãos de Aguirre, foi acclamado Principe do Perú, lavrando-se uma acta dos successos.

Ha historiadores que consideram o gesto daquelles homens, *maranones* como ficaram conhecidos, como o precursor da independencia; e a acta, o primeiro documento publico das aspirações libertarias do continente. Outros, com melhores razões, assignalam-no apenas como gesto de trahição á patria, porque os *maranones* eram filhos de Hespanha, faltando-lhes, consequentemente, o ideal honesto de separatismo que mais tardou apontou.

Trahidor ou heróe do Novo Mundo, proclamado monarcha nas solidões da Amazonia, D. Francisco de Gusman, agora S. A. R. D. Fernando I, o Sevilhano, tratou de organizar a sua côrte. Distribuiu titulos e posições. Mas continuou servil a Lopo de Aguirre, que no posto de mestre de campo dicidia tudo, numa furia sangrenta. D. Ignéz de Atienza foi assassinada, a mando delle, com vinte punhaladas. Os seus desaffectos tambem cahiram ao punhal traiçoeiro dos *maranones* mais compromettidos na farça do novo reino.

Nas proximidades do rio Negro, num povoado que baptisaram por Pueblo de la Matanza, D. Fernando de Gusman, que já se dispunha a reagir contra Aguirre, parecendo mesmo que adherira a um plano para eliminal-o, teve morte violenta. O malvado Aguirre, suspeitando da conjura, na madrugada de 22 de Maio atravessou-o a espada, no leito, completando a obra com outras vidas tiradas por entre o escandalo e a agitação da tropa em panico. Seguiram-se mais crimes. Aguirre não se fartava. Escrevia em sangue a pagina mais tragica da historica amazonica.

Assumindo o commando dos homens que restavam, o bandido desceu o rio, luctando com as difficuldades creadas pelo desconhecido da selva que rompia. Em principios de Julho de 1561 estava na foz do Amazonas. Causara-lhe, e aos companheiros, admiração o trabalho artistico e industrial e os costumes bizarros

(14) D. Fernando era fidalgo, nascido em Sevilha. Veio para a America, no Chile, com D. Garcia Hurtado de Mendonça, em 1557. O chronista Francisco Vasques descreve-o como homem gentil, inimigo da crueldade, de animo calmo, bôa estatura. Na jornada ao Dorado, tinha o cargo de alferes general. Ao cahir assassinado contava vinte e cinco annos.

Pedro Teixeira

Passaram-se decadas depois da tragedia do Ursúa. Da banda do Atlantico, por volta de 1600, começou a ser occupada a terra que o Amazonas repartia em tratos com as aguas impetuosas de sua bacia sem igual. Hollandezes, inglezes e francezes, disputando-se direitos que não existiam para elles, a foram aos poucos invadindo, explorando o delta do rio, commerciando com os nativos, dando-se ares de donos da região, em estabelecimentos, fortins que levantavam.

Os portuguezes, de sua vez, avançando para o norte, partindo de Pernambuco, na caça aos francezes teimosos em fixar-se na costa brasileira, depois de refregas no Maranhão, onde São Luiz era o sitio mais importante da colonia franceza, de longa data scientes da grandeza do Amazonas, a elle attingiram em 1616. Francisco Caldeira Castello Branco, nesse anno, fundou Belem. Foi a primeira situação que crearam na zona cubiçada. Dahi, luctando, batendo hollandezes e inglezes, porque os francezes tinham arribado facilmente, installados aquelles pelo rio acima, até o Xingú, em arremetidas victoriosas, sympathicas, deram inicio á tarefa, que se lhes impoz, de reconhecimento do territorio e dos caudaes que o regavam, plantando os marcos da posse. O fortin de Gurupá, erigido entre os Mariocays em substituição a um hollandez, ficou como o ponto mais avançado da conquista na primeira decada. O Tapajóz, alcançado por sertanistas que vinham de São Luiz e Belem, na segunda decada marcava o extremo occupado.

Trecho perfeitamente comprehendido no pertencente a Hespanha, pelo tratado de Tordezilhas, será extranhavel que o pesquizassem e dominassem os portuguezes. Mas Portugal, desde a morte de D. Sebastião e do cardeal D. Henrique, estava incorporado a Hespanha, de que só se libertaria em 1640. Os portuguezes, subditos de D. Felippe III não comettiam invasão nas faça-

nhas, não desrespeitavam direitos alheios. Trabalhavam para o seu rei, commum ás duas nações ibericas. Tanto assim que Bento Maciel Parente e Luiz Aranha de Vasconcellos, sertanistas illustres do Pará, notaveis na campanha para expulsão dos hollandezes e inglezes, receberam, de D. Felippe IV, em annos distinctos, a incumbencia de devassar o oceano fluvial, o que não chegaram a executar. E antes, em 1621, em aviso de 4 de Novembro, o mesmo monarcha mandara que aos portuguezes se entregasse a obra de conquista e povoamento da costa paraense e adjacencias.

Emquanto os portuguezes, numa actividade digna de especial menção, se adiantavam assim pelos dedalos da grande arteria de agua doce, do lado do Perú, da planice colombiana, da Guyanna, as expedições, ainda perseguidas da mania de achar o El Dorado, se movimentavam atrevidamente varando o pedaço amazonico que é hoje colombiano e peruano. Não chegaram, todavia, a alcançar o Javary, o Içá, o Japurá, o Negro, o Branco. Ficaram nas proximidades.

Mas as relações com os nativos, espalhados aos milhares ás beiras dos rios, custando a vida de homens dessas entradas, mostravam a necessidade de trazer as tribus ao convivio da civilisação européa. As ordens religiosas, num afam bemdito, encarregaram-se da tarefa. Os franciscanos, com um convento em Quito, em 1636 emprehenderam a cathequeses das nações amerindias alem do Aguarico.

Varios religiosos, apoiados materialmente numa tropa commandada pelo capitão Juan de Palacios, entraram em contacto com os Encabellados, que Orellana conhecera e eram tidos como os mais terriveis da região. Ao cabo de alguns mezes, os franciscanos desesperaram de obter bons resultados. Os Encabellados não se deixavam dominar, não acceitavam a palavra dos evangelisadores, muitos dos quaes, desanimados, já tinham regressado a Quito. Um incidente veio acabar de vez com a tentativa missionaria. Os Encabellados, assim conhecidos porque usavam os cabellos grandes, ao ponto de com elles se cobrirem, cheios de rancor porque Juan de Palacios castigara certo nativo, levantaram-se, atacando os franciscanos e os soldados. Juan de Palacios, sem temor, lhes correu ao encontro. Cercado, cahiu morto, foi espotejado. Depois de valente refrega, os assaltantes bateram em retirada, com muitas perdas, carregando os restos do bravo capitão.

Não podia haver mais segurança no local. E seis soldados, seduzidos pelas descripções que lhes fez o portuguez Francisco Fernandes, tambem um delles e conhecedor da bocca do Amazonas, porque visitara Belem, descripções de que mais abaixo estava o El Dorado, dispuzeram-se a realizar a descoberta tão famosa. Os irmãos leigos frei Domingos de Brieba e André de Toledo,

inspirados na obra de docilizar os barbaros povoadores daquelles trechos desconhecidos, acompanharam-nos.

A 17 de Outubro de 1636, em fragil canoa, levando dois nativos remeiros, que os abandonaram em caminho, principiou a descida do Napo. Os perigos por que passaram não se descrevem aqui [1]. Tinham por si, os nautas, a providencia divina, que os salvou de tudo. No Tapajós, os selvagens arrancaram-lhes as roupas. Este o caso de maior importancia. Verdadeiramente milagrosa a viagem. Ao cabo de quatro mezes, em 5 de Fevereiro de 1637, desceram entre civilizados, no fortim do Gurupá. Alli os recebeu o capitão João Pereira de Caceres, dos mais energicos soldados da epoca. Refeitos, proseguiram com destino a Belem, onde causaram espanto pelo arrojo e pela felicidade. O que narraram impressionou. Em São Luiz, séde da administração que alcançava a Amazonia, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, o governador Jacome Raymundo de Noronha, a cuja presença se apresentaram, ouviu-lhes o relato minucioso.

Havia ordens regias para effectuar-se a conquista do rio. Ordens muito positivas que por motivos imperiosos tinham ficado por cumprir. A occasião agora era propicia, com os guias apparecidos, que se offereciam a regressar a Quito com uma expedição. Raymundo Jacome de Noronha, que se mantinha á frente do governo illegalmente, por morte de Francisco de Carvalho, [2] e era combatido tenazmente por um punhado de descontentes, reflectiu maduramente na aventura. A opinião geral, em São Luiz, era contraria á entrada. Falava-se á bocca pequena, reprovando os desejos do governador em tornal-a realidade. Allegava-se que era arriscado, temeroso, desfalcar o Estado de forças, sabendo-se das tropelias dos hollandezes no nordeste. Allegava-se, mais, que esses inimigos bem podiam tentar a occupação do rio para conquistar as riquezas das minas peruanas de Potosy, aproveitando-o como via franca á sahida daquellas preciosidades. Jacome de Noronha preoccupou-se com a opinião publica. Lembrou-se que a fortuna nem sempre protegia os ousados. Sentia, contudo,

---

(1) Sobre a descida desses religiosos bem como a obra de cathequese entre os Encabellados, alem de Berredo, Obr. Cit. Arthur Vianna, Obr. Cit. Frei Laureano de la Cruz — *Descubrimiento del rio, de Maranon, lhamado de las Amazonas, hecho por la religion de San Francisco de Quito,* Diogo de Cordoba, Madrid, 1641; Henrique Santa Rosa, *Historia do Rio Amazonas,* Belem, 1926.

(2) Jacome de Noronha assumiu o governo a 9 de Outubro de 1636, por fallecimento de Francisco de Carvalho. Não lhe cabia o cargo. Mas conseguindo o apoio da camara de São Luiz, por esta foi proclamado, o que só obteve da de Belem por meios facciosos e com os protestos do capitão-mór Luiz do Rego, resultando desse seu procedimento criminoso a prisão e a deportação que soffreu em 1638, após inquerito, processo e condemnação pela autoridade judiciaria.

que se fazia necessario um feito heroico de sua parte, que desfizesse a impressão creada na côrte, com a sua intrusão no governo. Despresou todas as observações. Fez ver o quanto de errado andavam os inimigos da empreza, passando a cuidar activamente em aprestal-a.

Escolheu, para commandal-a, o capitão Pedro Teixeira, um sertanista que não conhecia hesitações e valia muito pela experiencia adquirida em annos de luctas na Amazonia. Deu-lhe a patente de Capitão-mór e General do Estado e poderes amplos para agir com facilidade. Raymundo Jacome, de começo, imaginara por-se á testa da expedição, mas desistira do intento. Comprehendera as grandes responsabilidades que lhe pesavam aos hombros, no cargo de governador, ás ameaças dos hollandezes, em correrias na costa atlantica.

Os outros postos de cathegoria foram assim distribuidos: mestre de campo, capitão Antonio de Azambuja; sargento-mór, Felippe Cotrin; capitão de infantaria, Pedro da Costa Favella e Pedro Baião de Abreu.

Pedro Teixeira, depois de instruido pelo governador na acção a realizar, seguiu para Belem, onde chegou a 25 de Julho de 1637. A celeuma que levantou esteve quasi a provocar o esphacelamento do plano de Jacome de Noronha. O senado da camara requereu, ao capitão-mór do Pará, Ayres de Souza, o adiamento da entrada. Argumentava com os prejuizos a que a Capitania ficaria exposta com a sahida de tantos soldados. Os hollandezes andavam perto e não seria um caso inedito se atacassem a cidade. O argumento era o mesmo dos derrotistas de São Luiz. O governador, ainda desta vez, não attendeu ás ponderações. A expedição continuou a ser arrumada.

Pedro Teixeira, enthusiasmado com o feito que advinhava brilhante, lançou mão dos recursos de sua propria fazenda, auxiliando o Estado. Das aldeas do Tocantins vieram nativos. Assim engrossada, a expedição partiu de Cametá, onde ficou organizada em definitivo. Setenta soldados e varias centenas de nativos freicheiros, augmentados adiante para mil e duzentos, num total — entrando a officialidade, as mulheres, as creanças e os nativos de serviço — de mais de duas mil pessôas. Alguns autores afiançam duas mil e quinhentas pessôas. As canoas em que navegaram subiam a quarenta e sete, a vinte remos cada uma. Como pilôto, ia o sertanista Bento da Costa; capellão, o padre Agostinho das Chagas, do convento Santo Antonio, de Belem; mestre de campo, no posto de coronel, Bento Rodrigues de Oliveira, substituindo o capitão Antonio de Azambuja, que desistiu por motivos particulares. Figurando, ainda, entre essa gente, mais um capitão, tres subalternos, um ajudante, dois sargentos, um almoxarife e um

escrivão. Do pessoal, que baixara com os franciscanos de Quito, regressavam apenas quatro. Frei André de Artieda embarcara para a Europa, afim de communicar ás autoridades as occorrencias da descida. O outro, frei Domingos de Brieba, acompanhou Pedro Teixeira.

Largando de Cametá, a 26 de Outubro de 1637, ao que parece refazendo-se em Gurupá, por que varios autores até preferem dar o fortim como ponto de partida ([3]), os novos bandeirantes, de conformidade com as instrucções recebidas de Jacome de Noronha, foram reconhecendo detidamente o oceano fluvial, annotando-lhe as minimas particularidades, os usos e costumes das centenas de tribus povoadoras, seus instrumentos de guerra, indole pacifica ou bellicosa, a fartura em que viviam, a exhuberancia do solo, o extraordinario das arvores de altura tão assombrosa que lhes pareceu, exageradamente, tocando as nuvens. Nada lhes escapou. Os affluentes do Amazonas ficaram assignalados. A angustura de Obidos trouxe-lhes a idéa de ser aproveitada numa fortificação para cortar a empreitada dos hollandezes ou outros concurrentes, no caso de se atreverem alli passar no rumo de Quito.

Subindo vagarosamente a luctar com falta de conhecimento da região, visto a insufficiencia dos guias, desculpados sob o fundamento de se não mais recordarem do caminho pelas sensações violentas da baixada, a luctar com a correnteza, sempre impetuosa, preoccupados, tambem, com a boa execução das ordens de tomar conhecimento o mais exacto possivel do que avistassem, a meio caminho principiou o desanimo. Os remeiros e frecheiros começaram a fugir. Os soldados mesmo deram mostras de cansaço, de falta de fé. Muitos adoeceram. Pedro Teixeira percebeu que não estava longe a hora de campear, abertamente, a indisciplina. O extratagema empregado surtiu effeito. Fez constar a proximidade de Quito. E para dar maior tom de seriedade ao boato, expediu, a 27 de Fevereiro de 1631, com frei Domingos de Brieba, numa flotilha de oito canoas, o coronel Bento Rodrigues de Oliveira,

---

([3]) A divergencia entre os chronistas a respeito do ponto de onde partiu a expedição é manifesta. Berredo prefere Cametá. Christobal de Acuña, no *Nuevo Descobrimiento del Gran rio de las Amazonas, Madrid, 1641,* assignala Gurupá; o Barão de Guajará, *Historia Colonial do Pará,* Revista da Sociedade de Estudos Paraenses, refere Cametá; Palma Muniz, *Delimitação intermunicipal do Estado do Grão Pará,* Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, tomo IX, Cametá; Arthur Vianna, *Noticia historica,* « O Pará em 1900 », Cametá; João Lucio de Azevedo, *Os jesuitas no Grão Pará,* Gurupá; Theodoro Braga, *Noções de Chorographica do Estado do Pará,* Cametá; M. Braga Ribeiro, *Pedro Teixeira,* Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará fs. 111, diz que o seu biographado sahiu de Cametá, onde concluiu os preparativos, para Gurupá.

para noticiar, em Quito, a proxima chegada da expedição e levar os mais desanimados.

O mestre de campo, adiantando-se, teve o cuidado de deixar os signaes de sua passagem, com indicações preciosas e viveres, num zelo que o recommendava sem causar surpreza, porque era conhecida de sobra a sua actividade, o seu patriotismo, a sua sciencia perfeita da vida do sertão, de onde era filho. Maneiroso, falando a lingua geral, o que lhe servia de chave nas aldeias, o coronel Bento de Oliveira [4] não encontrava embaraços.

Tomando-lhe a derrota traçada, Pedro Teixeira animava os companheiros incitando-os a alcançar o mestre do campo. No encontro do Napo com o Aguarico, logar provavel do assassinio de João de Palacios, deixou a maioria da tropa, sob os olhares vigilantes de Pedro da Costa Favella, no proposito de, ao regressar, alli fundar uma cidade. Adiante, na povoação de Payamino, refez-se das fadigas. A cidade de Baeça, depois de cincoenta dias de caminhada aspera, hospedou-o por oito dias, cumulando-o de gentilezas. Lá recebeu, em cartas, os cumprimentos do presidente da Real Audiencia de Quito, do bispo e outras autoridades ecclesiasticas. No povoado de Pupas, a cinco leguas de Quito, reuniu-se ao coronel Bento de Oliveira, que visitara Quito antes e agora o aguardava [5].

A meia legua da actual capital equatoriana, teve estrondosa recepção. Um cortejo acompanhou-o por entre as mais vivas demonstrações de carinho, á séde da Real Audiencia. Organizaram-se festas, corridas de cavallos, touradas, em homenagem aos indomitos sertanistas. Sobre frei Domingos de Brieba recahia a admiração geral por o julgarem todos, de ha muito, victimado ás mãos dos barbaros nas florestas amazonicas.

O piloto Bento da Costa traçara um plano do Amazonas e ditara a narrativa de aventura [6]. Appensos á carta do presidente da Audiencia dando conhecimento da empreza, foram dirigidos ao vice-rei em Lima, conde de Chichon, D. Luiz Jeronymo Fernandez de Cabrera. Este, a 10 de Novembro, ouvidas as pessoas de responsabilidades da capital, ordenou que Pedro Teixeira regressasse

---

(4) Segundo Braga Ribeiro, era natural de Pernambuco.

(5) O coronel Bento de Oliveira, adiantando-se, deixara em Payamino as canoas em que viajava, seguindo até Quito, a avisar da vinda de Teixeira. Daquella cidade voltara então para aguardar a chegada de seu chefe, com elle se encontrando em Pupas.

(6) O plano e narrativa da viagem foram publicados em Madrid, em 1889, pelo hespanhista Marcos Jimenez de La Espada, sob o titulo *Viaje del Capitan Pedro Teixeira aguas arriba del Rio de las Amazonas.* O plano está reproduzido no volume *Espana*, da *Enciclopedia Espasa,* Madrid.

urgentemente a Belem, sufficientemente provido de alimento e material de guerra, afim de impedir qualquer projecto hollandez com relação ao Perú, pela via fluvial que ficava aberta. O vice-rei ordenou, ao mesmo tempo, que acompanhassem Teixeira duas pessoas da confiança levando a incumbencia de conhecer o caminho e na Hespanha descrevel-o fielmente ao Conselho das Indias. As ordens religiosas, dispondo de prestigio nascido em parte da superioridade mental de seus membros, disputaram os dois logares. A Audiencia decidiu escolhendo, de accordo com o provincial da Companhia de Jesús, frei Christovam de Acuna e frei André de Artieda, ambos creaturas merecendo todo o respeito em razão dos cargos que occupavam e de valor intellectual sobejamente provado. Outros missionarios, da Ordem das Mercês [7], juntaram-se a Teixeira, que os solicitou para a fundação de um convento em Belem.

A baixada começou a 10 de Fevereiro de 1639. Tomando o Napo, na embocadura do Aguarico Pedro Teixeira fez pousada. Era lá o acampamento de Pedro da Costa Favella. As pazes com os Encabellados já não estavam respeitadas. O desasocego no logar tomava vulto. Pedro da Costa Favella, para garantia de seus commandados, assignalava em sangue e fogo a sua presença de disciplinador passando pelas armas os Encabellados que pudera agarrar e incendiando-lhes aldeamentos [8]. Pedro Teixeira castigou os culpados, approvando, com tamanha decisão, o procedimento energico de seu official subordinado. E passando a executar determinações expressas do regimento de Raymundo Jacome de Noronha, emquanto os seus homens e nativos se entregavam á construcção de montarias novas, fundou a povoação da Franciscana, a 16 de Agosto, com toda a solemnidade, em presença do pessoal. Fundou-a em nome de Felippe IV, para a corôa de Portugal, como marco de limite, na America, entre as colonias ibericas, registrando-se o acontecimento em acta que teve a assignatura dos brasileiros e portuguezes de posição na entrada [9].

Dahi, proseguiu em demanda de Belem. Teve novos encontros com tribus, melhores noções a respeito dellas e dos affluentes

---

(7) Frei Affonso de Armejo, Diogo da Conceição, João da Mercê, Pedro de la Rue. Este vinha como commissario. Em caminho, frei Affonso e frei Diogo falleceram.

(8) Os Encabellados, depois de algum tempo em franca amisade com a gente de Favella, mataram tres indios da expedição, provocando immediatas medidas de repressão. Nasceu dahi a lucta em que Favella se mostrou terrivel.

(9) A acta do grande acontecimento está bastante divulgada. Berredo inseriu-a nos *Annaes Historicos,* paginas 283-285.

No Museu Paulista ha um quadro lindissimo, assignalando essa posse de Pedro Teixeira. Ignoramos o nome do autor. Sobre a importancia do acto, basta lembrar que em 1640 Portugal se libertaria do dominio hespanhol, ficando, portanto, os seus limites, na Amazonia, extendidos ao Napo.

do Amazonas [10], maiores facilidades já na navegação. Frei Christobal D'Acuna, recolhendo, pacientemente, todos os informes que catava, ia organizando os materiaes de que se serviria para, num livro famoso, dizer á Europa daquelle paraiso.

A expedição alcançou Belem a 12 de Dezembro de 1639, sem grandes custos. Na subida, até Quito, sommavam-se doze mezes; na baixada, apenas dez, num computo geral, entre ida e volta, de dois annos e dois mezes!

Os padres mercenarios ficaram em Belem, estabelecendo uma casa para a Ordem [11].

Pedro Teixeira e os jesuitas dirigiram-se a São Luiz. Raymundo Jacome de Noronha não governava mais. Era seu substituto Bento Maciel Parente, que acolheu os viajores com demonstrações fidalgas. A população, esquecida dos protestos de hostilidade á jornada, tambem os cumulou na manifestação.

Pedro Teixeira recebeu, como recompensa aos serviços prestados, o titulo de capitão-mór do Grão-Pará.

Frei Christovam de Acuna partiu para Madrid. Perante o Conselho das Indias, em requerimentos, mostrou exhuberantemente as vantagens e a necessidade da colonisação da bacia portentosa, providencia de que Felippe IV não devia descurar-se para gloria de seus dilatados dominios. Escreveu, após, o *Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas,* editado na capital hespanhola em 1641, livro de successo, trazendo detalhes curiosos da terra e do homem da Amazonia. A politica de sigillo, guardada com relação ás colonias na America, seguida em Portugal desde a phase das descobertas maritimas, tambem vinha sendo adoptada por Hespanha. Receiava-se a cubiça das outras nações, a tentarem concurrencia sobre o Novo Mundo. O *Nuevo Descubrimiento,* noticiando pormenorizadamente o valor da Amazonia, seria perigoso, podendo aguçar as pretenções dos estrangeiros. A edição, por ordem do governo, foi suprimida, salvando-se menos de uma duzia de volumes [12]. Desses, um exemplar, conhecido do conde de Pagan, foi aproveitado para, calcula-se, sommada a outras noticias, a elaboração de certa chronica [13] apresentada ao cardeal Mazari-

(10) No rio Negro, á bocca, os soldados pretenderam atirar-se á caça aos indios, no que foram impedidos pelos jesuitas Christovam d'Acuña e André d'Artieda.

(11) Em 1640, segundo Palma Muniz, nas *Reflexões sobre os Annaes,* começaram a construcção de uma egreja e um convento, este servindo presentemente de alfandega de Belem.

(12) Um dos exemplares foi traduzido em 1820, no Rio de Janeiro, sendo estampado na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro,* tomo XXVIII, 1865.

(13) Conte de Pagan, *Relation Historique e Geographique de la grande Reviére des Amazones, dans l'Amerique,* Paris, 1655.

no, concitando o notavel chanceller francez á conquista do Rio-Mar. A politica hespanhola, como se vê, não era destituida de fundamento. Mas, pelo seculo adiante, não lhe traria resultados politicos. Desprezados os conselhos do padre Acuna, os portuguezes, desde 1640 livres da tutela da casa dos Austrias, de Hespanha, aos poucos foram occupando a região, explorando-a commercialmente e defendendo-a com vigor.

A expedição de Pedro Teixeira, abrindo as communicações com Quito, provando-as exequiveis, tornando melhor conhecido o trecho entre os Andes e o Atlantico, ensinou aos sertanistas de Belem e São Luiz a avançada, mais tarde prova para o dominio que exerceram.

Olhada sob o ponto de vista geographico, a expedição contribuiu fartamente para a reforma das noções em voga. Encarada politicamente, valeu como o primeiro passo para o alargamento do Brasil portuguez na posse fincada á bocca do Aguarico.

* * *

Pedro Teixeira [14] é o mais impressionante typo de sertanista da Amazonia. Durante tres decadas a fio, não ha um episodio de vulto, seja de guerra, seja de que natureza fôr, a que seu nome não esteja ligado e coberto de illustrações. Um ou outro deslize com que pretendem toldar-lhe a vida de heroismo, de ardor patriotico, nada exprime ao lado da esplendida folha de serviços. Varonil, disposto aos ultimos sacrificios, não encontra rival nas attitudes. Batendo hollandezes ou inglezes, varando o coração da selva, tratando com o amerindio, é sempre a figura esplendida do homem-arrojo, do homem-desprendimento.

Conhecem-se, de leve, as suas origens. Era portuguez da peninsula, nascido no valle do Douro, em Catanhede, uma villa celebrada pelo conselho que lá se reuniu para approvar o casamento de D. Pedro I com D. Ignéz. Só isso desses primeiros tempos. Vamos encontral-o, depois, ao lado de Jeronymo de Albuquerque, na campanha contra os francezes, no Maranhão. Conquistada a colonia intrusa, fez a sua estréa no scenario amazonico, acompanhando Francisco Caldeira Castello Branco quando este capitão veio fundar Belem. Desde esse instante, simples alferes, principiou a destacar-se. E' demais conhecido o caso. Estabelecido o fortim do Desterro, á beira do Guamá, Castello Branco mandou-o, por terra, avisar Jeronymo de Albuquerque, em São

(14) A biographia do famoso sertanista foi traçada por M. Braga Ribeiro, *Pedro Teixeira*, Revista do Instituto Historico e Geographico do Pará, fasc. III, Belem, 1920.

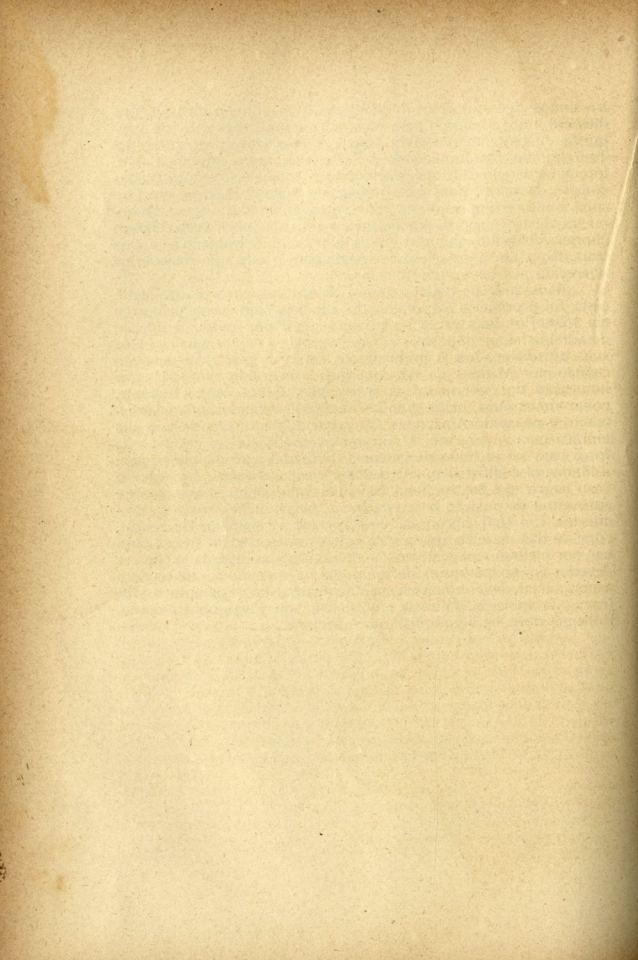
Luiz, do feito realizado. Ainda hoje [15] é arriscada e custosa a viagem entre as duas cidades. Aquelles dias, muito mais, por causa da tapuyada que se ajuntava para incommodar os portuguezes. Pedro Teixeira, sem uma queixa que o revelasse receioso do commetimento, com uma escolta de poucos homens, atravessou o emaranhado sertão, de que tomou posse para Portugal,—depois de alliar-se ás tribus levantadas em cilada para embaraçar-lhe o passo—indo sahir na capital maranhense afamado e a despertar espanto. Voltando a Belem, trazendo os recursos bellicos mandados afim de firmar-se a soberania portugueza no Rio-Mar, desta vez por via maritima, teve de enfrentar, em duas canoas armadas e tripuladas apenas por vinte soldados, uma náo hollandeza que procurava relacionar-se com os nativos. A partida custou caro. Teixeira recebeu tres ferimentos graves na abordagem. A náo, defendida e assaltada violentamente, foi devorada pelo fogo que os portuguezes lhe atiraram no desespero de tomal-a, salvando-se-lhe mais tarde, ás indicações do valente alferes, a artilharia, pescada e levada á augmentar as baterias do fortim de Portugal. Breve, por serviços assignalados, Pedro Teixeira recebeu, em patente real, o posto de capitão de infantaria, justa, merecedissima promoção, que serviria de incentivo para novos feitos. Os mais proximos, está nos chronistas, registraram-se assignalaveis em sangrentos encontros com os nativos que, rebellados, em numero respeitavel e vencidos a golpe de bravura, ameaçavam a capitania paraense.

Pedro Teixeira revelou-se, porem, o grande soldado merecendo a admiração da posteridade e de seus contemporaneos na lucta contra os hollandezes e inglezes, plantados ao longo do Amazonas. Participou de todas as arremetidas ás posições occupadas por elles, ora commandando destacamentos, ora á testa de todas as forças em operações. Na tomada de Gurupá, nos Mariocay, posto hollandez, se não brilhou por ter comparecido atrazado tambem não alistou nos indecisos. No Xingú, vingou os brios portuguezes, insultados com o atrevimento daquelles intrusos, vingou sozinho, expulsando-os dos pontos que occupavam—fortins de Orange e Nassau. No Mandiutuba, perto de Gurupá, a gloria cabe-lhe inteira. Os hollandezes, alli fortificados, completamente destroçados retiraram-se para o Cajary, abrigando-se nas duas casas fortes inglezas lá mantidas desde 1623. Catando-os, Teixeira foi-lhes atraz, alcançando-os nas citadas posições. Arrasou-as, capturando os estrangeiros que poude. Passava-se isso em 1625. Qua-

---

([15]) Não faz ainda um anno, os soldados do 26 Batalhão de Caçadores, sob o commando de Emmanuel Moraes, tendo participado do movimento libertador de Outubro, perseguidos pelas tropas governistas, tentaram o mesmo percurso, não o conseguindo realizar.

tro annos decorridos, os hollandezes, não convencidos de que lhes era inutil o esforço para fazer vingar os propositos de conquista do extremo norte do Brasil, se localizavam no fortim de Taurego, no Maracapucú. Pedro Teixeira, numa investida feliz, forçou-os á rendição total, demolindo o estabelecimento. Irritadas com os desastres, duas náos inimigas o surprehenderam em Gurupá, onde revigorava a sua gente, mas, como das vezes anteriores, as destroçou, provocando-lhes a retirada precipitada. Nesses choques, levando alguns um dia e uma noite, mostrava-se dos mais dispostos, apressando a victoria com o exemplo de energia offerecido aos seus subordinados.

Acossando os nativos, nunca os tratou com barbaria. Sertanista, foi o primeiro explorador do Tapajóz, cujo curso percorreu em 1626. Por duas vezes no governo do Pará, firmou reputação de administrador honesto, zeloso, recordado com saudade pelos seus jurisdicionados. A primeira vez, em 1619, pela deposição do capitão-mór Mathias de Albuquerque; a segunda, em 1641, por nomeação do governador do Maranhão, Bento Maciel Parente, como vimos atraz, pelos grandes serviços prestados no devassamento e posse do Amazonas. Da primeira, não correu licita a sua entrada para o governo. E' mesmo accusado de ter abusado da força para ser incluido na gerencia triumviral, que depois passou a biumviral e afinal ficou depositada em suas mãos. E é esse o caso negro que lhe apontam, reconhecendo, embora, que não se aproveitou da posição para vinganças, perseguições aos seus desaffectos. Em 1641, apromptando-se para ir á Hespanha descansar, curar-se das mazellas que a vida agitada do sertão lhe dera e pugnar por melhores pagamentos á divida de que o Estado lhe era devedor em tantos annos de aventuras na Amazonia, que ajudara a conquistar, enfermou desesperadamente. Não resistindo á violencia da molestia, falleceu em Belém, sob geral consternação. Portugal deve-lhe a conquista da Amazonia.

O inicio do povoamento

Só depois da viagem de Pedro Teixeira começou o devassamento do territorio amazonense. Os sertanistas, partindo de Belem, Gurupá e Cametá se foram internando em entradas ousadas, passando do Tapajóz para as bandas do Occidente, região conhecida por *Certão das Amazonas*, no rumo dos limites com as colonias hespanholas.

O silencio dos chronistas e o desbarato dos archivos impedem que se conheça o nome desses pioneiros destemidos. Sabe-se, comtudo, que subindo o Amazonas reconheceram, mais demoradamente que Teixeira, certos rios da bacia, adiantando-se até o Solimões.

Buscavam ouro e droga do sertão. Caçavam o indigena. Nunca foram felizes nas pesquizas para descobertas de veios auriferos. As drogas, na linguagem do tempo, eram o cacáo, a baunilha, a canella, o cravo, as raizes aromaticas, apreciadissimas riquezas naturaes, abundantes em todo o valle[1]. Colhiam-n'as sem grandes difficuldades e em largas porções, principalmente o cacáo no Madeira.

A caça ao indio, mais lucrativa, foi, todavia, a mais custosa. Careciam delle para os trabalhos agricolas e industriaes, para os serviços publicos e misteres domesticos. Mas desde D. Sebastião, uma serie de leis procurava protegel-o, defendendo-lhes os direitos á liberdade como legitimo dono da terra. O captiveiro, por essa legislação, era permittido: quando o indio fosse apresado em *guerra justa*, isto é, nas luctas em que elle atacasse os colonos; quando, agarrado por uma tribu inimiga, estivesse aguardando o momento de ser sacrificado. Nesse ultimo caso, o sertanista resgatava-o. As expedições que procuravam o sertão para esse commercio tinham o nome de tropa de resgates.

---

(1) João Lucio de Azevedo, *Os Jesuitas no Grão-Pará,* pg. 126. Lisboa, 1901.

Apezar dos rigores, os abusos eram constantes, Os sertanistas, nas suas penetrações reduziam á escravidão quantos indigenas encontravam, estivessem ou não nas condições exigidas pela lei. Os nativos, assim subtrahidos á liberdade, carregados aos montões, para Belem, eram vendidos aos moradores, por preço marcado pelo governador e pela camara. Tinham de escravisar-se-lhe por dez annos, findo o que deveriam regressar ás aldeias, determinação jamais cumprida e mesmo revogada, illegalmente, em deliberação tomada numa junta reunida em Belem para violar os dispositivos da legislação [2].

A chegada dos jesuitas a Belem fez surgir os primeiros obstaculos a essas operações. O padre Antonio Vieira, desprezando ameaças e perseguições, levou á côrte portugueza as vozes de supplica da raça que se extinguia. A lei de 9 de Abril de 1655 procurou cohibir os abusos. Entre outras providencias para minorar a sorte dos legitimos senhores da gleba, mantinha o captiveiro quando nas guerras justas, autorizadas do reino, e pelo resgate, mas entregava a administração das aldeias indigenas aos principaes dellas, assistidos pela Companhia de Jesus [3]. Determinava que o cabo commandante das tropas de resgates fosse indicado pelo Superior dos Jesuitas, a quem competia, ainda, marcar a época em que deveriam ter logar as entradas. As tropas de resgates tornaram-se, por isso, menos constantes. Surgiu, em compensação, o regimen dos descimentos. Os jesuitas iam ao sertão e de lá estavam autorizados a fazer descer para Belem os indigenas, aldeias inteiras, com que augmentar os povoados já existentes e formar outros. Era, sob certo aspecto, ainda o captiveiro, porque os missionarios os retiravam da vida nomade a que estavam habituados, trazendo-os, nas reducções, ao regimen do trabalho organizado, methodizado, de todo extranho a elles. Embora, havia muitas vantagens. Essas criavam-se, com a nova situação, na brandura do tratamento.

Os cathequistas, a pouco e pouco, suavemente, venciam o animo vibrante ou desconfiado do nativo, conquistando-o, matando-lhe as irreverencias condemnadas pela religião, transformando-lhes os costumes rudes em usos civilizados, brandos, salvando a raça ameaçada com as investidas violentas dos sertanistas e os tratos barbaros infligidos nas fazendas, nos sitios agricolas, nas occupações domesticas dos moradores de Belem e São Luiz.

Datam desse periodo as noticias mais seguras sobre a expansão portugueza em terras hoje amazonense. Por uma carta de

---

(2) João Lucio de Azevedo, Obr. Cit. pg. 48.

(3) João Lucio de Azevedo, Obr. Cit. pgs. 63 e 64.

Vieira, [4] tem-se conhecimento de que, em 1657, os padres Francisco Vellozo e Manoel Pires estiveram no Rio Negro. Partindo de São Luiz, em 22 de Junho daquelle anno, com uma escolta de vinte e cinco soldados e tresentos indios, os jesuitas levavam instrucções de Superior da Companhia para missionar no Amazonas. A' partida dos invictos propagadores da fé, a oratoria maravilhosa de Vieira não escondera as difficuldades da jornada [5]. Todo um cortejo de provações fizera desfilar animando-os, por fim, com exemplos de abnegação que buscou á historia, e lembrando-lhe os deveres da Ordem, compromettida na salvação da alma daquelles infieis do sertão.

Ao arrepio da correnteza pelo Amazonas, os dois missionarios foram desembocar no Negro. Entraram em bôas relações com os Tarumás que habitavam o rio Negro, logrando reunil-os em missão perto da bocca do rio Tarumá [6]. A visitação ao Amazonas e Negro até os Tarumás, fructificando, rendeu seiscentos captivos e descidos, destribuidos pelos moradores do Pará, mediante as formalidades legaes, e pelas aldeias da Companhia.

Considerada de grande importancia, a missão dos Tarumás, a primeira creada em plena intimidade da selva, longe do Atlantico muitas duzias de dias, recebeu, no anno seguinte, a visita do padre Pedro Pires e do proprio provincial dos jesuitas, padre Francisco Gonçalves, missionario de proclamadas virtudes, «apostolo encanecido nas conversões, perito na lingua da terra; tão modesto que por bagagem só tinha uma canastra, em que guardava o cilicio, disciplinas e livros de casos de consciencia que não dispensava para as duvidas do confessionario; um dos predilectos do céo, que tinham prenunciado a acclamação de D. João IV» [7].

Sahidos de São Luiz, a 15 de Agosto, os dois missionarios trouxeram, na volta, novo carregamento, para os moradores e para a Ordem, carregamento agora mais rendoso, de setecentos escravos e descidos. A missão nos Tarumás servia-lhes, como se percebe, de pouso certo ao descanço e talvez de base onde realizar as negociações, e para os descimentos. Mas, excellente posição, já se vê, com a primeira expulsão dos jesuitas, levada a effeito pela população de Belem, em 1661, foi abandonada.

---

(4) Datada de 11 de Fevereiro de 1660 e dirigida á rainha Dona Luiza Francisca de Gusmão.

(5) João Lucio de Avevedo, *Historia de Antonio Vieira* – vol I, pg. 315.

(6) Tarumá grande, segundo se deprehende das descripções dos chronistas antigos, que falam de uma larga enseáda, verificada ainda hoje na bocca daquelle rio. Quanto aos indios Tarumás ou Taromãs, Rodolpho Garcia, em annotações ao *Diario do Padre Fritz*, Revista do Instituto Historico Brasileiro, 81, pg. 381 diz que Paul Ehrenreich os encontrou e identificou como tribu alophlyla das mais interessantes, nas cercanias do Xingú. Os chronistas antigos informam com detalhes sobre os do rio Negro.

(7) J. Lucio de Azevedo, *Historia de Antonio Vieíra*, pg. 286.

Recomeçaram as audaciosas entradas de caça ao indio. Os sertanistas approveitavam a opportunidade, tanto mais quanto no districto que vae de Belem ao Tapajóz, sentiam-se serias difficuldades na obtenção de escravos. Os indios, intimidados pela voracidade dos brancos, escondiam-se nos altos rios, no centro da floresta [8].

Em 1663, o sargento-mór Antonio Arnau de Villela, a mando do governador paraense Ruy Vaz de Siqueira, internando-se pelo sertão veio sahir no Urubú. Proximo, no lago de Saracá, onde desagua o Urubú, fôra fundada pouco antes, por frei Raymundo, da Ordem das Mercês [9], a missão do Saracá. O rio era povoado pelos Caboquenas, Bararurús e Guanavenes [10], que avisados da chegada da expedição foram procural-a, persuadindo Villela e frei Raymundo da facilidade de conseguir escravos se subissem mais para as cabeceiras do Urubú. Acreditando na noticia magnifica, a tropa de resgate acompanhou-os ficando, no Saracá, apenas uma pequena guarnição. Em caminho, Villela foi assassinado barbaramente com quasi todos os companheiros. Os poucos que conseguiram salvar-se, entre elles frei Raymundo, buscaram refugio na missão do Saracá, onde o alferes João Rodrigues Palheta organizou a defesa, e á frente dos soldados que lá estavam foi ao encontro dos tapuyos, vencendo-os num sangrento combate.

A nova desses successos Belem a recebeu com grande pezar. Tratou-se de organizar uma expedição para castigar os Caboquenas, Guanavenes e Bararurús. O governador Vaz de Siqueira pensou em dirigil-a. Impossibilitado de realizar esse desejo pelos affazeres da administração, entregou-a ao commando do capitão Pedro da Costa Favella. A 6 de Setembro, trinta e quatro canoas largavam de Belem, conduzindo quatrocentos soldados e quinhentos indios, dirigidos por experimentados capitães. A 25 de Novembro, Favella chegava á bocca do Urubú. Ahi desembarcava uma parte de suas forças, talvez para garantir a retirada em caso de derrota, seguindo após a cumprir as ordens que recebera.

Não teve contemplações. Levou tudo a ferro e fogo. Reduziu a cinzas tresentas malocas, liquidou setecentos indigenas, aprisionando quatrocentos. Infringiu uma tremenda lição. Reforçado com um importante destacamento commandado pelo sargento-mór Antonio da Costa, enviado apressadamente pelo governador Vaz de Siqueira, caçou os trahidores por todos os cantos do rio. Fez uma sangreira.

---

(8) J. Lucio de Azevedo, *Os Jesuitas no Grão-Pará*, pg. 141.

(9) Berredo, Obr. Cit. pg. 179.

(10) Nos chronistas que compulsamos, não encontramos noticias detalhadas a respeito dessas gentes indigenas.

Em 1668, Favella voltou ao Urubú [11], despachado pelo governador paraense Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, como cabo de uma tropa de resgates. Alli encontrou os Aroquis, que o guiaram até o Rio Negro onde os Tarumás o acolheram bem. Frei Theodosio da Veiga, religioso da Ordem das Mercês, que o acompanhava [12], fundou então, nas immediações de Aruim, o primeiro povoado da região. Esse povoado, annos depois transferido para a fóz do rio Jahú, recebeu o nome de Santo Elias do Jahú. E' hoje o logar Ayrão. Regressando ao Pará, Favella deu conta dos actos praticados ao governador Coelho de Carvalho, que deante das informações julgou conveniente mandar guarnecer a embocadura do rio Negro [13]. Garantia o dominio portuguez na região e creava um registro para os indios escravizados pelos sertanistas que dahi em diante teriam onde soccorrer-se nos momentos criticos. Era o anno de 1669.

Já a esse tempo corriam noticias de relações dos indios do rio Negro e do Amazonas com os hollandezes da Guyanna [14], e missionarios hespanhóes estavam na posse do Solimões [15]. A medida era, portanto, urgente e de grande alcance.

O capitão Francisco da Motta Falcão, nomeado para o importante encargo, nesse mesmo anno (1669), veio fortificar a bocca do rio [16]. Escolheu o outeiro, entre dois igarapés, situados tres leguas acima da confluencia do rio Negro com o Solimões e levantou, auxiliado na tarefa por seu filho Manoel da Motta Siqueira, especialista em fortificações, um reducto de pedra e barro, de forma quadrangular. Obra ligeira. O fortim, em que repousava a segurança da soberania portugueza naquellas paragens, bastante para manter em respeito a indiada, recebeu o nome de São José do Rio Negro, sendo artilhado com quatro peças, duas de bronze, de calibre um, e duas de ferro, de calibre tres [17]. Ficou entregue

---

(11) Berredo, Obr. Cit. vol. II, pg. 204; Araujo e Amazonas, *Diccionario Historico, Descriptivo da Comarca do Alto Amázonas,* pg. 233, Recife, 1852.

(12) Araujo e Amazonas, Obr. Cit. Manoel Barata, *Ephemerides Paraenses,* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, vol. 144, pg. 23, Rio, 1924.

(13) Araujo e Amazonas, Obr. Cit.; Gaspar Guimarães, *Historia do Logar da Barra do Rio Negro,* Revista Academica, pg. 82, Manáos, 1922.

(14) Vide o capitulo 7.

(15) Vide o capitulo 6.

(16) Araujo e Amazonas, Obr. Cit. Bertino de Miranda, *A cidade de Manáos,* pg. 2, Manáos, 1908. Gaspar Guimarães, Obr. Cit. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, *Diario da Viagem,* etc. pg. 89, Lisboa, 1825.

(17) Taes peças, em 1783, por ordem do general Pereira Caldas, foram recolhidas a Barcellos.

a uma guarnição de poucas praças tiradas das companhias do Pará e foi seu primeiro commandante o capitão Angelico de Barros.

Nas immediações da nova praça, logo se localizaram algumas familias de Barés, Banibas e Passés [18], com que se formou a primeira população do Logar da Barra, nome por que começou a ser conhecido o nascente povoado. Estavam lançados os fundamentos da futura cidade de Manáos.

Mas, dahi para cima, alguns milhares de indios se oppunham á subida dos portuguezes. O sargento Guilherme Valente, da guarnição do fortim, venceu a hostilidade. Explorando o rio até o Uaranacoá e Cabori, conseguiu a amisade e alliança dos Caboriocenas, Carahiahis e Manáos, casando-se com a filha do principal desses ultimos. E uma vez docilizadas, Valente as conduziu á margem esquerda do Cabori, onde as localizou, criando assim mais um nucleo de população [19].

Quasi ao findar o seculo dezesete, os portuguezes possuiam, alem do fortim de São José, do Logar da Barra, o povoado de Cabori, a aldeia dos Tarumás e a do lago do Saracá. Iniciava-se o povoamento.

* * *

Nada se conhece da biographia do sargento Guilherme Valente. Já não se dá o mesmo com relação aos outros dois sertanistas.

Pedro da Costa Favella, pernambucano, chegou ao Pará com Francisco Caldeira Castello Branco. Tomara parte na expulsão dos francezes da ilha do Maranhão. Na Amazonia, combateu os hollandezes e inglezes installados no Xingú e na ilha de Tucujús. Sertanista dos mais ousados, no Tapajós, no Tocantins, revelou-se terrivel perseguidor dos indios. Seu nome causava-lhes terror. Foi companheiro do Padre Teixeira na subida a Quito e exerceu varias commissões de importancia, tal a confiança que nelle depositavam as autoridades.

Francisco da Motta Falcão [20], portuguez, de Lisboa, filho do desembargador Manoel da Motta Siqueira, vindo para o Brasil estabeleceu-se em Belem. Cabo de tropa de resgates, explorador do Tocantins, foi a elle que o governador Pedro Cesar de Menezes entregou o encargo de defender o gentio daquelle rio das trope-

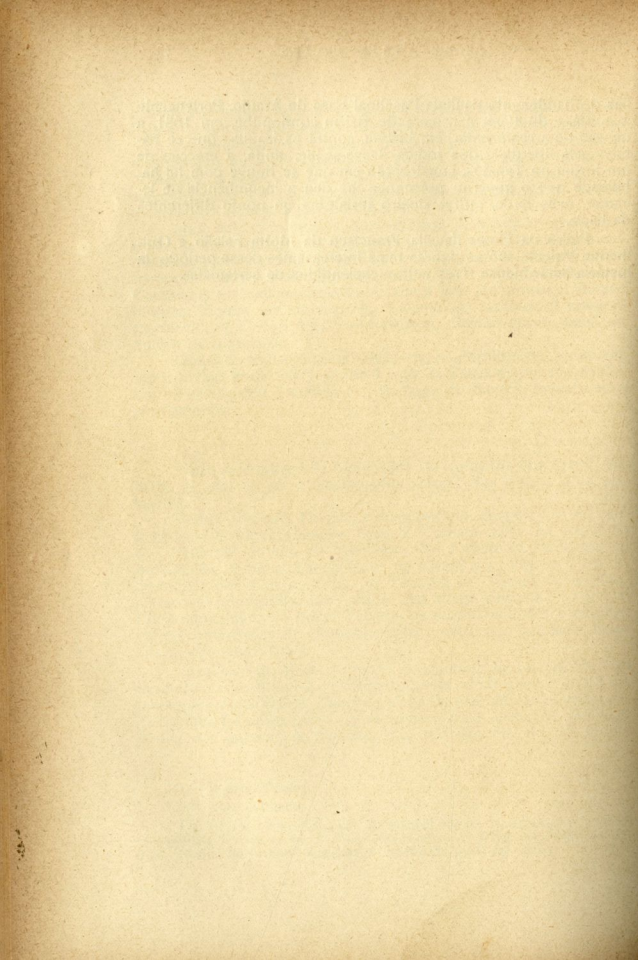
---

(18) Autores citados.

(19) Autores citados.

(20) Berredo, Obr. Cit., vol. II. Manoel Barata, *Apontamentos para as Ephemerides Paraenses*, pg. 85. Rodolpho Garcia, *O Diario do Padre Samuel Fritz*, Revista do Instituto Historico Brasileiro 81, 1918, pg. 390.

lias do bandeirante paulista Paschoal Paes de Araujo. Pertencente á nobreza do Pará, a camara de Belem confiou-lhe, em 1681, a missão de a representar, em Lisboa, contra os jesuitas que se batiam pela liberdade dos indios. Deve-se-lhe, ainda, a erecção de um fortim no Tapajós, construcção em que se houve com tal habilidade que o governo portuguez lhe deu a incumbencia de levantar, mais tarde, outras quatro fortalezas em ponto differentes da bacia.

Pedro da Costa Favella, Francisco da Motta Falcão e Guilherme Valente são as figuras mais interessantes desse periodo da historia amazonense. Tres vultos esplendidos de sertanistas.

Sertanistas e missionarios

A exploração e consequente occupação da bacia amazonica continuou, sem cessar, pelo seculo XVIII. Os sertanistas do Pará e do Maranhão, exhibindo provas de uma coragem, de uma resistencia admiravel, proseguiram na penetração, attingindo os pontos mais distantes do territorio que foram incorporando ao dominio portuguez. Galgaram cachoeiras, luctaram com a aspereza do clima, batalharam contra o indigena. Venceram quasi sempre. Foram os protagonistas de um drama sensacional. Revelaram que áquelles dias já estava formada uma gente energica, capaz dos maiores commettimentos. Não havia perigos que os fizesse desanimar.

Desde o primeiro instante, recebendo a licção do nativo, tinham aprendido a aproveitar as riquezas que lhes offerecia a terra, regada pela maior corrente dagua doce que o mundo conhece. As reservas piscosas, os fructos selvagens, a caça dos mattos, toda, emfim, a cosinha indigena, entrára a ser acceita, saboreada, com grandes desvantagens para a alimentação européa, que fora sendo posta de banda.

Nos primeiros tempos, a legislação para as entradas, já vimos, clara, não era cumprida, embora os religiosos clamassem e a metropole tentasse evitar os abusos. Interpretada ao sabor dos interessados, ora missionarios, ora sertanistas, não podia produzir os resultados que se pretendiam, de garantir em absoluto a liberdade dos nativos, com as excepções marcadas e insophismaveis. Novas disposições, novas ordens regias, amontoando a legislação já farta, nada adiantavam em beneficio do nativo porque a exegese continuava capciosa. Serviam apenas para significar o interesse das autoridades portuguezas, innegavelmente impressionadas e dispostas a amparar os direitos do amerindio [1].

[1] Ninguem melhor que J. Lucio de Azevedo estudou esse capitulo da historia amazonica, mostrando o que foi essa burla constante e a agitação que o problema da escravisação do indigena provocou — *Os Jesuitas ao Grão-Pará*, Lisboa, 1901.

A resolução de 17 de Fevereiro de 1718, do Conselho Ultramarino, e as ordens regias de 9 de Março de 1718 e 13 de Abril de 1728 [2], fixaram de modo positivo os casos em que ficavam permittidas as entradas, que só podiam realizar-se mediante autorização ou á ordem das autoridades. Os missionarios tiveram mantida a licença, pela persuasão ás tribus. Aos sertanistas coube o emprego da força, toda vez que as tribus, taxadas de hostil aos portuguezes, accusadas de antropophagia e outros delictos e costumes condemnados, se recusassem a attendel-os no convite para a localisação em Belem ou São Luiz. Os amerindios, uma vez trazidos áquelles centros, matriculados em livros especiaes, seriam repartidos pelos moradores, nos trabalhos agricolas e domesticos, vestidos e sustentados pelos senhores, obrigados, ainda, a estipendial-os, de accordo com as forças, idade, prestimo e capacidade de cada um.

* * *

Foi por essa época que os missionarios começaram a fixar o indigena, entregue até então á vida nomade, pacificando-o, civilizando-o. Já não operavam quasi os descimentos. Agora localizavam as tribus, aproveitando as aldeias onde as encontravam, ou as conduziam a paragens melhores, fundando as missões que deram origem ás villas e cidades de mais tarde, de nossos dias.

Representado diversas ordens religiosas, cada qual mais empenhada em obter maiores victorias na dilatação da fé, internavam-se tambem pelo sertão, arrostando perigos, expostos á inclemencia de surprezas de toda sorte. Surgiriam, naturalmente, dessa actividade constante das ordens, conflictos de jurisdicção [3]. Afim de evital-os, a carta regia de 19 de Março de 1693 dividiu o theatro das operações; confiou aos jesuitas os trabalhos no districto sul do rio Amazonas até a fronteira com as colonias hespanholas; e aos religiosos de Santo Antonio e da Piedade, a margem esquerda desse rio até perto do Urubú. Os jesuitas teriam, ainda, o trecho comprehendido entre o Urubú e o Negro e todo o valle deste. A' Companhia de Jesús pareceu de avantajadissimas proporções a circumscripção que lhe cabia. Outra carta regia, (29 de Novembro de 1694) reformando a anterior, poz termo á difficuldade, entregando aos mercenarios o Urubú e aos carmelitas o rio Negro.

([2]) Joaquim Nabuco, *Documentos de Origem Portugueza,* vol. I, 1903, pgs. 28-29 e 49.

([3]) J. Lucio de Azevedo, *Os Jesuitas no Grão-Pará,* Lisboa, 1901, pg. 203. Manoel Barata, *Apontamentos para as Ephemerides Paraenses,* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, vol. 144, Rio, 1924, pg. 53.

* * *

Os religiosos da Piedade não chegaram a missionar em territorio amazonense. Ficaram na zona oriental do Jamundá. Os mercenarios, já possuindo no lago Saracá, que lhes coubera na partilha, a aldeia de Saracá, fundada por frei Raymundo nos tempos da sangreira de Pedro da Costa Favella, estabeleceram mais quatro: uma no Anibá, outra no Uatumã e as de São Pedro Nolasco e S. Raymundo, no Urubú. As duas primeiras foram, annos depois, incorporadas á do Saracá, dando origem á actual villa de Silves; as demais, não tiveram grande prosperidade, desapparecendo, ao cabo de algum tempo, com a dispersão dos nativos aldeados [4].

Os padres da Companhia de Jesus tomaram a seu cargo os indios do Madeira. Tiveram de enfrentar as correrias constantes dos Muras, terriveis, só pacificando ás vesperas do seculo XIX. Despendendo esforços inauditos, conseguiram, no emtanto, reunir indios, na foz do Maturá, de onde passaram, perseguidos pelos Muras, para o Canumã. Ainda dahi tiveram de mudar-se levando os cathecumenos para a bocca do Abacaxys, onde poderam permanecer definitivamente. Em 1757, o nascente povoado foi transladado para a margem esquerda do Amazonas, a um sitio de pedras pintadas conhecido por Itacoatiara. E' a cidade desse nome [5].

Frei João de Sampaio [6] apparece como dos mais famosos christianizadores do Madeira. Para alguns autores foi o fundador da aldeia de Maturá. Só ha certeza, porem, de que nas proximidades da cachoeira de Santo Antonio aldeiou os indios com os quaes entrou em relações, em Março de 1728. Mas os Muras não o deixavam em paz. Teve de retirar-se para a foz do Jamary, dalli ao Gy-paraná, passando finalmente á margem direita do Madeira, no desembocadouro do Baetas, estabelecendo a missão do Trocano, hoje villa de Borba [7].

Não ficou no Madeira a influencia dos jesuitas. A' margem esquerda do Matary, que a graphia portugueza deturpou em Ama-

---

(4) Araujo e Amazonas, *Diccionario,* pg. 329. Ribeiro de Sampaio, *Diario da Viagem,* Lisboa, 1825, pg. 3.

(5) A transladação para Itacoatiara foi ordenada por Mendonça Furtado, em Março de 1768 — Furtado de Belem, *Limites Orientaes do Estado do Amazonas,* Manáos 1912, pg. 9. Araujo e Amazonas, *Diccionario,* pgs. 166-167.

(6) Quando Francisco de Mello Palheta subiu o Madeira, em 1722, frei Sampaio já missionava no Madeira, na zona do Jamary, como se vê da *Narração da Viagem,* Capistrano de Abreu, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil,* Rio, 1930, pgs. 195-196.

(7) Araujo e Amazonas, *Diccionario,* 1852, pgs. 62-63.

tary, assentaram tambem uma aldeia, que cedo desappareceu. Ainda se destacaram, nas suas obrigações, antes da carta regia de 1694, pelo rio Negro, aproveitando a obra iniciada em 1657 entre os Tarumás. O padre José Maria Garzoni, italiano e dos mais destacados vultos da ordem, missionou alli [8]. Outros da companhia encarregaram-se do aldeiamento dos Banibas, Barés e Passés, que se arrumavam á volta do fortim de São José, e tentaram vantagens pelo rio acima, sem resultados maiores que alguns descimentos. No Solimões, por fim, estabeleceram a aldeia de São José, ás proximidades da bocca do Javary, por ordem regia, em 1752 [9].

Jesuitas e mercenarios não se podem, porem, egualar aos carmelitas, a quem cabem, sem duvida, as maiores glorias na obra gigantesca de civilização inaugurada no sertão amazonense. Chegados ao rio Negro em 1695 [10], os carmelitas passaram, em 1725, ao rio Branco [11], e em 1710 [12], ao Solimões. Crearam quasi todos os povoados do rio Negro, aquem das corredeiras, nomeando-os Santa Rita da Pedreira, Santo Angelo do Cumarú, Nossa Senhora da Conceição do Mariuá, Nossa Senhora do Monte do Carmo de Caboquena, Santa Rosa de Bararoá, Nossa Senhora do Monte do Carmo de Dores [13]. Missionaram alem das corredeiras, cathequisando os nativos do Waupés. Nas cercanias do fortim de São José, aproveitando-lhe a sombra protectora, levantaram toscamente, de madeira e palha, a capella de Nossa Senhora da Conceição, que tomaram como a padroeira do nucleo em formação. No rio Branco, fundaram aldeias. No Solimões, tomaram conta das missões deixadas pelos missionarios hespanhoes de Samuel Fritz e João Baptista Sana, restaurando-as, augmentando-as e alterando-lhe a situação por locaes mais apropriados.

Ainda não estão conhecidos com segurança os nomes de todos esses carmelitas, que tanto lustre deram á Ordem. Os primeiros a entrar em contacto com a indiada do rio Negro foram frei José de Santa Maria, frei Martinho da Conceição, frei Sebastião da Purificação, frei André de Souza e o leigo Matheus de Santo Antonio. Sabe-se tambem qual o ultimo Superior das Mis-

---

(8) O padre Garzoni era italiano e tido como missionario de vida exemplarissima. Distinguiu-se muito na cathequese.

(9) Ordem regia de 31 de Maio de 1751 — J. Lucio, *Os Jesuitas*, pg. 352. O padre Betendorf, na *Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesús no Estado do Maranhão*, traz detalhes sobre os jesuitas no Amazonas.

(10) Araujo e Amazonas, *Diccionario*, pg. 234.

(11) A. Amazonas, *Diccionario*, pg. 72. Baena, *Ensaio Chorographico sobre o Pará*, Belem, 1839, pg. 537.

(12) Capitulo VI.

(13) A. Rodrigues Ferreira, *Diario*, Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo 49, pg. 130.

sões, frei José da Magdalena [14] considerado sacerdote de inatacaveis virtudes e de energia constructora.

Sabendo triumphar, sobre os costumes rudes daquellas gentes primitivas, pela cordura no trato, imprimindo-lhes confiança, defendendo-os da voracidade com que se apresentavam os sertanistas, á sua palavra amiga, convencedora, aos seus gestos de desprendimento, foram cedendo os impetos de vingança da gentilidade. Manáos, Barés, Passés, Carajás, Jumas, Banibas, Cuevenas, rendendo-se a pouco e pouco, vindos de paragens longinquas, de recessos fluviaes, acomodaram-se, celebraram pazes, acceitaram a dominação dos portuguezes.

Os carmelitas conseguiram, assim, mais resultados que as expedições militares, assignalados em sangue e negativas na civilização dos selvagens. Em Mariuá, installaram a primeira casa de ensino no Amazonas, um seminario, onde as creanças indigenas recebiam educação [15]. Em todas as reducções introduziram, methodicamente, vencendo a natural indisposição do nativo, o trabalho agricola. Disciplinaram o homem das selvas, tirando-lhe o habito de nomadismo. Contrariavam, todavia, a legislação da metropole, falando-lhe na lingua geral, ao em vez de na portugueza, que eram obrigados a propagar [16]. Mas é de nossos dias, ainda, a relutancia do selvicola em abandonar a lingua propria. As difficuldades de hoje para impor-se-lhes o uso do portuguez seriam, certamente maiores, as que os carmelitas encontraram e não puderam resolver.

Accusavam-nos e accusam-nos de exploradores da energia dos nativos, a custa da qual enricaram a Ordem, commerciando os productos da lavoura e da industria extractiva. Accusam tambem de tamanha culpa os jesuitas, os mercenarios. Mesmo acceitando o ataque [17], é preciso convir que sem esses religiosos a occupação do valle amazonico não se teria registrado sem muitas centenas de vidas perdidas e com tanta presteza. A raça teria desapparecido no embate com os sertanistas e pelos castigos dos moradores de Belem e São Luiz, a marcar os capturados com ferro em braza [18]. A variedade linguistica que recolheram estaria perdida.

(14) A. Rodrigues Ferreira, *Diario*, Revista, tomo 49, 1886, pg. 131. Monteiro Baena, *Correspondencia*, Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo 7, pg. 33.

(15) A. R. Ferreira, *Diario*, Revista, tomo 49, pg. 147.

(16) Provisão de 12 de Setembro de 1727 — *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, tomo II, Belem, 1903, pgs. 190-191.

(17) Carta de Mendonça Furtado, de Belem, 27 de Maio de 1757, a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, *Annaes*, Belem, tomo IV, pgs. 203-204.

(18) *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, vol. II, pg. 7.

Outros beneficios não seriam a realidade esplendida observada por viajores insuspeitos e severos como o scientista francez Charles Marie de la Condamine [19] e o bispo do Pará, frei Caetano Brandão, os quaes, visitando o Solimões e o rio Negro, em vezes differentes, não puderam esconder as expressões de enthusiasmo diante do quadro que admiraram. Floresciam os povoados. A indiada vivia contente. Havia ordem e progresso.

* * *

A acção dos sertanistas, frustada no baixo rio Negro com a defesa do nativo pelos carmelitas, teve de extender-se, projectando-se muito além das cachoeiras, alcançando terras que são hoje parte integrante da Colombia, da Venezuela. Principiou em 1725, antes de vencidos os Manáos, de Ajuricaba, e os Mayapimas que guardavam as cachoeiras defendendo-as ardorosamente. Nesse anno, tropas de resgates, amparadas nos mais recentes dispositivos reaes, passaram as corredeiras, continuando aguas acima. Em 1726, 1743 e 1744, a façanha teve repetição [20]. Os sertanistas estabeleceram arraiaes, a conta da fazenda real, pesquizando a rêde flu-

---

(19) Charles Marie de la Condamine esteve na Amazonia, percorrendo-a de oeste a leste, em 1743, commissionado pela Academia das Sciencias de Paris para medir os gráos terrestres. Escreveu a *Relation abregée d'un voyage dans l'interieur de l'Amerique Meridionale,* Paris, 1754. A pg. 61 da traducção hespanhola, diz: «En San Pablo comenzamos a ver, en lugar de casas e iglesias hechas con cañas, capillas y presbiterios de mamposteria, de tierra y de ladrillos, y verdaderas murallas blanqueadas. Aun más agradablemente quedamos sorprendidos cuando vimos em medio de tela bretona, cofres con cerraduras, llaves de hierro en las habitaciones, y de encontrar alli agujas, espejitos, cuchillos, tijeras, peines y otros utensilios europeos, que los indios adquieren todos los años en Pará, durante los viajes que hacen para llevar el cacao silvestre que recogen en las orillas del rio. El comercio con Pará da a estos indios y a sus misioneros una apariencia de bienestar que distingue a primera vista las Misiones portuguesas de la Misiones españolas de lo alto del Marañón, en las cuales se resienten de la imposibilidade en que se ven los misioneros de la Corona de Espana de provenerse de ninguna de las comodidades de la vida, no teniendo comercio ninguno con sus vecinos los portuguezes, descendiendo por el rio, llevando todo de Quito, donde apenas si van una vez al año, y de cuya población están más separados por la cordillera que lo estariam por um mar de 1.000 leguas»,

(20) Araujo e Amazonas, *Diccionario,* pg. 240. Alexandre Rodrigues Ferreira, *Diario da Viagem Philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro,* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo 50, pgs. 127-128. Ribeiro de Sampaio, *Diario da Viagem,* Lisboa, pgs. 90-91. José Ladisláo Monteiro Baena, *Correspondencia,* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, vol. 7, pg. 330. Joaquim Nabuco, *Documentos de Origem Portugueza,* pgs. 102-113. Monteiro Baena, *Ensaio Chorographico sobre a Provincia do Pará,* Belem, pg. 530.

vial. Passaram de Marabitanas, penetrando pelos affluentes do Negro que correm em territorio hoje venezuelano.

Francisco Xavier de Moraes [21], mais tarde capitão de infantaria auxiliar da Capitania de São José do Rio Negro, irmão de Belchior Mendes de Moraes, que aprisionou Ajuricaba, homem de preclaras virtudes civicas, velho conhecedor do rio, a que viera pela primeira vez em 1725, com vinte e cinco annos, em optimas relações com os nativos, é a figura maxima entre os exploradores do alto rio Negro. Chefiando uma bandeira entrou em 1744 pelo Cassiquiari, descobrindo a communicação do Negro com o Orenoco por esse braço e pelo Parauá, por onde regressou. Proximo ao Orenoco, deu com o jesuita Manoel Romão, Superior das missões hespanholas naquella zona. Trouxe-o até o arraial de Avidá, em pleno rio Negro, de onde o missionario voltou surpreso do encontro e da descoberta, pois da parte dos hespanhoes ignoravam-se as relações dos dois rios, julgando-se o Negro povoado de gigantes, como os nativos faziam constar [22].

Varando o Issana, o Waupés, os sertanistas metteram-se pelo Tiquié, tortuosissimo e pontilhado de cataratas. Isidoro Ferreira [23], a cujo respeito escasseiam os dados, foi o maior explorador dessa arteria, conhecendo-lhe o curso inteiro. Outros galhos do Negro, o Mirindá, o Cauaborys, tambem soffreram a investida de entradas, que marcavam, com o reconhecimento, a posse portugueza.

O rio Branco, Quecevene ou Paraviana, no linguajar amerindio, ficou desvendado, definitivamente, ao dealbar do seculo XVIII. Constava que do valle maravilhoso passavam os hollandezes da colonia do Surinan para relações commerciaes com as nações indigenas [24]. O paraense Francisco Ferreira [25] detem as honras de heroe da aventura. Por varias vezes correu-lhes as aguas descobrindo as campinas, o Uraricoera, o Tacutú e outros ramos, operando descrimento lucrativos, para as aldeias do Negro, principalmente a de Aracary. Em 1736, o maranhense Chistovam Ayres

---

([21]) J. Nabuco, *Documentos,* pgs. 104-105.

([22]) Baena, *Correspondencia,* pg. 330.

([23]) Bertino Miranda, *A Cidade de Manáos,* Manáos, 1908, pg. 3. *Dos Rios que desaguam no Rio Negro,* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo 68, pg. 319.

([24]) Capitulo VII.

([25]) J. Nabuco, *Documentos,* pgs. 102-113. *Noticia do Rio Branco,* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo 68, pgs. 320-321. Ribeiro Sampaio, *Relação Geographico-Historica do Rio Branco da America Portugueza,* Lisboa, pg. 10.

Botelho [26] repetiu a aventura com exito. José Miguel Ayres [27], afazendado nas cercanias de Belem e tropico de uma familia graúda da Capitania do Pará, fechou o cyclo das entradas portuguezas alli, em meiados do seculo.

De todos esses vultos homericos que revelaram o rio Branco, a chronica conserva em destaque o nome de Francisco Xavier de Andrade [28]. Typo varonil, a sua palavra era de fiar-se. A sua sciencia em assumptos, mesmo os mais graves, o fazia merecedor da estima, do respeito das autoridades, por que occupou cargos de confiança, mostrando-se sempre zeloso, fiel cumpridor das obrigações. Vamos encontral-o, em 1740, companheiro e muito provavelmente guia de Lourenço Belfort [29], na mais importante entrada naquelle trecho da Amazonia, quando o creso maranhense — que deixou nome em fortuna e como dos iniciadores da cultura do bicho da seda no Brasil — a frente de uma grande tropa de resgates lá chegou por ordem do governador e capitão general do Pará, João de Abreu Castello Branco. Durante mezes, o valle foi batido. No Uraricoera os dois installaram pousada, destacando contingentes que reconheceram os campos em mais de um mez de jornada. Chegaram ás proximidades da cordilheira Parima, rendendo o feito, a Lourenço Belfort, voltosa partida de indios, com que encheu suas fazendas do Mearim e do Itapicurú, no Maranhão.

Não se reduziu, todavia, á bacia do Negro a actividade dos sertanistas. Todas as outras extensões fluviaes que engrossam o Amazonas receberam-lhes a visita.

O Madeira [30] teve as suas aguas sulcadas, logo após a expedição de Pedro Teixeira, pelos collectores de drogas, que iam á apanha de cacáo, lá nativo e abundante. A principio em boa harmonia com os indios, os collectores foram depois seriamente encommodados pelos Turás [31]. Aos pedidos de providencias, veio de Belem, em 1716, com uma expedição militar para castigar os rebeldes e forçal-os á paz, o capitão-mór do Pará, João de Barros

---

([26]) J. Nabuco, *Documentos,* pgs. 102-113. Ribeiro de Sampaio, *Relação,* pg. 10.

([27]) J. Nabuco, *Documentos,* pgs. 102-113. Ribeiro de Sampaio, *Relação,* pg. 11.

([28]) J. Nabuco, *Documentos,* pgs. 102-113. Ribeiro de Sampaio, *Relação,* pgs. 10-11.

([29]) Lourenço Belfort era irlandez. Em 1[illegible]7 fez culturas do bicho da seda e de amoreiras, conseguindo alguma sêda, com que presenteou D. José I, que a aproveitou numa roupagem.

([30]) Araujo e Amazonas, *Diccionario,* pgs. [illegible]81-185. J. Lucio de Azevedo, *Os Jesuitas,* pgs. 222-225.

([31]) Esses Turás, tambem graphados Torás occupavam a Mundurucania. Não resta delles mais um só representante.

Guerra, mandado pelo capitão-general Christovam da Costa Freire. Restabeleceu-se a ordem. Os Turás, cedendo, vieram para a bocca do Mahici, mas Barros Guerra, nas cercanias do Manicoré, teve morte desastrosa. Uma arvore, arrastada pelo barranco, que desmoronava, cahiu sobre a embarcação do destemido militar, afundando-a.

A exploração da grande arteria fez-se então com mais segurança. Em 1722, o governador paraense João da Maia da Gama, informado de que para cima das cachoeiras do Madeira havia povoações de europeus, procurou inteirar-se de quem era gente, na disposição, talvez, de entrar em relações com ella. Fez seguir, a testa de uma grande e bem aprovisionada tropa, reforçada em caminho, o sargento-mór Francisco de Mello Palheta [32], que ficaria immortalizado como introductor do café no Brasil. Paraense, moço, já habituado a emprezas de responsabilidade, pois fôra um da escolta que levou preso para o vice-reinado do Perú o missionario allemão Samuel Fritz, Palheta cumpriu a contento as ordens que recebeu. Passou as corredeiras do Madeira, descobriu a bocca do Mamoré, encontrando finalmente os europeus que procurava. Tratava-se de missionarios hespanhoes da aldêa de Santa Cruz de Cajuvavas, perto de Santa Cruz de la Sierra, a actual capital do Oriente Boliviano.

Raid admiravel! Palheta estava em Belem, de regresso, em Setembro de 1723. Partira em Novembro de 1722. Gastara quasi um anno. Estabelecera franca communicação entre a séde do governo paraense e as terras hespanholas do Oriente. O roteiro da expedição, minucioso, interessante, é um documento preciosissimo. Mostrava as difficuldades da viagem na transposição das cachoeiras e atravez todo Madeira, e revelava o avanço dos hespanhóes, já ás proximidades das minas de Matto Grosso, o que representava muita gravidade para a soberania de Portugal, envolvido nesse titulo e malestar do fisco, ameaçado de ser lezado com o contrabando facil, aberto pelas missões da gente rival.

O governo portuguez, num zelo que pode parecer excessivo, sciente da existencia dessa communicação e dos perigos que poderia acarretar, pelo alvará de 27 de Outubro de 1733 fechou a

(32) Francisco de Mello Palheta era paraense. Os seus serviços ao Brasil, na Amazonia, contaram-se muitos. De lado esse da exploração do Madeira, o mais notavel foi o da introducção do café no Brasil. Em 1727 tendo ido a Guyana Franceza, em commissão do Governo, lá conseguiu sementes e mudas, que sob excessivos cuidados trouxe para Belem, de onde a nova especie passou ao paiz inteiro para constituir a nossa maior riqueza economica. Traçou a biographia do heroe o provecto historiador Basilio de Magalhães — *Quem era Francisco de Mello Palheta, O Jornal*, Rio 1927, — edição commemorativa do bi-centenario do café.

navegação do Madeira. Tomava-se de precaução. A medida, embora severa, nem por isso foi respeitada.

Manoel Felix de Lima [33], commerciante, sem recursos com que attender os seus compromissos, enchendo-se de coragem, em 1742 juntou-se a um bando de aventureiros, entre os quaes Joaquim Ferreira Chaves, no desejo de melhorar de situação. Largou-se com os companheiros do arraial de Cuyabá, em pleno sertão mattogrossense, rumo do desconhecido. Alcançou o Baurés. Desceu até o Guaporé, passou ao Mamoré e por esse ao Madeira. Venceu o trecho encaichoeirado indo sahir, ao cabo de alguns mezes, em Belem. Ligara o Cuyabá ao Atlantico. Preso por desobediencia ao alvará, mandaram-no deportado para Portugal e sentaram praça, como castigo, em Ferreira Chaves, que desertou, fugindo para Cuyabá, a dar novas da descoberta das communicações pelo Madeira.

Principiou, em consequencia dessa noticia, a subida e descida pela magnifica estrada fluvial. José Leme do Prado, paulista, sahindo de Matto Grosso em 1749, foi o primeiro a aventurar-se. Teve successo. Em cincoenta e um dias venceu a distancia com Belem. Já no Amazonas, topou com o paulista João de Souza de Azevedo. Narrou-lhe o que era a vastidão do Madeira, sua riqueza em drogas do sertão, inteirando-o das relações entre Cuyabá e Belem.

João de Souza Azevedo [34], da raça de gigantes que São Paulo deu ao Brasil, tinha o sangue a ferver por commettimento dessa ordem. Ituano, commerciante em Matto Grosso, estabelecido com fazenda no Jaurú, especialista em negocios de sal, em 1746 adiantara-se pelo Paraguay, Sipotuba, Sumidouro, Arinos, Tapajóz, saltando na capital paraense, com o que unira Matto Grosso ao Atlantico pelo novo trajecto. Enthusiasmado, agora, com os detalhes de Leme do Prado, arriscou-se pelo Madeira, esquecendo o Tapajóz. Sahiu-se bem. E por varias vezes, subiu e baixou o Madeira, com irritação das autoridades, porque o alvará regio era desrespeitado, reunindo cabedaes, tornando-se preciosa fonte a respeito de quanto dizia com o rio. As reprimendas, as as imposições fiscaes, os carinhos officiaes, jamais o demoveram da teimosia. Maneiroso, cheio de labia, arranjava sempre as desculpas, fugindo ás penalidades impostas.

O Madeira, assim devassado, limite natural com as colonias hespanholas, de onde partiam propositos de posse, precisava ser

(33) Robert Southey teve, na composição da *Historia do Brasil*, V, o roteiro da viagem de Felix de Lima, roteiro hoje considerado perdido — V. Correia Filho, *As raias de Matto Grosso*, São Paulo. 1926, vol. IV, pgs. 10-14.

(34) Sobre João de Souza de Azevedo e suas aventuras na Amazonia ha varios documentos nos *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, vol. 3.

examinado scientificamente, tomando-se-lhe a posição dos sitios mais importantes e annotando-se-lhe toda a physiographia. Uma expedição, tendo por chefe o sargento-mór Luiz Fagundes Machado e mestre de campo José Gonçalves da Fonseca [35], que deixou roteiro interessantissimo e importante, largando de Belem a 14 de Julho de 1749, chegou ao Cuyabá, a 16 de Abril de 1750, após detido exame do rio, para cumprimento ás determinações da metropole.

Os resultados da verificação, reunidos aos reclamos, ás provas de que o Madeira era via ideal para as operações commerciaes de Matto Grosso, e mais á necessidade imperiosa de soccorrer essa Capitania, creada principalmente para cortar os intuitos imperialistas dos hespanhóes; motivos economicos e politicos, portanto, levaram o governo, em Lisboa, a comprehender que a medida prohibindo a navegação não podia continuar em vigor. A provisão regia de 14 de Novembro de 1752, confirmando a resolução de 23 de Outubro, do Conselho Ultramarino, revogou o alvará de 1733 [36], providenciando, porem, na segurança e fiscalisação dos transportes com a creação de um registro, que não foi installado, na cachoeira de Aroaya, hodiernamente Santo Antonio [37]. O Madeira ficou então inteiramente aberto ao commercio do Pará e Matto Grosso.

* * *

O reconhecimento do Juruá, Içá, Japurá, Tonantins, Coary, Catuá, Jutahy, Jundiatuba e Purús realizou-se após a expulsão, em 1710, dos missionarios hespanhóes que, dirigidos pelos padres Fritz e Sana, se haviam estendido até proximo do rio Negro. Até então, alem das expedições militares para expulsão dos cathequistas hespanhóes, apenas alguns sertanistas afoitos, preando

---

(35) José Gonçalves da Fonseca, *Navegação feita da cidade do Gran-Pará até a bacia do Rio da Madeira*, Lisboa, 1826. Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas. Antonio Nuues de Souza, *Lembrança da Noticia e averiguação que fez a Real Escolta vinda da cidade do Gran-Pará em serviço de sua Magestade que Deus guarde a estas minas de Matto Grosso* – Revista do Instituto Historico Geographico Brasileiro, tomo 57, pg. 271.

(36) Manoel Barata, *Apontamentos para as Ephemerides Paraenses*, Revista do Instituto Geographico Brasileiro, vol. 144, pgs. 172-173.

(37) Esse registro não foi installado porque, tendo João de Souza de Azevedo opposto considerações, combatendo o local, o assumpto ficou para ser resolvido de accordo com o governador de Matto Grosso e como mandasse o rei, a quem o caso foi affecto. Em 1757, então, o governador de Matto Grosso mandou estabelecer um povoado entre a primeira e segunda cachoeira do Madeira, o que o dr. Theotonio Gusmão executou, fundando a povoação de Nossa Senhora da Boa Viagem – *Annaes da Bibliotheca e Archivo do Pará*, vol. 3, pgs. 164-166, 217-218; vol. 5, pgs. 242-243, 305-306.

indios, colhendo drogas, haviam entrado no Solimões. Isso mesmo sem grandes resultados. Depois, as tropas de resgate, na faina que as preoccupava, se movimentaram pesquisando as arterias fluviaes que engrossava o Solimões. Mas é preciso assignalar que nessas pesquizas preferiram o Tonantins, o Içá e o Japurá, devassando pouco os demais, donde resultou continuarem de pé as parcas noticias trazidas pelo amerindio — eram rios muitos largos, povoadissimos de nativos, fartos em productos naturaes. No Japurá, atrevida, feroz, a penetração, de que se constituiu principal figura o sertanista Eugenio Ribeiro [38], que remontou o trecho encaichoeirado, deu em resultado o povoado Caiçara, [39] mercado da escravaria indigena agarrada sem piedade.

Alem do Solimões, pelo Maranon até o Napo, tambem se estendia o territorio portuguez, pois nelle Pedro Teixeira plantara um marco, definindo os lindes de Portugal e Hespanha na Amazonia. As autoridades de Belem tinham suas attenções voltadas para aquella situação ideal. Os sertanistas e os carmelistas lá chegaram, provocando os protestos dos missionarios hespanhóes com os quaes se chocaram.

Em Agosto de 1731, o padre João Baptista Julião, superior delles, reclamou, em carta, perante o governador paraense Alexandre de Souza Freire, contra a pretenção. A resposta não tardou, delicada, cheia de provas dos direitos portuguezes, recusando fundamento á reclamação. Belchior Mendes de Moraes, sargento-mór affeito a emprezas arriscadas e missões diplomaticas, levou-a, no anno seguinte, apresentando-se ao irritado religioso. As terras eram portuguezas, lembrou-lhe o sargento-mór, mostrando-se disposto a agir com altivez na defesa da integridade do solo nacional. Como tal, não consentia que gente d'outra nação nellas exercesse qualquer actividade. E no Napo, de accordo com as ordens recebidas, verificando o máo estado do marco, fincou outro, tentando a construcção de uma casa forte. O padre Baptista Julião assistiu á cerimonia da renovação da posse, mas não consentiu ou persuadiu o sargento-mór a não realizar o restante do intento. O assumpto não se conta com clareza [40]. O que se sabe com segurança é que os actos do governador Souza Freire calaram bem no espirito do pessoal administrativo da metropole, sendo approvados. Mandaram, de lá, então, que se levantasse uma casa forte, idéa datando

---

(38) *Informação que me deu Eugenio Ribeiro do rio Japurá,* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 67, pg. 321.

(39) Ribeiro de Sampaio, *Diario de Viagem,* Lisboa, 1825 pg. 36. Araujo Amazonas, *Diccionario,* pg. 231.

(40) *Annaes da Bibliotheca e Archivo do Pará,* tomo 7, pgs. 244-253.

do tempo do governador João da Maya da Gama [41], em 1722. Houve pareceres a respeito, todos concluindo pelo acerto da providencia, que ficou, porem, apenas em projecto.

A politica da época era de segredos. Embora, os rumores desse proposito, nunca executado, ouviram-se fóra da colonia. Os padres Juan Baptista Julião e Carlos Bretano, superiores das missões hespanholas, em novas cartas-protesto, de Janeiro de 1737, entregues á leitura e consideração do governador João de Abreu Castello Branco — dizendo-se na imminencia de serem aggredidos e expulsos dos logares onde cathequisavam, por grosso destacamento paraense, que lhe constava estar a organizar-se em Belem — sustentaram a legitimidade da posse dos soberanos cujos interesses politicos serviam, lembrando a linha lindeira da bulla pontificia que originara o tratado de Tordezilhas e juntando outros allegados. Na resposta, [42] em Novembro de 1737, o governador Castello Branco revelou-se impiedoso. Negou o arranjo da expedição militar. Desconheceu o valor do bulla, fazendo notar que ella nada significava deante do esforço conquistador dos portuguezes e porque, evidente falsidade, sua patria não a acceitara no gesto de Tordezilhas. Além do mais, a elles sacerdotes não pertencia a tarefa de «augmentar dominios, como verdadeiros seguidores de Christo, *cujo reino não era deste mundo*», pelo que, num gesto ironico, lhes offereceu, á pregação do Evangelho, toda a Amazonia até o Atlantico, mas isso, depois de extranhar-lhe as pretenções como delegados do monarcha hespanhol. Os missionarios não se conformaram. Os archivos de Madrid guardam memoriaes que escreveram relatando as incursões da gente do Pará e encarecendo a remessa de soccorros, para que futuramente Hespanha não viesse a deplorar o empobrecimento de seus latifundios.

Os sertanistas brasileiros e os carmelitas portuguezes, mesmo assim, proseguiram nas jornadas, pelo Maranon, abandonando-o, todavia, antes de expirar o segundo quartel do seculo XVIII para concentrar-se no Javary, que substituiu o Napo quanto aos limites.

* * *

Essa penetração, obra admiravel dos sertanistas e dos missionarios, roubou vidas preciosas. Nem sempre o nativo acceitava o dominio que se lhe impunha. Os proprios cathequistas tiveram a lamentar perdas consideraveis, perdas que punham em perigo, pelo exemplo, toda a obra civilizadora em construcção, obrigando o governo a movimentar fórças para castigar os rebeldes e man-

---

(41) J. Nabuco, *Documentos*, vol. I, pgs. 33-34.

(42) Ribeiro de Sampaio, *Diario*, pgs. 44-51.

ter incolume os direitos que Portugal se assistia sobre a terra e a gente amazonicas. O episodio vermelho de Pedro da Costa Favella foi o primeiro. Conhecem-se outros, salvos de esquecimento pelos chronistas da época.

Em 1720, o carmelita Antonio de Andrade, missionando entre os Jumas, no lago Cupacá, teve morte violenta ás mãos delles [43]. Governava o Estado do Maranhão e Grão Pará o general Bernardo Pereira de Berredo, famoso autor dos *Annaes Historicos*. Logo que, em 1721, lhe chegou ao conhecimento o assassinio, expediu para o Solimões, devidamente apetrechado, o experimentado sertanista Diogo Pinto da Gaya, tambem um soldado valente que sabia cumprir o seu dever. Os Jumas não poderam resistir. A aldeia que formavam deixou de existir.

Annos passados, em 1728, chegou a vez dos Cayuvicenas, do Maturá e Tonantins. O missionario, frei Mathias Diniz, que os aldeiara á margem do Amazonas, entre as barras daquelles, cahiu victimado cruelmente pelos cathecumenos, que abandonaram o povoado. Não custou a intervenção militar das autoridades, pois o governador paraense Alexandre de Souza Freire fez sentir a sua energia atravez ordens severissimas, executadas a rigor por José Rodrigues Santarem, outro decidido batedor do sertão. Os Cayuvicenas, conhecendo o peso das forças de Santarem, metteram-se pelo Tonantins acima, alli buscando refugio [44].

* * *

A expansão portugueza effectuou-se, dest'arte, rapidamente, provocada, já vimos, pelas razões economicas e politicas da caça ao indio, da busca aos productos naturaes e da defesa do territorio, conquistado á Hespanha.

Acompanhando-a, o povoamento adiantou-se. Varios sertanistas se fixaram pelas beiradas dos affluentes do Amazonas. João de Souza de Azevedo montou casa perto de Borba; Francisco Ferreira, Eucherio Ribeiro, Francisco Xavier de Andrade, Francisco Xavier de Moraes, no rio Negro. Desertores das milicias do Pará e do Maranhão, criminosos fugidos á justiça publica, procuravam o sertão rionegrino, mantendo relações commerciaes com os nativos, vivendo licenciosamente, embaraçando a acção das autoridades. Ordens regias para proceder contra elles desde 23 de Junho de 1728 [45], nunca tiveram execução. Francisco Portilho de Mello

(43) Ribeiro de Sampaio, *Diario*, pg. 52.

(44) Ribeiro de Sampaio, pg. 61. A. Amazonas, *Diccionario*, pg. 236.

(45) *Annaes da Bibliotheca e Archivo do Pará*, no 2, pg. 239.

e Pedro Braga [46] contam-se como os mais notaveis nas tropelias. Gosavam de real prestigio entre a indiada que lhes obedecia cegamente. Infructiferas as deligencias para captural-os, o meio habil foi o perdão. Braga e Portilho abandonaram os sitios onde se accoitavam, estabelecendo-se no districto paraense.

No segundo quartel do seculo, a população, entrando a indiada das missões, foi orçada em cem mil almas. Calculavam-se em trinta mil os fogos [47].

As communicações com Belem e Cuyabá, francas, faziam-se em embarcações de tamanho variado, inclusivé a montaria. O regatão, com todas as suas manhas, já corria o rio, chatinando, fazendo concurrencia desleal aos sertanistas, difficultando o trabalho dos missionarios.

A fiscalisação administrativa e policial operava-se por todos os cantos. Dos governadores do Pará, apenas o capitão-general Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho visitou o sertão [48], indo ao rio Negro, em 1697. Os antecessores e successores providenciavam na solução dos casos guiando-se pelas informações dos interessados, do que resultavam não poucos erros.

* * *

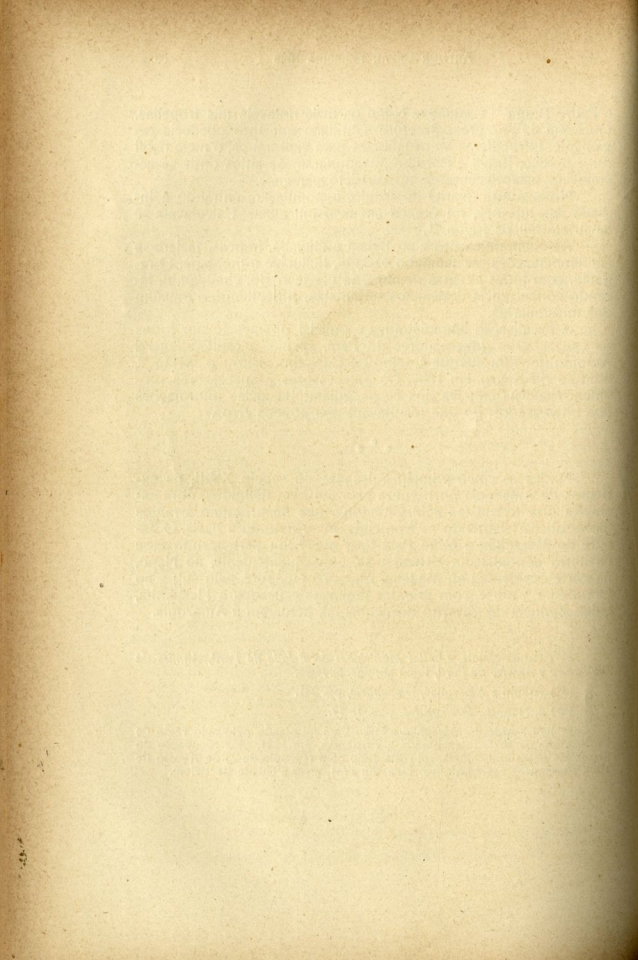
Findas as cinco primeiras decadas do seculo XVIII, os extremos da Amazonia portugueza estavam bem definidos, obra exclusiva dos sertanistas e missionarios, que desprezaram arranjos diplomaticos, alargando as fronteiras, incorporando a bacia. O Estado do Maranhão e Grão Pará [49], a que ficou pertencendo esse territorio conquistado, extendeu-se, consequentemente, ao Napo, na parte occidental; ao Madeira, Mamoré, Guaporé, pelo sul; e ao Orenoco, no norte, com grandes prejuizos causados a Hespanha, cujos homens de governo desdenharam, perderam a Amazonia.

---

(46) Palma Muniz, *Limites Municipaes do Estado do Pará, Annaes da Bibliotheca e Archivo do Pará,* tomo IX, pgs. 389-395.

(47) Araujo e Amazonas, *Diccionario,* pg. 241.

(48) J. Nabuco, *Documentos,* pgs. 15-17.

(49) O Estado do Maranhão e Grão Pará foi creado pelo acto regio de 13 de Junho de 1621. Interrompida a existencia, em 1641, pela occupação do Maranhão pelos hollandezes, foi restaurado pelo rescripto de 25 de Agosto de 1654, passando a capital, de São Luiz, em 1751, a ser a cidade de Belem.

A cathequese hespanhola — Fritz

O tratado de Tordezilhas concedera a Portugal apenas a nesga de terra a leste de uma linha imaginaria, tirada de polo a polo, entrando em Belem e sahindo em Laguna, em Santa Catharina, ficando para Hespanha o que se situasse a oeste. Já vimos que a penetração ousada dos bandeirantes, dos sertanistas e dos missionarios, desde Pedro Teixeira, ia incorporando ao dominio de Portugal uma vasta extensão territorial que cabia a Hespanha, representada no Vice-Reinado do Perú. E' verdade que Orellana e Ursúa, hespanhóes, tinham sido os pioneiros da conquista, no reconhecimento e na posse realizada em 1542 e 1560, mas as attenções da velha nação iberica voltavam-se agora para a consolidação do dominio nas partes em que a riqueza era mais segura, mais exacta. A bacia amazonica interessava pouco. Os aventureiros, que lá tinham chegado, não davam noticias de ouro. Os seus delegados no Novo Mundo entregaram, por isso, a tarefa gloriosa de christanizar os milhares de selvagens que se agglomeravam ao longo da grande arteria e seus affluentes, á Companhia de Jesús, que se estabelecera em Quito. A missão, de caracter civilizador, era politica tambem, porque os padres tinham de incorporar a terra e os habitantes á egreja e á Hespanha.

Realizando-a á custa de sacrificios, de muita renuncia á vida, os jesuitas foram descendo o Napo e o Coca, no rumo do Amazonas, organizando em aldeias os amerindios que venciam pelo carinho.

Occupava o Solimões, do Jutahy para cima, a grande nação dos Omaguas, tambem chamados Cambebas [1]. Perseguida pelos

---

(1) Omaguas ou Cambebas, de raça tupy, acabaram-se inteiramente. O ultimo puro vivia ainda na oitava decada do seculo XVIII. Alexandre Rodrigues Ferreira que os estudou, recolheu em aquarella, que se guarda na Bibliotheca Nacional e vem reproduzida photographicamente por E. Roquette Pinto nos *Sei-*

portuguezes, que buscavam escravos, appellou para os missionarios, pedindo-lhes protecção [2]. O superior da Companhia, em Quito, mandou-lhes o padre Samuel Fritz [3], que se iniciara nos trabalhos. Nascido na Bohemia, na villa de Orania (9 de Abril de 1654) filho de nobres allemãs, Samuel Fritz entrara para a Companhia em tenra idade, com dezenove annos, já com largos conhecimentos de humanidades e philosophia. Intelligencia vivaz, cultura magnifica, os que lhe dirigiam a formação espiritual o destinavam á cathedra de theologia comquanto o seu desejo constante fosse o trato com os selvagens da America, na obra admiravel de tiral-os da barbaria. Comprehendida essa inclinação, fora mandado servir no Vice-Reinado do Perú.

Entrando, em Setembro de 1689, em contacto com os Omaguas e mais os Jurimaguas [4], Cuchivaros [5] e outras gentes [6] indigenas, moradoras á margem do Solimões e correntes d'aguas que nelle desembocam, entre o Napo e a bocca do Negro, reuniu-os, aldeou-os, fundando missões. Só entre o Omaguas, fundou vinte e oito [7], informa um chronista autorizado. E entre ellas, as que, mais tarde, sob o dominio portuguez, seriam as villas de Fonte-Bôa, Coary, Teffé e S. Paulo de Olivença [8].

---

xos Rolados, o unico retrato que se conhece dessas gentes. No Instituto Geographico e Historico do Amazonas, ha trabalhos em ceramica que se calcula sejam delles. Utilizando o leite da seringueira, a que denominavam *cahuchu,* com elles aprendeu o viajante francez La Condamine que communicou á Europa a descoberta. Eram excellentes canoeiros.

(2) Rodolpho Garcia, *O Diario do Padre Samuel Fritz,* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1918, tomo 81, pg. 357.

(3) A biographia do grande missionario está traçada, em linhas geraes pelo sabedor illustre que é Rodolpho Garcia, na monographia já citada.

(4) Segundo Garcia, eram affins dos Omaguas. Wilkens de Mattos, no *Diccionario Topographico do Departamento de Loreto,* situou-os á margem esquerda do Huallaga, em territorio peruano.

(5) Garcia, baseado em Clemens Markham, *Expeditions into the valley of the Amazonas,* colloca-os no Purús e no Coary.

(6) Aisuares, Ibanomas, Tarumás, Xeberos, Cocamas, Panos, Chamicuros, Gaes, Aguanos, Muniches, Otanaves, Romaynas, etc.—Samuel Fritz, *Memorial,* inedito no Archivo do Instituto Geographico e Historico do Amazonas.

(7) Garcia, *O Diario,* etc. pg. 358. Samuel Fritz, no *Memorial* ao vice-rei do Perú sobre as missões que dirigia, ennuncia trinta e oito.

(8) As principaes missões foram – S. Joaquim dos Omaguas, Nossa Senhora de Guadelupe, São Paulo Apostolo, São Christovam, Santa Thereza de Teffé e Sant'Anna de Coary, que foram destruidos pelos hespanhóes, como veremos adiante e restauradas pelos carmelitas portuguezes, que as trasladaram a situações melhores. S. Paulo é S. Paulo de Olivença; N. S. de Guadelupe, Fonte-Boa; S. Thereza de Teffé, Teffé; Sant'Anna de Coary, Coary; S. Christovam foi o povoado de Maturá, mais tarde denominado Castro d'Avellãs e hoje desapparecido. S. Joaquim estava em territorio que é hoje colombiano e foi por muito tempo a séde do governo dessas missões.

Revelou-se então missionario modelar, que não media sacrificios, arrastando com perigos materiaes de toda natureza, minando a saúde com as febres de máo caracter, proprias da região.

Em Janeiro de 1689, escapando á enchente periodica das aguas do Solimões, desceu-o, parando no Amazonas. Attingiu o Urubú, onde o recebeu com deferencias o missionario portuguez [9]. Dahi, proseguiu viagem com destino a Belem. E' que se lhe tinha aggravado o estado de saúde, fortemente abalada pelas febres reinantes na região, e naquella cidade, mais perto que Quito, poderia encontrar recursos com que se salvar [10]. Alem do mais, parece, aproveitaria a opportunidade para entender-se com as autoridades portuguezas sobre a constante penetração que os sertanistas paraenses faziam nas terras dos Omaguas. Os incidentes da viagem, minuciou-os no *Diario da descida do padre Samuel de Fritz, missionario da corôa de Castello no rio Maranon, desde São Joaquim dos Omaguas até a cidade do Grão Pará, no anno de 1689; e volta do mesmo padre desde a dita cidade até a aldêa de Laguna, cabeça das missões de Maynas no anno de 1691* [11].

Em Belem, foi recebido com suspeitas. As autoridades não acreditaram no que relatou. Hospedando-se no Collegio dos Jesuitas [12], lá foi conservado preso, durante nove mezes, emquanto chegavam instrucções de Lisboa, para onde o governador Arthur Sá de Menezes communicara o facto pedindo instrucções. Não se conformando com a situação que se lhe creara, pretendeu transportar-se a Lisboa a protestar contra a detenção. Não consentiram. Reclamou contra a pretenção das autoridades, de que as terras onde missionava pertenciam a Portugal porque Pedro Teixeira plantara um marco na fóz do Aguarico, no Napo. Sustentou, com enthusiasmo, o valor da bulla de Alexandre VI, do tratado de Tordezilhas e dos ajustes posteriores entre Portugal e Hespanha, pelos quaes áquelle pertencia, na Amazonia, apenas estreita faixa á beira do Atlantico. Nos *Apuntes acerca de la linea de demarcacion entre las conquistas de Espana y Portugal* [13], defendeu a seu modo

(9) Padre Theodosio da Veiga, da Ordem das Mercês e o mesmo que acompanhou Pedro da Costa Favella ao rio Negro, em 1669.

(10) J. Lucio de Azevedo, *Os Jesuitas no Grão-Pará*, Lisboa, 1901, pg. 218. Garcia, *O Diario*, pg. 359.

(11) Publicado na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, 1918, tomo 81, com introducção e notas de Rodolpho Garcia. No Archivo do Instituto Geographico e Historico do Amazonas ha uma copia, tirada na Hespanha.

(12) Esteve tambem em convalescença, no sitio que os Jesuitas possuiam no Maracanã.

(13) Ha copia no Archivo do Instituto Geographico e Historico do Amazonas.

esse ponto de vista. Nada conseguiu. Os portuguezes não se deixavam convencer. Aquillo tudo era de Portugal.

Afinal, em Abril de 1691, chegaram da metropole as instrucções pedidas. D. Pedro II mandava que Samuel Fritz fosse solto e conduzido ás suas missões, por conta do erario real. Mas só tres mezes depois é que o fizeram regressar, e isso mesmo devidamente escoltado por uma tropa da guarnição do Pará. Ao attingir o territorio confiado á sua dedicação, pediu ao commandante da força que alli ficasse, pois poderia, com o apparato bellico, amendrontar-lhe os cathecumenos. O capitão Antonio de Miranda e Noronha [14] não attendeu e pediu para acompanhal-o mais adiante, até a primeira aldeia dos Omaguas. Lá chegados, explicou-se a manobra. As ordens de Belem eram para que o capitão tomasse posse do paiz dos Omaguas para a corôa de Portugal. Samuel Fritz ouviu a intimação de retirar-se quanto antes. Desfez-se em protestos. Homem intelligente, sabia vedear difficuldades. O capitão Miranda cedeu, retirando-se, convencido de que o missionario não faria perigar os direitos de Portugal, pois lhe garantira estar alli apenas em missão religiosa e nunca politica, salvando almas para a egreja [15].

A situação, attenuada no momento, tendia a aggravar-se, percebeu Samuel Fritz, porque os sertanistas e os destacamentos militares do Pará não tardariam a regressar. E a indiada das missões alarmara-se com a presença da escolta, abandonando-as em massa. O desassocego no Solimões impressionou-o. Só a Real Audiencia, em Quito, podia valer-lhe, amparando-o seriamente. O governador da Provincia de Maynas e Maranon [16], naquella cidade, aconselhou-o a procurar o vice-rei, em Lima, Melchior Portocarrero Laso de la Vega, conde de Monclova. A jornada era torturosa Não recuou. Não desfalleceu. Chegou á capital do Perú extenuado, maltrapilho, a 2 de Julho, provocando espanto geral [17]. Clamou providencias, protecção para os seus indios, que amanhã viriam a ser os fieis subditos do monarcha hespanhol; para a terra onde missionava, um pedaço do grande imperio iberico. O vice-rei, maneiroso, cercou-o de attenções, mas não tomou na devida consideração as reclamações. Não lhe parecia prudente entrar em lucta com os portuguezes. O territorio do vice-reinado, avantajadissimo, dispen-

---

(14) Rodolpho Garcia, *O Diario*, pgs. 362 e 393-394.

(15) Rodolpho Garcia, *O Diario*, etc. pg. 362.

(16) D. Jeronymo Vaca de la Vega — Garcia, *O Diario*, etc. pg. 362.

(17) « Acompanhado somente de um indio; com uma sotaina curta, em farrapos, por vestido; alpercatas e meias de filamentos de palma nos pés; alto de estatura, vermelho de côr, as longas barbas hirsutas; revivia no aspecto um antigo solitario, sahindo dos desertos da Thebaida — J. Lucio, Obr. Cit. pg. 220.

sava o trecho disputado, que, aliás, em nada contribuia para o erario publico. Samuel Fritz não desesperou. Insistindo na urgencia e nas razões de medidas energicas, expoz os trabalhos da missão, os perigos a que vivia exposto, no *Memorial apresentado pelo padre Samuel Fritz ao vice-rei do Perú e conde de Monclava sobre as missões situadas desde o Napo até o Rio Negro, 1689* [18]. Falou na exposição o licenciado Matias Lagunez, fiscal real, concluindo por concordar com o pedido de providencias, que lembrou poderem constar de escoltas fornecidas aos Jesuitas. Ainda assim o vice-rei ficou surdo, limitando-se a um auxilio financeiro para melhoria das condicções materiaes das reducções e a ordenar que ao missionario prestassem concurso por onde passasse [19].

Samuel Fritz não se deu por vencido. Voltou, em 1693, ás missões, continuando a obra santa que emprehendera. A' sua voz, Omaguas, Jurimaguas, Aisures, regressaram aos aldeiamentos. Reanimou-se tudo. Os povoados foram restabelecidos. De todos os cantos, vinham bandos, tribus inteiras, procurar-lhe os ensinamentos preciosos. Não houve agrupamento indigena que não lhe rendesse homenagens. Adoravam-no. Havia motivos. Curando os doentes, animando os indecisos, ensinando processos de lavoura, distribuindo carinhos, encaminhando todos para uma vida mais organizada, não os escravizava, não os explorava e ainda os defendia da aggressividade dos sertanistas paraenses. Seu nome tornou-se respeitado. Tomaram-no por santo, filho de Deus. No Pará, é elle proprio quem relata [20], os negros receberam-no como redemptor da raça.

Tamanha nomeada e as suspeitas fundadas de que agia não

([18]) No Archivo do Instituto Geographico e Historico do Amazonas guarda-se copia, tirada na Hespanha.

([19]) Garcia, *O Diario,* etc. pg. 363-364.

([20]) « E' de reparar que, nessa minha descida, se levantou a meu respeito um grande alvoroço, não só entre os gentios circunjacentes, mas até no Pará e em São Luiz do Maranhão. Para uns eu era sancto e filho de Deus, para outros o Diabo. Uns, pela cruz que trazia commigo, diziam que havia vindo um patriarcha ou um propheta; outros que era um embaixador da Persia; até os negros do Pará propalavam que tinha chegado seu libertador, que havia de ir a Angola para libertal-os. Alguns, de medo, se retiravam, dizendo que eu trazia fogo commigo e vinha queimando quantas aldeias e gentes encontrava. Outras muitas e maiores pataratas haviam publicado a meu respeito; de modo que o padre Theodosio da Veiga, a quem mandei chamar logo que cheguei ao Urubú, me escreveu um papel como á pessoa incerta, concluindo por dizer que lhe tinha contado tantas cousas sobre minha pessoa, que inferira haver chegado á sua aldeia alguma cousa ou portento do outro mundo. E o cabo da tropa, Pinheiro, segundo elle mesmo me disse depois no Pará, quando chegou do rio Negro a Urubú, não se atreveu a fallar commigo na primeira noite, por tantos disparates que lhe tinham contado, espiando-me por um buraco, si era homem ou cousa da outra vida » – *Diario,* pg.

só nas funcções religiosas mas tambem como delegado politico de Hespanha, inquietaram as autoridades paraenses. O capitão Antonio de Miranda novamente se apresentou no Solimões, tomando testemunhos, num rigoroso inquerito [21]. Nada apurou que comprometesse o ignaciano. Os indios, unanimimente, ignoravam quasi tudo.

Samuel Fritz, avisado da presença do capitão, seu conhecido, escreveu-lhe. A carta foi parar ás mãos do governador paraense Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho e deste, em copia, ao Conselho Ultramarino, em Lisboa. Continha uma defesa de sua attitude [22]. A raia onde exercia os seus misteres religiosos era de Hespanha, pelo que não usurpava direitos.

O Conselho Ultramarino, apoiando-se no parecer do general Gomes Freire de Andrade [23], não acceitou as desculpas e deliberou que os nativos do Solimões fossem praticados por missionarios portuguezes [24]. A carta regia de 6 de Fevereiro de 1690 [25] mandou que Coelho de Carvalho cuidasse do assumpto. No anno seguinte, indo ao rio Negro, o governador deu cumprimento ás ordens, enviando a tomar posse das aldeias dos Omaguas, Jurimaguas e Ibanomas o provincial dos carmelitas, frei Manoel da Esperança, amparado nas armas de um troço de soldados que obedeciam ao capitão José Antunes da Fonseca [26]. Samuel Fritz extranhou, protestou contra a violencia. A posse foi mantida. Mas uma epedemia, poz em fuga os portuguezes, ficando o jesuita illeso, senhor de seus nativos e da terra de onde tentavam expulsal-o. Todos esses successos foram communicados á Lisbôa [27]. O Conselho Ultramarino, a que estava affecta a vida do Brasil em todos os seus accidentes administrativos, militares, politicos e economicos, ouvido novamente o parecer do general Gomes Freire de Andrade [28], de cuja sciencia em cousas da colonia não se podia duvidar, resolveu que o carmelita fosse louvado e se expedissem

---

(21) A carta de Antonio de Miranda foi publicada nos *Documentos de Origem Portugueza*, vol. I, pgs. 8-11, que acompanham a Memoria, de Joaquim Nabuco, sobre os limites do Brasil com a Guiana Ingleza.

(22) Não encontramos a carta, mas Joaquim Nabuco publica um parecer do Conselho Ultramarino, nos *Documentos*, pg. 12. Na carta do capitão Antonio de Miranda, já referida, tambem ha referencias a essa missiva.

(23) Esse parecer tambem não o encontramos. No do Conselho Ultramarino vem referencia a elle.

(24) Joaquim Nabuco, *Documentos de Origem Portugueza*, vol. I. pgs. 12-13.

(25) Joaquim Nabuco, *Documentos*, pg. 13.

(26) Rodolpho Garcia, *O Diario*, pg. 04 — Joaquim Nabuco, *Documentos*, pg. 14.

(27) Joaquim Nabuco, *Documentos*, pg. 17.

(28) Joaquim Nabuco, *Documentos*, pg. 18.

severas instrucções para a captura do ignaciano, si o encontrassem dentro da demarcação da Amazonia portugueza [29]. E' que não havia mais illusões. O jesuita, manhoso, não se occupava apenas de sua egreja, mas de objectivos politicos, tentando a conquista espiritual e material da larga porção do valle. Mas até 1709, apezar das disposições expressas da metropole, as autoridades portuguezas não cuidaram com interesse do caso.

Samuel Fritz, por seu lado, nomeado, em 1704, superior de todas as reducções de Maynas, redobrava a actividade. Tinha aos hombros o peso de maiores responsabilidades. E sentindo a ameaça que passava sobre o futuro de sua obra, procurou, junto ao superior da Companhia de Jesús, em Belem, que os sertanistas e as expedições militares não mais o vexassem [30]. Infructifera a solicitação. Os sertanistas teimavam em demonstracções de forças e de selvageria, arrebanhando escravos, alarmando o Solimões e o Maranon.

Tomando o rumo de Quito, Samuel Fritz muniu-se lá de um auxiliar precioso, o padre João Baptista Sana [31], a quem pôz como seu substituto na faina evangelica e politica. Avisou-o dos perigos que o aguardavam. Convinha andar prevenido pois, de um momento para outro, a gente de Belem apontaria com mais violencia.

Em Fevereiro de 1709 deu-se o choque esperado. O governador Christovam da Costa Freire, tendo recebido da côrte a carta regia de 20 de Março de 1708 [32], mandando expulsar de vez os jesuitas hespanhóes do Solimões, tratou de executal-a, destacando um corpo de sertanistas e soldados, commandados pelo capitão Ignacio Correia de Oliveira [33]. O padre Sana foi intimado a evacuar sem tardança o territorio até o Napo. Sem elementos para offerecer resistencia, retirou-se com os companheiros, scientificando do que occorria a Samuel Fritz. Este, em carta ao capitão Ignacio, discutiu os direitos de que se valia Hespanha, lançando o seu protesto contra a invasão [34]. Deixaram de attender-lhe aos argumentos. E varios carmelitas occuparam as missões para trazel-as á communhão portugueza.

---

(29) Joaquim Nabuco, *Documentos*, pgs. 18-19.

(30) R. Garcia, *O Diario*, pg. 366.

(31) Berredo, *Annaes Historicos*, vol. II, pg. 312, chama-lhe « Religioso de tantas letras como virtudes ».

(32) Berredo, *Annaes Historicos*, vol. II, pgs. 309-310 — J. Lucio de Azevedo, *Os Jesuitas no Grão-Pará*, Lisboa, 1901, pg. 221.

(33) Berredo, *Annaes Historicos*, vol. II, pgs. 310-311. Garcia, *O Diario*, pg. 366.

(34) Garcia, *O Diario*, pg. 366.

Desta vez, porem, as autoridades hespanholas não se deixaram innertes, Forte contigente, de oitenta homens, mandado pelo governador D. Luiz de Iturbide [35], desceu o Quito, atacando as aldeias onde estavam os carmelitas. Foram todas destruidas. O capitão Ignacio Correia, depois de desbaratado, cahiu prisioneiro, com mais quatro soldados e um carmelita. Repetia-se em plena Amazonia a lucta armada que ensopou as campinas do sul do Brasil, na Colonia do Sacramento. O escandalo da nova encheu Belem de irritação. O capitão-general Christovam da Costa Freire, Senhor de Simancas, avisado, em Belem, dos successos, fez seguir, a 14 de Outubro de 1709, nova expedição, de cento e cincoenta soldados e trezentos freicheiros [36]. Era a esquadrilha de vinte e uma canoas. Levou a direcção da tropa o sargento-mór José Antunes da Fonseca [37]. A victoria não coube aos hespanhóes, que deixaram prisioneiros, alem do padre Sana, quatorze soldados. Os carmelitas regressaram tomando a cargo o novo aldeiamento dos Omaguas e Jurimaguas.

Cessou a lucta. Portugal incorporava em difinitivo o Solimões aos seus dominios. D. João V, ouvido, consultado, deu o seu applauso ao commetimento, lembrando, todavia, que tivessem todo o empenho em não guerrear pela hinterlandia afim de não desamparar a costa atlantica, pela ameaça dos inimigos da corôa [38]. Noutra carta [39], incitou a construcção de uma casa forte que assignalasse, pela bocca dos canhões, a soberania portugueza na zona do Solimões. O trecho, do Javary ao Napo, ficou, porem, na mão dos hespanhóes, contra os quaes os sertanistas se lançaram até o segundo quartél do seculo XVIII. Desmoronava-se o trabalho de Samuel Fritz.

Espirito previlegiado, Fritz deixou, em signal, uma carta do rio Amazonas, em toda a extensão conhecida. Tomando apontamentos dos trechos que visitava, colhendo informações com os outros missionarios que corriam paragens fora de sua acção, fôra reunido o material com que a organizou. Em Belem, quando preso no convento da Companhia, obtivera indicações preciosas a

---

(35) Dr. Pedro Souto Maior, *Nos Archivos de Hespanha*, Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1918, tomo 81, pg. 60. Berredo, Obr. Cit., 311. Garcia, *O Diario*, pg. 366. J. Lucio, Obr. Cit., pg. 221.

(36) Berredo, Obr. Cit., pgs. 311-312. Garcia, *O Diario*, pg. 367. J. Lucio de Azevedo, Obr. Cit., pg. 221.

(37) Sertanista ousado, que em 1749 subiu o Madeira até a aldeia de São Francisco Xavier, em Matto Grosso.

(38) Carta regia ao governador Christovam da Costa Freire, datada de 13 de Agosto de 1710 — Joaquim Nabuco, *Documento*, pg. 26.

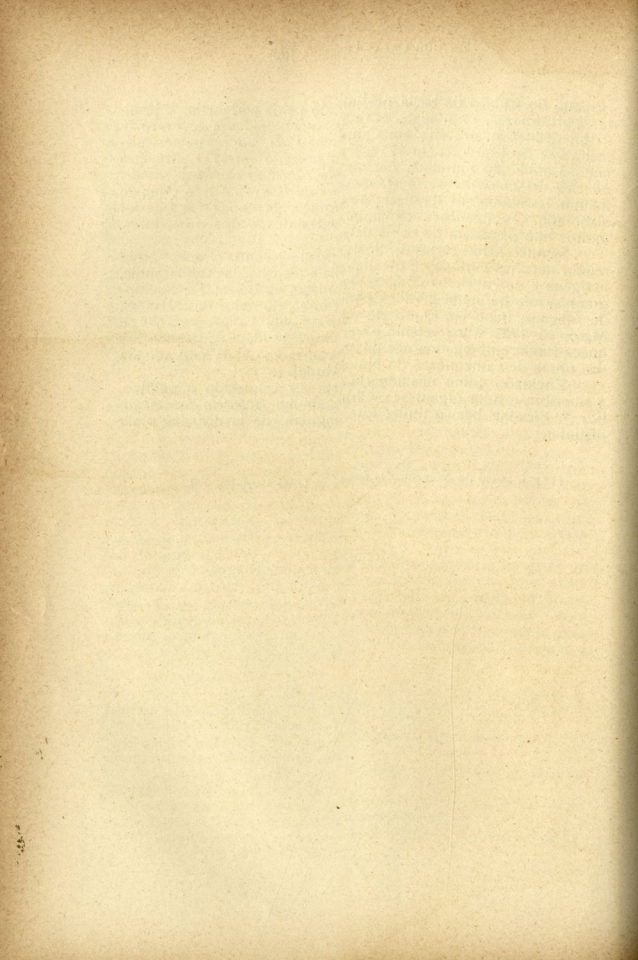
(39) De 13 de Janeiro de 1711 — Joaquim Nabuco, *Documentos*, pg. 27.

respeito do pedaço da bacia pesquizado pelos sertanistas e jesuitas portuguezes. O mappa, obra de quem não era technico — assim delineado, gravado em Quito em 1707, impresso pela primeira vez em Londres, em 1712, e vulgarizado em 1717, atravez a famosa collecção intitulada *Lettres edificantes et curieúses, écrites par les missionaires de la Compagnie de Jésus* — é tido como o melhor levantamento da bacia amazonica, da epoca em que foi elaborado. Os anteriores são imperfeitissimos, e dos posteriores, muitos não passaram de copia delle.

Samuel Fritz escreveu, mais, preciosissimo *Diario*, onde reuniu detalhes curiosos e de alta valia a respeito da ethnographia, indigena e dos attrictos com os sertanistas de Belem. De sua biographia, não ha ainda grandes pormenores. Superior das Missões de Maynas, ficou em Quito até o fim da vida. Falleceu em 20 de Março de 1752, « aos setenta e um annos de idade, quarenta dos quaes foram empregados nas missões amazonicas, na mais agitada das obras de cathequeses do Novo Mundo ».

Encarado como missionario, sem ser esquecido o politico, a sua obra resulta gigantesca. Chamaram-lhe *Apostolo do Amazonas* [40]. Fica-lhe bem o titulo, que ninguem, de justiça, lhe pode disputar.

---

(40) J. Lucio de Azevedo, *Os Jesuitas no Grão-Pará*, pg. 218.

Ajuricaba

Foi custosa, assignalamos atraz, a occupação do rio Negro. Dominavam o valle quasi inteiro os famosos Manáos [1], que se distribuiam pela zona do alto, do Uarirá «até a ponta inferior da ilha de Timoni, fronteira á barra do rio Xinará».

Indomitos, assignalando a presença pela força das armas, esses amerindios destacavam-se no volume das gentes, por que se impunham ás demais, exigindo-lhes vassalagem, obrigando-as a sujeição. Não lhes tendo sido possivel dominar os Cararais, do Cauauri, esmagaram-nos completamente. Por mais decididos rivaes consideravam os Barés, que se extendiam pelo baixo rio. Falavam, no dizer de chronistas, linguajar proprio. Destinguiam-se no bizarro dos costumes. Em materia de religião, destacavam-se, ainda, na crença em dois entes divinos, o genio do bem e o genio do mal, Mauari e Sarauá, credores de todas as coisas. Votavam a mais decidida aversão aos brancos conquistadores que vinham subindo o rio e contra o qual se defenderam sempre. Os autores antigos unanimam em accusal-os de anthropophagia. Mas onde se prova?

Povo, innegavelmente, superior a quantos correram a bacia o elogio delles está no respeito com que o olhavam as autoridades regias, consubstanciada essa attitude pelo governador Maia da Gama quando affirmou que sem temor zombavam dos soldados de Portugal [2].

Mais adiante, por meiados do seculo XVIII, em pazes, em fusão com os povoadores, aquietados, para muitos perdido o ani-

---

(1) Antonio Brandão de Amorim e outros conhecedores do nheengatú preferem graphar Manau.

(2) Carta de Maia da Gama a D. João V, de 26 de Setembro de 1727, publicada por J. Nabuco, *Documentos de Origem Portugueza*, I, pg. 36.

mo vibratil, guerreiro, deram origem aos mais antigos troncos da sociedade amazonense.

* * *

Os primeiros contactos que tiveram com os sertanistas, já sabemos, foram contactos sangrentos, diminuida durante algum tempo a impetuosidade, á manobra habilissima do sargento Guilherme Valente, da guarnição do fortim de São José do Rio Negro, unindo-se á filha de um tuchaua e os localizando com outras populações nativas num povoado á bocca do Caburys.

Com a chegada dos carmelitas, em 1695, essas relacões amistosas continuaram ainda mais francas, com ares mesmo de definitiva. Os missionarios reuniram varios aldeiamentos de Manáos, organizando-os dentro dos principios da religião christã.

Vivendo em varios sitios, aos começos do seculo XVIII os Manáos principiaram a juntar-se, a unir-se para o combate ao conquistador que não os deixava, na faina violenta de fazer escravos. Faina de tal modo violenta que de Portugal [3] o monarcha ordenara ao governador Christovam da Costa Freire que tomasse cuidado, empenho, em fazer evitar tamanhos desacertos que resultavam máo para a religião e para o Estado. A acção dos cathequistas pouco valendo ante a avançada criminosa dos outros brancos, que teimavam em alcançar as cabeceiras do rio, embarafustando por todos os dedalos fluviaes para obter escravos, os Manáos entenderam que só os recursos da força. Formou-se, por esse tempo, a maior confederação amerindia da Amazonia. Todos os Manáos, obedecendo ao sentimento de justa repulsa ao sertanista preador, se dispuzeram a continuar na guerra que lhes tinha tornado famosos e respeitados.

Dentro do rio Hyiaá ou Hoisaá, deturpado na prosodia e na graphia em Iá, affluente da margem esquerda do Negro, havia tres grandes aldeias. Em uma dellas era principal o já distinguido Ajuricaba, que a sua gente amava e temia, escreveu um chronista. « A natureza o tinha dotado com animo valente, intrepido e guerreiro » [4]. Filho de Huiuiebéue, dos maiores chefes dos Manáos, neto de Caboquena, que votava o mais decidido odio aos portuguezes, Ajuricaba, segundo a lenda, [5] « era robusto, forte e corajoso ». « As filhas dos *Tocanos* e *Barés* o disputavam ». Escolhera,

---

(3) Carta regia de 13 de Julho de 1710 — J. Nabuco, *Documentos,* I, pg. 25.

(4) Ribeiro de Sampaio, *Diario da Viagem,* pg. 110.

(5) A lenda foi recolhida pelo conde Ermano Stradelli, *Duas lendas amazonicas,* e vulgarizada em prosa pelo padre dr. Hosannah de Oliveira, *Lendas e factos da minha terra,* Petropolis, 1922.

porem para companheira «a mais bella cunhantan dos *Tariás* poderosos». Herdando do avô a aversão ao branco conquistador, abandonara a casa paterna por discordar da alliança firmada com elles por Huiuiebéue. Regressara para vingar-lhe o assassinio, praticado pelos extrangeiros cubiçosos, malvados. Ninguem com melhores titulos, pois, para dirigir a lucta.

Ajuricaba, que se creara a ver o modo violento por que tratavam os seus, deu então o grito de rebeldia. Até 1727, á frente de centenares de bravos, guiou-os no combate ao invasor das terras, enchendo de pavor as posições portuguezas e pondo em perigo o dominio da velha nação iberica. Correndo a grande arteria, entrando pelos lagos, furos, paranás, affluentes, correndo o valle do rio Branco, ia levando a destruição até aldeiamentos de amerindios, quando os sabia alliados aos portuguezes. Castigando esses nativos, escravizava-os, incendiava-lhes os povoados, assignalando-se em sangue e fogo. Noutras occasiões entrincheirava-se em estacadas de páo a pique, a modo das fortificações dos conquistadores, desafiando-os, certo de que não seria atacado, o que de facto jamais correu, dado o ardor por que se batia.

A primeira aggressão aos conquistadores, de que ha noticia, occorreu em meiados de 1723 [6]. Uma tropa de resgates, enviada de S. Luiz em obediencia a ordens regias, sob o commando de Manoel Braga, assentou arraial no rio Negro. Dava começo á escravização quando os Manáos lhe cahiram em cima, matando o principal, que a guiava como amigo, e um soldado da escolta do cabo.

Informado do caso, o governador paraense João da Maia da Gama mandou abrir devassa, ficando apurado, do depoimento de vinte sete testemunhas, que da hostilidade já participavam quasi todas as nações indigenas do Negro. A situação, grave, porque os confederados punham em desassocego as posições portuguezas da fóz do rio, carecia de prompta solução. Maia da Gama, sem recursos no momento pois dispunha apenas de oitenta praças, num grito angustioso pediu soccorro para Lisboa, em Setembro de 1723, informando, mais, que os nativos se apresentavam com armas e munições fornecidas pelos hollandezes da Guyanna, a que se ligavam em perigosa alliança. Que lhe mandassem, portanto, para segurança da colonia, approvação á guerra a iniciar e um reforço de duzentos ou tresentos homens com armas, munições e artilharia, sendo preferivel «dous bons meiyos canhões de bronze, por serem mais leves e faceis de conduzir» [7].

---

(6) Carta de Maia da Gama ao rei, de 17 de Setembro de 1723, referida na carta regia de 17 de Fevereiro de 1724 — J. Nabuco, *Documentos*, I, pg. 34.

(7) Carta de Gama ao rei, referida na carta regia citada — J. Nabuco, *Documentos*, I, pg. 35.

Na metropole, a carta do governador causou alguma sensação. A' impressão de perda daquelle territorio, o pedido de material bellico foi attendido em parte, visto a impossibilidade de mandar a artilharia. A guerra em projecto, approvada, mas *sob a exigencia de prova de sua real necessidade.* Aos moradores coubesse a contribuição financeira, dadas as condições precarias do erario regio, e o apresto das companhias a serem mobilisadas para a guerra. A metropole não agia, como se vê, com animo exaltado.

Logo no anno seguinte, continuando as tropelias de Ajuricaba, o governador Maia da Gama, em Setembro, dirigiu novo appello ás autoridades em Lisboa, juntando — certamente para provar a necessidade da guerra, que não se atrevia a iniciar sem ordem positiva — as devassas que concluiam por dar Ajuricaba como amigos dos hollandezes, cuja bandeira tinha a flamejar na embarcação em que fendia os rios na perseguição aos sertanistas paraenses. E pouco depois, sentindo a necessidade de fazer proseguir a penetração das tropas de resgates, autorizadas, ordenadas pelo rei, pois os sertanistas e commerciantes reclamavam impacientes, mandava ao rio Negro, no proposito de por côbro á desordem lá reinante, o capitão Belchior Mendes de Moraes, dos mais celebrados militares da época.

Com um corpo de infantaria, Belchior partiu. Ia no proposito de guarnecer e soccorrer as aldeias, agitadas ás investidas dos Manáos. Levava autorização do ouvidor paraense dr. José Borges Valerio, para tirar nova devassa afim de ficarem bem á mostra os desatinos do terrivel principal. Está em chronistas que Belchior, ao chegar ao rio Negro, teve noticia de uma façanha de Ajuricaba — o ataque a Carvoeiro, de onde levara prisioneiros varios indios aportuguezados. Passando a cumprir as determinações contidas no regimento da missão a seu cargo o capitão procurou o chefe amerindio. Tres dias de busca, encontrou-o á testa duma flotilha de vinte e cinco canoas. Exprobou-lhe o proceder, exigindo a entrega dos captivos. Ajuricaba não se amofinou e deu liberdade aos captivos.

Belchior dando-se pressa em bem executar as ordens governamentaes, poz as povoações em estado de defender-se e com o capitão João Paes de Amaral, mandado de Belem, com reforços e ordens pára tomar a direcção do feito, procedeu ao inquerito tão desejado. O que se apurou foi contra Ajuricaba. Infiel, soberbo, insolente, escreveu em synthese o governador Maia da Gama [8], todos os insultos aos portuguezes eram de sua ordem.

---

(8) Carta de Gama ao rei, de 26 de Setembro de 1727 — J. Nabuco, *Documentos,* I, pg. 37.

Os Manáos, tendo agora a ajudal-os na lucta os ardorosos Mayapenas, [9], senhores da zona das cachoeiras, mostrando-se indifferentes aos preparativos militares, não se aquietaram. Proseguiram nas investidas, zombando dos esforços, das providencias dos dois capitães, impedindo que as tropas de resgates se adiantassem rio acima.

Na verdade, não podia perdurar a situação, do contrario Portugal teria de perder a Amazonia á rebellião de todas as nações indigenas, levadas á guerra pelo exemplo de energia da gentilidade rionegrina. Foi quando um missionario, cheio de esperanças, arriscou-se a uma approximação com Ajuricaba. Jesuita, frei Manoel Joseph de Souza procurou o principal. Fez-lhe pratica, louvou-lhe o heroismo, que bem podia estar a serviço de Portugal. E por tal maneira conduziu a tentativa politico-diplomatica, que ajustou pazes, logrou a entrega da bandeira de Hollanda, substituida pela portugueza, trocando, em signal de alliança, cincoenta escravos por cincoenta resgates. Parecia, realmente, tudo arranjado, com evidente successo pára os sertanistas, que assim teriam menos difficuldades na caçada humana. O missionario ainda cercou Ajuricaba de gentilezas, mandando ao governador as melhores referencias ao amerindio, dora avante um subdito fiel para grandes serviços ao monarcha.

Quasi que ao mesmo tempo que essas amaveis ausencias do jesuita, chegavam, porem, á leitura e deliberação de Maia da Gama, segundo elle proprio affirma [10], queixas de outros missionarios, certamente carmelitas, por serem os daquelles rios, reclamações contra novas incursões dos Manáos. Com quem a verdade? Ajuricaba estaria a faltar os compromissos com tanta rapidez? Não era decorrido longo periodo, Ajuricaba e a sua gente, quebrando o ajuste, se é que realmente o pactuou, deu tres ataques ás missões, a vista do arraial onde se abarracava a tropa portugueza, de que fez o mais claro pouco caso.

Frei Manoel, indignando-se, pediu a intervenção da força armada.

Belchior Mendes de Moraes, soldado experiente, de longa data sabedor das responsabilidades de um passo daquelles, receiou attender logo, preferindo communicar a occorrencia a Belem, para onde solicitou instrucções. Até aquelle instante, apesar das arengas de Maia da Gama, a metropole se tinha mantido em silencio [11], já se iam cerca de quatro annos.

([9]) Habitavam principalmente o rio Curicuriari, affluente da margem esquerda do rio Negro.

([10]) Carta de 26 de Setembro 1727 — J. Nabuco, *Documentos,* I, pg. 37.

([11]) A autorização de 1724, para guerra, como vimos e assignalamos

Maia da Gama mandou juntar todas as queixas, as devassas, os textos juridicos e em Junta de Missões, que convocou para desencargo de consciencia e diminuição de responsabilidades, pedio a guerra, a celebrada guerra justa, de conformidade com os dispositivos da lei de 28 de Abril de 1688. Dos presentes, apenas o reitor do collegio dos Jesuitas votou contra. Os mais concordaram, considerando não só justa mas de obrigação a guerra aos Mayapenas e a Ajuricaba. O proprio bispo, dando o seu voto, posteriormente, recommendou o feito. Principiava o anno de 1727. Não se pode precisar a data exacta, a falta de documentação mais explicita.

Foi organisada uma expedição militar, dentro dos recursos obtidos no Pará com os moradores, expedição que se reuniu ao pessoal do arraial rionegrino, sob o commando de João Paes do Amaral, a quem o governador mandou novo regimento para a guerra, com ordens para ser coadjuvado por Belchior Mendes de Moraes. E para melhor exito nas operações, que se previam custosas, seguiu tambem uma peça de artilharia [12].

Na zona onde se deveriam ferir os encontros, ficou deliberado, após consultas aos jesuitas Joseph de Souza e Annibal Mazalleno, ir ao encontro de Ajuricaba, para buscal-o á amizade com os portuguezes. Encontrado numa de suas aldeias, antes que o puzessem em cerco rompeu as hostilidades. Mas o fogo da peça inimiga forçou-o a abandonar a posição e a concentrar-se mais acima, com varios principaes que o acompanharam na retirada dispostos a perder a vida na defesa do chefe da confederação. Alcançado dias depois na ponta do Azabary, foi preso com seis ou sete principaletos e cerca de duzentos a tresentos nativos, segundo a parte official; dois mil, no dizer de um chronista, Ribeiro de Sampaio.

A prisão foi effectuada facilmente? A parte official guarda silencio nesse particular. A lenda informa que houve choque violento. De parte a parte, muito heroismo. Os portuguezes, á certa altura, depois de batidos em quatro investidas, já principiavam a desanimar quando alguns soldados, completando o cerco, atacaram Ajuricaba pela retaguarda, conseguindo vencel-o. Adianta a lenda que nessa occasião Ajuricaba, perdendo o filho, tão bravo quanto elle, o joven Cucunaca, lançou-se entre os inimigos. Infringiu-lhes varias perdas, sendo afinal cercado e posto a ferros.

---

atraz, não era absoluta. Em Portugal tinham duvidas da justiça da campanha. Tanto assim, que Maia da Gama não a mandou executar, preferindo guardar os povoados e pol-os em condicções de resistir.

(12) Quasi todos os autores que tratam do assumpto dizem que seguiu uma esquadrilha artilhada; mas o governador Maia da Gama, na exposição dos successos, diz que foi apenas uma peça de artilharia.

Transportado para Belem, depois de procedida nova devassa, onde se amontoaram varias provas para o libello acusatorio ao grande guerreiro, em caminho, antes de chegar á embocadura do Negro, tentou libertar-se e aos companheiros. Sublevou, mesmo em grilhões, a gentilidade das embarcações, ameaçando seriamente a tropa de Paes do Amaral e Belchior. Dominado o levante depois de muito sangue vertido, para não sugeitar-se ás humilhações do inimigo, ufano da victoria, lançou-se com outro principal ás aguas do oceano fluvial que tanto amava, perecendo afogado, com grande satisfação dos conquistadores, livres de vez das preoccupações de tel-o sob a mais rigorosa vigilança até Belem, confessou o governador Maia da Gama [13].

A nova, das que encheram de jubilo o coração dos sertanistas e commerciantes do Pará, communicada a Lisboa em 26 de Setembro de 1727, teve inteira approvação. O rei D. João V, por carta de 23 de Janeiro de 1728 [14], declarou a Maia da Gama — *« tudo que obrastes foi com acerto e ajustado com as minhas ordens e se vos aprovas a Louva o que nesta parte dispuzestes »*.

Faltava castigar os Mayapenas, da zona das cachoeiras e os mais importantes alliados dos Manáos. Allegando difficuldades creadas pela enchente do rio, Paes do Amaral e Belchior não se movimentaram immediatamente. Só em fins de 1729 e começos de 1760 a guerra foi levada áquelles selvicolas, por uma tropa bem equipada, ao mando de Belchior Mendes, visto o estado de saude de João Paes, que teve de retirar-se para Belem. Surgiram complicações com os carmelitas, indignados por terem de auxiliar Belchior com um corpo de tresentos frecheiros. E de terra, das missões carmelitas, deram tiros nas embarcações, durante uma noite inteira. Afinal, os Mayapenas soffreram duro castigo, ficando aberto á investida conquistadora dos sertanistas todo o alto Negro.

Pouco antes, em 1729, entre os Carayahis [15], da aldeia de Santa Rita, mais tarde Moura, se tinha levantado um novo Ajuricaba, que punha em receios missionarios e soldados, o indio Theodosio. Alexandre de Souza Freire, substituto de Maia da Gama no governo paraense, temendo mais duras provações, dera-se pressa em fazel-o apresar [16]. Remettendo-o a Lisboa, com o relato dos propositos do amerindio, esquecera-se das provas, na afobação de

(13) Carta de 26 de Setembro de 1727 — J. Nabuco, *Documentos*, I, pg. 37.

(14) Está publicada nos *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, II, pg. 207.

(15) Habitavam o baixo rio Negro. Eram inimigos dos Manáos e dos Muras.

(16) Officio do governador Souza Freire, de 6 de Outubro de 1729 — J. Nabuco, *Documentos*, I, pg. 50.

embarcal-o, donde a resolução de lá ficar o quasi famoso Theodosio, livre dos grilhões pleiteados pelo governador.

* * *

Os resultados de todo esse esforço dos portuguezes não custaram. Os povoados, os aldeiamentos carmelitas começaram a prosperar. Castigadas severamente, sem chefe que os levasse a novas correrias, os proprios Manáos cederam, como dissemos acima, attendendo aos carinhos dos religiosos. O principal Camandary, tendo salvo a vida do carmelita Mathias de São Boaventura, á instancia de sua mãe acceitou a cathequese, concordando, mais, na descida de outras principaes com o que ficou organizada a aldeia de Mariuá, hoje Barcellos, logo povoada por cerca de duas mil almas. O principal João José Dari veio estabelecer-se á margem esquerda do Negro, entre o Xibarú e o Anhori, dando origem a Lama-Longa; o principal José Menezes Caboquena, nome que tomou ao baptizar-se, á margem direita, entre o Urariá e o Quemencuri, dando começo a Caboquena.

Bararoá, fundada sob a evocação de Nossa Senhora dos Remedios, rivalizando com Mariuá, foi o maior centro de reunião dos Manáos pacificados, donde lhe proveio o titulo de Côrte dos Manáos.

* * *

Ajuricaba foi trahidor? Ajuricaba manteve alliança com os hollandezes? Eis a grande questão.

Comecemos por saber que a vasta região da Guyana, alem dos campos riobranquenses, foi occupada em principios do seculo XVII, ás noticias phantasticas do viajante inglez Walter Raleigh, por exploradores hollandezes que fundaram a colonia de Surinan [17], comprehendendo, então, tambem, o que é hoje da Inglaterra, consequentemente uma colonia de grande extensão territorial. Devassando o interior do estabelecimento, esses hollandezes procuraram, com exito, firmar dominio, talvez na esperança de abocanhar mais tarde a Amazonia, sobre cujo territorio lançavam olhares cubiçosos, já tentando posse atravez de fortins e postos commerciaes ás margens do Rio-Mar, da bocca do Xingú ao Tapajoz. Em entendimento amistoso com os nativos, que ordens rigorosas mandavam ser bem tratados, delles obtinham facilidades, vantagens para as penetrações.

([17]) G. Edmundson, *The relations of Great Britain with Guyana*, Revista do I. H. G. Brasileiro, C. H. da America, II, 1922.

Em carta para a metropole, de 26 de Julho de 1697 [18], Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador do Pará, dava noticia de entendimento commercial que se operava em fazendas trocadas por escravos indigenas, adiantando que providenciava no sentido de impedir a continuação do abuso, admoestara os principaes e ordenara ao commandante do fortim de São José do Rio Negro que os tivesse sob vigilança, remettendo preso para Belem quantos insistissem na desobediencia. Logo no anno seguinte, o rei approvava as medidas contra os hollandezes, encontrados dentro do trecho portuguez e louvava o governador, que tinha deliberado fazel-os regressar ao Surinan. Mesmo assim, os entendimentos continuaram. Com tal impetuosidade e vantagens para os flamengos, que o governador Bernardo Pereira de Berredo, em 4 de Março de 1719 [19], lembrava a conveniencia da mudança do fortim de São José para um sitio chamado furo do Javapery, onde mais facilmente seria possivel cortar as penetrações do pessoal de Surinan, mandando-se, todavia, para reforço, vinte peças de artilharia!

Os hollandezes, no informe de Berredo, já chegavam ao cumulo de fornecer armas europeas ao gentio. O commandante do fortim, a esse tempo estava em perseguição a um comboio flamengo, que soubera em commercio com os Manáos, nas cabeceiras do rio Branco.

Ouvido no caso, o Conselho Ultramarino decidio, a 8 de Julho de 1719, que a idéa fosse acceita e o pedido de artilharia attendido [20]. Menos de um anno decorrido, D. João V [21] determinava a Berredo precisasse melhor a especie de negocio dos hollandezes, ordenasse ao commandante do fortim toda severidade contra elles e mandasse traçar, por gente competente, o mappa dos rios onde penetravam.

Era, consequentemente, uma verdade essa approximação, segundo a palavra dos portuguezes. Documentos hollandezes — dados a publico por Joaquim Nabuco [22], entre elles o relatorio de

---

([18]) J. Nabuco, *Documentos,* I, pgs. 15-157.

([19]) J. Nabuco, *Documentos,* I, pg. 30.

([20]) J. Nabuco, *Documentos,* I. pg. 31.

([21]) J. Nabuco, *Documentos,* I, pgs. 31-32.

([22]) Joaquim Nabuco, provando os nossos direitos na questão de limites com a Guyana Ingleza, estudou afincadamente a historia do rio Negro e do rio Branco, juntando e editando valiosa e abundante documentação, sem o conhecimento da qual não é possivel escrever sobre a evolução do Amazonas. O professor Miranda Leão, aproveitando-a e juntando-a ao material que recolheu em pesquizas proprias, elaborou uma interessantissima monographia sobre Ajuricaba, de que publicou uma synthese, por intermedio do auctor des-

15 de Junho de 1724, dirigido á directoria central da Companhia Hollandeza dos Indios Occidentaes, que explorava o Surinan — explicam o assumpto fazendo luz sobre o que eram essas relações. Os Manáos, denominados Maganonts pelos hollandezes, eram alliados dos Badon, cujo chefe, de nome Arune, se dava ao commercio com os *posthouder* da margem do Corenthy. De Badon os Manáos, em troca de escravos, feitos nos povoados aportuguezados, obtinham as mercadorias hollandezas, as taes armas. As relações, com a gente do Surinan, por conseguinte, não existiam. Ajuricaba, deante de taes provas, não manteve, absolutamente não manteve alliança com os hollandezes.

Mas ha provas que elucidam mais, convencem definitivamente. Pelos documentos hollandezes a que nos referimos, sabe-se que os Manáos eram inimigos figadaes dos Caraibas, alliados da gente de Surinan. Em 1723, os Manáos atacaram-nos violentamente conseguindo vencel-os. A côrte de Essequibo, em Agosto de 1724, deliberou que fosse morto todo Maganont encontrado em terras da colonia. E em seis de Setembro, resolvia premiar mais com dois machados os que provassem ter cumprido aquella deliberação, pagando em escravos pelos aprisionados. Todas essas providencias, levadas á sciencia da directoria da Companhia, em Janeiro do anno seguinte, tinham sido approvadas.

Ajuricaba, que chefiava os Manáos, contra os quaes se tomavam em Surinan tamanhas medidas de hostilidade, foi alliado dos hollandezes?

A accusação, percebe-se, foi arranjada para que em Portugal houvesse facil approvação á guerra, pretendida, quasi que exigida pelos sertanistas e commerciantes, impedidos de lucros avultados emquanto os Manáos estivessem em armas.

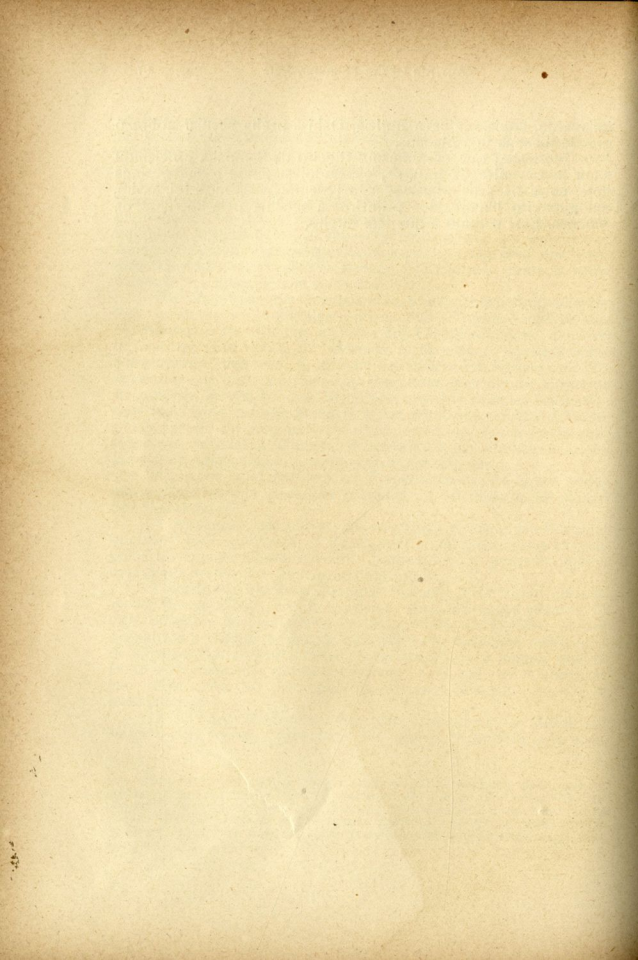
« Ajuricaba, escreveu Joaquim Nabuco, é um nome inteiramente desconhecido dos hollandezes, seus pretensos alliados. O voto do padre da Companhia de Jesús, Reitor do Collegio, contra a guerra é a melhor prova de que não havia realidade nessa idéa de alliança com os hollandezes. A accusação era a melhor que os sequiosos traficantes podiam empregar para obterem a autorização regia para as suas guerras de escravisação; por isso a levantaram ».

O ouvidor Ribeiro de Sampaio, escrevendo o *Diario da Viagem*, deu curso á inverdade. Os outros chronistas, sem mais

---

tas linhas, na revista carioca *Mundo Literario*. Soccorremo-nos della para as provas de que Ajuricaba nem foi trahidor nem alliado dos hollandezes da Guyanna. Em taes trabalhos, o erudito amazonense explica, desmentindo mais a lenda, que a bandeira da Hollanda, que Ajuricaba entregou ao jesuita Joseph de Souza, tinha sido arrebatada aos Caraibas quando da guerra com os Manáos, em 1723.

indagação, copiaram-lhe a nôticia. Dahi a pecha secular sobre o grande tuchaua dos Manáos.

Ajuricaba; que esse mesmo Ribeiro de Sampaio, proclamou «um heroe entre os indios», esperado, segundo a lenda, ainda hoje, entre os seus Manáos, para redempção da raça, foi, assim, um guerreiro illustre, dos primeiros a batalhar pela liberdade na America. Este o titulo a que tem direito.

A acção pombalina

O avanço constante dos portuguezes, no norte, no sul, occupando areas que Hespanha considerava suas, deu motivo a serias e sangrentas desavenças. Na bacia do Prata, aquella nação procurava fortalecer-se, por todos os meios ao seu alcance, evitando o ingresso de Portugal, que teimava em fixar-se. Desinteressava-se, porem, na Amazonia, convem insistir, deixando á rival a posse do territorio. A situação precisava esclarecer-se porque a contenda tomava feição grave e já não estava nos propositos das duas monarchias decidir os pleitos ao choque das armas.

« Os Serenissimos Reys de Portugal, e Espanha, desejando efficazmente consolidar e estreitar a sincera amizade, que entre si professão, considerárão que o meyo mais conducente para conseguir tão saudavel intento, he tirar todos os pretextos e alhanar os embaraços, que possão ao diante altera!-a, e particularmente os que se podem offerecer com o motivo das duas Corôas na America, cujas Conquistas se tem adiantada com incerteza e duvida, por se não haverem averiguado até agora os verdadeiros Limites daquelles Dominios, ou a paragem dondo se ha de imaginar a Linha divisoria, que havia de ser o principio inalteravel da demarcação de cada Corôa. E considerando as difficuldades invenciveis que se offereceriâo se houvesse de assignalar-se esta Linha com o conhecimento pratico, que se requer; resolverão examinar as razões e duvidas que se offerecessem por ambas as partes, e á vista dellas concluir o ajuste com reciproca satisfacção e conveniencia. »

Ficou assentado então o tratado de Madrid, de 13 de Janeiro de 1750, obra genial da diplomacia portugueza, gloriosamente representada no paulista Alexandre de Gusmão, que soube vencer a obstinação hespanhola, levando-a a acceitar os marcos que imaginou atravez dos poucos elementos informativos em que se

firmou [1]. Nesse documento, o brasileiro illustre, revelando-se o grande estadista a cuja disciplinada intelligencia se descortinavam horisontes claros, amplos, á vida de Portugal na America, salvaguardando-lhe os interesses, procurou legalizar-lhe as conquistas. Obra notavel! Firmou para isso, fundando o pan-americanismo quasi um seculo antes da independencia das colonias do Novo Mundo [2], o principio do *uti possidetis*, nestas linhas: «que cada parte ha de ficar com o que actualmente possue». E traçou, com finura, a physionomia lindeira do Brasil. Tordezilhas, a bulla papal, ás suas habilidades ficaram num plano desprezivel.

A fronteira concertada, na Amazonia entrava pelo Madeira até o ponto situado a egual distancia do rio Amazonas e da bocca do Mamoré, dado como o formador, com o Guaporé, do Madeira. Dahi, por uma recta de leste-oeste, á margem austral do Javary, baixando pelas aguas deste até a sua foz no Solimões, pelo qual continuava ao encontro da bocca mais occidental do Japurá. Seguia pelo meio deste e pelos demais rios que se lhe juntassem e se acercassem mais do rumo do norte até encontrar o alto da cordilheira dos montes que adeiam entre o Orenoco e o Amazonas, proseguindo pelo cume desses montes para oriente até onde se estendesse o dominio de ambas as monarchias.

Não ha que duvidar, a obra dos missionarios e sertanistas vingava quasi toda. Apenas o trecho do Japurá ao Napo e uma faixa do Madeira passavam a incorporar-se em definitivo a Hespanha. Mas, desde 1740, cahira fora das preoccupações da gente de Belem o pedaço do Javary ao Napo. O mais entrava nas concessões de Portugal, prova de seus propositos de concordia tão proclamados. Alem disso, estavam previstas «as alterações de detalhes decorrentes da topographia regional, e que os commissarios resolveriam a contento de ambas as metropoles.» [3]. Qualquer prejuizo mais assignalado, portanto, ficava passivel de modificação.

O ajuste foi ractificado. Iniciada a obra da paz, de amizade, restava positival-a na realidade pratica. Alexandre de Gusmão não teve essa aventura, porque, apeado da confiança real, pelos inimigos do seu talento, com a subida de D. José ao throno portuguez, consequencia do fallecimento de D. João V, em cujo reinado se firmara o tratado, ascendeu aos postos de maior relevo Sebastião José de Carvalho e Mello, mais tarde o famoso Marquez de Pom-

---

(1) Atacado rudemente, Gusmão defendeu-se com brilhantismo, mostrando que dispoz, para a organisação do tratado, apenas de informes de canoeiros e carmelitas e pouco mais.

(2) Rodrigo Octavio, *Alexandre de Gusmão e o sentimento americano na politica internacional.*

(3) Calogeras, *A Politica Exterior do Imperio,* Rio, 1927, pg. 207.

bal, estadista que vinha com francas disposições de uma politica pessoal, irritante, vingativa, apaixonada, estreita.

O tratado foi logo taxado de prejudicial a Portugal. Seis outros, a titulo de virem para interpretal-o e melhor lhe assegurarem a execução, mas na verdade para retocal-o, receberam a approvação real. Em linhas geraes, peça inteiriça e trabalhada por mão de mestre, o tratado resistiu aos retoques. E Carvalho de Mello, comquanto não estivesse inclinado a acceitar como excellente, perfeito, o ajustado com Hespanha, não se poude recusar a mandar executal-o.

Foram organizadas duas grandes commissões, de tres partidas cada uma, para operar no norte e no sul do Brasil. A do norte, Carvalho e Mello confiou-a a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, seu irmão, nomeado a 30 de Abril de 1753 [4]. Hespanha, por sua vez, apesar da corrente contraria á execução do tratado, tambem organizou duas commissões, entregando a do norte a D. José de Iturriaga, Cavalleiro da Ordem de San Thiago e chefe de Esquadra da Armada Real [5].

Mendonça Furtado, a esse tempo, governava o Pará, onde, logo ao chegar, em Setembro de 1757, rompêra com o ouvidor e com elle entrara em lucta corporal a proposito da situação dos indios [6]. Viera com instrucções especiaes a respeito dos infelizes, por cuja liberdade o governo se dispunha a enfrentar os obstaculos, de qualquer natureza que fossem. Decretos, especies de programmas a executar, custasse o que custasse, essas instrucções davam-lhe poderes para conhecer do que era realmente o poder dos missionarios, accusados da exploração do braço indigena em proveito proprio e de outras faltas graves. Grosseiro, irracivel, abusando da condicção do mano de Carvalho e Mello, o governador não enxergava obstaculos á sua vontade e por isso se cercava de animosidade publica. Os seus partidarios não se contavam em numero elevado.

Em fins de 1752 recebeu as primeiras noticias de ter sido nomeado principal commissario e plenipotenciario das demarcações a se realizarem breve, juntamente com uma carta geographica, copia do tratado e instrucções a respeito [7].

Já entrara a agir. Ouvira o juizo que conhecedores do sertão faziam do tratado. Desejava, assim, inteirar-se das vantagens des-

---

(4) Revista do I. H. G. B., tomo 67, primeira parte, pg. 93.

(5) A. Rodrigues Ferreira, *Diario de Viagem Philosophica*, Revista do I. H. G. B., tomo 49, pg. 251.

(6) J. Lucio de Azevedo, *Os Jesuitas no Grão Pará*, pgs. 235-236.

(7) Revista do I. H. G. B., tomo 67, primeira parte, pgs. 92-93.

ses lindes. A opinião geral dos moradores era hostil. Todos viam na obra de Gusmão erros profundos, prejuizos immensos, cessão de territorios que de direito pertenciam a Portugal, pois ficavam para os hespanhóes todo o Içá, o Japurá, um pedaço do Madeira. João de Souza de Azevedo, o experimentado navegador do Madeira, estava entre os mais exaltados. O tratado lhe parecia uma *formidavel trahição*. Em memoria offerecida no governo da Metropole a 16 de Janeiro, manifestava-se tenaz inimigo do ajuste, apresentando as razões que lhe dictava o seu longo conhecimento do valle [8]. De posse de tão fortes elementos, Mendonça Furtado remettera-os a Lisboa (20 de Janeiro de 1752), ao secretario do Estado, Diogo de Mendonça Côrte Real, dizendo tambem de seu parecer no caso. Não applaudia a negociação de 1750. Portugal não tivera bons advogados no pleito [9]. Seu antecessor, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, resava pela mesma cartilha [10].

Mas era preciso respeitar o que se assentara com Hespanha. Portugal contractara engenheiros, cartographos, desenhadores e astronomos, na Italia e na Allemanha. Homens de alto valor, buscados pela nomeada de que se cercavam. Preparara com elles, ajuntando-lhes, da prata de casa, elementos de confiança e cultura, uma luzida commissão, que chegou ao Pará em 1753, ganhando optimamente. A primeira partida tinha o encargo do trecho comprehendido entre o Japurá e a Guyana. A' segunda, competia traçar a linha oeste-leste, do Madeira ao Javary. A' terceira, fôra reservada a zona do Madeira ao Jaurá.

O pessoal, em Portugal, estava assim distribuido:

Primeira — chefe, sargento-mór José Gonçalves da Fonseca, famoso pelo conhecimento do Madeira; astronomo, padre Haller; officiaes, capitão João André Schwevel e ajudante Adão Leopoldo de Breuning, allemães ambos; cirurgião, dr. André Panelli.

Segunda — chefe, sargento-mór Sebastião José da Silva; astronomo, dr. João Angello Brunelli, traductor de Euclydes, natural de Bolonia; officiaes, capitão Gaspar João Gerardo de Cronsfeld, allemão, e ajudante Henrique Antonio Guluzzi, de Mautua, constructor da fortaleza de Gurupá em 1769; cirurgião, dr. Antonio de Mattos; desenhador, Antonio José Landi, polonez, que constituiu

---

(8) J. Lucio de Azevedo, Obr. Cit., pg. 256. *Revista do I. H. G. B.*, tomo 67, pg. 93 — Manoel Barata, *Apontamentos para as Ephemerides Paraenses*, Revista do I. H. G. B., tomo 90, pg. 57, diz que a memoria tem a data de 25 de Março de 1717, o que é impossivel, pois a esse tempo Mendonça nem pensava em vir á Amazonia.

(9) J. Lucio de Azevedo, Obr. Cit., pg. 256, *Revista do I. H. G. B.*, tomo 67, p. parte, pg. 93.

(10) *Revista do I. H. G. B.*, tomo 67, pg. 93.

familia no Pará, escreveu uma historia natural daquella Capitania, ainda inedita, e levantou a planta do palacio do governo em Belem.

Terceira – chefe, capitão Gregorio Rebello Guerreiro Camacho; astronomo, Ignacio Izentmartony, jesuita hungaro; officiaes, ajudantes Fellipe Sturn e Manoel Gotez, allemães; cirurgião, dr. Domingos de Souza [11].

A commissão hespanhola era, alem dos officiaes, padres, funccionarios e technicos de menor cathegoria, a seguinte:

Segundo commissario, D. Eugenio de Alvanúde, Cavalleiro da Ordem de Calavatra, Marquês de Tabuloso, brigadeiro dos reaes exercitos, depois tenente General delles e Capitão General das Canarias; terceiro commissario, D. Antonio Uratra, Cavalleiro da Ordem de S. Thiago, Capitão de Mar e Guerra, da Real Armada, substituido, por ter fallecido na Guyana, pelo tenente de fragata D. Joseph Solano, primeiro astronomo, depois chefe de esquadra da real armada; quarto commissario, D. José Diguja, Cavalleiro da Ordem de Carlos III, Coronel de infantaria e Governador da Provincia de Cumaná; primeiro secretario, D. João Ignacio Madariaja, Cavalleiro da Ordem de S. Thiago; primeiro geographo, D. João Galão, tenente coronel de artilharia; engegenheiros, D. José Monri Paizano e D. Joseph Vir; cosmographos, D. Joseph dos Santos Cabreira, D. Francisco Quelen, D. Appolinario Dias de la Fuente, D. João de Arias; aggregados aos astronomos, D. Ignacio Milão, D. Vicente Dez, D. Nicolau Guerreiro; botanicos, D. Pedro Leoflin, D. Bento Palteú, D. Antonio Condal; cirurgiões, D. Francisco Rodrigues, D. Antonio Ramires, D. Antonio Alvares e D. Mathias Veral.

Estava dividida em quatro repartições, dirigida por um commissario, composta de um astronomo, um geographo, um desenhador, um capellão, um cirurgião, um almoxarife um carpinteiro, um calafate, um alfaiate e um sapateiro e o corpo militar julgado necessario. Para as despezas, ficaram abertas as thesourarias da Venezuela e Colombia, mandando-se, ainda, de Madrid, cincoenta mil dobrões de quatro pesos. Os mantimentos vieram em dois navios fretados especialmente. Os instrumentos scientificos, de primeira qualidade, custaram grandes sommas [12].

---

(11) Calogeras, *A Politica Exterior do Imperio*, 211. A. R. Ferreira, relacionando o pessoal hespanhól, menciona tambem o padre Haller, que figurava na commissão portugueza.

(12) A. R. Ferreira, *Diario*, *R. I. H. G. B.*, tomo 49, pgs. 256-259. A commissão era luxuosa. Só D. Joseph de Iturriaga tinha vinte cinco creados! Ganhava 12.000 pesos de soldo, mais a gratificação de 6.000 pesos! O segundo commissario tinha quatorze creados!

* * *

Mendonça Furtado, em fins de 1753 — na posse do titulo que lhe dava a direcção dos trabalhos das demarcações, dos varios tratados posteriores, os taes interpretativos, e de instrucções, algumas secretas, de Abril e Maio, por que se regular nas conferencias e demarcações, instrucções que lhe mandavam tomar precauções contra os demarcadores hespanhóes, contra as machinações para invalidar o ajuste — preparou-se para seguir ao encontro do collega hespanhól, cumprindo as ordens de 9 de Maio de 1753, que lhe ordenavam tivesse tudo prompto para bem recebel-o [13]. Ia ser embaraçoso, no primeiro momento. Aliás, seu antecessor no governo do Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, já mostrara á côrte as difficuldades para o devido apresto da expedição, lembrando o que era necessario executar para não se registrar um insucesso [14].

A reunião dos dois commissarios devia realizar-se no rio Negro, em logar julgado conveniente, visto que os demarcadores hespanhóes vinham pelo Orenoco e Cassiquiari. Foi escolhida a aldeia de Mariuá para séde das conferencias. Não está apurada a razão da preferencia. Parece que Mendonça Furtado attendeu ás suggestões do bispo Miguel de Bulhões, velho conhecedor da região.

De Lisboa, vieram mantimentos. Os mais necessarios. E de tal maneira abundantes, que Mendonça Furtado propoz servissem tambem ao abastecimento dos hespanhóes mediante requisição, por compra, em armazens a se construirem no rio Negro [15]. O restante de viveres devia ser da producção agricola da colonia. Mas uma epidemia tinha diminuido a população indigena. Escasseando o agricultor, consequentemente a lavoura não poderia estar em progresso.

As canoas para levar o pessoal, os instrumentos, alguns avantajados, e a artilharia, tinham tambem de ser construidas em Belem, porque não havia dellas em porção bastante e nas proporções exigidas. Era preciso, ainda, arranjar convenientemente a aldeia de Mariuá, erguendo os edificios necessarios á accomodação do pessoal das commissões. Deram-se ordens para que os indi-

---

(13) *Revista do I. H. G. B.*, 67, 122. Carta de Mendonça Furtado a D. José I, de 11 de Novembro de 1753, *Annaes da B. A. P. do Pará*, 2, pg 85.

(14) J. Lucio de Azevedo, Obr. Cit., pg. 256 *Revista do I. H. G. B.*, tomo 67, pg.

(15) Carta de Mendonça Furtado, de 23 de Outubro de 1753, a Diogo de Mendonça Côrte Real, *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, tomo 2, pg. 68.

genas tomassem a hombros «os serviços de transporte, edificação e lavoura». Serviço do rei, ninguem tinha o direito de fazer observações. Diogo de Mendonça Côrte Real, secretario do Estado, em carta comminatoria de 18 de Maio de 1753, determinara aos Superiores das missões que as obedecessem.

Os missionarios, nem por isso deixaram de reclamar. A terra era esteril, affirmavam, donde não se obtinham os recursos agricolas desejados. Nas aldeias, allegavam, não havia população sufficiente para attender a tamanho e tão pesados encargos. Iam adiante. Procuravam, segundo o demarcador, a quem consideravam desposta [16], impedir os trabalhos, provocando a deserção dos indigenas. Pelas descripções epistolares, o caso passava-se desta forma: os jesuitas traziam os nativos a Belem, entregando-os ás autoridades; passados quinze dias ou menos, pretextando máos tratos, estes fugiam, abandonando os serviços em que se empregavam, deixando-os paralysados. Mendonça Furtado tentou reprimir os abusos. Tomou providencias. A principio, mandava escoltas a perseguir os fugitivos, constatando ao cabo de algum tempo a inneficacia da medida — os indios, á approximação dos soldados, internavam-se pelos mattos e as despezas de viagem custavam caro demais ao erario real. Lembrou-se, depois, de proceder á capturada familia dos fujões, com o que os obrigaria a regressar [17]. De nada valeu o processo.

Os religiosos, jesuitas principalmente, ainda difficultaram a actividade do delegado do rei, ora deixando de ordenar maiores culturas, ora diminuindo-as nas aldeias, para que elle não se abastecesse quando nos misteres das demarcações. Mendonça Furtado, por mais de uma vez, desde Maio de 1754, "de malas promptas para tomar o caminho de Mariuá," faltavam os indios designados para canoeiros. Em cartas ao irmão, pintando a cadeia em que se mexia, fornecendo-lhe relações dos desertores, carregava nas culpas dos jesuitas, imputando-lhes a autoria de todos os desastres que occoriam. Intrigava-os sem cessar.

E' aqui o momento de patenteer que Mendonça Furtado não entrara no governo predisposto contra os cathequistas. Ao contrario, embora avisado para tel-os sob vistas, trouxera as melhores disposições. Reformara-os. Vamos saber, então, que em consequencia da campanha que elles lhe moveram, por cumprir as ordens de não consentir na escravisação do indigena, nas demarcações e porque sugerira a Portugal a organisação de companhias

(16) Carta de Mendonça Furtado a Corte Real, de 5 de Fevereiro de 1754 — *Annaes de B. A. P. do Pará*, tomo 3, pgs. 203-203.

(17) Carta de Mendonça Furtado, de 18 de Outubro de 1753, a Diogo de Mendonça Corte Real — *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, tomo 2, pags. 63-64.

de commercio [18]. Justificavel, até certo ponto, portanto, a serem reaes as accusações de que desobedeciam, a irritação que o agitara e o levou, farto de tanto fracasso e afim de resolver de vez a situação, a convocar, em Setembro de 1754, uma junta de missões, da qual nada de pratico resultou. As deserções continuaram no mesmo vulto impedindo até que partisse para o sertão, conforme marcara, a 2 de Outubro.

Afinal, depois de uma serie de tentativas, Mendonça conseguiu deixar Belem, a 12 de Outubro, dirigindo-se ao rio Negro. Ia apressado e zangado, quasi sem recursos de bocca, esgotado financeiramente [19]. As noticias do sertão eram desoladoras. As culturas produziam escassamente, as suas ordens não tinham execução [20]. Acompanharam-no setecentos e noventa e seis pessoas, das quaes duzentos e cinco soldados, de um dos dois regimentos chegados da metropole para as demarcações [21], vinte e quatro pilotos, quatrocentos e onze indios remeiros e sessenta e dois creados e escravos. A flotilha em que viajou constava de vinte cinco embarcações. Alem do corpo technico, levou dois ajudantes de ordens, os capitães João Pereira Caldas e João Baptista de Oliveira, um secretario da commissão, João Antonio Pinto da Silva, um provedor da expedição, Mathias da Costa e Souza, um thesoureiro, Lourenço de Anvers Pacheco, alguns confessores, entre elles o seu, jesuita Joseph da Gama, e o physico mór do Estado, dr. Pascoal Pires. Seguira na frente, com officiaes e soldados, o sargento-mór Gabriel de Souza Filgueiras, incumbido de ter prompta, á sua chegada, o necessario aquartelamento. Atraz, mezes depois, viria o ajudante Henrique Antonio Galucio, conduzindo, em grande e apropriada embarcação, construida especialmente, os pesados marcos de pedra com os quaes se fixariam a fronteira. [22]

([18]) Mendonça tanto não veio indisposto contra os jesuitas, que nos primeiros tempos manteve com elles relações amistosas. Percebe-se que a quebra dessas relações teve origem nos casos que acima veem apontados. As provas, encontramol-as na correspondencia de Mendonça, publicada nos *Annaes da Bibliotheca do Pará*. E' convencedora. Faz muita luz no assumpto.

([19]) Carta de Mendonça a Corte Real, de 29 de Setembro de 1754 — *Annaes da B. A. P. do Pará*, tomo 4, pgs. 158-159.

([20]) Carta de Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Corte Real, de 6 de Março de 1754 — *Annaes da Bibliotheca e A. P. do Pará*, tomo 3, pgs. 201-202.

([21]) Esses regimentos vieram para mostrar aos hespanhoes o vulto da guarnição militar na Amazonia, e não para garantir Mendonça. Aliás um historiador modernissimo affirmou que esses regimentos vieram ás carreiras para esmagar a sublevação dos indigenas depois que Mendonça começou a lucta contra os jesuitas. J. Lucio, porem, reduz o caso ás suas justas proporções.

([22]) Esses marcos estão em Barcellos, completamente abandonados. O I. G. H. do Amazonas está envidando esforços no sentido de conseguir recohel-os ao museu que mantem em sua séde.

Por onde passou, Mendonça Furtado sentiu hostilidades. Os remeiros largavam as canoas. Encontrou as aldeas despovoadas propositadamente e as farinhas, que nellas mandara fazer, em porções ridiculas quando de todo não existentes.

Em Mariuá, foi recebido com gentilezas pelos carmelitas. Um indio, educado no seminario que mantinham, proferiu louvaminheiro discurso, saudando o representante de D. José. Attenções que o commissario recebeu com agrado e a seu modo.

Alli se demorou cerca de dois annos, aguardando a chegada do commissario hespanhol. Guarneceu a região do Solimões, occupando militarmente a aldea do Coary. Providenciou para o aproveitamento das reservas piscosas, fazendo montar no Solimões, na bocca do rio Branco e no lago d'El Rei, e outros pontos, pesqueiros a conta da fazenda real. Fez vir a sua presença, aproveitando a opportunidade, os mais antigos sertanistas da região, tomando-lhes a impressão sobre o tratado. Xavier de Mattos, Xavier de Moraes, Francisco Ferreira e Eugenio Ribeiro, moradores nas cercanias, não se negaram [23]. Expuzeram com clareza, informando de que sabiam. Recolheu por intermedio delles interessantissimos elementos a respeito da geographia dos rios Negro, Branco, Issana, Uapés e Japurá, avolumando os autos do inquerito a que procedia. O tratado não consultava, na Amazonia, os inteteresses de Portugal, era o pensamento geral.

* * *

Por outro lado, distribuindo a attenção para o povoado onde assentara arraial, dispoz-se a transformal-o. O pessoal da comitiva e os indios que mandou buscar, deram inicio á fundacção de um povoado digno de hospedar tão illustres figuras com os commissarios portuguez e hespanhol e respectivos auxiliares.

Mariuá [24] não apresentava aspecto convidativo. Simples aldea dos Manáos, Barés e Banibas, fundada em 1728, alem das palhoças dos indios, só possuia as capellas de Santa Anna e São Caetano, [25] a egreja e o seminario dos carmelitas, cobertos de palha, aquella pobremente servida de paramentos, e este sem offerecer o menor conforto. O terreno alli era allagadiço. No tempo das

(23) Revista do I. H. G. B., tomo 67, pgs. 320-331.

(24) Mariuá, aldêa de Manáos, foi fundada pelo carmelita frei Mathias de São Boaventura, que conseguiu o auxilio da mãe do principal Camandary para a cathequese. Mais tarde o logar recebeu Barés, Banibas, Passés e Uerequenas. Em Mariuá nasceu Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, poeta, primeiro litterato amazonense.

(25) A capella de Sant'Anna foi fundada em 1744 pelo carmelita frei José de Magdalena; a de São Caetano, em 1739, pelo mesmo religioso.

chuvas desapparecia, em grande parte, coberto pelas aguas. Enchurradas fortissimas, de lagos existentes nas costas do logar, cavavam as barreiras naturaes, abrindo desaguadouros, ameaçando de ruina as terras, de sua vez inclinadas [26]. O mattagal era frondoso, espesso. Apenas em alguns sitios, substituido pelas roças dos nativos. Era custosa e pesada, pois, a tarefa imaginada por Mendonça Furtado.

Abateu-se o matto. Fizeram-se aterros, construiram-se pontes ligando os dois bairros em que se dividiu o logarejo. Abriram-se ruas, rasgou-se uma grande praça, onde o engenheiro Philippe Sturn, levantou, de accordo com planta approvada por Mendonça Furtado [27], um predio para residencia do demarcador hespanhol; o chamado palacio das demarcações onde se deveriam encontrar, quando em conferencia, os representantes das duas nações ibericas; e a casa da espera, destinadas ás cortezias entre os dois demarcadores, antes do inicio daquelles misteres diplomaticos [28]. O seminario dos carmelitas, onde Mendonça ficou hospedado, soffreu remodelação. A egreja de Nossa Senhora da Conceição, tambem. Alem de um grande armazem para os viveres e de casas para as familias dos membros da commissão, ergueram-se tres quarteis; o dos officiaes, o da guarnição portugueza e o dos soldados hespanhoes. As ordens regias eram para que fosse construido tambem um palacio para o representante de Portugal. Muito dispendioso o do hespanhol, Mendonça Furtado desistio do luxo de uma residencia especial. Aguentando as barrancas, lambidas pelo rio, que as ameaçava dia a dia de engulil-as, e afim de facilitar o desembarque, foi erigido um caes de madeira.

Mariuá cresceu. Alem do pessoal que viera em 1755 e nos annos seguintes, de differentes pontos tinham chegado algumas dezenas de indios, trazidos das missões carmelitas. O bairro delles, denominado repartição, foi depois desoccupado, pelo que foram levados a se arrumar para o centro, com o que mais se alargou o arrail. A população, augmentada, com cerca de duas mil almas, deu vida a Mariuá. Já havia um ar faustoso do centro civilisado.

* * *

Durante esta estadia no rio Negro e apesar das medidas do governador, os indios continuaram a desertar, fugindo ao serviço

---

([26]) A. R. Ferreira, *Diario,* Revista, 49, pgs. 127-128.

([27]) A. R. Ferreira, *Diario,* Revista do I. H. G. B., tomo 49, pg. 148. Na primeira secção do Archivo do Pará ha desenhos desses edificios de Mariuá — *Annaes da B. A. P. do Pará,* tomo 4, pgs. 136-153.

([28]) A. R. Ferreira, *Diario,* Revista do I. H. G. B., tomo 49, pgs. 148.

do rei. Mendonça irritava-se. A correspondencia que recebia não o deixava tranquilo. Os jesuitas eram accusados de estar provocando a rebellião dos indios do Paraguay e de agir, junto á côrte hespanhola, no sentido de D. José de Iturriaga não dar cumprimento á sua missão de demarcador. Procuravam evitar, dizia-se, que proseguisse viagem até Mariuá. De Belem, o bispo, da corrente hostil á Companhia de Jesús, fazia côro aos labéos, inventando outros, descobrindo pretensas conjuras contra a soberania de Portugal na America [29]. Quem sabe se os jesuitas, mancommoando-se com os religiosos das outras ordens, não conspiravam para apoderar-se da Amazonia, expulsando as autoridades portuguezas ? A suspeita foi se agasalhando no espirito de Mendonça Furtado. Consta de varios autores que de Mariuá, mandou para Lisboa um libello tremendo de accusações aos jesuitas, que açulavam todos os desconcertos. O certo é que, delicadissima a situação, Mendonça mais se aggravava nas cartas do irmão, revelando a indignação de que estava possuido. Talvez constituissem mesmos essas epistolas o referido libello a que se referem os chronistas, porque na verdade o foram, tantos os crimes nellas apontados como dos jesuitas [30].

As primeiras providencias para acabar com aquelle estado de coisas vieram em 1755 e recebidas antes do anno findar. O governo da metropole, tomando conhecimento da seriedade das occurrencias, resolvera a pratica de medidas de rigor. Mandava por fora do territorio da Amazonia quatro jesuitas, tidos como perigosos á ordem, accusados de desrespeitosos aos delegados do rei, taxados de contrabandistas irrequietos, entre os quaes os padres Antonio José e Rocque Runderpfund, que missionavam no Madeira [31]. Creava a Capitania de São José do Rio Negro, attendendo á solicitação de Mendonça Furtado, e fortificando-se em pleno sertão contra a Companhia de Jesús e as possiveis hostilidades dos hespanhoes, suspeitos pela attitude dubia que estavam assumindo no Rio da Prata. Extinguia o poder temporal dos missionarios, confiando ás autoridades leigas a administracção civil das aldeas indigenas e a sacerdotes de outras ordens, a administração espiritual. Concedia-se a liberdade aos indios. Carmelitas, jesuitas e mercenarios tinham de abandonar a obra civilizadora que construiam.

---

(29) J. Lucio de Azevedo, Obr. Cit. pg. 266.

(30) A correspondencia de Mendonça Furtado está publicada, em grande parte, nos *Annaes da Bibliotheca do Pará*. No archivo do Instituto Historico Brasileiro ha copias de cartas que não constam do archivo paraense e se guardam em Portugal.

(31) Carta de Mendonça Furtado, de 14 de Março de 1755, J. Lucio, Obr. Cit. pg. 263.

Mendonça, senhor do terreno, aguardou, todavia, melhor opportunidade para executar as duas ultimas ordens [32]. Continuou aguardando, por mais algum tempo, D. José de Iturriaga que, tendo partido de Cadiz a 15 de Fevereiro de 1754, estava a encontrar embaraços no caminho, sommando-se a demora a manejos dos jesuitas.

Afinal, em Dezembro de 1755, já decorridos quasi dois annos de estadia em Mariuá, aproveitou a opportunidade creada pela demora do delegado espanhol e seguiu para o Madeira, á aldea de Trocano, para eleval-a em villa, cumprindo a carta regia de 3 de Março de 1755. Era o inicio da series de violencias que Pombal ia desencadear, cheio de odio, friamente, sobre a Companhia de Jesús.

Foi recebido com respeito pelo missionario, o jesuita allemão Anselmo Eckart. Duas pecinhas, trazidas para afugentar os Muras, que encommodavam constantemente o logar, salvaram. Dias depois, a 1 de Janeiro de 1756, convocados os indios, realizou-se a solemnidade da installação da primeira villa do Amazonas. A aldea passou a chamar-se Borba a Nova. Levantou-se o pellourinho. O governo da villa e dos indios ficou nas mãos de um official. Cessava alli a administracção dos jesuitas. Anselmo Eckart, sem relutancia, retirou-se para a aldea dos Abacaxis, onde estava o seu collega Runderfeld [33]. Mendonça, por sua vez, satisfeito, voltou em Fevereiro a Mariuá, onde ainda aguardou, até 23 de Novembro, a chegada do collega hespanhol, que noticias da Europa annunciavam já perto do Orenoco e a entrar no arraial em Maio ou Junho [34]. Mas, adoentado, julgando urgente a sua presença em Belem, para execução das leis que golpeavam os jesuitas na direcção das aldeas e no trato com os indigenas, autorizado pela metropole, para lá seguiu, deixando a tomar conta do rio Negro, com instrucção a respeito das negociações de D. José de Iturriaga, o sargento-mór Gabriel de Souza Filgueiras.

Em Belem, em Fevereiro de 1757, fez publicar as cartas de 6 e 7 de Junho de 1755, retirando a administração das aldeas da mão dos missionarios e concedendo liberdade aos indigenas [35]. Os prejudicados protestaram com toda energia. Mendonça Furtado não os attendeu. E em meio á balburdia, naturalmente creada

---

(32) J. Lucio, Obr. Cit. pgs. 256-270.

(33) J. Lucio de Azevedo, *Os Jesuitas no Grão-Pará,* pgs. 266-267. Araujo e Amazonas, *Diccionario,* pg. 245.

(34) Carta de Mendonça Furtado, de 12 de Abril de 1757 — *Annaes,* tomo 5, pg. 246.

(35) Cartas de Mendonça, de 26 de Maio de 1757, de 11 de Junho de 1757, de 8 de Abril de 1757.

em razão de toda aquella reforma brusca, cuidou de completar a tarefa legislativa da metropole, regularizando a situação do indigena livre. Imaginou o apparelho administrativo por que as antigas missões se deveriam governar, formulando, a 3 de Maio de 1757, o Regulamento do Directorio [36]. As aldeas seriam villas e povoadôs. O indio exerceria as funcções politicas — juiz ordinario, vereador das camaras, etc. A tutela passava, do missionario, ao director do povoado, individuo que gosava da protecção dos capitães-generaes e tanto podia ser um militar distincto, sabendo comprehender o papel que representava, como um soldado de mãos bofés inclinado a traficancias, explorador do suor do povo cujos distinos lhe confiavam. A liberdade era, evidentemente, duvidosa, apparente. A reforma não trazia os esperados beneficios, mesmo porque os naturaes, analphabetos, não estavam em condicções bastantes para os cargos que se lhes deu.

Quanto á nova vida religiosa do sertão, não havia necessidade de grandes preoccupações. Frei Miguel de Bulhões, antecedendo o governador nas medidas radicaes, a 13 de Abril de 1755 creara a Vigaria Geral do Rio Negro, complemento, egualmente, do acto instituindo a Capitania. O padre José Monteiro de Noronha, estava nomeado para o cargo de vigario [37].

* * *

Carmelitas e mercenarios, certos do infructifero de qualquer attitude contraria aos intentos de Carvalho e Mello e Mendonça Furtado, cederam logo. Já não occorreu o mesmo com os jesuitas que, attingidos de modo directo, tomaram-se de hostilidades. Deixando as aldeias, carregavam, ás escondidas, todas as alfaias e mais pertences das egrejas e capellas [38], contrariando o espirito da legislação e as determinações do governador. O missionario de Borba, Anselmo Eckart, foi o mais accusado na retirada criminosa dos bens das egrejas. Limpou a da villa, ludibriando o official commandante do porto fiscal alli assentado [39].

Em Borba se tinha registrado, ainda no anno anterior, uma

---

(36) J. Lucio, Obr. Cit., pg. 284-285. A. Amazonas, *Diccionario*, pgs. 104-128 e 246. Carta de Mendonça, de 21 de Maio de 1757, *Annaes*, 4, pgs. 184-188.

(37) Quasi todos os autores dão como primeiro vigario geral o padre José Monteiro de Noronha. A. R. Ferreira, no *Diario*, dá o carmelita Joseph de Magdalena. Monteiro de Noronha, ordenando-se em Belem, foi nomeado vigario em Dezembro de 1755. Era homem illustrado. Escreveu o *Roteiro da viagem da Cidade do Pará até as ultimas colonias do sertão da Provincia.*

(38) Carta de Mendonça, de 2 de Maio de 1757 *Annaes*, pgs. 209-212.

(39) Cartas de Mendonça, de 2 de Maio de 1757 e 22 de Outubro de 1757 — *Annaes*, 4, pg. 210, 5, pg. 285.

insurreição dos indios contra o militar encarregado do posto, insurreição de pouca importancia mas relatada sob aspectos negros como obra dos jesuitas e dos religiosos de outras ordens, apalavrados para a desordem [40]. No Javary, mantinham uma aldeia. Pesou sobre elles a culpa de lá contrabandearem á larga com os collegas do lado hespanhol [41] da fronteira. Da mesma culpa increparam o missionario de Abacaxys, jesuita Antonio Maysterbourg.

Os casos mais graves registraram-se, porem, no Rio Negro, onde campeava a desordem. Parte da guarnição de Mariuá, formada dos dois regimentos recrutados em Lisboa, allegando falta de pagamento, sublevou-se a 1 de Março, dirigida por dois cabos. O sargento-mór Gabriel de Souza Filgueiras, commandante da tropa foi aprisionado e offendido physicamente. De posse do arraial, pois os moradores e as forças fieis não lhes offereceram resistencia, retirando-se para o centro da matta, os rebeldes saquearam o armazem real e o deposito de polvora, apoderaram-se de 1:400$000 que encontraram em cofre, mais 650$000 pertencentes ao desenhista Antonio José de Landi, fugindo, aos desatinos, pelo rio abaixo. Os soldados destacados no fortim de São José do Rio Negro adheriram, o mesmo succedendo em Coary com um punhado dos que alli vigiavam o Solimões. De Teffé, desanimados e percebendo o crime de alta trahição commettido, rumaram para territorio hespanhol, subindo o Içá. De lá regressaram pouco depois, internando-se pelo Maranon [42].

Seguindo o exemplo, os indios de Lamalonga tambem se levantaram. O pretexto foi o gesto do carmelita frei Raymundo de Santo Eliseu, separando da companhia do principal Domingos uma tapuya com quem este vivia em comcubinato. A 1 de Junho, a aldeia foi reduzida a cinzas, depois de violada a egreja onde commetteram toda a sorte de desatinos. Tomando vulto, a insurreição alastrou-se. Adheriram os principaes Mabé e Manacassary, este com o senhorio do alto rio, na zona das cachoeiras, inimigo decidido dos portuguezes e contra o qual já Mendonça Furtado recebera ordens regias para proceder [43]. A aldeia do Caboquena foi atacada e destruida, mortos os seus defensores, entre elles o principal Caboquena e o odiado carmelita que lá se encontrava.

([40]) Cartas de Mendonça a Joaquim Thomé Corte Real, de 9 de Abril de 1757 — *Annaes da B. A. P. do Pará,* 4, pgs. 222-223.

([41]) Carta de Mendonça, de 23 de Maio de 1757 — *Annaes,* 4, pg. 215.

([42]) Carta de Mendonça, de 13 de Junho de 1757 — *Annaes,* 5, pg. 235.

([43]) Esse principal Manacassary habitava com a sua gente o rio Marié, affluente do rio Negro. Em Setembro de 1755, serviu de guia a uma expedição mandada por Mendonça Furtado a um descimento naquella arteria. Attrahiu os portuguezes, matando-os a quasi todos.

Victoriosos facilmente, deliberaram então acometter as demais povoações cujos habitantes não os quizessem acompanhar. Assaltaram Bararoá, de onde o destacamento militar local bateu em retirada precipitadamente, deixando-os á vontade nas façanhas que se seguiram. Por todo o rio, o alarme causou panico.

De varios pontos, as populações fugiam, á perspectiva do apparecimento dos insugentes. Estes, em fins de Setembro, na ilha Timoni, apromptavam-se para cahir sobre Mariuá, quando chegou o capitão Miguel de Siqueira á frente de um corpo de cento e oitenta homens, expedidos apressadamente por Mendonça Furtado. Acampando numa ilha quasi á bocca do igarapé Apená, o capitão Siqueira aguardou-os. Dividiu o seu pessoal de guerra em tres pelotões, distribuindo dois pela margem do Negro. O choque foi sangrento. Dezenas de insurrectos pagaram com a vida. Levados de roldão, completamente desmoralisados, procuraram accitar-se nas cachoeiras. Até lá a superioridade das armas portuguezas os buscou, impondo-lhes socego e respeito ás quinas de Portugal [44].

* * *

Todos esses successos, somados aos anteriores e a outros episodios desenrollados do districto paraense e no Maranhão, attribuidos á instigações dos jesuitas, entraram no computo dos desacertos com que Mendonça Furtado lhes illustrou o processo. A correspondencia com que Lisboa, salva, conhecida, deixa ver o odio que o minava contra a Companhia de Jesús. Todos os males da Amazonia, sem receio de engano, tinham a responsabilidade della, affirmava. A guerra com a Ordem estava franca.

Em Portugal, a campanha, alimentada com tanto vigor, tambem proseguiu. O marquez de Pombal, acceitando tudo que lhe mandava dizer o irmão, já de si olhando com máos olhos a actividade daquelles homens que em todas as côrtes desfructavam prestigio, tinham força, dando-lhes a autoria de certos factos passiveis de penalidade, registrados á sua vista, iniciou, publicamente, a propaganda insidiosa. Pasquins, publicações mentirosas, deturpando casos, tudo serviu de recursos. *A Relação Abreviada da Republica, que os Religiosos Jesuitas das Provincias de Portugal e Hespanha estabelecerão nos dominios ultramarinos das duas monarchias*, etc., e a *Deducção Chronologica* constituem os dois mais famosos pamphletos editados nessa época. Nelles, os jesuitas apparecem conspirando na fundação de um imperio theocratico

---

(44) Todos os chronistas antigos das coisas do Amazonas tratam dessa insurreição. A documentação a respeito pode ser lida nos *Annaes da B. A. P. do Pará*, 5, pgs. 235-242.

na America, independente dos thronos europeus. As duas pecinhas, que salvaram por occasião da estadia de Mendonça Furtado na villa de Borba, servindo de prova na infamia, eram nada mais nada menos que a poderosa artilharia a ser empregada para independencia do continente. Os missionarios Anselmo Eckart e Antonio Maysterbourg, dois desfarçados engenheiros.

Resultou de tanta calumnia, a que se juntou um attentado contra a vida de D. José, e do procedimento altivo dos jesuitas que, por vezes, é verdade, se portaram inconvenientemente, recusando obediencia ás ordens regias, a lei de 3 de Setembro de 1758, expulsando-os de Portugal e suas colonias. Esse acto, só em Junho do anno seguinte se tornou conhecido no Pará. Já não havia mais um só jesuita no que é hoje o Estado do Amazonas. Os do Madeira e de São José do Javary, desde 1757 tinham sido postos fóra [45]. Só os carmelitas se mantinham na hinterlandia, não como missionarios, mas nas obrigações de capellão dos agglomerados humanos.

* * *

Mendonça Furtado voltou ao rio Negro em principios de 1758. Chegou a Mariuá a 4 de Maio. Ia fundar as villas, creadas em substituição ás aldeias, acabar com as desconfianças que reinavam no espirito da officialidade alli destacada, providenciar sobre a occupação do trecho encaichoeirado do rio Negro, visitar a villa de Borba, acabando de estabelecel-a, e installar a Capitania de São José. Não recebera noticias da approximação dos demarcadores hespanhoes, nem acreditava mais que o viessem encontrar [46].

Em caminho esteve em Borba. Na aldeia dos Abacaxys, providenciou para que ella se transferisse do Madeira á margem do Amazonas, no sitio Itacoatiara [47]. A sua presença em Mariuá fez cessar a agitação que se notava, consequencia das explosões da soldadesca e da indiada. O desembargador Paschoal de Almeida Abranches que, como ouvidor geral do Pará, o acompanhava, procedeu ao inquerito, apurando a culpabilidade dos autores da façanha de Dari. Os cabeças, os principaes Luiz Miguel e João, condemnados á morte, foram enforcados em Moreira. Os demais implicados, mandados para a cadeia de Belem, onde muitos morreram á mingua e aos máos tratos que lhes inflingiram.

([45]) Esses jesuitas sahiram logo que foi publicada a legislação acabando com o poder temporal que lhes cabia.

([46]) Carta de Mendonça, de 25 de Outubro de 1757 — *Annaes da B. A. P. do Pará,* 5, pgs. 308-312.

([47]) Carta de Mendonça Furtado a Côrte Real, de 4 de Julho de 1758 — Furtado Belem, *Limites Orientaes do Amazonas,* Manáos, 1912, pgs. 8-10.

Mendonça Furtado demorou-se ainda cerca de um anno, aguardando a chegada dos demarcadores, pois lhe tinham vindo ao conhecimento novas de approximação delles, já em pleno Orenoco [48]. Fez occupar militarmente a zona das cachoeiras [49], attingindo as patrulhas que a percorriam as proximidades de Cucuhy. Erigiu em villa as aldeias de Mariuá, Bararoá e Itarendaua, dando-lhes o nome de Barcellos, Thomar e Moura, e installou a Capitania de São José do Rio Negro.

Chamado a Lisboa [50], onde iria ser secretario do Estado, adjuncto do conde de Oeiras, o futuro Pombal, seu irmão, dirigiu em 23 de Novembro de 1758, ao seu substituto no commissariado de limites, D. Rolim de Moura, governador de Matto Grosso, um *Systema de Demarcações* [51] que organizou em tres annos de estudos na região, observações valiosissimas, esclarecendo, interpretando o tratado de 1750, mostrando as falhas que encontrou e lembrando como evitar perdas de territorio para Portugal.

Pouco depois de seu retorno á metropole, em Outubro de 1759, apresentaram-se em Barcellos representantes de D. José de Iturriaga, que ficara em São Fernando, nas proximidades da fronteira, na confluencia do Atapabo com o Orenoco. A commissão hespanhola estava reduzida a tres mathematicos, quatro engenheiros, tres desenhadores e um instrumentario, cem soldados, cinco officiaes e dezeseis peças de artilharia. A demora não tivera causa nos manejos dos jesuitas, mas em difficuldades de caracter administrativo e na lucta que se accendera entre os Guaipunabis e Manativitanos, chefiados estes pelo principal Cucuhy e aquelles pelo principal Caserú. D. José de Iturriaga preoccupara-se em pacifical-os, o que lhe custara tres annos.

Os hespanhoes chegavam em má hora. D. Rolim de Moura, em Matto Grosso, precisava de um anno para vir de Cuyabá a Barcellos. Os engenheiros, astronomos e officiaes trazidos por Mendonça Furtado, uns tinham sido licenciados, outros regressado á Europa. Os edificios publicos da antiga Mariuá, construidos de madeira tirada dos mattos sem attender-se-lhe á consistencia,

---

(48) Carta de Mendonça a Thomé Joaquim da Costa Côrte Real, de 14 de Fevereiro de 1759 — *Annaes da B. A. P. do Pará*, 8, pg. 30.

(49) Carta de Mendonça Furtado de 14 de Fevereiro de 1759 — *Annaes*, 8, pg. 30.

(50) Mendonça Furtado chegando a Lisboa foi nomeado Secretario do Estado, adjunto ao Conde de Oeiras, o futuro Pombal, tendo fallecido em Villa Viçosa a 15 de Novembro de 1769.

(51) Carta de Mendonça a Luiz da Cunha, de 11 de Fevereiro de 1759 — *Annaes*, 6, pg. 52. O *Systema* esta publicado na *Revista do I. H. G. B.*, 67, pgs. 308-314.

desmoronavam-se. Era preciso reconstruir tudo. Os soldados, de que não restavam muitos, por terem voltado para Belem, mal trajado não podiam apresentar-se aos hespanhoes, que envergavam uniformes luxuosos. Em Barcellos, nem viveres, nem artilharia havia.

O sargento-mór Gabriel de Souza Filgueiras, expedido a topal-os com attenciosa carta do governador paraense Manoel Bernardo de Mello e Castro, conseguiu que aguardassem, em São Fernando, a chegada de Rolim de Moura a Barcellos [52].

As commissões não se reuniram. D. José de Iturriaga limitou-se á fundação de povoados no Orenoco e no Cassiquiari e a tentar occupar o alto rio Negro. Annulado o tratado de Madrid, com a assignatura de outro, o do Pardo, a 12 de Fevereiro de 1761, paralizaram todas as actividades demarcadoras [53]. Fracassava, assim, a primeira tentativa para fixação dos limites na Amazonia.

([52]) Tem reinado muita duvida, entre os historiadores, sobre se as commissões se encontraram em Barcellos. O assumpto está resolvido com a documentação preciosa publicada nos *Annaes do B. A. P. do Pará,* tomos 8 e 10.

([53]) Resta muito pouco da obra exploradora realizada nesse periodo. Segundo Fidelino Figueiredo, *Estudos de Historia Americana,* S. Paulo, a Bibliotheca Nacional, de Lisboa, guarda alguma coisa como se pode verificar da *A Secção Ultramarina da Bibliotheca Nacional,* Lisboa, 1928.

A Capitania de São José do Rio Negro

A immensidade do Estado do Maranhão e Grão-Pará, a que pertencia o actual territorio amazonense, era motivo para que a prosperidade da Amazonia se fosse realizando com grandes difficuldades. A administração publica, ora installada em São Luiz, ora em Belem, tinha de falhar fatalmente. As providencias alli tomadas chegavam aos confins da colonia tardiamente, com graves prejuizos para as partes interessadas. Quando dos trabalhos da commissão de limites em 1750, ficou bem evidenciada a necessidade de uma medida que resolvesse o problema.

Mendonça Furtado, em sua correspondencia para a metropole, lembrou a conveniencia da creação de um novo governo, no sertão lindeiro com as colonias hespanholas [1]. Porque, alem da necessidade de fazer a felicidade politico-economica da população alli estabelecida e facilitar a obra de civilização do indio, havia a de garantir a soberania de Portugal, completamente descurada naquelle pedaço de Brasil, cubiçado por hollandezes e hespanhoes e entregue á sanha desenfreada de criminosos e desertores que podiam crear, de futuro, serios embaraços. Atraz desses motivos, escondido, caviloso, porem, o intento de ferir os missionarios, os jesuitas principalmente, a esse tempo ainda não expulsos nem retirados da administração dos indios, creando na zona de jurisdicção delles a autoridade competente para vigial-os de perto e contrariar-lhes as manobras, tidas como perigosas á integridade de Portugal na America.

A carta regia de 3 de Março de 1755 [2] attendeu ás conside-

---

(1) Baena, *Ensaio Chorographico do Pará*, Belem, pgs. 135-136. A carta regia de 3 de Março creou a Capitania de São José do Rio Negro; a de 18 de Julho fala em Capitania de São José do Javary, porque a capital seria no Javary. Uma vez esta estabelecida em Barcellos, a Capitania voltou a ter o nome de São José do Rio Negro.

(2) Ha duas cartas regias dessa data: uma creando a Capitania, outra creando a villa de Borba.

rações de Mendonça Furtado, creando a Capitania de São José do Rio Negro, com capital na aldeia, que passava a villa, fundada pelos jesuitas perto da bocca do Javary.

A installação do novo governo não se effectuou immediatamente. Mendonça Furtado, embora autorizado, não julgou opportuno, no que a metropole concordou [3], approvando as razões que lhe apresentou. Só por occasião de sua segunda viagem ao rio Negro é que executou as ordens contida na carta regia e instrucções posteriores, inclusive a de 18 de Julho de 1757, insistindo na fundação da Capitania e nomeando para governal-a o coronel de infantaria Joaquim de Mello e Povoas.

Mendonça Furtado preferiu, para a capital da Capitania, a aldeia de Mariuá á de São José do Javary [4]. Já dispondo de certos recursos, edificada, bem no centro do territorio mais colonizado, parecia-lhe sobrarem as razões [5] justificando a preferencia que os governadores acceitaram e mantiveram até 1791. Frei Miguel de Bulhões, bispo do Pará, era o mais enthusiasta da séde do governo em Mariuá. A aldeia de São José do Javary, por sete razões, [6] no seu entender, estava condemnada. Talvez, mesmo, as considerações que, em carta de 13 de Maio de 1755, levou ao capitão-general, tenham calado fundo no animo deste contribuindo para a resolução que tomou.

A capital, pela carta regia, devia ter o titulo de villa. Mendonça Furtado elevou Mariuá a essa cathegoria, a 6 de Maio de 1758, [7] dando-lhe o nome de Barcellos, em cumprimento ao programma que se traçara, de renomear todas as povoações da Amazonia soccorrendo-se dos nomes das villas da Casa dos Braganças, e embora frei Miguel de Bulhões preferisse, num gesto de adulador, que se chamasse São Francisco Xavier [8], homenagem

---

(3) Provisão regia de 23 de Junho de 1757, publicada por Manoel Barata, *Apontamentos para as Ephemerides Paraenses,* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, vol. 144 pgs. 102-103. Em carta de 6 de Julho de 1755, Mendonça Furtado tinha agradecido, por intermedio do seu irmão, a D. José I, a creação da Capitania.

(4) São José do Javary teve pouca prosperidade. A's vesperas da independencia já estava quasi desapparecida.

(5) Alexandre Rodrigues Ferreira diz no *Diario* que a escolha de Mariuá foi feita pelos governadores e não por Mendonça Furtado.

(6) Carta de Miguel a Mendonça Furtado, datada de 13 de Maio de 1755. J. Nabuco, *Documentos de Origem Portugueza,* vol. I, pgs. 78-80.

(7) Elevou por uma provisão dessa data. A. Rodrigues Ferreira, *Diario de Viagem,* Revista, tomo 49, pg. 157.

(8) Carta cita acima — « era racional que nelle se estabelecesse a sua capital, a qual deverá ser a cidade de S. Francisco Xavier attendendo á circumstancia de ser fundada debaixo dos ditames e no governo de V. Excia ».

ao homem publico que alli instituia o poder civil. O acto da installação revestiu-se de solemnidade. Compareceram á praça, aberta em 1755, o ouvidor do Pará, dr. Paschoal de Abranches Madeira Fernandes, toda a guarnição, a indiada e os moradores. Foi erigido o pelourinho. O povo, tres vezes, dentro das formalidades costumeiras, gritou Viva el Rei! E na casa da camara, os vereadores, os juizes e o procurador da villa, escolhidos entre os varões de mais destaque [9], nomeados por provisão especial, tomaram posse nas mãos do ouvidor paraense, inaugurando a vida municipal no rio Negro.

Restava installar a Capitania. A 7 de Maio, Mendonça Furtado empossou o coronel Mello e Povoas, seu sobrinho afim, militar distintissimo que a metropole mandara, certa de sua energia e patriotismo, e o capitão-general considerava incapaz de commetter «acção que não seja mesmo conforme ao Real Serviço de Sua Magestade, e aos interesses da mesma Capitania» [10].

Pela carta regia de 3 de Março, Mendonça Furtado estava autorizado a marcar os limites orientaes e do sul da Capitania. Os do norte e occidente se extenderiam até as «rayas dos dominios hespanhóes», pelas linhas convencionadas, certamente, nos tratados diplomaticos. A 10 de Maio, em carta a Mello e Povoas, com os larguissimos conhecimentos que adquirira da região como demarcador, dentro daquellas attribuições conferidas, determinou os limites: com a Capitania de Matto Grosso, ao sul, pela cáchoeira de São João ou Araguary, hoje Santo Antonio; a leste, o Grão-Pará, pelo rio Nhamundá até sua foz no Amazonas e dahi pelo outeiro do Maracá-Assú, ficando para o Rio Negro a margem occidental do Nhamundá e do outeiro. O Grão Pará extendera a sua jurisdicção administrativa até alem da cachoeira de São João, mas recuava agora, na Capitania, preferindo raiar-se alli. As linhas eram clarissimas. De futuro, portanto, não poderiam surgir duvidas. Mendonça Furtado, por isso, ordenou que a carta fosse registrada nas camaras das villas mais notaveis.

* * *

O governador da Capitania seria subordinado ao do Grão-Pará. Mello e Povoas veio para servir durante tres annos, com o

---

(9) Juizes — capitão João Nobre da Silva e Manoel de Vasconcellos, governador do rio; vereadores — Francisco Xavier de Moraes, sargento-mor Xavier da Silva de Oliveira e Estevam Cardoso de Athaide; procurador da camara — Agostinho Cabral de Souza; tabellião e escrivão da camara — sargento-mór Francisco Xavier de Andrade.

(10) Carta de Mendonça Furtado, de 25 de Outubro de 1757. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, tomo V, pg. 309.

ordenado annual de 2:000$000, como os governadores da ilha de Santa Catharina e Colonia do Sacramento. Recebeu instrucções de Mendonça Furtado acerca de suas obrigações politicas e militares [11], porque lhe competiam ambas, principalmente a respeito das fronteiras com os hespanhóes e hollandezes, que precisava ter sempre bem vigiadas. Era emprehendedor, honesto, energico, com capacidade bastante para uma boa administração, como a que fez mais tarde, no Maranhão, sob os applausos dos seus jurisdiccionados. No Rio Negro, vasto o programma a realizar para que a Capitania tivesse em perfeito funccionamento os seus serviços publicos, não poude executal-o, por ter sido transferido para São Luiz. Visitou, comtudo, o interior, tomando conhecimento do que de mais urgente se fazia preciso. Elevou a villas as aldeias do Abacaxys, Saracá, Ega e São Paulo de Cambebas, e a logares as aldeias de Jahú, Caboquena, Aricari, Cumarú, Dary, Coary, Parauary, Caiçara, Taracoteua e Evirateua, situadas no Solimões, Baixo Amazonas e rio Negro, alusitanando-lhes os nomes para Serpa, Silves, Teffé, São Paulo de Olivença, Ayrão, Moreira, Carvoeiro, Poiares, Lamalonga, Alvellos, Nogueira, Alvarães, Fonte Boa e Castro d'Avellans. Continuava a politica iniciada por Mendonça Furtado, que em 1758, antes de regressar a Portugal, elevara a villas as aldeias de Bararoá e Itarendaua, nomeando-as Thomar e Moura.

O problema do povoamento, dos mais importantes, carecia ser enfrentado seriamente. As ordens da metropole e do governador do Grão-Pará mostravam o interesse porque o encarava Portugal. [12] Mello e Povoas, procurando atacal-o, de accordo com a legislação em vigor, que favorecia, cumulava de privilegios os brancos que casassem com indias, concitou os portuguezes a realizarem essa união. Aquelles era em numero avultado, emquanto de portuguezes, alem do pessoal administrativo e da guarnição militar, contavam-se apenas os soldados que, vindos para as demarcações, tinham sido dispensados das fileiras para se estabelecerem pelas barracas das estradas fluviaes. Os seus conselhos e os favores reaes concedidos fructificaram logo, lançando-se assim os fundamentos da familia amazonense [13].

Mello e Povoas começou, innegavelmente, a obra gigantesca de impedir que ruisse o trabalho dos missionarios, civilizando a hinterlandia amazonica. Retirando-se para São Luiz, por ordem do

---

([11]) Carta citada.

([12]Alvará de 4 de Abril de 1755 e de 17 de Agosto de 1758. Cartas de Mendonça Furtado, de 25 de Outubro de 1757 e 10 de Fevereiro de 1759.

([13]) Os favores constavam de donativos de um machado, uma foice, uma enxada, uma peça de bretanha, um ferro de cova e sete varas de linhagem ou estopa. Os primeiros casamentos realizaram-se em Borba, ainda ao tempo de Mendonça Furtado.

capitão-general do Grão-Pará, entregou, o governo, a 25 de Dezembro de 1760, ao tenente-coronel Gabriel de Souza Filgueiras, commandante militar da Capitania, encarregado de negociações com os hespanhóes na fronteira do rio Negro.

Official experiente, conhecendo bem o rio Negro e o Solimões, pelas visitas que lhes fizera nos serviços das demarcações, a mando de Mendonça Furtado, com explendida folha de serviços, Gabriel Filgueiras representava uma segurança para a Capitania. Foi nomeado governador a 12 de Abril de 1760 [14]. Restabeleceu os povoados de Lamalonga, Moreira e a villa de Thomar, ainda a soffrer as consequencias da rebellião dos indios, em 1757. Projectou, para Barcellos, uma nova egreja, a casa da camara e a cadeia. Pouco mais poude realizar, pois, menos de um anno após a posse (7 de Setembro de 1761) falleceu victimado por enfermidade que adquirira nas viagens pela zona doentia do alto rio Negro. [15] Jazia na capella-mór da primitiva matriz de Barcellos [16].

Ainda no seu governo foi nomeado, por carta regia de 30 de Junho de 1760, o primeiro ouvidor da Capitania, bacharel Lourenço Pereira da Costa. A carta regia de 3 de Março de 1755 creara dois juizados ordinarios com um escrivão do publico, judicial e notas que servisse tambem nas execuções; marcara a eleição dos juizes de orphãos para quando a população attingisse o numero determinado na lei referente ao assumpto, e determinava que o ouvidor conhecesse dos aggravos e appellações, com correição e alçada em todo territorio da Capitania [17]. A este competia, tambem, outras funcções. Accumulava as de provedor da fazenda real e intendente geral do commercio, agricultura e manufacturas, sendo de sua obrigação visitar as povoações, promover o desenvolvimento da agricultura e da industria [18]. Vencia o ordenado de 600$000 annuaes, com ajuda de custo de 168$570.

Completava-se, agora, a organização da Capitania, com o apparelhamento judiciario e economico, só modificado, em 1771, [19] com a creação de um tribunal de fazenda.

---

(14) Tendo ficado no governo, por ordem do capitão-general do Pará, só mais tarde é que teve nomeação effectiva.

(15) A. Rodrigues Ferreira, *Diario,* Revista, tomo 49 pg. 270.

(16) Essa capella-mór não existe mais. Já ao tempo da creação da Provincia do Amazonas não estava mais em pé.

(17) Em todos os casos cabia, porem, recurso ordinario, de ultima instancia, para a Casa da Supplicação de Lisboa.

(18) Resposta do capitão-general Athaide Freire, de 5 de Março de 1772, á carta do governador da Capitania, Joaquim Tinoco Valente, publicada aquella no *Diario,* de A. Rodrigues Ferreira, Revista, tomo 51, pg. 38.

(19) Esse tribunal de fazenda era «composto do Ouvidor, como provedor, de um escrivão contador, um escripturario, um ajudante e um almoxarife». — A. Amazonas, *Diccionario,* pg. 251.

* * *

Seguiu-se a Gabriel Filgueiras, interinamente, o coronel Nuno da Cunha Athayde Verona [20], que passou a administração (24 de Dezembro de 1761) ao coronel Valerio Correia Botelho de Andrade [21], ambos militares, com importantes serviços na Amazonia. A este succedeu o coronel Joaquim Tinoco Valente, nomeado a 8 de Julho de 1763 e empossado a 16 de Outubro.

Ha discordia entre os velhos chronistas dos primordios da Capitania acerca da gestão desse governador. Para uns foi proficua. A acção que desenvolveu está demonstrada em melhoramentos durante muitos annos observados. Para outros, não deixou vestigio honesto de sua passagem, que se assignalou por accidentada, pois não possuia qualidades para o cargo. «Pobre, avarento e sem instrucção», «havia sido escolhido sob promessas de ceder seu logar no regimento a um protegido do Paço [22]. Trouxera a disposição de arranjar-se, pelo que todos os negocios lhe serviam, limpos ou não, com esse de «comprar aos soldados, por preços infimos as camisas e as meias que o rei manda distribuir todos os annos pelas tropas na America». [23]

Sente-se, de ambos os lados, excessos no ataque e na defesa.

Tinoco Valente encontrou o rio Negro em condicções más. A população estava orçada em 5289 almas, entrando a indigena, aldeiada. E essa, gosando as liberdades imaginadas por Pombal e Mendonça Furtado, não sabia conter-se. Dava-se aos vicios da embriaguez. Não trabalhava mais, abandonando as lavouras. Os directores das povoações, por sua vez, abusando da posição, procediam criminosamente, num commercio illicito do braço indigena, escravizando-o. Quasi sem moradores brancos, as villas, arrastavam uma vida miseravel. Os vereadores, indios tambem, assignavam de cruz as actas e não sabiam o papel politico que representavam. Voltava tudo ao estado primitivo. Perdia-se o trabalho dos missionarios e provava-se que Pombal e o irmão tinham errado profundamente. O ouvidor Antonio José Pestana da Silva [24], que em 1767 succedeu a Lourenço Pereira da Costa, na *Representação sobre os meios de dirigir o governo temporal dos indios* [25], traçou um qua-

(20) Estava destacado em Barcellos, diz A. Rodrigues Ferreira, quando falleceu o governador, succedendo-o no commando da guarnição.

(21) Segundo A. Rodrigues Ferreira, veio para o commando da guarnição, em substituição a Verona, por ordem do Capitão-General do Pará, Manoel Bernardo Mello e Castro.

(22) Bertino Miranda, *A Cidade de Manáos*, pg. 11.

(23) Bertino Miranda, Obr. Cit., pg. 11.

(24) Foi nomeado por provisão de 30 de Maio de 1767.

(25) Mello Moraes, *Chorographia Historica*, tomo IV, pg. 132.

dro nitido da situação, que se apresentava afflictiva. Fazia-se mister um homem de bôas intenções, armado de coragem para punir desregramentos, traçar novos rumos e levantar a Capitania. Tinoco Valente, é verdade, não foi esse homem.

O maior mal era a embriaguez dos nativos. Já Mendonça Furtado prohibira a venda de aguardente de canna, sem resultados [26]. Tinoco Valente tentou corrigil-o, vencel-o. Mandou publicar um bando (5 de Maio de 1768) impondo a multa de 30$000 e seis mezes de prisão no fortim de São José da Barra aos que introduzissem a aguardente de canna nas villas e povoados. Passaram a fazel-a de pajurá e beijú de maniba. Continuava a embriaguez, aggravado o mal com o sacrificio da pequena lavoura de maniba, justamente dos alimentos principaes de então e de hoje entre os nativos.

Os panegiristas de Tinoco Valente ennumeram, entre os seus actos recommendaveis, a fundação dos povoados de Santo Antonio do Maripi, São Mathias e São Joaquim de Macapiry, no Japurá; a construcção de dois quarteis, um dos quaes não chegou a terminar, a montagem de duas olarias, conclusão do predio para armazem real e construcção de uma nova ponte, tudo em Barcellos.

Sabe-se que fez guerra de morte aos Muras, que perturbavam a paz na Capitania, atacando povoados, assaltando sitios, matando e saqueando os moradores. Visitou, uma vez, o districto de seu governo, mas tão apressadamente que seus inimigos chamaram á viagem de correria. Pretendeu erigir um palacio do governo em Barcellos, mas a ideia não foi approvada pelo governo paraense, contentando-se em reformar o hospicio dos carmellitas, que servia de séde da administração.

Na verdade, em dezeseis annos, quasi nada para salvar a Capitania. Podia ter aproveitado, conforme lhe determinou o capitão-general do Pará [27], os serviços de terceiro ouvidor, dr. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio [28], que se mostrou trabalhador,

---

(26) Mendonça prohibiu pelo bando de 15 de Agosto de 1755, sob pena da multa de 12$000 e trinta dias de cadeia. O ouvidor Sampaio, comprehendendo a inutilidade da providencia, propoz um contracto para a introducção da aguardente na Capitania, dentro de certas condicções, no que o governo concordou.

(27) Tinoco Valente escreveu a Pereira Caldas queixando-se das mazelas que o torturavam e allegando que ellas o impossibilitavam de bem governar, pelo que pedia providencia em bem da administração. Pereira Caldas, em resposta, aconselhou-o a aproveitar os serviços de Sampaio, a quem enviou carta honrosissima, solicitando-lhe o despendio de mais aquella actividade. — A. R. Ferreira, *Diario,* Revista, tomo 49, pgs. 192-193.

(28) Sampaio nasceu na villa de Mirandella, comarca do Moncorvo, em Portugal. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra em 1762. Foi

estudioso de tudo quanto se referia ao rio Negro, como se verifica do *Diario da Viagem* e do *Appendice ao Diario da Viagem*, livros magnificos que escreveu, recolhendo dados estatisticos, fazendo a a primeira chronica e o primeiro ensaio ethnographico, rascunhando o primeiro quadro de botanica e zoologia da região. Ao contrario, indispoz-se com elle. Mas o ouvidor, homem pratico, com um passado a zelar, mantendo-se á altura do cargo, animou a agricultura, providenciou como poude — embora sentido deante das grosseirias do governador, contra quem apresentou queixa [29] a Pereira Caldas, capitão-general do Grão-Pará — para conjurar os perigos que antevia; distribuiu a justiça seriamente, deixando um nome recordado com saudades. Foi o governador de facto, interessando-se por tudo quanto dizia com o futuro da região; e de tal maneira, que soffreu desacatos em Maio de 1777 [30], aggressões dos que os sentiram feridos nos seus interesses com a politica moralisadora por que pautava seus actos.

Tinoco Valente, com as forças alquebradas por doença que o vinha minando, falleceu em Agosto de 1779. Seus restos mortaes tiveram sepultura na capella-mór da matriz de Barcellos.

Teve um governo cheio de incidentes, resolvidos, felizmente, sem graves consequencias, como: em 1777, uma tentativa de revolta, abafada em tempo, da guarnição da Capitania [31]; oito annos antes, o motin do destacamento de São José de Marabitanas, esmagado no nascedouro [32], e a invasão hespanhola ao rio Branco [33], repellida com vantagem comquanto a responsabilidade da aggressão lhe coubesse toda.

---

nomeado juiz de fóra, provedor da fazenda real do Pará, em 1767, cargo que deixou em 1772 para ser ouvidor e provedor da fazenda e intendente da agricultura da Capitania de São José do Rio Negro, tendo desse tomado posse a 27 de Outubro de 1773. Regressando a Portugal, foi provedor da comarca de Miranda do Douro. Em 1800 recebeu nomeação de desembargador da Casa da Supplicação em Lisboa. Alem do *Diario* e do *Appendice ao Diario*, escreveu varios outros trabalhos, alguns em latim. Quando ouvidor da Capitania, teve o habito da Ordem de N. S. J. C.

(29) Carta de 29 de Junho de 1777, publicada no *Diario*, de A. R. Ferreira, Revista, tomo 49, pgs. 192-193.

(30) A 31 de Maio de 1777, ás dezoito e meia horas, quando se recolhia á casa, foi aggredido a pauladas pelo vigario da villa, Jeronymo Ferreira Barreto, e pelo capitão Felippe da Costa Teixeira, ficando ferido em varias partes do corpo, na cabeça principalmente.

(31) A revolta era dirigida por um simples soldado e deveria rebentar na madrugada de 5 de Janeiro de 1777, tendo como objectivo o saque dos armazens reaes. Denunciada, os cabeças e demais conspiradores foram presos, frustando-se, assim, o movimento.

(32) Motin provocado pela prisão, sem fundamento, de um soldado. Occorreu á noite de 29 de Setembro de 1769, mas com a morte de um dos levantados, os demais fugiram.

(33) Ver o capitulo 10.

* * *

A Capitania, depois da morte de Tinoco Valente até Outubro de 1788, passou a ser dirigida por juntas governativas [34], formadas de accordo com o alvará de successão, de 12 de Dezembro de 1770, isto é, pelo ouvidor, vereador mais velho da camara de Barcellos e commandante da guarnição. Essas juntas nada realizaram. A que funccionou de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1780 destacou-se pela discordia em que viveu. O capitão Domingos Franco de Carvalho, que della era membro, depoz, sem motivo justificado, o vereador Felippe Serrão de Castro, seu collega de junta e homem de procedimento passivel de censura. A camara de Barcellos, offendida no insulto ao vereador mais velho, declarou suspenso o capitão Carvalho. Levado o caso ao conhecimento do governador paraense Joseph de Napoles Telles de Menezes, este a reprehendeu severamente, extranhou todo aquelle desrespeito ás leis de S. Magestade, ordenando que a junta voltasse a organizar-se com o vereador Castro, o capitão Carvalho e o ouvidor [35].

Nesse periodo de gerencia das juntas, o governador de facto foi o general Pereira Caldas, que em 1781 veio para o rio Negro como chefe da segunda commissão de limites com as colonias hespanholas. Portuguez de linhagem, chegando ao Pará entrara a servir como ajudante de ordens de Mendonça Furtado, que o tinha em alta consideração. Fracassada a primeira tentativa de fixação da fronteira, voltara a Belem, seguindo para o Piauhy, que governara revelando grandes qualidades de administrador. Dalli fora tirado afim de, em 1772, no posto de Capitão-General, tomar a direcção do Grão-Pará, onde se portara novamente sob geraes approvações, sendo nomeado governador de Matto Grosso e Cuya-

---

(34) A primeira junta era constituida assim — Dr. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, capitão Domingos Franco de Carvalho, vereador Antonio Nunes; segunda — capitão Domingos Franco de Carvalho, Simão Joseph Pereira de Ribeiro, Felippe Serrão de Castro; terceira — capitão Felippe Serrão de Castro, capitão João Nobre da Silva, capitão Bento Joseph do Rego, quarta — capitão Bento Joseph do Rego, capitão Francisco Taveira Velho, capitão Antonio Francisco Mendes; quinta — Bento Joseph do Rego, tenente-coronel João Manoel Rodrigues, tenente-coronel Joseph Jones da Silva; sexta — tenente-coronel João Baptista Mardel, Bento Joseph do Rego, sargento-mór Antonio Francisco Mendes; setima — Antonio Francisco Mendes, João Manoel Rodrigues, Joseph Gomes da Silva; oitava — Joseph Gomes da Silva, João Manoel Rodrigues e Francisco Xavier de Moraes. Na quinta junta, Bento Joseph do Rego foi substituido pelo capitão Severino Euzebio de Mattos e este pelo sargento-mór Domingos Franco de Carvalho; na oitava, João Manoel Rodrigues foi substituido por Joseph Antonio Freire Evora.

(35) A. Rodrigues Ferreira, *Diario,* Revista, tomo 49, pgs. 165-168.

bá, cargo que não chegou a assumir, accumulando as funcções de demarcador-chefe. Era do Conselho de Sua Magestade, Alcaide-Mór, commendador de São Mamede de Traviscozo na Ordem de Christo, Coronel de Cavallaria.

Entre as muitas outras providencias que a Capitania lhe ficou devendo contam-se as ordens para cultura de canhamo, arroz, anil e café, na zona do alto rio Negro, medida que deu optimos resultados; o estabelecimento de uma fabrica de pannos de algodão em Barcellos, para fardamento da soldadesca; a montagem de varias olarias, construcção de pontes e predios em Barcellos, cuja decadencia já se manifestava; as tentativas para desenvolvimento da industria pastoril, o povoamento mais methodizado do alto rio Negro e os serviços auxiliares e technicos que determinou e realizou na qualidade de demarcador-chefe.

De toda essa obra importantissima, o mais notavel foi a pacificação dos Muras [36], que infestavam quasi todos os rios, perturbando a vida dos moradores, assignalando-se em tropelias de toda a especie. Ora investindo um povoado, ora destruindo uma aldeia de nativos amigos de portuguezes, ora tirando a vida dos colonos, em ataques ousados ou emboscadas, esses indios causavam o mais profundo pavor. Por varias vezes, tropas de guerra, missionarios, sertanistas, os tinham procurado para castigal-os, para trazel-os a paz. Succedia, porem, que, espalhados aos milhares pela bacia immensa do Solimões, era impossivel vencel-os. A pacificação occorreu em principios de 1785. Um bando delles, em Julho de 1784, apresentou-se no Japurá, no intuito de atacar o povoado de Santo Antonio de Maripi. O director Mathias Fernandes conseguiu, porem, por meios brandos, evitar a sangreira. Pereira Caldas, scientificado de Teffé pelo tenente-coronel João Baptista Mardel, ordenou então que envidassem todos os esforços para decilizal-os, captando-lhes a amisade, reduzindo-os a socego. Foi adoptada uma senha — camarada Mathias, combinando os Muras, cumulados de presentes, que dahi por diante não mais usariam da violencia, deixando mesmo de apresentar-se armados aos colonos. A senha rapidamente cahiu no conhecimento de todos elles, de sorte que em menos de tres annos estavam no melhor entendimento com os portuguezes e aldeiados em varios pontos da Capitania — no Japurá, Mamiá, Manacapurú, Ananá e Piurini.

* * *

A agricultura, nessas tres primeiras decadas, continuação da que os carmelitas iniciaram, teve regular desenvolvimento, devido

---

(36) *Noticias da Voluntaria reducção de paz e amisade da feroz nação do gentio Mura nos annos de 1784, 1785 e 1786.* — Revista do Instituto Geographico Brasileiro, tomo 36, pgs. 323-392.

principalmente ao incitamento do ouvidor Sampaio e do general Pereira Caldas. Constava de anil, café, tabaco, algodão, cacáo, arroz, milho, feijão, canna de assucar e maniba. Dava para o consumo interno. Do café, anil, cacáo e tabaco, os colonos faziam alguma exportação para Belem. Em 1785, seguiram, para Lisboa, 13 arrobas e 9 libras de anil; em 1786, 80 arrobas; em 1787, 180. Em 1785, foram exportados, para Belem, 1200 arrobas de café e 1600 arrobas de tabaco, cultivado em Serpa, Borba e povoações do rio Negro [37].

O ouvidor Ribeiro de Sampaio recenseou, em 1775, a producção da Capitania, encontrando estes algarismos — 12086 1/2 arrobas de cacáo, 470 de café, 295 1/2 de salsa. Havia 220920 pés de café, 90350 de cacáo, 47700 de tabaco, 870 de algodão. Alexandre Rodrigues Ferreira, só em cinco pontos do rio Negro, em 1787 verificou 810 arrobas de café, 295 de cacáo, 29 de algodão e 176 de tabaco. A cultura da terra, assim emprehendida, luctava, no emtanto, com varios embaraços, que na observação do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira [38] eram a resultante da indolencia dos nativos, da hostilidade do gentio, da falta de braços, da preoccupação constante de colher os productos naturaes, mais conhecidos por drogas do sertão, da prosapia dos portuguezes, que se não baixavam a taes misteres, da ignorancia dos bons methodos e de outras causas de menor importancia.

A industria, de lado o fabrico de tecidos de algodão, que o general Pereira Caldas creou, era toda manufactureira. Reduzia-se ao preparo da manteiga, das banhas e dos ovos de tartarugas, occupação da gente do Solimões, porque prohibida terminantemente com as especies do rio Branco [39]; á salga do pirarucú; a objectos de louça, confeccionados nas quatro olarias que funccionavam no Logar da Barra, em Moura, Barcellos e Poiares; a pães de guaraná, trabalhos dos Maués; á aguardente de canna e mel, obtidos em toscos engenhos; a redes de algodão e de folhas de Miriti; a cuias, chapéos de palhinha, ralos, tintas de carajurú e caá-piranga, farinhas, féculas de anil, produzidas em varios estabelecimentos montados no rio Negro.

---

(37) Os dados estatisticos que apresentamos, colhemol-os em: A. Rodrigues Ferreira, *Diario;* Ribeiro de Sampaio, *Diario da Viagem* e *Appendice ao Diario;* Araujo Amazonas, *Diccionario;* José Verissimo, *A pesca na Amazonia,* Rio 1895; *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará.*

(38) *Diario,* Revista, tomo 51, pg. 47.

(39) Bando de 19 de Setembro de 1779, de Tinoco Valente. Para os transgressores as penas eram: perda de negocio, pagamento do valor do damno causado e trinta mil réis, depois de seis mezes de cadeia. Em caso de reincidencia, o dobro da pena penuniaria e um anno de prisão a ferros — A. R. Ferreira, *Diario,* Revista, tomo 51, pg. 57.

O commercio operava-se em larga escala. A Capitania importava de Belem pannos de algodão, arroz, sabão, azeite de andiroba, aguardente, comestiveis. Fazendas e utensilios domesticos vinham do reino. Exportava os productos de sua lavoura e industria e as taes drogas do sertão — breu colhido em Ayrão, salsa dos affluentes do rio Negro, piassaba do Mariá, Ixié e Curicuriaá, muirapinima, murapiranga, páo roxo, páo amarello, puxuri, balsamo de umeri. O breu chegou a valer $640 a arroba, depois de purificado; a salsa, 6$000; o puxuri, 6$400; o pote de manteiga de tartaruga, 1$000 em Barcellos e 3$000 em Belem; as manqueiras, quando enfeitadas, até 8$000; os ralos $160 cada um; os pães de guaraná, 1$000 por libra; o tabaco, 4$000 a arroba; o café, 2$600 a arroba.

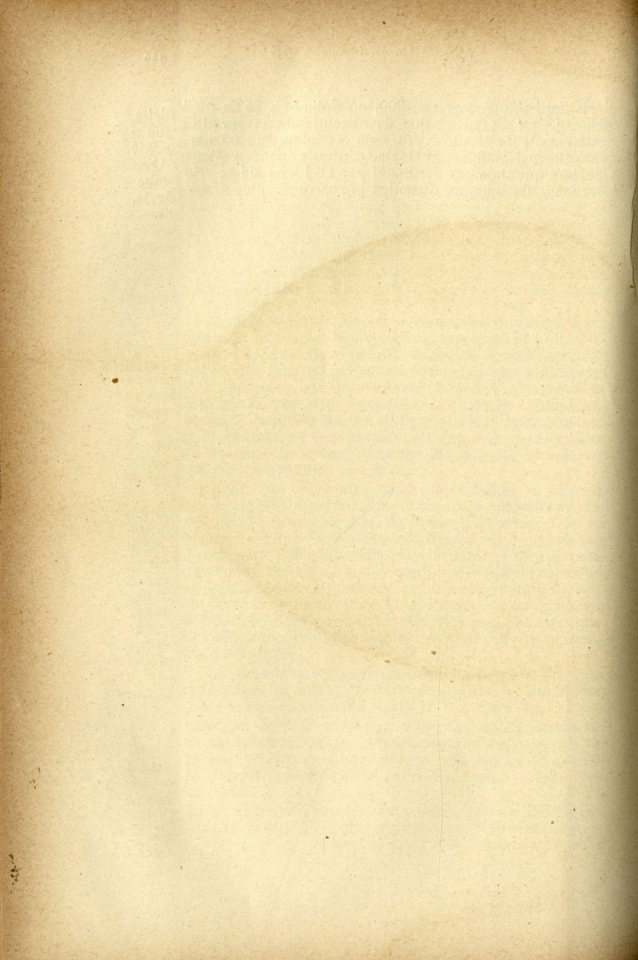
Esses productos eram levados a Belem em botes de meia coberta, gastando na viagem entre trinta a quarenta dias. Empregavam-se outros typos de embarcação, mas para o transporte de passageiros. Com o Matto Grosso, o commercio não tinha grande animação, porque Cuyabá mantinha relações directas com Belem. Restringia-se, por isso, ao guaraná. O caminho continuava sendo o Madeira. As difficuldades apresentavam-se innumeras no trecho das cachoeiras; os negociantes gastavam cerca de quatro mezes para transpol-as. A carga das canoas lá eram aliviada em varios pontos e transportada por terra.

A população da Capitania constava de indios, a maioria, portuguezes, paraenses, maranhenses, africanos e mamelucos. Os portuguezes, porção pouca elevada, do Minho, Algarves, Tras os Montes, Alentejo e Entre Douro, tinham chegado nas commissões de limites; paraenses e maranhenses eram commerciantes e sertanistas; os africanos constituiam a porção mais insignificante; os mamelucos resultavam do crusamento entre brancos e indios, protegido pelo alvará de 4 de Abril de 1758. Ribeiro de Sampaio, em 1775, especificava assim a população: 936 brancos, 193 africanos, 10620 indios aldeiados. Barcellos contava 161 moradores brancos, 59 africanos e 724 indios.

Essa gente toda alimentava-se da caça, da pesca e dos productos naturaes, que os indios ensinavam a aproveitar em vinhos saborosos. A cosinha européa desprestigiava-se dia a dia.

A instrucção publica nunca foi prospera, consequencia da falta de pessoal habilitado. Havia apenas uma ou outra escola de lingua latina nas villas, para os filhos dos moradores. O professor, mandado servir em Barcellos em 1787, vencia o ordenado annual de 240$000.

A grande vida da Capitania concentrava-se no rio Negro, mormente em Barcellos. As villas dos outros rios prosperavam lentamente. No valle do rio Negro, em 1725, contavam-se 6934

almas; no baixo Amazonas, 909; no Solimões, 3532; no Madeira, 365. O Logar da Barra sahia da obscuridade, crescendo desde a sexta decada do seculo XVIII, com o contingente trazido do Ixié pelo principal Mathias da Costa, e o do criminoso Manoel Dias Cardoso, que uma vez perdoado por D. José I alli se veio estabelecer em companhia de duzentos indios obedientes á sua palavra.

A formação dos limites

Fracassada a primeira tentativa de fixação das fronteiras na Amazonia, os hespanhoes voltaram-se para a incorporação dos territorios que consideravam seus, situados no alto rio Negro. Estabelecidos no Orenoco, passaram ao Cassiquiari, pretendendo occupar a zona que vae de Cucuhy a S. Gabriel. A primeira demonstração, deram-na em 1760, ainda de pé o tratado de Madrid. D. José de Iturriaga, nas funcções de governador da região, assignalou positivamente a occupação de sua patria, estabelecendo, em pleno Cassiquiari, o povoado de S. Carlos, sob a protecção do fortim do mesmo nome [1], que apparelhou, guarnecendo bem, artilhando, pondo-o, emfim, em condicções de falar pela força na defesa da soberania da Hespanha. Depois, seduzindo os indios, avançaram pelo Negro até Marabatinas, com ares de donos da terra, buscando o local apropriado ás installações que projectavam.

Incontestavelmente era portuguez aquillo tudo, mais o Cassiquiari, porque os sertanistás de Bélem e os carmelitas tinham percorrido varias decadas antes dos hespanhóes, tomando posse para a corôa de Portugal. Desta o grande erro estava na falta de povoamento, descurado pelos delegados de D. José I. E' verdade que ás cachoeiras, inclusive, Barcellos extendia a sua raia de acção, mas só a jurisdicção. Era urgente, agora, amplial-a, solidifical-a, na colonização franca, constante.

Um pequeno destacamento, tirado da guarnição de Barcellos, e mandado para as demarcações em 1760, enviado a policiar o alto rio, assentou arraial em S. Gabriel, nos ultimos mezes de 1761. E ahi, sob o commando do capitão José da Silva Dalgado, montou

---

(1) Esse fortim era artilhado com doze peças. Monteiro Baena detalha essa occupação na *Correspondencia,* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 7 pg. 332.

casa forte na ilha, armazem na cachoeira grande; incorporou até Marabitanas, onde ficou fixada uma guarda, as aldeias de S. José, São Pedro, Santa Maria, Santa Barbara, e fundou as de São João Baptista, na bocca do rio Ixié; Santa Izabel, na foz do Waupés; Senhor da Pedra, na cachoeira de Cracoby; Nossa Senhora de Nazareth, na ilha de São Gabriel; São Sebastião e São Francisco, na cachoeira do Vento; e Santo Antonio, no Mariá [2].

Logo no anno seguinte, porem, os hespanhoes se apresentaram, em attitude bellicosa, numa lancha armada em guerra. O sargento Francisco Bobadilha, que os dirigia, intimou a tropa portugueza a retirar-se, mas a resposta aggressiva do sargento João Bernardes Borralho, que commandava o posto cubiçado, desarmou-os e os fez abandonar os intuitos que traziam [3].

O incidente, de pouca monta, de um momento para outro poderia tomar feição grave. Inteirado delle e prevendo desenlace sangrento, Manoel Bernardo de Mello e Castro, governador do Grão-Pará, expediu um grande corpo ao governador da Capitania, coronel Joaquim Tinoco Valente, para reforço dos postos mantidos alem das cachoeiras e encarregou o capitão Felippe Sturn de examinar a situação dos hespanhoes e levantar a planta do Negro, o que o militar allemão executou com exito, disfarçado em pescador [4]. Os hespanhóes, comprehendendo então o infructifero de seus esforços no sentido de manter-se alli, induziram á deserção os Marabitanos, alliados aos portuguezes, amedrontando-os com o boato de que o corpo militar acima referido vinha castigal-os, reduzil-os á escravidão. A manobra, canalha, surtiu effeito, pois duas aldeias foram incendiadas pelos principaes Dunema, Anajari e Clavina, que attenderam ás intrigas, refugiando-se após nas cercanias do fortim de São Carlos [5].

A esse tempo, na Iberia, irrompia a guerra entre as duas nações rivaes. Manoel Bernardo de Mello e Castro, diante da possibilidade de um choque no rio Negro, ordenou a immediata construcção de dois fortes, um em Marabitanas e outro em S. Gabriel. O capitão Felippe Sturn deu cabal desempenho da obra, levantando aquelle, com o nome de São José de Marabitanas, «numa ponta de terra da margem austral», e este na terra firme do lado esquerdo, onde o rio se estreita formando garganta, perto da cachoeira

---

(2) A. Rodrigues Ferreira, *Diario*, Revista, tomo 48, pg. 105.

(3) A intimação occorreu em Marabitanas — A. R. Ferreira, *Diario*, Revista, tomo 48, pgs. 204-205.

(4) Officio do Capitão General Mello e Castro a Mendonça Furtado, de 12 de Março de 1763 — J. Nabuco, *Documentos*, vol. I, pgs. 87-88.

(5) J. Nabuco, *Documentos*, pg. 88. Baena, *Correspondencia*, Revista, 7, pg. 332.

de Cracoby, no vortice de uma collina, que o poz dominando sobre larga extensão. [6] Impossivel, assim, qualquer surpreza das forças de Cassiquiari e Orenoco, as quaes, aliás, nem sequer se movimentaram. E quando se firmou a paz na Europa, D. José de Iturriaga, ainda em S. Fernando de Orenoco, protestou (20 de Maio de 1763) contra o que lhe parecia uma invasão em terras de Sua Magestade o rei de Hespanha, lembrando a harmonia reinante entre seu paiz e Portugal [7]. Manoel Bernardo de Mello e Castro respondeu a 26 de Agosto [8], numa carta longa e famosa, destruindo-lhes os argumentos e provando a exploração e posse de Portugal, naquelles pontos, datando das primeiras decadas do seculo XVIII. Foi adiante — ordenou que, pelos meios juridicos, se fizesse a prova da posse, do dominio portuguez, dos direitos da corôa. A justificação se procedeu, começada na ouvidoria em Belem e terminada na Capitania, mostrando o infundado das pretenções extrangeiras. Os hespanhoes, por seu turno, talvez convencidos do mallogro de qualquer nova tentativa, aquietaram-se, cuidando de fortificar-se no Cassiquiari e Orenoco.

* * *

Para as bandas do oeste, a penetração hespanhola tambem era uma realidade, preoccupando o governo paraense. No Içá, tinha começado por volta de 1754, atravez o labor dos franciscanos que lá fundaram aldeias [9], apesar da hostilidade do clima. Continuou na creação de um forte, estabelecido perto da bocca no Solimões. E' verdade que o rio, pelo tratado de Madrid, pertencia inteiro a Hespanha. Todavia, a pretenção ia alem, mostrando-se os hespanhoes dispostos á reconquista das posições perdidas por incuria no tratado de 1750.

Parece, porem, que tudo sorria aos portuguezes dispensando-lhes a actividade militar porque aquelles, em 1766, abandonaram o fortim, retirando-se para o Napo, em consequencia das difficuldades de communicação com Pasto e Popayan e dos rigores do clima [10]. O ponto abandonado, por ordem do governador

(6) A. R. Ferreira, *Diario*, Revista, 48, pgs. 205-206 e 105-106. Baena, *Correspondencia*, pg. 332. A. Amazonas, *Diccionario*, pgs. 325 e 191.

(7) A. R. Ferreira, *Diario*, pgs. 212-213. Baena, *Correspondencia*, pg. 332. A. Amazonas, *Diccionario*, pg. 250. Ribeiro de Sampaio, *Diario da Viagem*, pgs. 92-95.

(8) Essa resposta foi publicada em Sampaio, *Diario*, pgs. 92-95, e em A. R. Ferreira, *Diario*, pgs. 213-216.

(9) *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, IV, pgs. 155-156.

(10) Sampaio, *Diario*, pg. 63. A. Amazonas, *Diccionario*, pg. 250.

paraense Fernando da Costa de Atahyde Freire, foi occupado em 1768, por destacamentos da Capitania, e denominado São Fernando do Içá.

Mais acima, o logar Tabatinga offerecia condicções magnificas para um posto militar, alem de optima situação ao registro fiscal que impedisse o contrabando na fronteira, registro até então localizado, sem resultados, na villa de São José do Javary. Foi occupado, em 1766. E nesse mesmo anno, fundada a povoação de S. Francisco Xavier de Tabatinga pelo sargento-mór Domingos Franco [11], o governador Atahyde Teive ordenou a construcção de uma casa forte, o que não tardou a ser cumprido, para lá se retirando a guarnição da villa do Javary [12].

Pelo norte e pelo oeste, guardava-se a Capitania, executando-se severa vigilancia. Esquecia-se, comtudo, o valle do rio Branco, apesar das instrucções terminantes para povoal-o e defendel-o da cubiça desenfreada dos hollandezes de Surinan, que desde o seculo XVII o exploravam commerciando com os nativos. Mendonça Furtado tivera a ordem regia de 14 de Novembro de 1752 [13] no sentido de lá edificar um fortim, mas deixara de cumpril-a, occupado na lucta contra os missionarios. Tivera mais a de 25 de Abril de 1753, tambem desprezada, para que todos os annos fizesse patrulhar o rio, conhecendo do avanço flamengo e o difficultando, impedindo. Apenas em 1766 pequena escolta, commandada pelo alferes Josê Agostinho Diniz, alli estivera, em cumprimento á ordem regia de 27 de Junho de 1765 [14], realizando reconhecimentos de pouca monta. O valle, pesquisado pelos sertanistas e carmelitas, visitado de quando em quando por moradores de Barcellos, que o procuravam para pescar, permanecia abandonado quanto á actividade colonizadora [15].

Desse descaso criminoso resultou que, em 1778, os hespanhoes, abandonando a condicção de espectadores da avançada portugueza na Amazonia, occuparam o rio Branco, galgando a cordilheira Parima, vindos de Angustura, hoje Ciudad Bolivar. Da documentação abundante que se conhece apura-se que a invasão foi realizada a ordem de D. Manoel Contarion, governador de Angustura, capital da Provincia de Orenoco ou Guyana, por um troço

---

([11]) A. Amazonas, *Diccionario,* pg. 337.

([12]) Manoel Barata publica um officio de Pereira Caldas ao Marquez de Pombal, pelo qual se vê que a casa forte só foi levantada em 1770 — *Apontamentos para as Ephemerides Paraenses,* Revista do I. H. G. B. 144, pgs. 46-47.

([13]) J. Nabuco, *Documentos,* I, pg. 59.

([14]) J. Nabuco, *Documentos,* I, pgs. 93-94.

([15]) Sampaio, *Relação historico-geographico do rio Branco,* pgs. 8-11.

de soldados, dirigidos pelo sargento preto Juan Marcos Capata, que fundou os povoados de Santa Rosa e São João Baptista [16]. A esse objectivo conquistador, novos contingentes, alargando o conhecimento do territorio e dos rios, deram alento, marcando-o, indestructivelmente, na fortificação que os hespanhoes começaram nos referidos sitios. Pela maneira de agir, os hespanhoes evidenciavam-se dispostos a firmar dominio e a resistir na defesa delle.

Governava a Capitania o coronel Joaquim Tinoco Valente. Descurando, como vimos atraz, de suas obrigações, vencido por mazelas que o torturavam, o coronel Tinoco só em principios de 1755 teve noticia da invasão [17]. Communicou-a ao governador do Grão-Pará, João Pereira Caldas, sendo organisada uma forte expedição de guerra, dirigida pelo capitão Felippe Sturn.

Os hespanhoes não offereceram resistencia, apezar dos reforços que haviam recebido pouco antes e do material bellico de que dispunham. Renderam-se [18].

O ouvidor Xavier de Sampaio, ouvindo sertanistas, reunindo provas, encarregou-se da justificação do dominio portuguez [19].

As autoridades de Guyana protestaram novamente, Mais uma vez as respostas, mandadas de Belem e de Barcellos, do capitão general Pereira Caldas e do coronel Tinoco, cheias de argumentos, contrariando os allegados de D. Manoel Centurion, bastaram para por termo á questão, que podia degenerar em feios encontros. A licção, severa, serviu sempre, porque o capitão Felippe Sturn, por determinação de Pereira Caldas, levantou o forte de São Joaquim (1776), no terreno entre o Mahú e o Tacutú, artilhando-o com as peças que levou e as tomadas aos hespanhoes, e estabeleceu os povoados do Carmo, Santa Maria, São Felippe, Conceição, S. Martinho, ás margens do Uraricoera, Branco e Tacutú, dando principio á colonização que tardava.

* * *

Por essa época, Portugal e Hespanha accordaram novamente acerca dos lindes nas colonias na America, firmando, a 1 de Outubro de 1777, o tratado de Santo Ildefonso, que mantinha as

(16) Foram fundadas, respectivamente, quasi á foz do Uaricapará, affluente do Mariesera, e á bocca do Idúme, tambem affluente do Mariesera.

(17) A noticia foi trazida por um desertor hollandez, de nome Gervasio Leclerc, que chegou a Barcellos a 16 de Março de 1775. — J. Nabuco, *Documentos*, I, pgs. 95-102. Sampaio, *Relação historico-geographico do Rio Branco*, pg. 15.

(18) Autores e obras citadas e Lobo d'Almada, *Descripção relativa ao Rio Branco*, Revista do I. H. G. B., 24.

(19) J. Nabuco, *Documentos*, I, pgs. 102-113.

linhas do tratado de 1750, ficando para Portugal os povoados fundados antes de 1750. Vigorava o instituto do *uti possidetis*. As nações da peninsula estavam no proposito de por cobro ás velhas questões que as separavam no Novo Continente, ajustando paz duradoura, eterna.

Pelo tratado, as linhas da fronteira, na Amazonia, vinham pelo Madeira ao ponto medio entre o desaguadouro do Mamoré e a foz do Madeira, seguindo dahi em recta á margem direita do Javary, por cujo thalweg iria ao Solimões. Por este, procuraria a bocca mais accidental do Japurá, subindo-lhe pelas aguas a um ponto que cubrisse os estabelecimentos portuguezes, existentes em 1750 nesse rio e no Negro, que buscaria pelo canal conveniente que os puzesse em communicação; e do Negro até o Orenoco, attingindo a cordilheira pelos affluentes e lagos que os demarcadores convencionassem. Passavam, assim, á Hespanha, os tres logares estabelecidos pelo governador Tinoco Valente no Japurá e o das cachoeiras no Negro, todos creados depois de 1760. A navegação nos rios de aguas communs ás duas nações seria permittido a ambos; a dos pontos onde só vigorasse a soberania de uma das nações seria privativa della.

Foram nomeadas as commissões que deveriam executar as demarcações. Na Amazonia, operariam duas; uma do Jaurú, em Matto Grosso, ao Japurá, que desemboca no Solimões; outra, do Japurá ao Orenoco e á cordilheira do norte. O chefe de ambas foi o general João Pereira Caldas, então governador do Grão Pará, já escolhido para identico posto em Matto Grosso. Por parte de Hespanha, veio como primeiro commissario o governador da Provincia de Maynas, D. Ramon Garcia de Leon y Pizarro, substituido pouco depois, em virtude de ter sido transferido para Quito, por D. Francisco de Requena y Errera, capitão de infantaria, governador politico e militar de Maynas. A commissão hespanhola, de cerca de trezentas pessoas, com dois commissarios, não trazia technicos. O unico engenheiro, o proprio D. Francisco, não sabia sequer determinar coordenadas. Contrastava, dolorosamente, com o apparato da commissão portugueza, de quinhentas e dezeseis pessoas, luxuosa em seu corpo de technicos, composto de quatro engenheiros, dois astronomos e dois cirurgiões.

A hespanhola [20] era assim formada: Don Felippe Arrucha y Sarmiento, capitão de cavallaria auxiliar, segundo commissario; D. Apolinario Dias de la Fuente, commandante do forte da bocca de Cassiquiari, no Orenoco, governador e commandante, com funcções de geographo; D. Joaquim Fernandes de Bustos, sargento-

---

([20]) A. R. Ferreira, *Diario*, Revista, 49, pgs. 251-263.

mór; D. João Manoel Bentes, commandante da tropa, provedor e thesoureiro da fazenda real; dr. Marianno Brabo, capellão; dr. Manoel de Vera, cirurgião; D. Gaspar Santo Estevam, secretario; D. João Salinas, ajudante.

A portugueza [21] ficou constituida dos seguintes elementos: Theodozio Constantino de Chermont, tenente-coronel de artilharia, segundo commissario, engenheiro; Eusebio Antonio de Ribeiros, sargento-mór, engenheiro; Henrique João Wilkens, cavalleiro professo na Ordem de Christo, sargento-mór de artilharia, engenheiro; Pedro Alexandrino Pinto de Souza, capitão de infantaria, engenheiro; dr. João Simões de Carvalho, astronomo; dr. José Joaquim Victorio da Costa, astronomo; Joaquim Antunes do Valle, capitão de infantaria, ajudante de ordens de Pereira Caldas; Severino Eusebio de Mattos, capitão de infantaria; João Bernardes Borralho, almoxarife; José Joaquim Cordeiro, alferes, administrador da real mesa da expedição; padre Alvaro Loureiro da Fonseca Zuzarte, probistero do habito de São Pedro, capellão; padre Pedro Thomaz, carmelita, capellão; dr. Antonio José de Araujo Braga, primeiro cirurgião; dr. Francisco d'Almeida Gomes, cirurgião; José Ferreira, ajudante de cirurgião; Francisco Xavier de Andrade, thesoureiro da expedição; Antonio Coutinho de Almeida, provedor da expedição; José Antonio Carlos d'Avillar, secretario.

A ella aggregaram-se, como membros da terceira partida, a operar em Matto Grosso, os drs. Ricardo Franco de Almeida Serra, Antonio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda e Almeida, tres grandes nomes na sciencia portugueza, e Joaquim José Ferreira.

Em Teffé, Tabatinga e Borba foram preparadas acomodações para os demarcadores, respectivos auxiliaes e tropa destacada, que foi toda tirada das 230 praças da guarnição da Capitania.

* * *

O general Pereira Caldas, sahindo de Belem com o seu pessoal, em 2 de Agosto de 1780, chegou a Barcellos em 17 de Outubro, dando começo á organização dos trabalhos. Procurou dar vida á antiga Mariuá, fazendo levantar casas para residencia dos demarcadores, edificios para alojamento da tropa e serviços de escriptorios, retirando-se depois a um sitio perto, onde fixou residencia. Seu substituto legal era o tenente-coronel Theodozio Constantino de Chermont, que seguiu, a 20 de Janeiro de 1781, a encontrar-se com os hespanhoes em Tabatinga, porque desta vez

(21) A. R. Ferreira, *Diario*, Revista, 149, pgs. 240-251.

os visinhos não desceriam pelo rio Negro, mas pelo Maranon.

Em principios de Março de 1781 reuniram-se as duas commissões [22]. A hespanhola, a primeira a apresentar-se, chegou sem recursos, quasi faminta, motivo porque a portugueza teve de soccorrel-a com mantimentos.

D. Francisco de Requena não estava capacitado para as funcções do cargo, que requeria gente habil, maneirosa e preparada. Antes mesmo do encontro com o commissario Chermont, entendera occupar o Solimões até o Japurá, exigindo do commandante de Tabatinga e da Junta Governativa da Capitania a entrega daquella fronteira e daquelle trecho do territorio. Pouco depois, pretendia que se creasse uma nova commissão para as demarcações entre Marabitanas e os postos hespanhoes no Cassiquiari. Não era possivel attendel-o. Incontestavelmente absurdos os seus desejos, porque ainda não se conhecia qual a verdadeira bocca do Japurá, de que fallava o tratado; porque fallecia competencia aos demarcadores para crear novas commissões. Pereira Caldas, a cuja deliberação as pretenções foram confiadas, considerou-as infundadas, justificando o motivo porque assim julgava. O caso, comquanto trouxesse, de inicio, certos embaraços, não teve consequencias criticas, pois Requena não o considerou capital, resolvendo-se a difficuldade.

Ajustadas outras, tiveram inicio os trabalhos preliminares, que constaram da collocação de padrões na foz do Javary e na bocca do Auaty-Paraná [23], considerada pelos portuguezes como a mais occidental do Japurá. Dahi por diante, as contendas e as difficuldades se foram avolumando. A expedição do Japurá, iniciada em Fevereiro de 1782, não correu calma nem poude ser ultimada. Portuguezes e hespanhoes questionavam acerca de qual o verdadeiro curso da grande arteria, diante das varias extensões fluviaes. A questão era grave porque importava em maior ou menor porção territorial para Portugal e Hespanha.

Corriam nesse desencontro de opinião as verificações quando violenta epidemia de febre assolou o rio. Os demarcadores, impossibilitados de fugir-lhe aos effeitos, attingidos por ellas, socorreram-se dos indios Coretús que se revelaram cheios de caridade cercando os enfermos de cuidados extremosos. O inquerito scientifico, a que procediam mediante accordo, foi suspenso, abrigando-se o pessoal em Teffé.

([22]) A. Amazonas, *Diccionario*, pg. 254. Calogeras, *A Politica Exterior do Imperio*, I, pg. 238. Rodolpho Garcia, *Explorações scientificas*, in Diccionario Historico Geographico do Brasil, Rio, 1922, pg. 874.

([23]) Esses padrões foram collocados, respectivamente, a 5 de Julho e a 26 de Setembro. Em 1785 sargentos portuguezes puzeram-nos abaixo, espalhando-se que o vandalismo tinha sido obra dos Muras.

A verificação não proseguiu mais, apesar dos protestos de Requena, que não se conformava na inactividade. Os portuguezes julgavam-se lezados. O commissario Chermont, tendo assignado, a 26 de Maio de 1782, um termo, ainda no Japurá, sobre o reconhecimento do Apaporis, acto recebido como prejudicial aos interesses de Portugal, por ordem de Lisboa foi suspenso e substituido, em 1784, pelo coronel Henrique João Wilkens, que explorara o Japurá, em começos de 1781, antes do reconhecimento collectivo, e lhe levantara a cartographia [24]. Em Tabatinga, o major Eusebio Antonio Ribeiro recusava-se, em 1781, a entregar aos hespanhoes o fortim, apesar de já se ter concordado na retirada do dominio portuguez alli. Preso nove dias, ainda se recusara, declarando que só se entenderia com o general Pereira Caldas. Essa attitude, somada á duvida de Requena em entregar os fortes de S. Carlos e S. Felippe, no rio Negro, pleiteados como compensação, sommada á «exigencia de pagamentos de uma casa de campo, arvorada em palacio de Tabatinga e que era propriedade de uma firma do Pará» [25] dera causa a continuar aquelle trecho da fronteira com Portugal.

As desintelligencias augmentando, o general Pereira Caldas desceu a Teffé [26], onde D. Francisco de Requena estava installado afim de com elle conferenciar a respeito da demarcação do Japurá e de outros pontos que exigiam solução, defendendo os interesses portuguezes. De encontro, não chegaram a entendimento. Tornava-se critica a situação. O general, como protesto ante a attitude de seu collega, recusando todas as suggestões, repellindo todos os argumentos para um accordo, declarou suspensas as demarcações, fazendo lavrar um protesto, até que viesse solução da parte dos soberanos ibericos.

Interrompidos os trabalhos, os demarcadores, livres de qualquer embaraço diplomatico, no norte e a leste da Capitania continuaram a proceder a exploração dos rios. Detiveram-se em quasi toda bacia, levantando mappas, tirando coordenadas, examinando os minimos detalhes dos cursos, annotando a população indigena. Lobo d'Almada, um dos mais illustres officiaes portuguezes mandados ao continente, examinou toda a rêde rionegrina, inclusivé o Waupés [27]. Descobriu duas communicações do Negro com o Ja-

---

([24]) *Diario da Viagem que fez ao antecipado exame do rio Juruá, partindo da villa de Ega no dia 3 de Fevereiro de 1781.* O manuscripto está no archivo do I. H. G. Brasileiro.

([25]) Calogeras, Obr. Cit. pg. 240.

([26]) Calogeras, A. Amazonas, Garcia, Obrs. Cits.

([27]) Os mappas dessas explorações estão guardados no Archivo Publico de Belem — *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará,* IV.

purá, a ligação do Cauaborys com os rios da Caribana, hoje venezuelano, e uma passagem do Xié para as aguas do Rio Negro que correm em territorio hespanhol, presentemente venezuelano [28]. Simões de Carvalho entrou pelo Negro, passou ao Japurá, sahindo no Solimões, prova evidentissima da existencia das relações entre as duas cordas fluviaes. Theodozio Constantino de Chermont percorreu o Urubú [29], João Baptista Mardel examinou a ligação do Waupés com o Japurá, pelos Envira-paraná e Urucú-paraná. Eusebio Antonio de Ribeiros subiu tambem o Cauaborys. Os drs. Antonio Pires da Silva Pontes e Lacerda e Almeida procederam a importantissimas observações astronomicas no rio Negro [30]. Ricardo Franco e Silva Pontes cartographam o valle do Branco [31]. Franco, Pontes e Lacerda e Almeida, conjunctamente, subiram o Madeira, assignalando-lhe todos os accidentes physicos [32]. Lobo d'Almada ainda explorou minuciosamente o valle do Branco, levando por companheiros e auxiliares Eusebio Antonio de Ribeiros, dr. José Simões de Carvalho e tenente Leonardo José Ferreira [33].

Uma commissão de historia natural, dirigida pelo eminente botanico bahiano Alexandre Rodrigues Ferreira [34], pesquizou detidamente a flora e a fauna da Capitania. Estudou a ethnographia e a chronica regionaes. Recolheu abundantissimo material para os museus de Lisboa, do qual restam preciosas noticias nos relatorios que deixou, escrevendo o maior commetimento scientifico dos tempos coloniaes do Brasil, pelo que ainda hoje desfructa a gloria de Humboldt brasileiro.

* * *

Emquanto, do lado portuguez, os demarcadores corriam a bacia, num afan merecedor de alta admiração, do lado hespanhol, D. Francisco reclamava a continuação dos trabalhos de fixação

(28) Como os anteriores, os mappas estão no Archivo do Pará.

(29) *Diario de Navegação do rio Urubú*, 1787. — *Mappa do rio Urubú*, 1787. Guardam-se ambos na Bibliotheca Nacional, no Rio de Janeiro.

(30) *Diario da Viagem pelas Capitanias do Pará e Rio Negro, Matto Grosso, Cuyabá e São Paulo*, nos annos de 1780 a 1790. — S. Paulo, 1841.

(31) Estão em grande parte ineditos os trabalhos desses dois exploradores. Na parte cartographica, J. Nabuco publicou o *Plano Geographico do Rio Branco e dos rios Uraricopará, Majori, Parimé e Mahú, que nelle desaguam.*

(32) Ricardo Franco, *Diario do Rio Madeira*, Revista do I. H. G. B., XX, pgs. 395-432.

(33) J. Nabuco, *Documentos*, I, pgs. 288-291.

(34) Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia, em 1756. Depois de ter tomado ordens menores e feito o primeiro anno do curso juridico em Coimbra, formou-se em philosophia daquella Universidade, em 1779. Dedicado ao estudo da historia natural, foi nomeado, em 1778, para a commissão scientifica que Portugal mandou á Amazonia quasi ás vesperas de findar o seculo XVIII. De como se desempenhou da tarefa fala a abundante bibliographia que se lhe

dos lindes e aproveitava a opportunidade para firmar o dominio hespanhol. No Solimões cobrava impostos, legislava, fundava nucleos de população, desenvolvia a agricultura, governava, emfim, como se em terra de sua patria, installado em Teffé [35].

Os hespanhoes, visivelmente, não tinham vindo de bôa fé. No alto rio Negro, na Caribana, continuavam a tentar entrada, imaginando posses. Pereira Caldas, para cortar-lhes o plano, ordenou a occupação do Xié e do Cauaborys, onde já existia, desde 1781, o povoado de Caldas. Foi fundado um posto militar no Cauaborys e o logar S. Marcellino, no Xié, entregue este á vigilancia do commandante da casa forte de São Gabriel.

As coisas nesse pé, o coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada, que viera incorporar-se á commissão portugueza em Abril de 1784, nomeado governador da Capitania e logo após, em 25 de Novembro de 1788, commissario das demarcações, em substituição ao general Pereira Caldas, que voltou á metropole — inteirado da situação e da anarchia reinante entre os proprios collegas, indispostos uns com os outros, providenciou immediatamente para que cessassem as anormalidades. Cercou os hespanhoes de taes vigilancias e prohibições que os forçou a abandonar Teffé e todo o curso do Solimões. Em Janeiro de 1790 occupou militarmente o lago de Cupacá, onde elles já pretendiam localizar-se e vedou-lhes a entrada em territorio portuguez, embora a serviço de D. Francisco de Requena. Este, a vista do acontecido, regressou a Maynas, em começos de 1790, devidamente acompanhado de uma escolta portugueza que o deixou na fronteira. As demarcações foram, definitivamente, encerradas.

D. Francisco de Requena, em fins de 1794, voltou á Capitania [36], de regresso á Hespanha. Lobo d'Almada, sempre prudente, desconfiado, fel-o acompanhar, até Belem, pelo tenente-coronel Si-

---

deve, toda interessante, preciosa, revelando o investigador paciente e sabio. Gastou nesse trabalho, que lhe valeu o titulo de Humboldt Brasileiro, perto de dez annos, de 1783 a 1793. O que resta de sua obra está na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Ferreira morreu em 1825, a 23 de Abril. Foi quem registrou a existencia do beribere no valle — Alfredo da Matta, *O primeiro medico e naturalista brasileiro na Amazonia*, Diario Official, Manáos, 1922, n.º 8325.

([35]) Requena levou para Teffé a familia. As filhas eram bem educadas e causavam geral admiração pelos conhecimentos que mostravam. Os *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, III, pgs. 138-140, trazem os versos com que foram saudados D. Francisco e sua esposa, D. Maria Luiza Francisco Vitro José da Silveira, á chegada em Tabatinga.

([36]) Requena sahiu de Tabatinga a 18 de Novembro de 1794, chegando a Belem a 11 de Janeiro de 1795. Ficou hospedado em Val de Caens, tendo embarcado para Hespanha a 6 de Fevereiro, via Lisboa, na galera *Luz*. — Barata, *Apontamentos*, pgs. 12, 30 e 177.

mões de Carvalho, com ordem expressa de só viajar á noite e impedir que o demarcador tocasse nos povoados e tomasse apontamentos de qualquer natureza.

Mais uma vez fracassava a tentativa de determinação dos limites entre Portugal e Hespanha, na Amazonia. Desta vez, todavia, assignalado em descripções, relatorios, memoriaes e vasto accervo cartographico [37] ficava realizado muito da obra de reconhecimento exacto da Capitania, obra que a commissão chefiada por Mendonça Furtado não pudera effectuar comquanto a superioridade numerica de seus membros e o brilho do corpo technico desse motivo a grandes esperanças.

---

(37) O acervo cartographico e bibliographico dessa actividade é enorme e está recolhido á Bibliotheca Nacional, do Rio de Janeiro, Archivo Militar, Bibliotheca e Archivo do Itamaraty, Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Bibliotheca Nacional de Lisboa. Dessa ultima dá noticia pormenorisada *A Secção Ultramarina da Bibliotheca Nacional*, Lisboa, 1928.

Lobo d'Almada

Nomeado governador, por decreto de 26 de Agosto de 1786, o coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada succedeu, em 9 de Fevereiro de 1788 [1], ás juntas organizadas desde Agosto de 1779, inaugurando uma era de prosperidade para a Capitania, cada vez mais decadente, apezar das providencias do general Pereira Caldas quando na commissão demarcadora de limites.

A sua posse revestiu-se de solennidade [2]. Todos esperavam muito de sua capacidade. Havia motivo. Official distinctissimo, engenheiro militar, com brilhante fé de officio, já na Africa mostrara valor, portando-se bravamente na lucta contra os marroquinos insubmissos. Vindo para a Amazonia, no posto de capitão, em 1770, mandado commandar a fortaleza de Macapá, onde se demorou até Outubro de 1771 em trabalhos de fortificação, promovido a sargento-mór, de lá fora tirado para organizar a colonia do Mazagão [3], completamente anarchisada, missão de que se sahiu a contento, conseguindo restabelecer a ordem e trazer em prosperidade o logar. Tivera, então, pelos relevantes serviços prestados, o posto de tenente-coronel. Voltando a Macapá, passara, em Abril

---

(1) Os chronistas antigos e modernos estabelecem confusão a respeito da data da posse, mas o problema fica resolvido com a palavra do proprio Almada, em carta de 22 de Fevereiro de 1788 dirigida a Martinho de Mello e Castro, publicada por J. Nabuco nos *Documentos de Origem Portugueza,* vol. I, pg. 271.

(2) *O Catalogo da Exposição de Historia do Brasil,* Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, IX, primeira parte, pg. 527, registra a existencia de um discurso, inedito guardado naquella Bibliotheca, proferido pelo vereador Custodio Maximo, da Camara de Barcellos, por occasião da posse de Almada, dando as saudações ao novo governador.

(3) A actividade de Almada no Mazagão paraense vem bem desenvolvida em Palma Muniz, *Limites Municipaes do Estado do Pará,* Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, tomo IX, Belem, 1916, pgs. 406 e 410-414.

de 1784, a servir, promovido a coronel, na commissão demarcadora, sendo encarregado da defesa da zona encachoeirada no rio Negro, na qualidade de commandante do forte de São Gabriel, e da exploração de varios rios da vasta rêde rionegrina — o Ixié, Waupés e Branco. Em todos esses pontos e na chefia da commissão de limites, relevara capacidade de trabalho, tino administrativo, intelligencia, honestidade e patriotismo ardente. Taes attributos, que o tornavam uma figura destacavel, e naturalmente o indicaram á confiança real para o governo da Capitania, constituiam penhor seguro de sua gestão.

Logo de inicio, accumulando ainda as funcções de substituto de Pereira Caldas, tomou as medidas mais urgentes para que a soberania de Portugal não soffresse no territorio entregue á sua guarda. Conhecemol-os do capitulo anterior. Vencido tamanho obstaculo, apresentou-se-lhe então o caso gravissimo das precarias condicções de vida da Capitania, que requeriam attenções especiaes. Não se demorando nas providencias, cuidou então, com devotamento, de reerguer o sertão.

Como commandante do trecho encachoeirado do rio Negro, tivera opportunidade de fazer iniciar alli a cultura do anil. Cumprindo determinações recebidas [4], empregara o maximo de esforço para os resultados compensadores que obtivera. Ficara bem sciente de que na agricultura, compensadora, facil, encontraria os meios porque reanimar a região. Continuando essa politica de aproveitamento da terra ubertosa, entrou a incrementar a cultura do anil, de que conseguiu exportar muitos milhares de kilogrammas para Portugal, — só em 1797, decimo anno de sua cultura em Barcellos, Castanheiro, Curiana e Loreto, excedia a 1400 arrobas; a do algodão, café, cacáo, salsa e a do arroz, esta no rio Branco, com tal successo que attendia ao consumo da Capitania [5].

Occupando-se da utilização da materia prima, abundante em todo o valle, montou varias fabricas: de cordoalha, em Thomar, empregando a piassaba colhida nos affluentes do rio Negro; de velas, no Logar da Barra, com cera trazida do Solimões, para abastecer as egrejas da Capitania; de rêdes e pannos de algodão e de tecidos de tucum e mirity, em Barcellos, Carvoeiro, Moura, Curiana, Loreto e Logar da Barra, onde tambem revigorou a industria de telhas e ladrilhos, necessaria ás construcções que se faziam.

As formidaveis riquezas piscosas dos rios, as maiores do

([4]) A. Rodrigues Ferreira, *Diario da Viagem Philosophica*, Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo 48, pgs. 114-142, detalha a introducção da cultura do anil na Capitania salientando a actuação de Almada.

([5]) Araujo e Amazonas, *Diccionario*, pg. 259.

globo, não eram aproveitadas. Apenas ao tempo de Mendonça Furtado tinham sido objecto de attenção, como nos dias de Pereira Caldas, para satisfazer as necessidades das commissões de limites e isso mesmo com grandes difficuldades, porque as distancias entre os postos de pesca e Barcellos davam em resultado chegarem as tartarugas, a especie echitiologica mais procurada, mortas ou em maioria improprias á alimentação [6]. Horizontes largos, Lobo d'Almada fatalmente seria levado a olhar aquella riqueza em abandono. Estabelecendo pesqueiros reaes, com que se propoz attender as necessidades da Capitania, obteve producção para exportar. Com ella inaugurou o commercio de peixes salgados e tartarugas, nova fonte de renda. Deve-se-lhe, ainda, a industria das madeiras, trabalhadas em serrarias braçaes, e a montagem, no Logar da Barra, de uma ribeira, pequeno arsenal para embarcações de variados tamanhos.

De sua acção beneficiadora, o que ficou, porem, para eternizar-lhe o nome, foi a introducção do gado no valle do rio Branco, problema que, ao lado do problema agricola, vinha constituindo grande preoccupação para as autoridades da Capitania.

Trazidos do Marajó, distribuidos pelas villas e logares do Rio Negro e Solimões, os exemplares existentes na Capitania não bastavam ao sustento da população. Em Barcellos, justamente o centro onde era maior o agrupamento humano, o açougue, unico e rustico, alli montado, não funccionava com a regularidade desejada, em consequencia da pequenez das partidas que chegavam. Pela estatistica levantada pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira [7], sabe-se que, entre o fortim de São José e o trecho encachoeirado, havia apenas cento e quarenta cabeças, prova irrecusavel da insignificancia da creação, tentada em terras mais proprias aos misteres agricolas. O maior creador, capitão José Antonio Freire d'Evora, a creatura de melhores posses em toda região, contava dezoito em suas propriedades, no districto de Barcellos!

Pereira Caldas, nos desvellos que lhe assignalaram a passagem pelo territorio amazonense, tinha projectada a introducção dos gados no valle prodigioso, fazendo reservar vaccas, novilhos e touros de Alemquer, nas visinhanças de Obidos, alem de cavallos e eguas [8]. Obrigações de varia natureza lhe haviam impedido a execução do proposito. O problema permanecia sem solução.

Explorando o valle do rio Branco, por ordem do governo em

---

(6) A. Rodrigues Ferreira, *Diario*, Revista, 51, pg. 77.

(7) *Diario da Viagem Philosophica*, Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomos 48-51.

(8) Instrucção de Pereira Caldas a Almada. — J. Nabuco, *Documentos*, vol. I, pgs. 224-225.

1787, Lobo d'Almada percebera o valor daquellas campinas verdejantes que se extendem até os contrafortes guyanos [9]. Aliás o proprio Pereira Caldas, nas instrucções [10] com que o despachara áquella missão, lhe chamara a attenção para elles, mostrando a conveniencia do estabelecimento de fazendas de creação.

Lobo d'Almada, em visão de estadista, deu então o passo economico. Mandou adquirir novilhas e vaccas em Moura e Carvoeiro, pagas á sua custa as despezas de transporte e fundou á margem esquerda do rio Branco a fazenda de São Bento, com dezesete exemplares, a que juntou, em 1793, os tomadas aos hespanhoes em Teffé, quando dalli os expulsou.

O exemplo era arrojado, mas de grande finalidade. Tanto assim, que o alferes Nicolau de Sá Sarmento, commandante do forte de São Joaquim, e o abastado Freire d'Evora montaram mais as de São José e São Marcos, nucleos de onde nasceu o actual rebanho que povoa aquella zona admiravel.

Os indios Mundurucús [11] constituiam o terror da população. Corriam o labyrintho entre o Madeira e o Amazonas, a Mundurucania, na geographia da época, commettendo tropelias, praticando attentados. Gente forte, de costumes barbaros, era terrivel inimiga dos Muras com os quaes vivia em constante lucta. Lobo d'Almada procurou e pode vencel-os pela docilidade, fazendo-os ingressar no convivio social dos brancos. Uma escolta, em 1795, con-

---

(9) «A introducção do gado vaccum nos ferteis campos do rio Branco deve produzir um artigo do commercio ao interior da Capitania, que lhe traria muitas vantagens: primeira. A de ter açougue a capital, e evitar-se o estrago que se faz nas tartarugas; sobre as quaes é tanto maior o damno que se causa, do que o proveito que se tira, que de uma viração de quatrocentas tartarugas, apenas se aproveitam oitenta, e ás vezes menos: segunda. As carnes seccas com que se poderiam fornecer as differentes povoações da Capitania em que ha trabalhos publicos, como são as fabricas de anil, aonde a falta do necessario sustento embaraça o seu maior programma: terceira. A sola que fabricada na Capitania sahiria a melhor preço aos seus habitantes, e seriam mais bem, e mais a tempo providos della; ainda sem fallar na exportação que pelo tempo adiante ella póde ter para fóra da Capitania: quarta. Cresceriam as rendas reaes com os dizimos do gado, e com o real de subsidio litterario imposto na carne que se talhasse no açougue. Destas vantagens, e outras, que este ramo de commercio póde produzir ao interior da Capitania, se demonstra quanto é conveniente, e necessaria a introducção do gado vaccum; *para a producção do qual tem todas as propriedades e commodidas, os immensos, e ferteis campos do rio Branco*». — Almada, *Descripção, etc.*

(10) Instrucção já citada. Sobre as fundações de Almada. — J. Nabuco, *Documentos,* vol. I, pgs. 234, 282, 285. Conego André Fernandes de Souza, *Noticias Geographicas do Rio Negro,* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo X, pgs. 455-456. A. Rodrigues, *Diario,* Revista, tomo 51, pg, 81.

(11) Na Bibliotheca Nacional, guarda-se a correspondencia official acerca da pacificação. Forma o codice CCCLXXVIII. Raymundo Moraes, *No Paiz das Pedras Verdes,* Manáos, 1923, olhou com largueza a Mundurucaria e sua gente.

seguiu agarrar dois indios e trazel-os á presença do governador, que os mandou curar dos ferimentos recebidos em lucta com os soldados e depois repol-os entre os seus, fartos de presentes. Menos de um anno passado, as pazes estavam celebradas, formando-se as aldeias de Canumã, Juruty e Maués.

Homem de visão, Lobo d'Almada enxergava e sabia resolver todos os entraves ao progresso da Capitania. Barcellos, no centro do rio Negro, distante do Pará, longe demais das villas e povoados situados no Madeira e Solimões, o que difficultava o cumprimento das ordens expedidas, não lhe pareceu o sitio onde permanecer a capital. Já o ouvidor Ribeiro de Sampaio e o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira [12] se tinham manifestado combatendo a continuação da séde da Capitania alli. Pereira Caldas, em carta á metropole [13], pronunciara-se contrario a Barcellos, sob allegações politicas e militares, lembrando a bocca do rio Negro como o local onde assentar-se a nova séde do governo. Escudado nessas razões, embora sem autorização, Lobo d'Almada transferiu-a, em 1791, para o Logar da Barra, que lhe pareceu magnifico pela situação topographica e salubridade [14].

O povoado ainda era minusculo. Em 1774, lá moravam, abrigando-se á sombra do fortim de São José, 220 pessoas, inclusive o vigario. Em 1787, andava augmentado de 301 almas, das quaes quarenta e sete brancas. Havia dois bairros, separados por igarapés. As casas eram todas rusticas, cobertas de palha. O fortim estava arruinado, a egreja matriz, começada pouco antes, por ter sido derrubada a primitiva, levantada pelos carmelitas, vinha sendo grosseiramente construida. Os habitantes do Logar cultivavam tabaco, café, algodão e milho e fabricavam farinha, mas tudo em porção reduzidissima. Installando lá a nova capital, Lobo d'Almada cuidou logo de apparelhal-o. Terminou a egreja de Nossa Senhora da Conceição [15], reformando-a inteiramente. Construiu predios para os serviços publicos, inclusive o chamado palacio do governo [16],

---

([12]) *Diario,* Revista, tomo 49, pgs. 186-188.

([13]) Carta de 26 de Setembro de 1783.—J. Nabuco, *Documentos,* vol. I, pgs. 189-190.

([14]) Araujo e Amazonas, *Diccionario,* pg. 258.

([15]) A primeira egreja foi construida pelos carmelitas. Em 1781, por muito velha, foi derrubada. Por ordem da junta governativa da Capitania, em 1782, começou a ser reerguida pelo commandante do fortim de São José; mas com tal máo gosto que Almada a poz abaixo, reerguendo-a inteiramente. A 2 de Julho de 1850 um incendio devorou-a. Era situada na praça da Trincheira, hoje Nove de Novembro.

([16]) O Palacio era na praça da Trincheira, onde é hoje a cása das machinas da Manáos Harbour, á praça 9 de Novembro.

o quartel da guarnição [17] e a enfermaria militar de São Vicente, e fez funccionar varios estabelecimentos industriaes — de pannos de algodão, de fecula de anil, de cordoalha.

Sem ser villa, o Logar da Barra disputava ás que existiam, a Barcellos principalmente, as honrarias de que gosavam em virtude da situação politica. A sua população cresceu. A da Capitania tambem. Lobo d'Almada levantava o Rio Negro do abatimento em que vivia. Por toda a parte se lhe notava a energia constructora. Aqui era um edificio, alli uma cultura iniciada, adiante um estabelecimento industrial. Melhorou a situação financeira bastando as rendas para o pagamento do pessoal administrativo, da guarda das fronteiras e das tresentas praças que formavam a guarnição da Capitania. Tudo se desenvolvia. Sentia-se confiança no amanhã radioso que surgia com a obra maravilhosa realizada. Renascia o Rio Negro dos carmelitas, das missões prosperas descriptas por La Condamine.

E cresceu tanto a fama do grande administrador, fomentando a velha inveja e a desconfiança do governador do Grão Pará, D. Francisco de Souza Coutinho, que este, receioso de tel-o como substituto naquelle cargo, não tremeu em crear-lhe os maiores embaraços e em infamal-o junto á metropole. Já ao inicio do governo de seu pretenso competidor, Souza Coutinho suspendera os provimentos e subsidios de que a fazenda em Belem suppria a Capitania, provocando, da parte de Almada, a fundação das fabricas e o desenvolvimento da agricultura, bastantes para o augmento das rendas [18]. Quanto á infamia, a palavra de uma autoridade com as responsabilidades de D. Francisco, que se amparava no prestigio do irmão, ministro do rei, valia tudo. A corte acreditou nas imputações calumniosas. De Portugal veio o aviso de 17 de Julho de 1797, recommendando a Lobo d'Almada que não comprometesse a fazenda real nem se locupletasse á custa do cargo. Impossivel maior insulto a quem só lhe olhava o bem estar geral e o augmento das rendas publicas. Lobo d'Almada, em resposta, mandou um inventario de seus bens provando a pobreza de sua vida e a maneira correcta por que procedia [19]. D. Francisco não desa-

---

(17) E' a actual enfermaria militar, antigo quartel general, á praça D. Pedro Segundo.

(18) Conego André Fernandes, *Noticias*, pg. 472.

(19) « Por esta de minha propria lettra escripta, eu abaixo assignado certifico debaixo do juramento dos Santos Evangelhos: por tudo que ha de mais sagrado na religião catholica romana que professo, pela hostia consagrada que reverente adoro e temo com o mais profundo respeito: que eu não possuo pedras preciosas algumas; nem possuo de ouro ou prata senão o seguinte. Dous pares de fivelas de ouro de sapatos com o peso, ambos os pares, de 131 oitavas e 21 gráos. Um par de fivelas de ouro de calção com o peso de 17 oitavas

nimou no combate. Conseguiu a carta regia de 12 de Maio de 1798, extinguindo o directorio. A indiada, livre do regulamento que a prendia ás villas e povoados, não se demorou em abandonal-os, internando-se pelos rios, escondendo-se nas mattas.

Almada comprehendeu a perfidia, as machinações de seu inimigo. Percebeu que se avisinhava o desmoronar de sua actividade desinteressada. As cartas, expondo a situação exacta da Capitania e contendo a defesa dos seus actos, eram interceptadas em Belem, e quando attingia Lisboa, por via da Guyana Hollandeza, o irmão de D. Francisco se encarregava de sumil-as, de sorte que nunca foram lidas pelos homens a quem cabia distribuir justiça e fomentar o progresso da colonia americana. A metropole ignorava, por isso, o que de verdade se passava no Rio Negro. A impressão, apenas colhida dos informes falsos, cavilosos, de D. Francisco, só podia ser contraria a Lobo d'Almada.

O ultimo golpe que desferiram veio na ordem contida na carta regia de 2 de Agosto de 1798, para trasladar a capital da Capitania a Barcellos. D. Francisco de Souza Coutinho combatera

---

e gráos. Uma fivela de ouro de pescocinho com o peso de 9 e meia oitavas e 10 gráos. Um par de botões de ouro de punhos de camisa com o peso de 8 oitavas e 8 gráos. Uma cadea de ouro de relogio e sua chave com o peso de 7 oitavas. Um cordão de ouro servindo de cadea de relogio com o peso de 7 oitavas e 5 gráos. Um castão de ouro de que não sei o peso em uma bengala de cana da India. Um annel, da invenção de Bartholomeu da Costa, encastoado em ouro. Os galões de ouro de sua farda e um chapéo. Um espadim de prata dourada com seu gancho tambem de prata. Um par de esporas de prata com as suas fivelas tambem de prata. Um faqueiro com doze talheres e nelle doze colherinhas para chá, espumadeira e tenaz, tudo de prata. Dous talheres mais de prata. Uma colher de prata de tirar sopa. Uma colher de prata de tirar arroz. Uma salva de prata com o peso de 136 oitavas. Seis castiçaes cobertos com casquinha de prata, em um delles uma bandeira com um varão de prata. Um espivitador com seu pratinho de prata, com o peso de 38 oitavas. Uma barra de ouro com o valor de 23$000, conforme guia. Uma barra de ouro com o valor de 20$000, conforme guia. Dinheiro. — Em trinta meias dobras 192$000. Em moeda provincial 520$760.

N. B. — Todo o sobredito (em que bem se vê que entram bens de meu uso) não chega a quatro mil cruzados. Tenho por cobrar da fazenda real a importancia de 2:081$422 dos meus soldos vencidos até o dia de hoje, liquido dos soccorros com que tenho sido assistido e da quantia com que pela real permissão de Sua Magestade soccorro em Lisboa as minhas irmãs; cuja sobredita importancia se acha destinada para acabar de pagar a quantia que devo á administração dos fundos da extincta companhia do commercio do Pará, a qual, ainda cobrando a dita importancia, lhe resto alguma cousa. E não possuo mais dinheiro algum, que páre em meu poder, nem que eu tenha dado ou remettido para enthesourar na mão de outrem, nem em moeda, nem em cousa que o valha, nem divida alguma activa para cobrar, senão o meu soldo vencido, queixo dito. Rio Negro, em 22 de Janeiro de 1798. — Manoel da Gama Lobo d'Almada. — Conego Francisco Bernardino de Souza, *Commissão do Madeira, Pará e Amazonas,* segunda parte, pg. 147.

a permanencia no Logar da Barra, allegando motivos que calaram no animo dos homens de governo em Lisboa. Lobo d'Almada, apesar do genio forte que lhe reconhecem alguns de seus biographos [20], não recusou cumprimento ao acto regio. No anno seguinte Barcellos voltou á sua velha condicção. Já não apresentava mais o aspecto da época de Mendonça Furtado e Pereira Caldas. Os oito annos em que se vira privada do titulo conferido á Manáos de amanhã, tinham sido sufficientes para arrastal-a á decadencia.

Lobo d'Almada, uma vez na velha Mariuá, não resistiu ás contrariedades. O posto de brigadeiro com que a metropole então o distinguiu, em nada poude contribuir para evitar-lhe a morte. Brioso, não admittindo que pairassem duvidas a respeito de seu proceder, profundamente abalado diante dos labeos que lhe jogaram, falleceu a 27 de Outubro de 1799. Seu corpo foi dado a sepultura na matriz de Barcellos [21].

Alem dos trabalhos cartographicos que levantou na exploração da hinterlandia, modificando inteiramente noções em voga, é conhecida, de sua lavra, a *Descripção Relativa ao Rio Branco e seu Territorio* [22], precioso relatorio sobre a geographia, historia e economia daquelle valle.

Os historiadores unanimam em reconhecer-lhe a obra gigantesca. Foi o maior administrador do Amazonas no periodo colonial. Ninguem, de boa fé, impugnou o conceito.

---

(20) André Fernandes, nas *Noticias*, pg. 472, accusa Almada de ter, violentamente, desterrado para S. Gabriel o tenente-coronel Euzebio Antonio Ribeiro.

(21) Ainda no governo de Lobo d'Almada, em 1798 os indios Paravianas e Uapixunas, do rio Branco, levantaram-se pondo em serio perigo a obra civilisadora que se iniciava no valle. Foram batidos pelo tenente Leonardo José Ferreira. Nesse mesmo anno, foi fundado, no Madeira, á foz do Jamary, o presidio de S. João do Crato, para onde o governo portuguez mandou degredados da Europa. O presidio, dadas as pessimas condicções salubres do local, foi transladado para o ponto entre o Baetas e o Arraias, sendo mais tarde completamente abandonado.

(22) Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo 24, 1861.

A adhesão á Independencia

Seguiu-se a Lobo d'Almada, até 1801, uma junta governativa que levou ao conhecimento de Souza Coutinho o luctuoso acontecimento que tanto consternava a Capitania.

O Rio Negro ia atravessar um longo periodo de amarguras. As villas e povoados principiariam a viver novamente dias miseraveis. A população diminuida, as lavouras e as industrias entrariam a definhar. O censo de 1799 accusou 15480 almas. Os computos anteriores assignalavam maior total. A decadencia manifestava-se sem que tomasse uma medida tendente a reerguer a Capitania, a não deixar morrer a obra gigantesca de Almada. Os governadores que succederam á junta não estiveram á altura do cargo. Mostraram-se, mesmo, indifferentes. Cabe-lhes grande parte da responsabilidade nessa decadencia.

O coronel José Antonio Salgado foi o primeiro nomeado. Era protegido de Souza Coutinho, que não morria de amores pela Capitania, e a quem obedecia cegamente. [1] Como era de esperar, não deixou signal de sua passagem. Veio substituil-o o coronel de engenheiros José Simões de Carvalho [2], um dos mais illustres elementos da commissão portugueza de limites com as colonias

---

(1) O conego Andre Fernandes de Souza, nas *Noticias Geographicas da Capitania do Rio Negro,* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomo X, pgs. 473-474 diz que Salgado não conseguiu tirar a patente de governador, por não ter encontrado quem lhe emprestasse dinheiro para tal, consequencia da fama de máo pagador e da decrepitude em que já mergulhava. Adianta o conego que lhe cabe a culpa das perseguições de Souza Coutinho e Almada, com as intrigas que teceu entre ambos, e da deportação de Wilkens de Mattos para Matto Grosso, violencia porque se bateu, receioso da sombra que o outro lhe poderia fazer junto a Souza Coutinho.

(2) Portuguez, veio para a Amazonia em começo de 1780, nomeado astronomo da commissão de limites com as colonias hespanholas, no posto de capitão. Era formado em mathematicas pela Universidade de Coimbra. Foi pro-

hespanholas. D. Marcos de Noronha e Britto, Conde dos Arcos, mais tarde o grande vice-rei do Brasil, succedendo a Souza Coutinho, impressionara-se com as noticias que lhe chegavam da decadencia da Capitania. Tomando-se de interesse pela sua situação, escolhera aquelle official distincto, confiado em seu patriotismo, dando-lhe instrucções para fazer voltar a capital para o Logar da Barra. Pensava, com o gesto, homenagear a memoria de Lobo d'Almada. Não seria, porem, desta vez, a execução do acto de justiça, porque o coronel Simões de Carvalho falleceu em viagem, a 7 de Outubro de 1805, em Villa Nova da Rainha, quando se dirigia á séde do seu governo para empossar-se.

A Capitania foi entregue aos cuidados de outro militar, em quem se depositavam esperanças, o capitão de mar e guerra José Joaquim Victorio da Costa [3], tambem perfeito conhecedor da região, pois participara egualmente dos trabalhos das demarcações com as colonias hespanholas. Nascido em Coimbra, lá cursara a Universidade, doutorando-se em mathematicas. Promovido a 10 de Outubro de 1797 a sargento-mór do corpo de engenheiros, passara, por decreto de 18 de Dezembro de 1799, a capitão de fragata, sendo nomeado intendente de marinha da Capitania do Pará. Tambem fracassou. Combatido tenazmente pelo ouvidor e o grupo deste, occupou-se de seus proprios interesses, indifferentes ás afflições da Capitania. Apenas, em cumprimento á ordens, installou, a 29 de Março de 1808, a capital no Logar da Barra. Foi o seu gesto sympathico durante o periodo que passou á testa dos negocios publicos no Amazonas. As suas attenções voltaram-se unicamente para uma chacara, no Tarumã, onde fez cultivar fructos europeus com successo. Aprendendo a fallar a lingua geral dos indigenas, soube-a, de tal maneira, que os corrigia facilmente. Perseguidor dos nativos, consentiu, animou a escravisação delles. Creou impostos escorchantes, desanimando as tentativas agrico-

---

movido a sargento-mór do corpo de engenheiros por decreto de 10 de Outubro de 1797. O decreto que o nomeou governador da Capitania tem a data de 4 de Abril de 1804. Diz Manoel Barata que a patente de nomeação recebeu o cumpra-se do governador paraense e foi registrada a 13 de Agosto de 1805. Simões de Carvalho morreu de uma indigestão de ovos de tartaruga, dizem alguns autores; de gaivota, preferem outros.

(3) Foi nomeado governador por decreto de 4 de Fevereiro de 1806. No seu governo, a intrigalhada foi tamanha e de consequencias tão serias que um juiz de paz de Fonte Boa morreu vomitando sangue em consequencia da surra de páo que lhe mandou dar o commandante militar de Ega. Os impostos subiram excessivamente, como o das fintas sobre as farinhas. Avisado da proximidade de sua substituição, pediu ás camaras um attestado do seu governo, attestado que devia trazer-lhe o elogio da obra administrativa. Ameaçados de deportação para o Crato e Marabitanas, os vereadores lhe satisfizeram o desejo. Só a camara de Serpa lhe negou, allegando desconhecer os serviços á Capitania.

las. As intrigas entre seus auxiliares e as autoridades municipaes tomaram tal vulto, que se registraram varios incidentes, de certa gravidade. Sob sua gestão, consumou-se a ruina de Barcellos [3 A] a que votava ogerisa e rancor, no dizer de seus inimigos, com os vandalismos de seu genro, o corso Ricardo Zany, que destruiu os restos dos edificios que ainda marcavam o explendor da velha Mariuá de Mendonça Furtado e Pereira Caldas. A população da Capitania, votando-lhe antipathia, por varias vezes mandou memoriaes ás autoridades paraenses e da metropole implorando providencias.

O coronel Manoel Joaquim do Paço, nomeado em 1818, foi o ultimo governador colonial do Amazonas. Os chronistas amazonenses fazem-lhe serias censuras. *Nas Noticias Geographicas do Rio Negro*, o conego André Fernandes de Souza accusa-o de administrador sem escrupulos, monopolizador das drogas e fructos do Purús, contumaz na embriaguez. Devem-se-lhe, comtudo, varios melhoramentos no Logar da Barra, constantes da construção da capella de Nossa Senhora dos Remedios e de uma alameda de tamarindos para recreio dos moradores. Foi o autor das *Reflexões Politicas Sobre o Melhoramento da Capitania de São José do Rio Negro* [4].

Espirito arguto, informado de que breve teria substituto no governo, comprehendendo que a Capitania tinha, como dos males maiores que a infelicitavam, a sujeição ao Pará, imaginou impor-se á estima publica conseguindo collocal-a a seu lado na defesa da alta posição que occupava. Fez ver ás camaras municipaes a necessidade de impetrar-se a D. João VI a medida salvadora, de independencia, mas ficando elle Paço á testa da administração. A idéa foi bem recebida. Porque, de facto, já havia grande anseio pela autonomia do Rio Negro. Percebia-se que as autoridades paraenses não olhavam com bons olhos a Capitania, demorando providencias para o bem estar daquella gente que vivia esquecida em pleno sertão amazonico. A camara de Silves teve a gloria de ser a primeira a movimentar-se. Em memorial a D. João VI, solicitou, juntamente com dezenove moradores, as duas medidas lembradas. Seguiu-se Villa Nova da Rainha, em 3 de Setembro de 1818, em petição assignada por cento e nove moradores que aproveitaram a opportunidade para pedir a elevação do logar, da ca-

(3 A) «No anno de 1816 mandou este governador a um dos seus genros, Francisco Ricardo Zany, demolir todos os edificios reaes, excepto o palacio, igreja e provedoria; que na execução de algum modo se pareceu a Nabuzardan, privado do Nabuco; deixando tambem os d'alguns pobres moradores, que não quizeram annuir ao convite de se passarem para a Barra».

(4) Guarda-se inedito no Rio, na Bibliotheca Nacional.

thegoria de simples missão que era, a villa. Em 5 de Setembro, chegou a vez de Barcellos. Nesses documentos [5], advogavam os signatarios, mais, a creação de uma junta de fazenda, com o que a libertação seria completa.

A Capitania permaneceu, porem, na mesma condicção de subalterna ao Pará. Extremo-norte, longe das cogitações dos homens de estado do reino, estava condemnada, esquecida. Cuidasse de levantar-se com o auxilio da metropole. A decadencia continuou no rio Negro, mas no Solimões e na Mudurucania graças unicamente á iniciativa particular, a situação melhorou. O povoamento alargou-se, em augmento sensivel. Cuidou-se, com mais carinho, a agricultura e fundaram-se fazendas de gado pelas beiradas do rio Amazonas.

A futura Manáos tambem teve o numero de seus habitantes crescido. Sahia aos poucos da modestia em que se escondia, com suas onze ruas, duas praças e cerca de duas duzias de casas cobertas de telha, pois as restantes guardavam o cheiro nativo, com o tecto de palha. Sem camara municipal, por não ser villa, tinha de soccorrer-se á de Serpa, aonde os moradores iam «vencendo uma viagem incomoda, requerer licença para abrir casas de negocios, para pescar nas praias, para legislar, emfim, a posse de suas terras» [6]. A camara de Serpa, cheia de orgulho, mantinha lá, por sua condicção de superioridade sobre a capital, um juiz de julgados, com attribuições para policia urbana e suburbana e outras providencias. Os moradores de Manáos, importando pouco, exportavam peixe secco, manteiga de tartaruga, mixira, anil, cacáo, café, tabaco, salsa, puxuri, casca preciosa, oleo, estopa e pouco mais em que empregavam sua actividade. Dos estabelecimentos industriaes dos tempos de Almada quasi nada restava. Uma estatistica, levantada em 1819, sobre os generos exportados para Belem, falla das condicções economicas da Capitania, que procurava levantar-se [7].

---

(5) Não são conhecidos os originaes desses documentos, que é possivel sejam encontrados no Archivo Nacional, onde ha vasto acervo interessando a historia do Amazonas colonial.

(6) Bertino Miranda, *A Cidade de Manáos*, Manáos, 1908, pg. 21.

(7) «5.045 arrobas de tabaco a 8$000, 40:360$000; 3.512 ditas de salsaparilha a 9$000, 31:608$000; 5.936 ditas de café a 3$200, 18:995$200; 1.948 ditas de cravo fino a 6$400, 12:467$200; 1.800 ditas de cacáo a 1$600, 2:880$000; 10.425 ditas de peixe a 1$280, 13:344$000; 8.034 potes de manteiga de tartaruga a..... 3$200, 25:737$600; 11 ditos de mixira a 2$000, 22$000; 17 ditos de copahyba a 3$000, 51$000; 733 pollegadas de piassaba a 3$000, 2:199$000; 10 arrobas de anil a 32$000, 320$000; 350 ditas de quina a 64$000, 22:400$000; 18 ditas de breu a $800, 64$800; 128 ditas de estopa da terra a $500, 64$000; 5 ditas de carajurú a 32$200, 192$000; 166 alqueires de castanha a $200, 32$000; 190 arrobas de algodão em caroço a $800, 152$000; 220 redes de palha, por outro nome maquiras a $320, 70$400; somma: 170:959$200. — Conego André Fernandes. — *Noticias Geographicas*.

* * *

O governador Joaquim do Paço já tinha substituto na pessoa do major Luiz Pires Borralho, official de artilharia que se encontrava em São Salvador no commando de um batalhão, quando occorreram os graves successos que deram por terra com o velho organismo absolutista portuguez, rasgando horizontes novos ao Brasil.

Explodiu em Belem o movimento que inauguraria a serie de perturbações rematadas com o Sete de Setembro, organizando-se alli uma junta governativa, que dirigiu proclamação aos habitantes do interior, expondo-lhe as razões da sedição e pedindo-lhes adhesão [8]. O governador Joaquim do Paço negou-se a adherir. Foi deposto pela guarnição do Logar da Barra que com o povo acclamou uma junta, composta dos srs. José de Britto Inglez, presidente; ouvidor Domingos Nunes Ramos Ferreira e padre José da Silva Cavalcante.

O momento era de exaltação. A junta tambem proclamou [9]. E o povo, por sua vez, em gestos desatinados, destruiu os melhoramentos introduzidos por Paço.

Mas a junta não estava organizada de accordo com o alvará regio de 12 de Outubro de 1770. No Pará, por isso, recusaram-se a reconhecel-a. Veio então de Belem, para fazer cessar a anormalidade, reorganizar o governo e commandar a tropa destacada na Capitania, o coronel graduado Joaquim José Gusmão, que não encontrou obstaculos a vencer. Organizou-se nova junta, entrando o ouvidor Ramos Ferreira, João da Silva e Cunha, como vereador mais velho da camara de Serpa, e o coronel Gusmão. O monopolio do rio Purús foi abolido. O ex-governador Joaquim do Paço seguiu preso para Belem, onde prestaria serviços informando a respeito do Rio Negro.

Os ultimos mezes do anno passaram-se em socego. O Rio Negro inaugurava, sem demonstrações bellicosas, a sua actuação civica nos destinos do Brasil. E foi assim que a 14 de Janeiro de 1822, em conformidade com o decreto determinando o comparecimento de representantes brasileiros ao congresso reunido em Lisboa, realizaram-se, no Logar da Barra, as eleições para os que deviam falar pela Capitania. Sahiram eleitos deputado e supplente,

---

(8) A Proclamação dirigida aos habitantes do Pará e Rio Negro é datada de 3 de Janeiro de 1821. A circular que acompanha a proclamação tem a data de 4 de Janeiro. — Palma Muniz, *Adhesão do Grão-Pará á Independencia*, Revista do Instituto Historico e Geographico Paraense, vol. IV, pgs. 37-39.

(9) Parece perdida essa proclamação, pois o original estava annexado ás *Ephemerides Amazonenses*, de Lima Bacury, obra destruida quando do assalto da policia á residencia desse politico e historiador.

respectivamente, os srs. João Lopes da Cruz e José Cavalcante de Albuquerque. [10] Ambos tomaram assento nas côrtes, participando dos trabalhos legislativos, tendo se apresentado primeiro o supplente, que se retirou á chegada de Albuquerque. Este, considerando-se eleito á côrtes de Portugal, lá ficou até o encerramento dos trabalhos, negando-se a acompanhar os collegas das outras Capitanias, quando se declararam em hostilidade áquelle legislativo e em favor da independencia do Brasil. No Pará, pretendera-se, a principio, embaraçar o pleito, sob o fundamento que o Rio Negro não tinha população bastante [11]. Um pouco mais de reflexão mostrara a falta de fundamento do allegado, tanto mas quanto era velho o computo em que se baseavam. Havia outros recentes, dando algarismos maiores para a Capitania. O caso, todavia, não creara difficuldades, porque a junta paraense o resolvera com habilidade, entregando-o á deliberações das proprias côrtes portuguezas, e esta, como se infere do acto da eleição, fora favoravel ao Rio Negro.

Pouco depois, as camaras das villas, com solennidade, juraram a constituição que as côrtes elaboravam. No Logar da Barra, o acto realizou-se na egreja matriz, em presença de todas as autoridades, da camara de Serpa, que veio para a ceremonia.

A harmonia de vistas entre as autoridades amazonenses e paraenses era, até então, a mais completa. Todas as ordens e instrucções regias que chegavam tinham immediato cumprimento. Em 3 de Junho a junta foi outra vez alterada, sendo augmentada, agora de accordo com o decreto de 1 de Outubro de 1821 — An-

---

([10]) Pouquissimo se conhece a respeito desses eleitos. José Cavalcante de Albuquerque era do ramo dos Cavalcante de Albuquerque de Pernambuco, agricultor, com lotes á margem do Amazonas, no districto de Obidos, e no igarapé do Salle, no lago Grande de Villa Franca. Só se apresentou ás côrtes em fins de 1882, de lá regressando algum tempo depois. Sobre João Lopes da Cunha as duvidas são maiores. Sabe-se que tomou assento nas côrtes a 29 de Agosto de 1822, tendo partido de Belem a 26 de Junho.

([11]) Uma Junta Preparatoria, nomeada para organizar o processo das eleições, baseou-se no censo que dava ao Rio Negro 15480 habitantes, entendendo então de excluir a Capitania afim de supplicar ás côrtes que a considerasse privilegiada para poder mandar o seu deputado. Pelo censo acima, o Rio Negro tinha 1501 fogos, 84 compromissarios e apenas 6 eleitores de parochia! A Junta do Governo Paraense, concordando com as ponderações da Preparatoria, em officio ás côrtes pediu para o Rio Negro o direito de dar um deputado. Nesse documento diz: — « e supplicar a V. M. em vista das circumstancias locaes da do Rio Negro, que ao menos por esta vez lhe conceda a faculdade de nomear um Deputado pela população de 15.480 almas que tem. Muitas razões persuadem a necessidade desta Providencia. Primeiramente a grande e incalculavel demora das eleições, se os eleitores daquella comarca devem concorrer a esta Cidade a formar a Junta Eleitoral de Provincia na forma do Cap. 5.º das Instrucções. Pode acontecer que ahi sahia eleitor da comarca um morador de Tabatinga, de S. José de Marabitanas ou de qualquer ou-

tonio da Silva Carneiro, presidente; Bonifacio João de Azevedo, secretario; Manoel Joaquim da Silva Pinheiro, Vicente José Fernandes e João Lucas da Cruz. De accordo com esse decreto e o de 18 de Abril o Rio Negro passava á cathegoria de Provincia, reconhecida pelo Pará que a considerou *privilegiada*.

Já por esse tempo circulavam noticias, trazidas de Belem, do que se passava no sul do Brasil. Conhecia-se a marcha dos acontecimentos em favor da independencia. Liam-se os jornaes que a pregavam. Principiou, consequentemente, a crear-se um ambiente disposto a acceital-a. E' bem verdade que não se registraram manifestações publicas contrarias ao dominio portuguez. Nem era possivel. O Pará, formando um forte reducto lusophilo, impedia e esmagava qualquer attitude nativista. Alem do mais, a indole dos amazonenses contrariava as expansões violentas. O estouro com o governador Paço constituia uma excepção. Mas a onda libertaria engrossava todo o dia. A junta de Belem, ao mesmo tempo que pensava em deportar para o Rio Negro os paraenses suspeitos de partidarios da independencia, cuidava em tomar serias precauções afim de evitar que o interior se deixasse contaminar das ideas fasciosas. A correspondencia de José Bonifacio, destinada á junta do Rio Negro, concitando o Amazonas a mandar deputados á assembléa constituinte convocada para o Rio, foi, por tal razão, toda apprehendida em Belem. Os agentes do principe D. Pedro, mandados a fazer a propaganda da independencia, foram impedidos de subir o rio até o Rio Negro [12].

O regimen era de compressão. Esqueciam-se, quantos o sustentavam, de que idéa perseguida é idéa vencedora. E tanto assim que, a 11 de Agosto de 1823, fundeado em Belem o *Maranhão*,

---

tro povo da extremidade, e consequentemente necessario avisal-o para se apresentar a Belem. Que viagem! que demora! E na Capital da Provincia fosse eleito um outro morador na mema distancia!!! São alem disso muito incertissima as viagens pelos rios do Sertão. De quantas causas produzem esta incerteza he a mais frequente, e inevitavel a inconstancia dos Indios, os melhores, ou antes os unicos praticos daquella navegação, sujeito a cada passo abandonarem as canoas sejam de serviço publico, ou particular, sem que haja contra isso remedio algum efficaz de temor, ou de interesse, porque nada é capaz de os fixar; estando aliás certos de que se tem evadido desde que mergulham ou entram no matto. E quantos encommodos não soffrem então os pasageiros e interessados nestas viagens! Em fim a providencia que supplicamos a V. M. é mesmo analoga a um dos principios geraes estabelecidos nas Instrucções porquanto se na conformidade do artigo 32 pode qualquer Provincia dar mais um Deputado em contemplação de excesso de 15.000 almas, não parece dissonante que maiormente na concurrencia das causas expostas possa dar um Deputado a comarca do Rio Negro, que tem 15.000 almas, e que certamente apparecerá assim como as outras, mais populosa, logo que possa fazer-se novo recenseamento».

(12) B. M., *A Cidade de Manáos*, pg. 29.

da frota do almirante Cockrane, a independencia foi alli proclamada. A 16, expediram-se instrucções para o interior.

Dada a morosidade das embarcações que ligavam o Rio Negro a Belem, morosidade augmentada com a parada nas villas e povoados para deixar a noticia do grande acontecimento, só a 9 de Novembro [13] delle teve conhecimento a futura Manáos. O povo e a força armada, reunidos na chamada praça das Trincheiras, segundo resa da tradição, deram sua adhesão franca e enthusiastica. E a 22 do mesmo mez, reunida a camara de Serpa, especialmente convocada, realizou-se o juramento de obediencia, fidelidade e adhesão a D. Pedro I. [14] A junta, mais uma vez, foi reformada, excluindo-se o elemento portuguez. Como presidente ficou Bonifacio João de Azevedo, amazonense, de Barcellos, homem de grande illustração e vastas posses, assassinado annos depois. Os outros membros foram Raymundo Barroso de Bastos, Placido Moreira de Carvalho, major Luiz Ferreira da Cunha e João da Silva e Cunha, eleitos a 23 e empossados a 24 de Novembro.

A nova Junta, cuidando então da adhesão das demais villas e povoados, officiou a todas ellas, ordenando o juramento de fidelidade ao Imperador, no que foi obedecida sem discrepancia. O Amazonas entrava assim a participar do Imperio brasileiro como uma de suas Provincias.

---

(13) Não se conhece a acta desse acontecimento. Pelo officio que a Junta enviou a camara de Barcellos fica-se, porem, na certeza do facto. A adhesão occorreu a 9 de Novembro. — «No dia 9 do corrente foi neste Lugar proclamada solennemente a Independencia Politica do Brasil e reconhecido o muito alto e poderoso Imperador o Segundo Dom Pedro I. No dia 22 reunindo-se todas as autoridades civil e militar e os cidadãos prestou-se o juramento de fidelidade e adhesão á Pessoa e Governo do mesmo Augusto Senhor, em o mesmo dia seguinte se procedeu á eleição da nova Junta Governativa composta de cinco membros, reunindo todos os poderes civil e militar e administrativo, por instrucções emanadas da excellentissima Junta do Governo Geral da Provincia do Pará e foram eleitos os abaixo assignados, que tomaram posse no dia vinte e quatro. Cumpre a esta Junta ordenar a V. M.es a mesma proclamação e juramento nessa villa, com a solennidade e enthusiasmo que merece tão sagrada causa e o patriotismo de V. M.es como tudo consta dos papeis inclusos. De todo o acto que mencione e os cidadãos que tiverem jurado; e tendo em vista os inconvenientes que ha nas reuniões dos suburbios dessa villa pela pobreza de seus habitantes e encommodos que lhes tem causado o systema passado, adverte a V. M.es que em taes logares determinarão aos Juizes territoriaes pratiquem o mesmo, exigindo termo que deve incluir no que remetter a esta Junta. Deus guarde a V. M.es. Residencia Imperial do Governo do Logar da Barra, 26 de Novembro de 1823. Bonifacio João de Azevedo. — P. Luiz Ferreira da Cunha, S. Raymundo Barroso de Bastos, Placido Moreira de Carvalho, João da Silva e Cunha. Srs. Presidentes, Vereadores e mais officiaes da Camara de Barcellos».

(14) Realizou-se ás nove horas da manhã, no proprio Fabrica Imperial, mais tarde cadeia publica, hoje reconstruido mas não concluido e pertencente á prefeitura de Manáos, sito a praça D. Pedro Segundo. O povo, em signal de alegria, illuminou a frente das casas durante tres noites.

Comarca do Alto Amazonas

Enorme desillusão aguardava os amazonenses. Adherindo á independencia, estavam certos de que os seus anceios de autonomia seriam attendidos, passando o Amazonas a constituir uma Provincia do Imperio, como de direito. Tal, porem, não occorreu.

O projecto de constituição, que em 1823 foi apresentado para discussão á Constituinte convocado por D. Pedro I, mantinha ao Rio Negro, no artigo 2, a condicção de Provincia. Mas, sem representantes que naquelle legislativo lhe defendesse as pretenções — porque não pudera madal-os, interceptada que fora, pela Junta de Belem, quasi ao findar o periodo colonial, a correspondencia de José Bonifacio sobre a necessidade do comparecimento de deputados amazonenses — alterado o projecto, o Rio Negro teve seu nome cortado. O projecto de constituição, é verdade, não chegou a ser tornado uma realidade, uma vez que o congresso soffreu dissolução violenta. O Amazonas continuava, portanto, a Provincia organizada em consequencia da legislação em vigor.

Não era decorrido longo praso quando, a 25 de Maio de 1824, D. Pedro I, que assumira com a nação o compromisso de dar-lhe uma carta constitucional, poz em vigor a elaborada por uma commissão que nomeara. Nella, o artigo 2.º dizia que o Imperio ficava dividido nas Provincias então existentes, sem alteração dos seus limites territoriaes. O Rio Negro, naturalmente, estava incluido. Apezar da clareza do texto da lei magna, logo a seguir, marcando o governo o numero de deputados ao Parlamento que convocou e nomeando os presidentes para as Provincias, não incluia o Amazonas, considerando-o, tacitamente, uma dependencia do Pará.

A injustiça era clamorosa. Mesmo assim, os amazonenses, espiritos calmos, não procederam violentamente reclamando pela sua vontade. Juraram a constituição imperial. No Logar da Barra,

com toda a solennidade, em presença da camara de Serpa e da Junta Governativa, o acto teve logar a 6 de Fevereiro de 1825, na matriz de Nossa Senhora da Conceição [1].

Ainda a esse tempo tinha as funcções de ouvidor da comarca do Rio Negro, que comprehendia o territorio da antiga Capitania e não fora extincta com a reforma politica do paiz, o dr. Domingos Nunes Ramos Ferreira, que se salientara, em 1821, na deposição do governador Manoel Joaquim do Paço. Considerando finda a missão da junta governativa, porque o Rio Negro não fora incluido entre as Provincias do Imperio, julgou-se, em razão do cargo, a autoridade maxima do territorio. A junta governativa, presidida por Bonifacio João de Azevedo, não abdicou, porem, de suas funcções administrativas. Declarou-se a lucta entre as duas entidades [2]. Até fins de 1825, prolongou-se esse periodo de anarchia. Tanto o ouvidor como a junta expediam ordens, contrariando-se sem cessar.

Faziam-se necessarias providencias urgentes. Tomou-as o presidente do Pará, José Felix Pereira de Burgos, entendendo que o Rio Negro perdera a condicção de Provincia e continuava, como comarca, subordinado ao governo em Belem. Em Julho de 1825, para por termo á contenda e «tolher o grave damno que resultava á causa publica, resolveu interinamente abolir aquella junta, fazendo conservar, segundo a lei, a autoridade judiciaria no ouvidor e a municipal na camara de Barcellos», a ser removida daquella villa para o Logar da Barra [3]. E para cuidar do policiamento e da defesa das fronteiras, nomeou um commandante militar, o capitão Hilario Pedro Gurjão. Cabia, na verdade, a esse commandante o governo de facto da comarca. O presidente Burgos procurava com a medida attender ás necessidades de caracter administrativo de que naturalmente se resentiria o longinquo territorio, agradando tambem a população, desgostosa com o novo estado de coisas.

Levados taes actos ao conhecimento do Imperador, em officio de 23 de Julho de 1825, pelo simples aviso de 8 de Outubro do mesmo anno, da Secretaria do Estado dos Negocios do Imperio, foram approvados [4]. Consumava-se a injustiça.

---

(1) A acta está publicada em Furtado de Belem, *Limites Orientaes do Estado do Amazonas*, pgs. 181-182.

(2) J. B., Araujo e Amazonas, Bertino de Miranda não mencionam esse episodio. Mas não se pode duvidar que occorreu, deante do officio do Ministerio do Imperio ao Presidente do Pará, em 8 de Outubro de 1826, referindo o caso.

(3) Officio de 8 de Outubro de 1826, do ministerio do Imperio.

(4) «Sendo presente a S. M. o Imperador o officio do presidente da Provincia do Pará, na data de 23 de Julho do corrente anno, em que participa que para por termo ás contestações que tem havido entre o ouvidor e a Junta Pro-

Comtudo, pouco depois, em 8 de Novembro de 1825, o barão de Valença dizia ao presidente Burgos que «S. M. o Imperador tomando em consideração a decadencia a que se acha reduzida a Provincia do Rio Negro, quando por sua posição geographica, riqueza e variedade de producções e bondade de clima, pode ser uma das mais importantes do Imperio, ha por bem que o presidente da Provincia do Pará, depois de serios e repetidos exames sobre as causas que teem paralysado o seu commercio e atrazado a sua população, procure com todos os esforços derruil-as, promovendo a felicidade de seus habitantes, que não teem menos direitos que os das outras Provincias aos cuidados e desvellos de seu paternal coração» [5]. A seguir, ordenava que curasse da civilização dos indigenas e procurasse dar animo aos estabelecimentos fabris que tinham feito a grandeza daquelle pedaço do Brasil. Lembrava, então, como informantes seguros para os meios por que attender á penuria que alli reinava, o conego André Fernandes de Souza e o ouvidor Ramos Ferreira, aquelle o autor interessante e pormenorizado das *Noticias Geographicas do Rio Negro.*

A decadencia do Rio Negro, uma realidade na época, apesar das ordens do governo imperial não foi sustada. O capitão Hilario Gurjão, descendente de Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará nos dias coloniaes, militar distincto, patriota, não poude realizar os propositos de reerguer a comarca.

A camara de Barcellos, — á qual as ordens do presidente Burgos só foram endereçadas em 12 de Agosto [6], quasi um mez depois da communicação ao Imperador e com fundamentos differentes dos apresentados á consideração do monarcha — installan-

---

visoria do Rio Negro e tolher o grave damno que dahi resulta á causa publica: Resolveu interinamente abolir aquella Junta, fazendo conservar, segundo a lei, a autoridade judiciaria no Ouvidor e a municipal na Camara da Capital, que fez remover da Villa Barcellos para o ponto da competente qualificação. Manda o mesmo S. S.a, pela Secretaria do Estado dos Negocios do Imperio, declarar ao referido Presidente, em resposta ao seu officio, que ha por bem approvar todas as medidas que tomou sobre os objectos mencionados e que pelas respectivas Repartições serão expedidas as convenientes ordens sobre as demais providencias que solicita».

([5]) Vem publicado o officio nos *Annaes do Parlamento do Imperio,* de 1843, vol. I, pgs. 218-219.

([6]) Devendo em execução ao Decreto de 20 de Outubro de 1823 ficar extincta a Junta Provisoria do governo dessa Provincia, e não se designando no mesmo decreto qual a forma de Governo que administrasse urge que eu, emquanto Sua Magestade o Imperador não dá aquellas providencias que lhe parecerem proprias como tenho pedido, providencie, intimamente sobre esse objecto da melhor maneira e conforme as circumstancias: He porisso que ordeno a essa Camara que logo que essa receber se dirija ao Logar da Barra do

do-se no Logar da Barra, a 3 de Dezembro de 1825, [7] deliberou assumir a direcção de todos os serviços publicos. Era a camara governativa, substituindo a Junta Governativa. Reacenderam-se as luctas, agora entre a camara e o commandante militar, ambos na disputa da funcção administrativa [8].

A comarca viveu dias agitados. Tomou vulto a idéa de autonomia, ás noticias de que o marquez de Santa Cruz, deputado paraense, na tribuna do parlamento imperial clamava contra a situação do Rio Negro pedindo o restabelecimento da condicção de Provincia, separada do Grão-Pará. A população movimentou-se para solicitar aquella reparação, que considerava o meio acertado de fazer-lhe a felicidade. Foi elaborada uma « Representação dirigida a S. M. o Imperador por Joaquim Antonio de Macedo por si, e na

---

Rio Negro, e ahi se estabeleça, e exercitem as funcções economicas e municipaes que lhe pertencem deixando na villa de Barcellos um dos Juizes Ordinarios para alli administrar a Justiça. Ao ouvidor dessa comarca pertence a administração do Poder Judiciario com dantes; e ao commandante das armas o exercicio das funcções militares: Vae encarregado por mim deste Commando o capitão Hilario Pedro Gurjão a quem essa Camara poderá requisitar qualquer Força Militar sempre que as precise a bem do serviço do Imperador. Espero portanto que essa corporação de mãos dadas com o referido commandante e ouvidor da comarca dirijam os negocios politicos dessa *Provincia* com aquella energia e circumspeção propria do caracter de cidadãos honrados e amigos de sua Patria, e do seu Soberano, entendendo sempre cada uma das tres Repartições que não lhe cumpre outra jurisdicção que a marcada na Constituição que tem dividido os Poderes. — Bem desejava eu ver augmentarem-se as Rendas Publicas dessa *Provincia,* tão desfalcadas, o que se poderia conseguir, fazendo prosperar as Fabricas Publicas do Anil, e Piassaba totalmente abandonada, e pelos Dizimos das Lavouras dos Habitantes que se devem proteger, e já finalmente por todos aquelles, que se podem adquirir pela industria, espero que essa corporação interessando-se sobre estes objectos me dê huma exacta noção do seu estado para providenciar como me cumpre. — D. G. a V. S.ª. Pará, no Palacio do Governo, em 12 de Agosto de 1825. — José Felix Pereira de Burgos — P. — Sr. Presidente, e officiaes da camara da villa de Barcellos. — Este documento, como o que se segue, está guardado no Archivo do I. G. H. do Amazonas, por offerta da familia Miranda Leão.

(7) Esta camara da capital da comarca do Rio Negro acha-se installada no Governo Municipal economico da mesma desde o dia tres do corrente em consequencia da Ordem do Exmo. Snr. Presidente Geral da Provincia de doze de Agosto ultimo da copia inclusa A mesma camara o participa assim a vossas mercês para vossa intelligencia. Deus Guarde a V.as M.ces. — Barra do Rio Negro na Residencia do Governo, 6 de Dezembro de 1825.. O juiz ordinario Lou.co Joaq.m do Rego — O vereador Theodosio de Mendonça — O vereador José Serafim de Freitas — Do vereador Pedro + Ros Palmela — Do vereador Felippe + de Sosa Coelho — Sns. Juiz Presidente vereadores e mais officiaes da Camara da V.a de Serpa.

(8) J. B., *Amazonas,* Revista Amazonense, I, pg. 19. Araujo e Amazonas, *Diccionario,* pg. 271. Baena, *Ensaio Chorographico,* pg. 384. B. Miranda, *A Cidade de Manáos,* pgs. 38-39. Gaspar Guimarães, *Historia do Logar da Barra do Rio Negro,* Revista Academica, I, pg. 86.

qualidade de procurador de alguns cidadãos da provincia do Rio Negro» [9], documento em que ia a narrativa dos soffrimentos daquelles brasileiros.

Mas as reclamações de D. Romualdo Antonio de Seixas e as queixas do povo da comarca não foram attendidas. Allegava-se que o Rio Negro não estava em condicções de ser elevado a Provincia!

Continuaram as desavenças, apoiada a Camara Governativa na opinião publica. Em 1828 essas desintelligencias tinham tornado tão melindrosa a situação que o Barão de Bagé, assumindo em Maio a presidencia do Pará, inteirado dos acontecimentos, achou de boa politica fazer recolher a Barcellos a camara e a Belem o capitão Gurjão, nomeando para o commando militar, em meiados de 1828, o coronel Joaquim Felippe dos Reis.

Tratava-se de uma figura de relevo no scenario politico da Amazonia. Desde as vesperas da independencia da nação se vinha destacando. Occupara, nessa época, a presidencia da Junta Governativa que succedera, no Pará, ao capitão-general Conde de Villa Flor. Energico, violento mesmo, cheio de prestigio apesar de muito combatido por suas attitudes, formava com os que hostilizavam as ideas autonomistas da comarca, donde, é possivel, a escolha para o cargo. Deu provas de antipathia pela causa logo ao chegar.

Os habitantes do Logar da Barra, encabeçados pelo novo ouvidor, o dr. Manoel Bernardino de Souza e Figueiredo, que substituia o dr. Ramos Ferreira desde o começo do anno [10], sabendo da proxima chegada do novo commandante, seguiram a encontral-o em caminho, preparando-lhe festiva recepção. Era um meio habil de chamal-o ao partido separatista. Comtudo, não deu resultado, porque o coronel recusou, grosseiramente, as projectadas manifestações de apreço, e continuou a viagem, escusando-se mesmo de fazer-se acompanhar dos manifestantes. A descortezia creou-lhe logo um ambiente de antipathia. O coronel Felippe dos Reis não era o homem para o momento.

Apesar disso, os primeiros tempos de seu governo correram calmos. Um ou outro incidente, careceu de importancia. As proprias relações com o ouvidor se mantiveram perfeitas. A comarca, assistindo á lucta que ensanguentava o districto paraense por motivos puramente partidarios, exquivava-se de nella intervir, aguardando a hora de tornar-se livre.

---

(9) Pará, Imprensa Liberal de Daniel Garção de Mello e C. 1828.

(10) No Archivo Publico de Manáos e no Archivo do Instituto G. H. do Amazonas, ha documentos que provam a presença do dr. Ramos Ferreira em Manáos em fins de 1827 e a do dr. Manoel Bernardino em começos de Fevereiro de 1828.

Em fins de 1831, passaram pelo Logar da Barra varios politicos e militares paraenses [11], deportados para o presidio do Crato, no Madeira, e para Marabitanas, no rio Negro. Passaram sem provocar attenção. Já, porem, a propaganda subservia contaminara os amazonenses que se dispuzeram a aproveitar a opportunidade creada com o desassocego reinante em Belem.

A guarnição do Logar da Barra, de praças de 1.ª e 2.ª linha, adheriu á conspiração, fazendo estalar um movimento na noite de 12 de Abril. A tropa insubordinou-se chefiada pelo soldado Joaquim Pedro da Silva. Soltou os presos, apoderou-se do trem de guerra, postando a artilharia em varios cantos de rua. O coronel Felippe dos Reis, informado, compareceu ao local da anormalidade, tentando restabelecer a ordem. Em vão. E a certa altura, prostaram-no por terra, tirando-lhe a vida a baionetadas. Durante toda a noite o Logar da Barra viveu em sobresaltos, aos tiros de artilharia da soldadesca. Varias autoridades que pretenderam acalmal-a desistiram do intento, receiosas de ter a sorte do commandante militar. Pela manhã, após entendimentos com o juiz de paz e o tenente Boaventura Ferreira Bentes, [12] que tomou a direcção dos rebeldes, queixosos da falta de pagamento, assumiu o commando da comarca o coronel Francisco Ricardo Zany, militar brioso cujos propositos de paz foram respeitados. Entre outras medidas, para acautelar a ordem publica, o novo governador militar arrecadou o armamento, dispensou os milicianos. Balanceou os cofres da provedoria, encontrando em deposito a somma de 1:040$000. Normalizava-se a situação, quando o coronel Zany soffreu um attentado [13], escapando milagrosamente, graças á intervenção do tenente Bentes e de varias outras pessoas.

A tropa, voltando a insubordinar-se, commetteu excessos. Commerciantes e familias brancas abastadas, receiosos de maiores desatinos, porque a sedição tinha tambem caracter nativista e os brancos em geral eram suspeitos de sangue estrangeiro, portuguez, abandonaram o Logar da Barra, fugindo para Belem. O coronel Zany, desgostoso, abalado, retirou-se para um sitio de sua propriedade.

Estava fóra o ouvidor Manoel Bernardino de Souza e Figueiredo que, ao regressar, envidou todos os esforços para acalmar os espiritos. Era tarde. Elementos exaltados tinham dominado a tropa, induzindo-a a separar a Comarca. São apontados como autores

---

([11]) Conego Baptista Campos e mais nove deputados.—Rayol, *Motins Politicos,* 2, pg. 97-102.

([12]) Esse tenente estava preso quando estalou o movimento—Rayol, *Motins,* 2, pg. 128.

([13]) Um soldado tentou alvejar o coronel Zany a tiros de canhão.

do projecto os frades Ignacio Guilherme da Costa, Joaquim de Santa Luzia e José dos Santos Innocentes, carmelitas paraenses esses ultimos e mercenario maranhense o primeiro [14]. A esses, juntaram-se João da Silva e Cunha, Gregorio da Silva Craveiro elementos de realce no momento da adhesão á independencia, e o tenente Boaventura.

De todos, a alma foi frei José dos Santos Innocentes. Homem de acção, embora paraense ralava-se de revolta com as injustiças ao Amazonas, que adoptara por berço. As versões a respeito de sua conducta tiram-lhe as qualidades de sacerdote virtuoso, mantendo as de patriota extremado. Alfredo Wallace [15], que visitou a comarca, recolheu varios episodios interessantes em que elle andou envolvido. Don Juan, no dizer do naturalista inglez, era um innocente comparado a frei José. Missionario, antes de 1832 frei José exerceu a vigararia do Logar da Barra, popularizando-se rapidamente. Facil lhe deve ter corrido, pois, a propaganda incendiaria.

A idéa de separação, assim reanimada, conquistou quasi todos os amazonenses. A 22 de Junho, realizou-se grande reunião de povo e força armada. Formou-se um conselho. João da Silva e Cunha e Gregorio da Silva Craveiro tiveram seus nomes acclamados para presidente e secretario, respectivamente.

A assembléa, pela voz dos seus oradores, lembrou os sacrificios que o Amazonas vinha supportando. Recordou a tyrannia com que o tratavam, tyrannia expressa nos máos governantes enviados do Pará, cujas autoridades menoscabavam a comarca e seus filhos. As riquezas da gleba abandonadas, o povo soffrendo humilhações, tudo veio á consideração dos patriotas. Insupportavel a situação. A assembléa, altivamente, deliberou então que o rio Negro ficasse desligado do Pará, estreitando, porem, os laços economicos que os prendiam; fosse eleito um governo temporario, com secretario para os negocios civis e politicos, nomeado um commandante militar e estabelecidas uma ou duas alfandegas em pontos julgados convenientes á integridade da fazenda publica. Da resolução, seria informada a Assembléa Geral do Imperio e a Regencia, para effeito de decisão final.

O conselho ainda approvou a proposta de ser enviado um delegado especial ás côrtes levando a incumbencia de pleitear a approvação do gesto da comarca. E em acclamação, deu o governo da nova Provincia ao ouvidor Manoel Bernardino. Frei José

---

(14) Conego Bernardino de Souza, *Lembranças e Curiosidades do Valle do Amazonas*, pg. 144.

(15) João Ribeiro, escrevendo sobre Wallace, colheu as noticias curiosas que o inglez deu de frei José—*Colmeia*, S. Paulo, 1923, pgs. 176-178.

dos Santos Innocentes teve o cargo de procurador; o tenente Boaventura Ferreira Bentes, o de commandante militar, vencendo o soldo de sua patente e gratificação costumeira; Henrique João Cordeiro, capitão da guarda nacional, o de secretario dos negocios civis e politicos. Outros que tiveram parte saliente na explosão receberam postos militares.

O dr. Bernardino de Souza e Figueiredo, que já estava nomeado ouvidor de Belem, tal os dotes de cultura e civismo de que era ornado, caracter bem formado, coração grande, de tal maneira liberal que o tomavam por demagogico [16], mas um avisado que comprehendia a gravidade do passo dado, só acceitou a posição sob protesto e depois de esgotados todos os recursos para demover os patriotas, do commettimento.

Seguiu-se intensa vibração. O dr. Bernardino foi conduzido em palio pelas ruas do Logar da Barra. E no dia seguinte á acclamação, o conselho voltou a reunir-se. Previa a vinda de uma expedição militar mandada do Pará afim de suffocar os propositos autonomistas. Os protestos apontaram de todos os lados contra a violencia que se avisinhava. Deus por testemunha, ficou assentada a resistencia, cabendo inteira ao governo paraense a responsabilidade da sangreira que corresse.

Frei Joaquim de Santa Luzia, declarando-se entendido em balistica, assumiu o commando geral das forças. Foram mobilizados mais de mil homens. De Tabatinga veio a artilharia, que frei Joaquim montou, nos acampamentos improvisados nas Lages e no logar fronteiro, conhecido por Bomfim. Subiam a trinta as peças. O enthusiasmo alcançava todo o povo do Logar da Barra, dispondo-o ás maiores bravuras. Não acontecia o mesmo com a gente de Borba, que se negou a adherir, rendendo vassalagem ao Pará por intermedio da respectiva camara municipal.

Presidia o Pará o dr. Joaquim Machado de Oliveira, que se apressou em organizar uma expedição afim de suffocar os propositos autonomistas do Amazonas, nomeando para commandal-a o tenente-coronel Domingos Simões da Cunha Bahiana, militar de larga experiencia. Organizada em Belem, de lá sahiu em Maio, no *Patagonia*, passando em Cametá para a barca *Independencia*.

As instrucções positivavam que só em extremo o emprego dos meios de guerra. Se as legitimas autoridades estivessem repostas, procedessem immediatamente contra os insurrectos, processando os civis; assumisse o commando militar o official mais graduado [17].

([16]) Araujo e Amazonas *Diccionario,* pg. 273.

([17]) As instrucções teem a data de 5 de Maio. Rayol publicou-a em nos *Motins Politicos,* 2, pgs. 145-14.

O conselho presidencial paraense manifestava-se em maioria contrario a qualquer demonstração de força contra os amazonenses, concordando mesmo que se aguardasse a deliberação da Assembléa Geral do Imperio, á qual o caso fora affecto, e seguisse a entender-se com os patriotas, para o fim de pacificação do territorio, um delegado do governo. Tamanhas sympathias não tinham vigorado, visto as ponderações do presidente Machado de Oliveira, de opinião que não ficassem impunes o assassinio do coronel Felippe dos Reis e a altivez dos revolucionarios, exemplo perigosissimo naquelle agitado periodo que atravessava o paiz [18].

A expedição em Santarem apparelhou-se melhor. Nas proximidades das posições do inimigo, o contingente que seguia no barco *Santa Cruz*, ás ordens do tenente Francisco Fernandes de Macedo, adheriu ao movimento. Carecia de importancia a adhesão, visto a desordem reinante entre os patriotas, descontentes, queixosos, indispostos uns com os outros, arrogando-se direitos a postos, pretendendo dirigir as operações, esquecidos de que só unidos e obedecendo a uma cabeça poderiam offerecer resistencia [19].

O tenente-coronel Bahiana, continuando a avançar, bombardeou os postos fortificados. De lá, frei Joaquim de Santa Luzia respondeu ao fogo. O combate desenvolveu-se intenso de ambos os lados, terminando com a derrota dos insurgentes que bateram em retirada. A barca *Independencia*, seriamente attingida, esteve a pique de sossobrar [20]. O Logar da Barra, sem oppor a mais leve resistencia, cahiu em mãos da expedição a 10 de Agosto. As autoridades revolucionarias tinham fugido. A 14, o tenente-coronel Cunha Bahiana lançou um manifesto, declarando os intuitos de concordia que lhe presidiam á acção e nomeando commandante militar o capitão Hilario Pedro Gurjão [21].

---

(18) Actas dos Conselho Provincial, resumidas em Rayol, *Motins Politicos*, 2, pgs. 149-156.

(19) Bertino Miranda, Obr. Cit.

(20) Agnello Bittencourt, na these de concurso á cadeira de Geographia do Gymnasio Amazonense, dá noticia de um officio do commandante da barca ao governo do Pará pedindo autorização para gastar, no concerto da embarcação, a somma *vultosa* de 5$000!

(21) «Honrados habitantes do Rio Negro, amigos e patricios brasileiros: cheguei finalmente ao ponto da commissão, que me foi encarregada pelo Exmo. Snr. José Joaquim Machado de Oliveira, legitimo presidente desta vasta e rica provincia do Grão Pará, apezar dos muitos e fortes obstaculos, que se offereceram em tão penosa viagem: sabeis que homens mal intencionados dentre vós, aberrando de seus deveres, postergando a lei que nos regem, e arrogando a si direitos só reservados aos Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação, dividiram arbitrariamente esta comarca da sua metropole, passando ao excesso de nomearem de facto presidente, commandante d'armas e mais autoridades, que eu desde já declaro illegaes e sem jurisdicção alguma. Vi-me im-

A seguir, pacificou o povoado de Luséa, onde os indios Maués, dirigidos pelo tuchaua Manoel Marques, insuflados pelos acontecimentos do Logar da Barra e convencidos de que planejavam escravizal-os, se tinham rebellado, trucidando o destacamento local, de trinta praças, e os moradores brancos que lhe cahiram ás mãos [22].

Restava aos patriotas uma esperança — Frei José dos Santos Innocentes, que ainda em Junho seguira para a corte pela via do Madeira, levando a exposição minuciosa do movimento reinvidicador.

Ainda se conhece pouco da acção do frade. Sabe-se que, fazendo-se acompanhar de oito soldados embalados, elle proprio armado e municiado, chegou á cidade de Matto Grosso em Novembro de 1832, vencendo todos os embaraços do caminho, dalli regressando para Caceres, de onde se transportou a Cuyabá, apresentando-se ao presidente daquella Provincia com passaportes firmados pelo dr. Bernardino de Souza e Figueiredo e tenente Bentes.

Matto Grosso, por essa época, convulcionava-se em questões nativistas. Frei José estava em terra propria ao seu temperamento. Emquanto se refazia da caminhada, desenvolveu intensa propaganda contra os portuguezes naturalizados apelidando-os de Bicudos, de que resultou ficar sob vigilancia das autoridades militares como elemento perigoso á ordem publica [23]. Afinal, em Abril de 1833, prohibida pelo presidente da Provincia, em nome do governo imperial, a continuação da viagem ao Rio, regressou ao Amazonas, confiando os papeis de que era portador ao famoso revolucionario mattogrossense Antonio Luiz Patricio da Silva Manço a quem substaleceu a procuração de que viera investido pelos amazonenses.

---

pellido, por ser primeiro atacado do ponto das Lages e do forte denominado Bom-Fim, fronteiro áquelle ponto, a defender á força de vivo fogo de canhão os sagrados direitos da grande nação a que pertencemos. Vós mesmo sois testemunhas da minha entrada pacifica neste lugar, por não encontrar nelle a menor resistencia; so resta agora, que appareçam essas autoridades e mais povo que por falsas noticias atterradouras se evadiram, talvez persuadidos de não existir no meu peito o amor da patria e dos meus patricios. E para demonstrar-vos os meus patrioticos sentimentos tenho nomeado commandante militar interino desta comarca o capitão Hilario Pedro Gurjão, official probo e cheio de prudencia, de quem já tendes pleno conhecimento, por ter já aqui commandado. Sou brasileiro emfim e como tal podeis esperar quanto fôr conforme a razão e a justiça».

(22) Araujo Amazonas, *Diccionario,* pg. 275. Conego Bernardino, Obr. Cit. pg. 269, Rayol *Motins,* 2, pg. 158.

(23) Virgilio Corrêa Filho, *O governo de Matto Grosso, de Magessi a Pimenta Bueno,* Revista do I. H. de Matto Grosso, 8, pgs. 62-63.

Patricio Silva Manço, cumprindo a palavra empenhada, fez chegar os documentos ao estudo da Regencia, que em aviso de 15 de Junho de 1833, do Ministro do Imperio, reprehendeu severamente frei José. Extranhando-lhe o procedimento de religioso, o Ministro do Imperio, Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, declarou criminoso o gesto do povo da comarca, cuja elevação á Provincia era assumpto affecto á Assembléa Geral, que saberia decidir com justiça [24].

A comarca continuou sujeita ao Pará. Em principios de 1833 o capitão Gurjão foi substituido no commando militar por Gaspar Valente Cordeiro. A agitação persistia intensa por toda a Provincia. E a comarca, que vivera alheiada ao partidarismo vermelho de Belem, tocada de paixão pela idéa autonomista, entrou na sangreira. Em meiados do anno, um grupo de nativistas, levantando os Muras, assaltou Borba, caçando os portuguezes lá domiciliados. Correu sangue. Os moradores do logar, fugindo ao ataque no primeiro instante, refeitos de forças regressaram, castigando severamente, a bala, os chefetes do bando.

Gaspar Valente Cordeiro, sciente da delicadeza da situação, a exigir prudencia, medidas que confortassem a população, não esteve á altura do momento. Portou-se de molde a merecer acres censuras. Commetteu desatinos. O povo irritou-se. Gaspar Valente comprehendendo o perigo que corria, a 18 de Dezembro fugiu para Belem, onde foi preso e submettido a conselho de guerra. O presidente da Provincia, dr. Machado de Oliveira, na *Falla* ao Conselho Provincial, em Belem, condemnou-lhe os excessos — « Reconheceram aquelles povos que nenhuma autorização teve deste governo o commandante da expedição que para alli marchou para praticar as violencias e arbitrariedades que commetteu. Essa conducta foi altamente reprovada por mim ».

Tamanhos males careciam remedios promptos e de rapida efficacia. O governo paraense, ás voltas com a indisciplina que ameaçava a Provincia, não os poude applicar. Os resultados não custariam.

* * *

Em Novembro de 1832, a Regencia tinha promulgado o Codigo do Processo Criminal, monumento juridico, em que unificara a legislação esparsa e disforme. O juiz de paz, de caracter eletivo, passava a concentrar um grande poder em materia criminal. O juiz de direito, de nomeação do governo, fazia tambem as vezes de mais alta autoridade policial.

([24]) O aviso vem em Rayol, *Motins Politicos*, 2, pgs. 132 - 133.

Pelo artigo 3 do Codigo, nas Provincias, os presidentes, em conselho, deviam proceder «quanto antes a nova devisão de termos e comarca». Essa devisão seria proporcionada, quanto fosse possivel, «á concentração, dispersão e necessidade dos habitantes», executada logo e della scientificada a Assembléa Geral *para ultima approvação.*

O governo paraense, dando-se pressa em executar o Codigo, pelo acto de 25 de Junho de 1833 dividiu o territorio da Provincia em tres comarcas — a do Grão-Pará, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas.

Desapparecia a comarca do Rio Negro, creada por D. José I de Portugal, dando logar a do Alto Amazonas, com quatro villas, sédes de termos — Logar da Barra, Ega, Maués e Mariuá, alterado o nome das tres primeiras para Manáos, Teffé e Luzéa. As outras villas passaram a simples povoados, que tiveram os nomes nacionalizados — Silves, Saracá; S. Elias do Jahú, Ayrão; Borba, Araratema; Villa Nova da Rainha, Tupinambarana. Manáos comprehendia o Baixo Amazonas, o rio Negro até Ayrão e o Solimões até Castro d'Avellãs. Ega, o Japurá e o curso do Solimões e respectivos affluentes fóra da jurisdicção de Manáos; Luzéa, a Mundurucania e o Madeira; Barcellos, o valle do rio Negro. Manáos, definitivamente marcada para capital da comarca, ficou sendo a séde de um juizado de direito, um de orphãos e de uma promotoria publica, além de camara municipal, a que o titulo de villa lhe dava direito. A sua preponderancia tomava vulto, officialmente.

Mas a reforma judiciaria e administrativa sem attender á condição especial da comarca, equivalia a golpe mortal nas aspirações dos amazonenses, golpe que o governo paraense aproveitou para attentar contra a integridade territorial da comarca, alterando-lhe os limites, beneficiando-se com uma grande area. A linha, fixada por Mendonça Furtado em 1758, separava a Capitania de São José do Rio Negro, do Grão-Pará, pelo outeiro de Maracá-Assú. Na reforma, a linha era recuada para a serra de Parintins. Evidente a invasão e nullo o acto, porque não teve approvação da Assembléa Geral do Imperio, á qual não foi presente, conforme o artigo 3 do Codigo, que determinava, para validade de direito, a palavra final do Parlamento.

* * *

A nova comarca só foi installada em fins de 1833. Não se conhece a data precisa do inicio dos trabalhos das camaras municipaes que a constituiram. Continuou governada pelos commandantes militares. Quando installada, ainda occupava o cargo Valente Cordeiro.

A população, numa atmosphera pesada, vivia dominada da idéa autonomista, indifferente aos disturbios que occorriam do Tapajóz ao Atlantico. Veio tiral-a dessas cogitações, em Fevereiro de 1834, a execução da lei de 3 de Outubro de 1833, que mandava recolher á thesouraria de fazenda, em Belem, todas as moedas de cobre fracionadas, para evitar o logro de que era victima a Provincia do Pará, onde a emissão clandestina, em fabricas montadas por varios pontos do territorio, tocara as raias do inacreditavel [25].

Manáos levantou-se. O povo reuniu-se em comicio de protesto contra a medida, que vinha contribuir para augmentar a penuria que atravessava a comarca. A camara municipal, especialmente convocada, ouvio as ponderações do juiz de direito Henrique João Cordeiro, cuja palavra veio em favor das classes humildes. Recolhidas as moedas, sem outras em circulação, que seria do Alto Amazonas? A camara deliberou enviar a Belem, afim de expor a situação ao presidente da Provincia, o juiz de paz, Antonio Dias Guerreiro, proprietario e commerciante. Esse delegado, por mal entendidos posteriores, desfez-se da incumbencia. Os negociantes, defendendo-se de qualquer prejuizos, negaram-se a acceitar moedas de qualquer especie. A camara, diante das reclamações, providenciou com rigor: suspendeu a execução da lei e multou em cem réis os que se negassem a obedecer-lhe a decisão.

O gesto era de muita independencia. Vieram, em Janeiro de 1835, ordens de Belem para punir quantos se tivessem envolvido no desrespeito á lei. Mas ninguem soffreu porque acontecimentos posteriores, de maior gravidade, prenderam a attenção das autoridades.

Pouco depois, a noticia da proxima vinda de um novo commandante militar poz em agitação todos os espiritos [26]. A camara de Manáos, que leaderava a opinião da comarca, tinha solicitado do presidente Souza Lobo a graça de não enviar mais soldados para a guarnição e para o governo. Aquelle, numa resposta secca, dissera — «Iria a barca *Independencia* e o commandante militar novamente nomeado com alguns soldados para reforço do destacamento, não para hostilizar, como vmcês receiam, a esses povos, mas sim unicamente para auxiliar a Justiça e defender as vidas e propriedades dos cidadãos.»

Em reuniões ordinarias, a 7, 8 e 10 de Abril, os vereadores lançaram o seu protesto. Francisco de Paula Cavalcante, infla-

---

(25) Bertino Miranda, *A Cidade de Manáos*, pgs. 56 - 58. No Archivo Municipal de Manáos ha abundante documentação.

(26) Bertino Miranda, Obr. Cit., pgs. 48-50. Como para o caso anterior, estão no Archivo Municipal de Manáos os documentos originaes desse periodo, inclusive a cabanagem.

mando-se, combateu a tutela do Pará. Pregou a resistencia armada contra a tyrannia. Lembrou uma representação á Assembléa Geral pleiteando a autonomia politica. Louvou o conselheiro paraense Francisco Jacintho Lopes [27], que se batia tambem contra a politica dos commandantes militares, pedindo os agradecimentos da casa ao patriota que em Belem defendia o Alto Amazonas. A camara, no auge do enthusiasmo, approvou a indicação de reclamar, do legislativo, medidas tendentes a minorar a sorte madrasta da comarca. Era uma demonstração viva de energia e independencia.

O governo paraense, desattendendo os pedidos da comarca, mandou o commandante militar, major Manoel Machado da Silva Santiago, que em Setembro chegou a Manáos.

Em Julho e Agosto, a comarca vibrou novamente com a expedição do decreto de 7 de Outubro de 1833, que creava «os guardas policiaes nos districtos dos municipios, sustentandos á custa dos moradores» [28]. Pobre, a obrigação parecia-lhe uma violencia á fazenda de cada um.

Partiu de Silves o primeiro protesto — «o povo não os queria manter nem os reditos comportavam essa despeza» [29]. «Bastava a guarda nacional para dar execução ás leis» e «os officiaes de justiça existentes para executar as ordens judiciaes». Manáos acompanhou o termo. Os homens publicos da época comprehenderam, porem, que a attitude podia ser recebida como um pronunciamento de hostilidade da comarca á legislação que lhe enviavam para execução. Acomodaram o animo dos exaltados. O presidente paraense Lobo de Souza, falando a respeito, propoz que os guardas envergassem «trajo especial, simples e sem ornatos muitos flamantes» ou então usassem apenas «uma legenda no chapéo» com o que se destacariam do grosso da gente. O episodio, sem maior importancia, passou a facto consumado.

Manáos, encabeçando a comarca, tomava a iniciativa do que dissesse com o bem estar geral. Cabia-lhe, por ordem de Belem, fixar a contribuição do Alto Amazonas ás fileiras do exercito [30]. As outras villas, reconhecendo essa preponderancia, deram-lhe «sem ser pedida, uma approvação previa a todos os actos». Os seus vereadores, em camara, occupavam-se de problemas agricolas, industriaes e commerciaes, discutindo o meio de fazer progredir a

(27) Era membro do Conselho Provincial do Pará. Deu um parecer ao Conselho, no sentido de não mais ser enviado commandante militar para a comarca — B. M., Obr. Cit., appendice, pgs. 6 - 7.

(28) Bertino Miranda, Obr. Cit., pg. 55.

(29) Officio do juiz de paz de Silves, publicado nos *Annexos* ao livro de Bertino Miranda, pg. 10.

(30) B. Miranda, Obr. Cit., pg. 52.

região. A estrada de rodagem para o valle do rio Branco entrava nas cogitações. De todos os cantos, quando havia necessidade de uma attitude, procuravam Manáos, cuja camara se correspondia directamente com os presidentes e mais autoridades graduadas do Pará [31], o que lhe dobrava a importancia.

* * *

Foi nesse instante de absoluta supremacia da ainda minuscula villa de Manáos que a Provincia se ensanguentou em luctas politicas, que se disfarçavam sob o aspecto jacobino. Duas facções se degladiaram furiosamente. Uma, a chamada legal, por ser a que apoiava os presidentes nomeados do Rio, esforçando-se por conservar as posições: outra, a da opposição, movida pelo desejo de apoderar-se do poder. Aquella tinha o apoio dos portuguezes naturalisados. Esta combatia-os extremadamente, ao ponto de perseguir todos os brancos, á suspeita de que lhes corresse sangue lusitano. Aspecto rudissimo da falta de organização do Imperio, cujo governo regencial não dispunha de recursos serios para impor ordem, respeito ás autoridades constituidas.

Commetteram-se, então, os attentados mais horrorosos. Por todos os cantos do Pará sentia-se a angustia que ia no espirito do povo. Os rebeldes tomaram um nome de guerra—Cabanos. Seus chefes mais graduados eram Baptista Campos, Francisco Pedro Vinagre, Felix Antonio Clemente Malcher, Eduardo Nogueira Angelin [32]. Em Janeiro de 1835 tomaram Belem, assassinando o presidente Lobo e Souza e o commandante das armas, tenente-coronel Joaquim José da Silva Santiago.

A comarca, até então alheiada áquellas competições, convem insistir, sentindo o perigo que se avisinhava com a approximação da onda vermelha, empurrada de Belem para o interior da Provincia, tratou de acautelar-se, manifestando-se, ao mesmo tempo, sem sympathias pelos cabanos. Fora avisada das tropelias, em Fevereiro, por officio de Lobo e Souza, datado de 11 de Dezembro do anno anterior [33].

---

(31) B. Miranda, Obr. Cit. pgs. 51-52 e 53-54. A consulta ao Archivo Municipal de Manáos é indispensavel para esse e outros episodios.

(32) A rebeldia que ensanguentou a Amazonia sob o nome de Cabanagem ainda não foi devidamente estudada em suas causas politicas e sociaes. Geralmente se lhe dá fundo nativista, mas parece que esse foi apenas o pretexto para arrastar as massas. Episodio da historia regencial do Imperio, deve ser olhado como resultante do desassocego que caracterizou aquella phase de nossa evolução e tem origens profandas na ambição politica que cegou os homens de então. Tanto assim que os chefes da cabanagem nem sempre estiveram unidos. Houve instantes em que se separaram violentamente.

(33) Acta da Camara de Manáos, de 25 de Fevereiro de 1835, em original no Archivo Municipal de Manáos.

Exercia as funcções de juiz de direito interino Henrique João Cordeiro, que em demonstração de zelo tomou a iniciativa das primeiras providencias defensivas. Figura sympathica, por muito tempo foi o elemento de valor com que contou a legalidade na comarca. Sabendo, em fins de Março, do assassinio do presidente e do commandante das armas, atravez informações fidedignas [34], conseguiu que a camara de Manáos se reunisse para deliberar a respeito da gravidade da situação. Todos concordaram em permanecer na villa, na defesa dos brios e do governo legal, portanto em franca opposição aos rebeldes. O commandante militar, irmão do commandante das armas, no auge da indignação com a morte tragica deste, jurou combater até o sacrificio.

A camara, mantendo a leaderança que a orgulhava, enviou copia da acta da sessão ás demais villas, pedindo-lhes adhesão. Mariuá, Teffé e Luzéa tomaram-se de enthusiasmo pela causa. Os termos tambem. A comarca inteira se manifestava pela legalidade, lamentando as tragicas occorrencias de Belem. Em Luzéa, a respectiva camara resolveu fazer guerra de morte aos cabanos, embora um dos vereadores, Pedro Pacheco, fizesse considerações favoraveis a elles, que eram brasileiros como os legalistas.

Em Maio, registrou-se o primeiro contratempo na fuga do commandante militar, que receiava o mesmo fim do irmão. Pouco sympathisado, porque condemnava a escravisação dos indios, habito arraigado entre a população branca, não estava capacitado para o cargo, naquelles momentos incertos, a requererem um pulso forte capaz de impor ordem, disciplina aos destacamentos.

Henrique João Cordeiro, alma de toda a actividade legalista, não desanimou com o succedido. Seguiu para Luzéa, ponto de alta importancia, porque os cabanos podiam aproveital-o para invadir a comarca.

Já toda a Mundurucania se preparava na defensiva, attendendo ás suggestões de união vindas de Faro, Obidos e Santarem, onde o padre Sanches de Britto organizava a resistencia. Outro padre, o vigario de Tupinabarana, Torquato Antonio de Souza, fazia as vezes de delegado dos legalistas do Baixo Amazonas. Em Parintins, junto á serra, foi collocada uma força de Luzéa. Pelo rio Negro acima tambem era sem conta o enthusiasmo.

Residia em Thomar um exilado politico, sobre cujas origens ainda não houve luz bastante. Allemão, para uns, degredado fugido de Lima, no dizer de outros, parece que dispõem de mais razões os que o consideram revolucionario pernambucano mandado a cumprir pena no Alto Amazonas, como era então commum. Typo impressionante, muito claro, alorado nos cabellos [35], tinha altas

(34) B. Miranda, Obr. Cit. pg. 59.
(35) B. Miranda, Obr. Cit., pg. 79

qualidades de mando. Diz um seu biographo que fallava com desembaraço e tal eloquencia, que sem esforço conquistava os ouvintes. Chamava-se Ambrozio Ayres. Nas pugnas, cabanos e legalistas davam-lhe outro nome — Bararoá, em razão do termo onde vivia.

Ambrozio Ayres, logo que lhe chegaram noticias do movimento, assumiu attitude franca. Abastado, prestigioso na região, reunira os amigos, apresentando-se com setenta e sete guardas nacionaes, á villa de Mariuá, cuja camara, reunida extraordinariamente, lhe ouvira os decidios *considerada*. — «Os povos do termo não armão as atrocidades dos apoucenas do Pará, nem a governo algum entruso. O que convem é preparar todos os elementos e fazer-lhe caça a toda a custa». Resultara do discurso a camara, em proclamação, chamar ás armas os patriotas: «Habitantes do Termo de Mariuá, estejais alerta ao primeiro brado, porque se estes monstros, em despeito da nossa moderação, pretenderam romper a barreira que por felicidade nossa nos separa, forçoso é recorrer ás armas para a defesa dos nossos Patricios e lares».

Sentia-se, por toda a parte, animosidade contra os rebeldes. Baixo e Alto Amazonas combinaram luctar até o ultimo instante. Agentes dos dois districtos da Provincia percorriam as villas, termos, povoados e sitios, propagandeando, ordenando os elementos de reacção. A camara de Manáos, recebendo um pedido de armas para o Baixo Amazonas, syntetizara na resposta o ardor civico de que estava possuida a comarca — «Esta é a crise em que se não deve olhar sacrificios, na certeza de que, dando a vida pela Patria, é doce a morte».

* * *

O primeiro contacto dos amazonenses com os cabanos deu-se fóra da comarca, em Icuipiranga, perto do Tapajós, nos ultimos mezes de 1835. Foi brilhante. Os amazonenses revelaram valor. Bateram-se com heroismo.

Bararoá, que os dirigia, proclamado commandante em chefe da resistencia ao chegar alli em dois barcos, com a gente reunida no rio Negro, provou os meritos militares que o ornavam. Atacou os cabanos sem lhes dar quartel, sem dó nem piedade, acabando por vencel-os. Rebelde que lhe cahisse ás mãos tinha a vida perdida. Antes do fim do anno, estava de volta a Mariuá, de onde passou a Thomar, recebido em triumpho. Pelo caminho, veio deixando instrucções, completando as de Henrique Cordeiro.

Este, tendo regressado de Luzéa, que sustentava fidelidade á causa legal, tinha encontrado difficuldades. Mariuá recusava-se a reconhecer-lhe o direito de dirigir a reacção e a propria camara de Manáos extranhava-lhe essa attitude patriotica, que os inimigos

invejavam mas não sabiam imitar. Indignando-se com a perfidia, Cordeiro renunciou todas as posições. Que outro de mais valor e mais civismo as occupasse e dirigisse as operações. Mas, quem esse vulto de tão preciosos attributos?

Em Outubro, serenada a borasca, os vereadores e Cordeiro tomaram novas deliberações, agora mais serias, porque os espias dos cabanos, já rondavam a villa fazendo preselitos e quasi todo o pessoal disponivel para a defesa estava fóra. Continuava o periodo da defensiva. A comarca não conhecia ainda os horrores da guerra civil.

Pediram soccorros a Mariuá. Vieram vinte e cinco homens, sob a chefia de um tenente. O destacamento de Parintins teve a incumbencia de avisar da approximação dos rebeldes. Henrique Cordeiro, sentindo o perigo que se avisinhava com as investidas dos cabanos, ás portas do Tapajóz, não descurava de suas obrigações. Em Janeiro desceu até Serpa. Encontrou-a de tal sorte anarchisada que até corriam versões de ter cahido ás mãos de um bando de cabanos. Antonio Macedo Portuguez, juiz de paz, a quem competia manter a ordem, um dos membros da Junta Governativa ás vesperas da independencia, tinha abandonado o termo, deixando-o exposto á aggressão dos sediciosos. Cordeiro poz o logar em condicção de resistir, regressando a Manáos. Ahi, descobrindo a actividade dos agentes dos cabanos, a semear intrigas entre os moradores e os caboclos «encarregados das plantações e hortas que se prolongavam até o Amatary», conseguiu capturar e levar ao calabouço varios, dos quaes o de mais destaque era o preto Bernardo de Senna, por isso mesmo remettido a ferros para Belem.

Em Icuipiranga, os cabanos, já quasi senhores do Baixo Amazonas, libertaram o preto. Não se sabe, com segurança, se a tropa que o conduzia adheriu. O certo é que lhe coube a direcção de uma forte malta de oitocentos homens com os quaes marchou para assaltar Manáos.

Luzéa, cujas demonstrações pela legalidade echoavam pela comarca causando sensação, esquecendo os juramentos, foi o primeiro ponto a cahir. Serpa, onde os animos andavam quentes, seguiu-se-lhe. Já Tupinabarana e Silves, bem guardados, servindo de asylo ás familias que fugiam á sanha dos invasores, não cederam. Borba tambem.

A' tarde de 6 de Março de 1836, a horda de Senna acercou-se de Manáos. Consta da tradicção, recolhida em chronistas, que Henrique Cordeiro trahiu os seus antecedentes, deixando de offerecer resistencia [36]. Apenas convocou um conselho que ficou adia-

(36) Já se articula, porem, a defesa de Henrique Cordeiro, lembrando que a debandada foi grande entre os defensores de Manáos, não havendo, por

do para o dia seguinte, guardando as chaves dos depositos de armas e munições. Os cabanos, aproveitando o desconcerto dos legalistas, durante a noite deram desembarque. Uma força invadiu a villa, de que se apossou com facilidade e sem carecer disparar um só tiro, occupando o quartel e o fortim, emquanto outra se conservara a bordo das embarcações, dispostas em semi-circulo em frente a Manáos para guardar a retirada e prevenir qualquer surpreza de fóra.

Pela manhã do dia seguinte, a camara, reunida em sessão extraordinaria, tomou conhecimento da occupação. Bernardo de Senna, chefe da expedição, fez uma longa exposição dos motivos da rebellião, pedindo o apoio da comarca e accusando fortemente Bararoá e Henrique Cordeiro. Os rebeldes queriam liberdade e um brasileiro nato [37], compenetrado dos seus deveres, que fizesse a felicidade da Provincia, conduzindo-a ao progresso. A camara, como era de esperar, concordou. A causa dos cabanos, essa sim, era a verdadeiramente legal. Bernardo de Senna, ainda com a approvação dos vereadores, nomeou novas autoridades, aproveitando os adhesistas — juiz de direito, padre João Pedro Pacheco, vigario da comarca; juiz de paz, João Ignacio Roiz do Carmo; provedor da fazenda publica, Martinho Joaquim do Carmo; escrivão da fazenda, Bernardo Francisco de Paula e Azevedo; procurador fiscal da mesma, Joaquim Roiz Calhado; almoxarife, João de Souza Coelho.

Elevado a cargo de tamanho destaque, o vigario geral não cabia em si de contente. Precisava, porem, mostrar o quanto considerava a victoria das armas rebeldes. Rezou solenne *Te Deum Laudamus*, na matriz de Nossa Senhora da Conceição, pelo exito dos ideaes cabanos.

Mas apezar de todas as demonstrações destes, que porfiavam por se revelarem cheios de nobreza, grande parte das familias estava arribada, escondida pelos sitios proximos. A desconfiança ainda dominava, porque cabano era tomado como synonymo de barbaro, façanhudo, taes as noticias que circulavam.

Não tinham decorrido muitos dias, chegou Appolinario Maparajuba, o chefe geral da horda que assolava o Baixo Amazonas e acabava de tomar Santarém. Encontrando o ambiente carregado, tratou de desfazel-o. Deitou proclamação, concitando os manauenses a regressar aos respectivos lares e a cerrar fileiras em torno

---

isso, elementos para a resistencia aos homens de Bernardo de Senna, que alguns chronistas calculam em numero de mil e duzentos e não oitocentos!

(37) Governa a Provincia, por nomeação do Rio, o marechal de campo Manoel Jorge Rodrigues, portuguez naturalizado. E os cabanos votavam odio de morte aos portuguezes e aos brasileiros adoptivos.

de sua gente, pois alli estava para garantia de todos, batendo-se pelo respeito aos direitos de Pedro Segundo, o jovem monarcha.

De Manáos, os cabanos derramaram-se pelo Solimões e Negro. Foram até Tabatinga, cuja guarnição, desmoralizada pelas instigações de um official aborrecido por ter sido substituido no commando do forte, se passou toda [38]. Em Teffé, a camara municipal, a 19 de Maio, declarou-se integrada na cabanagem [39]. Na Mundurucania, os termos, assaltados, foram cedendo. Borba soffreu investidas violentissimas. No rio Andirá, o indio Chrispim de Leão, que se destacava pelos desatinos em que era contumaz, levantou os nativos assolando a região em correrias até Tupinambarana. Batido na freguezia de Andirá, incendiou-a, sendo, porem, morto a bala quando se retirava [40].

O valle do rio Negro tambem foi occupado. Mariuá e os seus termos não tiveram elementos para impedir a avançada impetuosa dos rebeldes. Consta da tradicção que Bararoá, tentando reação, soffreu derrota em Santa Izabel, perdeu todos os companheiros e só conseguiu escapar embrenhando-se pela matta [41].

Os cabanos, com pouco derramamento de sangue, ficaram senhores da comarca. As villas, sem discrepancia, reconheceram o chefe supremo Eduardo Francisco Nogueira Angelin como presidente interino da Provincia, recusando acatar as ordens do marechal Manoel Jorge Rodrigues, portuguez naturalizado, que a Regencia enviara para Belem no caracter de Presidente. E indicaram, entre outros, o padre João Pedro Pacheco como um dos capazes da presidencia effectiva, pois se esforçava em bem servir o grupo dominante.

Durante seis mezes o Alto Amazonas viveu sem relações com a capital paraense. Os cabanos, justiça se lhes faça, contrariando quanto se dizia delles, governaram com lizura. De seus inimigos, Henrique João Cordeiro, o mais accusado, refugiou-se em um cacoal no baixo rio Negro, onde não o encommodaram. Preoccupavam-se mais em fazer proselytos.

Bernardo de Senna, escrupuloso, mostrava-se de excessivo rigor na guarda da fazenda publica. Era uma figura interessante, sobre cujos precedentes tambem nada se conhece. Tendo ido dirigir operações em varios pontos, em Maio regressou a Manáos. Parece que com o prestigio abalado, pois veio disposto a entre-

---

(38) A. Amazonas, *Diccionario,* pgs. 278-279.

(39) Acta publicada por Bento Aranha, *Scenas de Cabanagem,* Revista do I. H. G. E. do Pará, I, 1900, pgs. 20-21.

(40) Conego Bernardino, Obr. Cit., pg.

(41) Bento Aranha, *Scenas de Cabanagem,* Revista, I, pg. 25.

gar em definitivo o commando militar da comarca ao capitão Antonio Freire Taqueirinha, que o substituira na ausencia e recebera ordens positivas para assumir, mandadas por Maparajuba, commandante das forças do Baixo Amazonas. A camara, (23 de Maio) ouvida no assumpto, insistiu na continuação de Senna á testa dos negocios administrativos e militares. O proprio Taqueirinha concordou. Não se revelava ambicioso. Senna, no seu entender, merecia todas as homenagens e a confiança dos povos. Em todo o caso, ficou assentado que désse a decisão final o Presidente Angelin.

Não tinham decorrido muitos dias, (2 de Junho) a intrigalhada reinante produziu effeito. Bernardo Senna, num tumulto occorrido no interior do quartel, foi morto pela soldadesca. E Freire Taqueirinha, cuja intervenção acirrara os animos, acclamado á instigação do vigario Pacheco, que não perdia tempo, assumiu o commando militar, protestando agora... que o desapparecimento de Bernardo de Senna *fôra a salvação da comarca.*

Manáos, que assistia diariamente ao embarque e desembarque de tropas, entrou, por esse tempo, a gozar de relativa calma. Abriu-se um café. A população mais confiante, visto a guarnição encontrar-se reduzida de oitocentos a oitenta e um homens, voltou a preoccupar-se com o projecto de autonomia. A camara municipal, em sessão extraordinaria, (3 de Junho) approvou a idéa levantada pelo vigario Pedro Pacheco, que se offereceu para seguir até a côrte afim de solicitar amnistia e a separação da comarca, elevada á Provincia. Tomou outras deliberações de interesse collectivo. As outras villas e termos aquietaram-se. A lucta armada decidia-se do Tapajóz rumo do Atlantico.

* * *

Em Agosto, como se houvesse um entendimento, estourou a reação dentro do Alto Amazonas. Villas e termos pegaram em armas, atacando os cabanos, onde estivessem.

A insurreição partiu de Teffé onde, a 3, o commandante dos guardas nacionaes, de nome José Patricio, restabeleceu a legalidade [42].

Mariuá levantou-se chamando ás armas o municipio a 29; o capitão Miguel Nunes Bemfica e o tenente Antonio de Barros Leal organizaram rapidamente um grande contingente. A camara, por seu turno, expulsou o respectivo presidente [43], que tinha adherido aos rebeldes.

([42]) B. Aranha, *Scenas de Cabanagem*, Revista, I, pgs. 22-27.

([43]) A acta dessa sessão está no Archivo do I. G. H. do Amazonas.

Seguiu-se Manáos, na madrugada de 31. Gregorio Naziazeno da Costa, juiz municipal interino, dirigiu a acção á frente de um grupo de patriotas e dos guardas nacionaes. Nascido no Solimões, agricultor, tinha sitio em Caiçará e residencia em Teffé. Chegara a Manáos, segundo o biographo donde colhemos estas notas [44], logo depois da morte tragica de Bernardo de Senna, trazido pelo pensamento de cooperar no restabelecimento da ordem. Esta foi restabelecida promptamente com o apoio incondiccional da camara, que supportava o jugo dos inimigos *para evitar males maiores*, allegou depois.

O vigario geral João Pedro Pacheco, esquecido rapidamente do passado, cantou novo *Te Deum Laudamus*, pela victoria da legalidade. Amoldava-se a todas as situações, mostrando um feitio moral duvidoso.

Restava extender á Mundurucania e a outros pontos da comarca os beneficios da restauração legalista. O capitão Miguel Nunes Bemfica destroçou os cabanos em Tauapéssassú; Freire Taqueirinha combateu-os sem exito em Serpa, onde teimavam em fixar-se para voltar a Manáos. Bararoá, reorganizando a sua columna, com duzentos homens levou-os de vencida em Moura, descendo rumo do Baixo Amazonas a encontrar-se com o padre Sanches de Brito, que alli encabeçava os legalistas.

Os cabanos, avisados, porem, de todos os movimentos dos elementos contrarios, pelos espias espalhados por todos os cantos, sabendo das condicções de Manáos, desguarnecida com a retirada de Bararoá, approveitaram o momento. Atacaram-na, a 13 de Novembro, com evidente signal de estar seguros de triumpho, dando desembarque na Cachoeirinha, zona despovoada. A villa dividia-se, cortada de igarapés, em varios nucleos. O dos Remedios não resistiu, servindo-lhes as casas abandonadas de entrincheiramento. A principio, o tiroteio revelou indecisão dos atacantes, que vagarosamente, procurando protecção, tentaram aproximar-se do bairro de São Vicente, passando a ponte que o ligava aos Remedios.

Animado o fogo, os manauenses, attravessando a matta do lado do igarapé, procuraram cortar a retirada aos rebeldes, mas esses, percebendo a manobra, recuaram, batendo afinal em retirada, sob viva fuzilaria, totalmente desmoralizados.

* * *

Os ultimos mezes de 1836 correram calmos em Manáos, no rio Negro e no Solimões. Os cabanos, expulsos de Belem, preso

(44) B. Miranda, Obr. Cit., pg. 100.

Eduardo Angelin, mantinham-se na Mundurucania, fortemente entrincheirados em Luzéa, que resistia a todos os ataques.

Bararoá, recebendo valiosos auxilios dos patriotas, que o buscavam de todos os recantos da comarca, preparou a investida. Occupou o logar Abacaxys, no rio desse nome, sahida franca de Luzéa para o Madeira. Em Borba, ponto cubiçadissimo, installou guarnição bem municiada, confiando-a ao alferes Victor da Fonseca Coutinho e tenente Zacharias Cesario Peixoto [45], já experimentado nas refregas. Em fins de Fevereiro ou começo de Março de 1837, não se conhece a data precisa, assaltou o reducto. O combate travou-se renhidissimo, terminando com a completa derrota dos cabanos e a destruição da villa, reduzida a cinzas [46].

Embora castigados, os cabanos não desesperaram, tentando surprehender Borba, que reagiu brilhantemente logrando victoria. Em Icupiranga, ainda resistiam valentemente, mas Bararoá e Sanches de Brito acabaram por esmagal-os. Espalham-se, então, auxiliados aqui e alli pelos indios e caboclos, varando furos, pilhando sitios, matando, roubando.

Bararoá, por seu lado, voltando a Manáos, investido das funcções de commandante militar, cargo em que a camara o confirmou, não oppoz relutancia, a principio, em dividir as responsabilidades de mando com Freire Taqueirinha, inegavelmente a grande influencia local. Um mez depois, comtudo, orgulhoso dos triumphos, entrou a praticar desatinos. Rompeu com os vereadores. Estes, ciosos de suas prerrogativas, delegaram poderes ao presidente da camara, padre João Antonio da Silva, para, junto ao presidente da Provincia, general Soares de Andréa, representar contra elle. Bararoá irritou-se. O vigario, homem publico de attitudes defenidas, tentando rebellar as tropas, foi recolhido a prisão. Afinal, talvez pela necessidade de união e diante do gesto do Presidente que não tomou em consideração os reclamos da camara, antes confirmou o accusado no commando militar, os animos acalmaram-se.

A 26 de Maio, allegando que a paz voltava á comarca, Bararoá entregou-a ao governo do juiz de direito, João Ignacio Roiz do Carmo, empossado mezes antes, seguindo com destino ao Urubú e Autaz, onde grupos de cabanos punham em desasocego os moradores. Já se dispunha a regressar a Manáos, quando, numa cilada no Autaz, a 6 de Agosto, perdeu a vida, sendo masacrado pelos cabanos.

---

(45) Manoel Pereira Gonçalves, *Victor da Fonseca Coutinho*, Almanack Madeirense para o anno de 1889, pg. 18.

(46) Officio de Bararoá, de 7 de Março de 1837, á camara de Manáos publicada por B. Miranda e guardado em original no Archivo Municipal de Manáos.

Energia viva, dedicado á legalidade, Ambrosio Ayres gosava de alta estima dos chefes em Belem. Seus biographos, recolhendo os restos da campanha que lhe moveram os despeitados e maldizentes, desfiam uma serie de factos para enegrecer-lhe a memoria. Taxam-no de violento, barbaro, ambicioso. Accusam-no do fuzilamento de um official, juiz municipal de Mariuá; do espancamento de desafectos, da tentativa de morte do capitão Bemfica, e de ter o proposito de masacrar os habitantes de Manáos quando foi justiçado.

Bararoá, mesmo com esses defeitos e crimes, se é que os commeteu realmente, foi o vulto de maiores commetimentos pela legalidade. Honesto, emprehendedor, tinha arrancos impressionantes. Ao passar em Manáos, rumo de Luzéa, em 1836, solicitou recursos financeiros á camara, que oppoz alguns embaraços. Outro cederia aos argumentos. Bararoá, num impeto, avançou escrevendo na acta da sessão — « quando o governo não approve a despeza feita, obrigo-me com os meus bens [47] ». A camara rendeu-se e as despezas se fizeram.

* * *

Os cabanos, batidos no Pará, sem mais organisação e chefes de prestigio, desmoralizados na comarca, nem por isso depuzeram as armas. Aos bandos, alguns de muitas centenas, proseguiram nas depredações, nos assasinios, perdendo aos poucos a côr partidaria que os distinguia. Verdadeiras hordas de criminosos, que causavam pavor ás populações. Ousadissimos, não se arreceiaram de tentar assaltos a Serpa, Silves e Mariuá, cujos habitantes e guarnição, por isso, se viram obrigados a permanecer na defensiva descurando os trabalhos agricolas e outros misteres.

O presidente da Provincia, general Soares de Andréa, no proposito de acabar de vez com elles, que podiam revigorar-se e causar novos encommodos, organizou uma expedição militar de oito embarcações, tres batalhões de caçadores e um parque de artilharia, sob o commando geral do tenente-coronel Joaquim Luiz de Souza. A morte de Bararoá, com quem este contava para apertar o cerco aos rebeldes, causou desalento e desorganisou os planos de acção. Esta não produziu resultados apreciaveis. Os cabanos passavam do Tapajóz para o Maués, vararam para o Madeira, entravam nos Autazes, nos mesmos procedimentos, zombando do esforço das autoridades. Durante os annos de 1838 a 1839 se mantiveram nas correrias. Indios, caboclos e escravos africanos, gente de toda especie, engrossando-lhes as fileiras, vin-

---

([47]) O original está no Archivo Municipal de Manáos.

gavam-se de afrontas, de mãos tratos, de explorações. A comarca definhava reclamando providencias.

O presidente Bernardo de Souza Franco, notavel cabeça da Provincia, em 1839 já se mostrava descrente da pacificação dizendo: « continuam as operações, e difficil será concluir a guerra sem o emprego concorrente dos meios brandos e conciliatorios, attento a vastidão dos terrenos que teem de ser explorados ».

Só a amnistia poderia trazer o regimen da ordem. Souza Franco reclamou-a com interesse. A camara de Manáos, a 4 de Outubro, decidiu enviar uma representação á regencia solicitando urgentemente a amnistia, que, porem, não attingisse os chefetes das hordas.

O momento era de conciliação. O Imperio, commovido em varios pontos do territorio, exigia clemencia para todos os rebeldes. Foi decretada, a 4 de Novembro, a amnistia ampla. Os cabanos renderam-se no anno seguinte. Em Janeiro, na fóz inferior do paraná do Ramos, mais de tresentos entregaram as armas ao capitão João Valente do Couto; a 25 de Março, [48] oitocentos e oitenta, em Luzéa, ao tenente coronel José Coelho de Miranda Leão, que desde Maio do anno anterior estava no commando militar da villa para esmagar, com fortes elementos de guerra, quantos ainda tentassem resistir.

* * *

O Alto Amazonas, finda a lucta, arrastava-se em penuria. Toda a actividade agricola desapparecera. A população diminuira consideravelmente. Na administração publica, a balburdia não era menor. Com a morte de Bararoá, assumira o commando militar o capitão da guarda nacional José Antonio de Oliveira Horta ao qual se viera juntar, por ordem do chefe da expedição militar es-

---

(48) Aos vinte cinco dias do mez de Março de mil e oitocentos e quarenta anno decimo nono da Independencia do Imperio nesta villa de Luzéa em frente da Egreja Parochial da mesma, onde ahi achava-se reunida a camara municipal o Com. M.ar o Major J. Coelho Miranda Leão, e seu Immediato o primeiro Tenente da Armada Imperial Nacional Pedro Maria Coelho de Abreu Com. da Escuna Pilota e mais forças Navais aqui estacionadas e as mais Authoridades Civis e Exclesiasticas, e Militares e todos aqui abaixo assignadas achando a força da defesa desta Villa em Armas, compareceu ahi Gonçalo Jorge de Magalhães com oitocentos e oitenta homens de diferentes partes todos do seu Com.m descido do alto deste rio anistiado pelo Decreto de 4 de Novembro P. P. pregou o Reverendo Vigario desta Villa Fr. Joaquim de Santa Luzia Livro dos Santos Evangelios. Sahio para o sentro da gente com o Marjor Com.m M.ar em altas vozes deferio o Juramento dizendo juramos aos S.tos Evangelios em que puzemos nossas mãos direitas de guardar a Constituição que nos rege e obedecer e respeitar o nosso Monarcha e Senhor D. Pedro as Leis e as Authoridades constituidas pela mesma Ley e protestamos de nos não

A creação da Provincia

A população da comarca do Alto Amazonas jamais se conformou com a sujeição ao Pará. A explosão de 1832 vale como uma prova das aspirações de independencia que dominavam os amazonenses. E não eram sem razão essas aspirações. As autoridades paraenses, tendo um territorio immenso sobre que providenciar, não podiam, mesmo dispondo da melhor boa vontade, governar de maneira a fazer a felicidade daquelles brasileiros, dando progresso á região. Era impossivel.

Comprehendendo a justiça da causa dos amazonenses, vozes autorizadas ergueram-se, fóra da comarca, pregando pela medida ansiada. No parlamento nacional ouviram-se orações convencedoras, chamando a attenção do paiz para o Alto Amazonas. O Imperio devia-lhe uma reparação. Essa reparação seria o restabelecimento da condicção de Provincia.

D. Romualdo Antonio de Seixas, cuja eloquencia estava ao lado das grandes causas nacionaes, foi o primeiro a bordar commentarios em torno da situação da comarca, em 1826, lembrando a restauração como Provincia do Imperio. Lamentou o estado de decadencia a que chegava. Descreveu-a, para que a camara tivesse uma noção exacta e sentisse a necessidade da providencia que pleiteava. Recordou o trabalho criminoso dos governantes paraenses, estorvando os raros homens que vinham, no regimen colonial, dispostos a levantar a Capitania. Mostrou que o Rio Negro emquanto estivesse sujeito ao Pará, nem o presidente deste poderia olhal-o com attenção e zelo, consequencia da distancia, nem o governo subalterno da comarca poderia agir com desembaraço em beneficio da collectividade. Os argumentos eram fortes, impressionantes. Por mais de uma vez D. Romualdo veio á tribuna [1], in-

---

(1) Esses discursos estão publicados nos *Annaes do Parlamento Brasileiro,* referentes a 1826, vol. I, pgs. 153-154 e nas *Obras do Arcebispo da Bahia, Marquez de Santa Cruz.*

sistindo porque o considerassem e offerecendo á deliberação da casa, a 27 de Maio de 1826, um projecto, dando á comarca a cathegoria de Provincia, com capital na Cidade da Barra do Rio Negro, prelazia independente do bispado do Pará e auxilio pecuniario de 12:000$000, fornecido pelo Maranhão até que as suas rendas lhe bastassem.

Deputado pelo Pará, que administrara na qualidade de presidente da junta governativa acclamada no momento da adhesão á independencia, D. Romualdo, Marquez de Santa Cruz, conhecia bem o que ia pela Amazonia. A sua palavra, em favor dos amazonenses, significava muito. Embora, o projecto não teve andamento.

Logo no anno seguinte, porem, a commissão de estatistica da camara, desencavando-o, juntamente com varios outros, trouxe-o á deliberação, reformando-lhe a redacção e alterando-lhe o texto, com um bem eleborado parecer — « A commissão de estatistica, reconhecendo os grandes melhoramentos de que é susceptivel o immenso territorio da comarca do Rio Negro, em que existe uma população civilizada superior a 16000 almas, alem de 62000 indigenas errantes ou sedentarios, ainda não attrahidos á sociedade, e ponderando que, sem o estabelecimento de um governo local, que promova de perto o interesse, daquelle vasto e riquissimo paiz, não se podem colher os grandes beneficios prodigalizados pela natureza; tem a honra de apresentar o seguinte projecto de lei: « A Assembléa Legislativa do Imperio, decreta: — Art. 1.º Crear-se-ha uma nova provincia denominada — Provincia do Rio Negro — a qual comprehenderá todo o territorio que formava o antigo governo deste nome, da Provincia do Pará. Art. 2.º — A cidade capital da nova provincia será na povoação da Barra sobre o Rio Negro, e terá o nome de cidade de São José da Barra. — Art. 3.º Crear-se-hão nesta provincia o presidente, commandante militar, junta da fazenda, conselho geral e conselho administrativo da mesma cathegoria e vencimentos dos das provincias da segunda ordem do Imperio. Art. 4.º Ficam derrogadas todas as leis e ordens em contrario. « Paço da camara dos deputados, 15 de Outubro de 1827. — *Raymundo José da Cunha Mattos — Romualdo, arcebispo da Bahia — Marcos, bispo do Maranhão — L. P. de Araujo Bastos — Luiz Augusto May* ».

Approvado, o projecto foi mandado imprimir, entrando em discussão a 13 de Maio de 1828, defendido por Lino Coutinho, Hollanda Cavalcante e Cunha Mattos [2]. A 17, D. Romualdo abundou em considerações acertadissimas, que a camara ouviu respeitosamente. Não seria, porem, ainda desta vez, a reparação, pois, encalhando o projecto, em 1832 ficou deliberado que se adiassem

(2) *Annaes do Parlamento Brasileiro,* 1828.

os debates, emquanto se aguardassem informações mais precisas sobre a comarca.

Assumptos de gravidade, quaes os da pacificação do Imperio, ameaçado de desmembramento, e altas questões partidarias obsorviam as cogitações dos politicos e dos administradores, de sorte que só em 1839 voltou a ser objecto de attenção o aspirar da comarca. Prestigiou-o, solidarizando-se com ella, o dr. João Candido de Deus e Silva, outra figura de relevo no scenario imperial, justificando, a 30 de Agosto, com solida argumentação, um projecto creando a Provincia do Rio Negro [3], que seria de segunda ordem, com bispado egual ao de Matto Grosso e capital onde a respectiva assembléa provincial designasse. Defendendo-o aquelle parlamentar evidenciou, ao lado de outras razões, a necessidade de apparelhar aquellas paragens, nos lindes com nações extrangeiras, para que não tivessemos, um dia, de soffrer surprezas desagradaveis. A soberania do Brasil exigia aquella providencia que agitava.

O assumpto, palpitante, foi debatido. Argumentava-se que a comarca não dispunha de rendas sufficientes para attender ás suas despezas, uma vez restabelecida como Provincia; não estava apparelhada com pessoal capaz para o preenchimento dos cargos publicos. A propria assembléa provincial poderia ser organizada? A agricultura, a industria, a navegação, o commercio, tinham desen-

---

(3) *Annaes do Parlamento Brasileiro,* 1839, vol. III, pg. 851. O projecto era o seguinte: — « A Assembléa Geral Legislativa decreta: — Art. 1.o. Fica creada uma nova provincia *na comarca do Alto Amazonas* que se denominará — provincia do Rio Negro — desmembrando-se para isso da provincia do Pará *todo o territorio comprehendido pela comarca do Alto Amazonas.* Art. 2.o. Serão limites desta provincia *os mesmos da comarca do Alto Amazonas.* Art. 3.o. Esta provincia será de segunda ordem e o Governo fica autorizado para crear nella uma recebedoria das rendas geraes, a mais simplificada que for possivel, submettendo-a á approvação da Assembléa Geral. Art. 4.o. Fica egualmente creada na mesma provincia um bispado egual ao de Matto-Grosso, para o que o governo do Imperio solicitará ás necessarias bullas apostolicas. Art. 5.o. A respectiva assembléa provincial designará o logar mais proprio e conveniente para a capital daquella provincia; emquanto esta assembléa não se reunir, residirão o presidente e o prelado na villa da Barra do Rio Negro, sua antiga capital. Art. 6.o. Os presidentes do Rio Negro e do Pará ficam autorizados a conceder, por sesmaria, terras devolutas, aos moradores na Guyana respectiva a cada provincia, os moradores dellas ou aos que para o futuro forem nella residir. Estas sesmarias serão de meia legua, uma legua e duas em quadro, segundo os meios que tiveram para cultura os que as pedirem. Art. 7.o. Ficam por vinte annos estas sesmarias isentas de pensão alguma, e só passado este praso pagarão modico fôro, arbitrado pela assembléa da provincia para os cofres provinciaes, não podendo em tempo algum serem alienados os terrenos sem licença do governo da provincia, pago o respectivo laudemio, sob pena de commisso. Art. 8.o. A assembléa provincial do Rio Negro será composta de vinte deputados. Esta provincia dará dois deputados e um senador á Assembléa Geral Legislativa do Imperio. Art. 9. . Ficam revogadas todas as leis em contrario ».

volvimento bastante? Esqueciam os que combatiam a idéa ser justamente a necessidade de levantar a região, dando-lhe todos os meios da vida, civilizando-lhe a população, indigena em sua grande totalidade, o motivo basico da campanha pela medida supplicada. O projecto, a 31 de Agosto, sob numero 111, passou a discussão, mas esta adiada sempre, esquecida, só em Agosto de 1840 teve elle a primeira approvação.

Correram quasi tres annos. A camara preoccupava-se com problemas que lhe pareciam mais serios. Foi quando o ministro dos extrangeiros, Honorio Hermeto Carneiro Leão, cuja individualidade já pairava muito alto, taes os serviços á nação, insinuou a divisão do territorio do Pará em duas Provincias [4]. Approveitando o momento, a 12 de Maio de 1843 o deputado Angelo Custodio solicitou que o projecto fosse retirado do somno a que o condemnavam [5]. Attendido, rompeu os debates o depûtado Ferraz, que o combateu tenazmente, apoiado por Carneiro da Cunha e Fonseca. Este ultimo, requereu que a discussão soffresse adiamento até que o governo, pela repartição competente, procedesse os inqueritos censitarios, estudasse a topographia, emfim, colhesse os dados economicos e financeiros pelos quaes a assembléa se pudesse pautar e deliberar sobre a organização territorial do Imperio.

Souza Franco, Manoel José de Albuquerque, Fernandes da Silveira e Paula Candido pronunciaram-se contra o requerimento, que era a repetição da manobra empregada de 1826 a 1832. Se os dados, pedidos naquella época, já estavam na casa, qual o motivo de os desejarem novamente? Cahiu o requerimento. Os debates proseguiram, aqui e alli portilhados de ironia, por vezes azedos, prendendo realmente a camara, que delles participou revelando muito interesse.

Souza Franco, ex-presidente do Pará, de que era agora representante, mais tarde ministro do exterior, dos maiores estadistas do Segundo Imperio, bateu-se ardorosamente pela causa dos amazonenses. Os seus discursos, longos, enthusiasticos, fartos em elementos de prova, pronunciados com certa elegancia, lidos nos nossos dias ainda agradam. Áquelles dias, feriram fundo os propositos de hostilidade do grupo que teimava em negar condições á comarca para a situação politica tentada. Carneiro da Cunha,

---

(4) Insinuou no discurso que proferiu a 7 de Maio de 1843, quando defendendo o orçamento para o seu ministerio, nos termos seguintes: « E para ser mais explicito, pessoalmente, e sem poder dizer a opinião dos meus collegas, eu apoiaria mesmo um projecto que dividisse a Provincia de Minas, em tres e a do Pará em duas ». — *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1843, vol. I, pg. 73.

(5) *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1843, vol. I, pg. 135.

Souza Martins, Ferraz, Henrique de Rezende e Fonseca formavam esse grupo.

Souza Martins, alargando-se em considerações e mostrando-se mais cordato, lembrou a transformação do Rio Negro em territorio [6], com o presidente e demais autoridades nomeados na côrte, sem assembléa, que daria logar a um simples conselho tendo a faculdade de suggestionar a Assembléa Geral a proposito dos beneficios de que carecesse a região. Sancionadas, essas suggestões entrariam em vigor como leis provinciaes. O modelo para a creação do territorio buscassem-no aos Estados Unidos, onde a constituição lhe dava existencia plena. A idéa não teve as honras de provocar interesse. Cahiu logo.

Paula Candido, Angelo Custodio, Sergio, Miranda Ribeiro, acompanhando vibrantemente a defesa de Souza Franco, intervieram trazendo novos elementos elucidativos. A comarca não era o deserto que se propalava. As suas possibilidades economico-financeiras, diante das formidaveis reservas do solo e das aguas, não tinham conta. Rememorando o passado, não se deveria esquecer a obra gigantesca de Lobo d'Almada, destruindo os allegados futeis de ser impossivel civilizar aquelle trecho do Brasil. As estatisticas falaram. As tentativas armadas de 1832 e da cabanagem vieram á baila. Uma argumentação ferrea, incontestavel, toda trabalhada com logica e fundada em detalhes rigorosos, em factos positivos, foi utilizada pelos amazonidas de então, Souza Franco á testa.

---

(6) « Eu todavia apresento um novo alvitre sem ser o de crear uma provincia com todos os precalços que costumam acompanhar taes creações. Fôra minha opinião, senhores, que estabelecessemos alli um governo administrativo e independente da provincia do Pará, mas não como os governos das mais provincias do Brasil; estabelecessemos digo um governo semelhante áquelle que nos Estados Unidos chamam — territorios — isto é, nomeassemos um presidente, mesmo um chefe de policia e mais autoridades; mas não carregassemos a nova provincia com os onus de uma assembléa provincial, de uma thesouraria provincial e toda a mais forragem de empregados publicos que acompanha taes creações. Poderiamos estabelecer mais um conselho presidencial, a este conselho a assembléa geral poderia conferir a faculdade de propor projectos de lei para a boa e regular administração da provincia, os quaes projectos poderiam ter a saneação do governo na côrte, e serem observados como lei provincial. Entendo que nós, introduzindo na administração do imperio esta nova especie de governo, não só para esse logar, como para outros em diversas provincias, poderiamos determinar que quando esses territorios tivessem, por exemplo,... 100000 habitantes e certa renda publica, poderiam ser convertidas em provincias; e então gosassem de todos os mais privilegios e regalias que acompanham uma provincia do imperio. Se esta idéa pudesse agradar á maioria da camara dos srs. deputados, eu me comprometteria a propor um projecto neste sentido: mas não me animo a fazer emquanto não ouvir a opinião dos srs. deputados, e principalmente dos srs. ministros; porque entendo que uma novidade destas introduzida na administração não pode ser admittida sem ser com o aprazimento do governo ».

O projecto, refundido quasi que totalmente pelas emendas de Souza Franco [7], com redacção apresentada pela commissão de direito, afinal, a 19 de Junho, mereceu approvação da camara. A Provincia, em homenagem ao oceano fluvial, que a cortava de oeste a leste, teria o nome de Amazonas. Os seus limites conservavam-se como na Capitania de São José do Rio Negro, reprovação expressa ao acto da administracção paraense, alterando, em 1833, os que Mendonça Furtado marcara.

Da camara, o projecto passou ao senado, em obediencia aos dispositivos de lei. Alli, porem, o deixaram á margem, relegado a esquecimento

No emtanto, já se tornara o caso da autonomia do Rio Negro um dos mais importantes para a nação, porque envolvia a sua defesa nas fronteiras do norte, abandonadas, expostas aos insultos de extrangeiros, como succedera no valle do rio Branco com a intrusão dos inglezes vindos da Guyana Britanica [8]. No Pará, mesmo, os seus homens publicos se preoccupavam, de ha muito, considerando a providencia acertadissima embora não com a largueza projectada, pois a queriam ficando o governo do Rio Negro subordinado ao de Belem, como nos tempos coloniaes. O ambiente de desconfianças para com o Amazonas ia desapparecendo. Todos se convenciam do infructifero de qualquer esforço para levantal-o sem aquella medida. E tanto assim que o conselho provincial a solicitara á Assembléa Geral do Imperio. Depois, em identico proceder, a Assembléa Provincial, concordando com o deputado João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha que, a 7 de Novembro de 1844, [9] se declarou abertamente ao lado dos amazonenses com a seguinte peça legislativa — «Indico que se dirija á Assembléa Geral uma representação para que a comarca do Alto Amazonas seja elevada a cathegoria de Provincia.»

Em 1841, Souza Franco, á frente dos destinos do Pará, lhe reconheceu o fundamento e se apressou a reclamal-a em officio ao ministro dos extrangeiros [10], talvez até motivando a insinuação que este fez na camara, em 1843.

O catharinense Jeronymo Coelho, ex-deputado por sua Provincia natal, ministro da guerra e da marinha no ministerio de 2

---

(7) Nessas emendas, o brilhante parlamentar deixava bem claro que a nova Provincia teria «os mesmos limites do antigo governo e comarca do Rio Negro» — *Annaes do Parlamento Brasileiro,* 1843, pg. 240.

(8) Ver o capitulo XIII.

(9) Bento Aranha, na Biographia de Tenreiro Aranha, publicada no *Archivo do Amazonas,* Manáos, 1907, vol. I, pg. 104 — diz que essa indicação foi apresentada em 1849.

(10) Officio de 19 de Maio de 1841.

de Fevereiro de 1844, innegavelmente um vulto destacado nas altas espheras imperiaes, governando o Pará, deu a ultima demonstração official de que lá, dentro daquelle pensamento, não se contrariavam mais os sentimentos de altivez do povo da comarca. Praticou varios actos, referidos atraz, tentando impulsional-a. E em Outubro de 1849, dirigindo-se á Assembléa Provincial, no relatorio expondo as necessidades da Amazonia, dando conta de sua gestão, suggeriu a reparação pleiteada. O projecto que organizou [11], para ser enviado ao Parlamento, de dezoito artigos, precedido de uma exposição de motivos, creava a Provincia de São José do Rio Negro, com governo filial e subalterno ao de Belem, capital na cidade da Barra do Rio Negro, oito deputados á assembléa paraense, tres representantes ao congresso imperial sendo um ao senado e dois á camara, continuando na parte ecclesiastica incorporada ao bispado do Pará.

A idéa ganhava terreno, dia a dia, com a amplitude votada pela camara em 1843, ou na restricção desejada pelos paraenses. Seria vencedora, não restava duvida.

João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, reeleito deputado, preoccupado com o assumpto e com o problema da navegação do rio Amazonas, desdobrou-se em demarches na côrte. O senado moveu-se. A 22 de Julho, o projecto de 1843 veio a debate. Os velhos e inexpressivos argumentos de combate sustentados na outra casa do Congresso tornaram a vigorar. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Visconde de Vergueiro, da bancada paulista, falou contra. Percebeu-se facilmente o motivo. A comarca de Curityba, parte da Provincia de São Paulo, tambem se ensaiava nos desejos de autonomia. Fosse creada a do Amazonas, o Paraná tinha de ser amparado na pretenção, de que a camara já tomara conhecimento e agora o senado, atravez um additivo.

José Saturnino da Costa Pereira, Hollanda Cavalcante e Miguel Calmont du Pin e Almeida, Marquez de Abrantes, brilharam. O Alto Amazonas dispunha dos elementos negados. Alem de mais, o Imperio estava na obrigação de reparar a injustiça commettida em 1825, restituindo-lhe a condicção politica reivindicada e em discussão. Acompanhando, animados, a polemica travada, Tenreiro Aranha e Souza Franco, a 23 e 30 de Junho, vibraram no recinto da camara [12] em novas orações calorosas, rebatendo as affirmativas faceis, demolindo allegações inverdadeiras, exigindo a

---

([11]) *Relatorio da Presidencia da Provincia do Amazonas,* Rio de Janeiro, 1907, vol. I, pg. 736-743.

([12]) Os Annaes do Senado Imperial de 1850 não forão publicados. A discussão pode ser lida, porem, nas edições de Agosto do *Jornal do Commercio,* do Rio de Janeiro.

restituição do direito de que ha varias decadas vinham privando os brasileiros do extremo norte.

O senado recusou as ponderações de Campos Vergueiro, acceitando o ponto de vista do restabelecimento da Provincia, rebaixada após a independencia, portanto a reparação que tanto tardava. Approvou o projecto, em 28 de Agosto. [13] Subindo á sancção, o governo imperial não se mostrou indeciso. D. Pedro II, referendado pelo ministro do imperio, Visconde de Monte Alegre, pela lei 592, de 5 de Setembro de 1850, satisfez a maior aspiração da comarca.

A Provincia do Amazonas teria a mesma extensão e limites da antiga comarca do Rio Negro e não do Alto Amazonas, isto é, os baixados a rigor por Mendonça Furtado, em 1758. Daria um deputado e um senador ao Parlamento do Imperio, sendo de vinte membros a Assembléa Provincial. A capital ficaria installada na cidade da Barra do Rio Negro.

O problema a resolver agora era o da escolha do primeiro presidente da nova unidade administrativa. Souza Franco, Tenreiro Aranha, os outros amazonidas dos embates parlamentares, João Henrique de Mattos e João Ignacio Roiz do Carmo, amazonenses illustres, esses dois ultimos, aos quaes a nação devia valiosissimos serviços politicos e profissionaes, mereciam confiança, estavam apontados para o cargo. O governo não vacillou. Nomeou Tenreiro Aranha a 7 de Julho de 1851. João Ignacio Rodrigues do Carmo, coronel João Henrique de Mattos, Manoel Thomaz Pinto, dr. Manoel Gomes Correia de Miranda e conego Joaquim Gonçalves de Azevedo foram os titulados com as vice-presidencias.

---

(13) *Annaes do Parlamento Brasileiro,* 1850.

Tenreiro Aranha

A escolha de Tenreiro Aranha para a presidencia da nova Provincia não podia ser mais accertada. Dados os seus conhecimentos das necessidades vitaes da região, o ardor de suas attitudes sempre claras e a actividade desinteressada que revelara na obtenção da grande medida pleiteada pelo povo da comarca, ninguem, no momento, com melhores credenciaes para o alto cargo. Estava naturalmente indicado.

Descendendo de Bento Maciel Parente, famoso sertanista que bateu hollandezes na Amazonia nos dias coloniaes, era filho do poeta amazonense Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha [1].

---

(1) Orphão de pae aos treze annos, aos quatorze começara a lucta pela conquista do pão, a bordo de uma escuna de guerra, servindo de escrivão. Em 1818 alistava-se no esquadrão de cavallaria creado pelo conde de Villa-Flôr, sendo logo promovido a sargento-ajudante; em 1821, recebia a patente de alferes, pelos serviços prestados á unidade em que servia. No anno seguinte entrava a servir na contadoria da Junta de Fazenda. Participando das luctas que então agitavam o Pará, destacou-se pela attitude desassombrada que assumiu ao lado dos que queriam a independencia, sendo obrigado a fugir, em Abril de 1823, para o Maranhão. Em 1824 foi nomeado escrivão da Mesa Grande da Alfandega, passando depois a « conselheiro do governo da Provincia ». Decorridos tres annos, montava a mesa de estiva que funccionava junto á alfandega, occupando o cargo de administrador. Estudando as questões de real interesse para a Amazonia, pelas columnas dos periodicos de Belem começou a chamar a attenção do governo, apresentando suggestões apreciaveis. Apaixonado nos casos politicos, combatendo a oppressão governamental, em 1832 foi forçado a retirar-se de Belem, refugiando-se nos Estados Unidos de onde passou ao Rio. Voltando á sua terra, para collocar-se ao lado da legalidade, contra os cabanos, portou-se bravamente, reingressando na burocracia como inspector da alfandega. Novamente em lucta com os poderosos locaes, foi preso e mandado para o Rio de Janeiro, mas os poderes centraes lhe deram razão, fazendo-o regressar ao cargo. Em 1840 foi nomeado professor de contabilidade e escripturação mercantil do Lyceu Paraense e em 1846, após as provas exigidas, nas quaes se sahiu explendidamente, para a cadeira de geometria do

Ligava-se, mais, por esses laços, á terra que ia governar. E essa ligação, penhor seguro de sua gerencia nos destinos do Amazonas, elle a considerava muitissimo, como se percebe das referencias contidas na carta á camara de Manáos [2] communicando a creação da Provincia. Militar, educador, jornalista, politico, economista, era das melhores expressões de cultura e civismo na região. Patriota exaltado, quando da adhesão do Pará á independencia e nos dias luctuosos da cabanagem portara-se com bravura, collocando-se ao lado dos que se batiam pela causa nacional. Soffrera, por isso mesmo, vexames de toda especie, perseguições, injustiças clamorosas. Por varias vezes deputado á Assembléa Provincial do Pará, elevado a deputado geral, nunca esquecera as responsabilidades que lhe cabiam. Occupara-se dos assumptos de mais urgente solução para a Amazonia, principalmente a navegação a vapor no grande rio. No parlamento e pela imprensa. A questão da autonomia da comarca do Alto Amazonas, já vimos, collocava-a entre as mais importantes e justas. Não comprehendia a politica imperial esquecendo uma região que tanto poderia contribuir para a economia nacional. Em ambas as campanhas fora vencedor. Satisfizera-se a aspiração dos amazonenses e organizara-se a Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas.

Depositario da confiança do governo para a organização da nova Provincia, revelou-se o homem necessario do momento, administrador capaz, cheio de iniciativas, attendendo a tudo e todos sem paixões.

Viajou para Manáos no vapor de guerra *Guapiassú*, trazendo em sua companhia algumas dezenas de pessoas que se vinham estabelecer e occupar cargos publicos. Foi recebido (27 de Dezembro de 1852) com grande jubilo da população que lhe deu as maiores provas de consideração. Cinco dias decorridos, perante a camara municipal de Manáos, reunida em sessão extraordinaria, prestou juramento, tomou posse do cargo de presidente e, ás doze e meia da manhã, installou a Provincia, em presença de todas as autoridades civis, militares e ecclesiasticas [3].

---

mesmo instituto. Depois de ter sido presidente do Amazonas, exerceu as funcções de inspector do thesouro do Pará. Foi deputado provincial em 1840-1841, 1842-1843, 1844-1845, 1846-1847, 1848-1849, 1856-1857, 1858-1859; em 1842 e 1849 foi deputado á Assembléa Geral do Imperio. Além dos artigos de imprensa, discursos parlamentares, versos e uma peça theatral, escreveu os *Elementos de Commercio* — Bento Aranha, *Tenreiro Aranha*.

(2) Carta de 10 de Novembro de 1850. J. B., publicou-a na *Revista Amazonense*, numero unico, Manáos. 1923, pg. 27.

(3) J. B., *Revista Amazonense*, pgs. 30-33. No Instituto Geographico e Historico do Amazonas ha reproducção *facsimilada* da acta da installação.

* * *

O presidente do Pará, dr. Fausto Augusto de Aguiar, prestara-lhe, em Belem, esclarecimentos a respeito do Alto Amazonas [4]. Era preciso fazer tudo, porque pouco ou nada havia. A população recenseada andava em 29.798 habitantes, dos quaes 750 escravos. Não entrava no computo a gente indigena, para cuja cathequese havia tres missões, de acanhados resultados civilizadores. A ultima receita arrecadada fora de 3:657$256. A instrucção reduzia-se a sete escolas de ensino primario, frequentadas por cento e sete meninos, e ao seminario de São José, com cadeiras de latim, francez, musica e canto. A guarnição constava de uma companhia provisoria de primeira linha, com oitenta e quatro praças de effectivo e mais treze addidas, e de trinta e nove destacadas, pertencentes estas a um batalhão de artilharia com séde em Alagoas, tudo subordinado ao commando militar de Manáos. Na organização judiciaria e administrativa a Provincia formava uma comarca com dois termos, quatro municipios, vinte freguezias, dezoito districtos de paz, duas delegacias e onze subdelegacias. Os municipios eram o da capital, Barcellos, Teffé e Maués. O de Parintins, creado por acto da Assembléa Paraense [5], não fora ainda inaugurado.

* * *

Tenreiro Aranha, sciente do estado da Provincia, cheio de animo procurou organizal-a. Era a tarefa que lhe competia. Seus successores continuassem a obra iniciada. Governou seis mezes. De 1 de Janeiro a 27 de Agosto de 1852, quando seguiu para o Rio de Janeiro [6] afim de participar dos trabalhos da camara como deputado pelo Pará e conseguir os meios de que carecia para levar adiante o programma de organização da Provincia. Em sua curta gestão, montou as repartições necessarias ao serviço publico, como a secretaria geral [7] e a chefatura de policia. Creou o

---

(4) « Exposição apresentada ao Ex.mo Presidente da Provincia do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha por occasião de seguir para a mesma Provincia, pelo Ex.mo Snr. Presidente da do Grão-Pará, Dr. Fausto Augusto de Aguiar. Em 9 de Dezembro de 1751, Pará, Typ. de Santos & Filhos, 1851 » — Reproduzida nos *Relatorios da Presidencia da Provincia do Amazonas,* Rio, 1906 — vol. I.

(5) Foi creado pela lei 146, de 24 de Outubro de 1848, mas não teve installação immediata por não ter os proprios necessarios ao funccionamento da camara e outros serviços publicos.

(6) Seguiu numa canôa, exposto a tudo, sem conforto — Bento Aranha, *Tenreiro Aranha, O Archivo do Amazonas,* vol. I, Manáos, 1907.

(7) O secretario foi nomeado pela carta imperial de 18 de Agosto de 1851. Era João Wilkens de Mattos.

serviço de vaccinação [8]. Organisou a instrucção primaria, dando-lhe regulamento [9], magnifico para a epoca, e projectou a creação de um estabelecimento de ensino primario normal, onde se habilitassem os professores destinados ás escolas creadas e por crear.

Estudando detidamente o grande problema do povoamento, impressionado fundamente com o que elle significava, lançou idéas a respeito, lembrando a necessidade imperiosa da fundação de colonias militares nas fronteiras e outros pontos do territorio, com o aproveitamento do elemento indigena; apontando tambem a conveniencia de serem contractados allemães para a agricultura no Madeira, e trazidos gaúchos e mineiros afim de conseguir-se, com os conhecimentos praticos delles, o melhoramento dos gados do rio Branco.

A decadencia da agricultura foi outro assumpto que lhe mereceu carinhosa observação e especial cuidado. Imaginou restabelecer a lavoura do café, do algodão, do cacáo, da baunilha; iniciar a da canna de assucar e arroz. O trecho que fica entre o Madeira, Manacapurú e Manáos pareceu-lhe, como zona de lagos, o mais proprio para as culturas, principalmente as Lages e o Lago do Aleixo, que visitou, procurando local para o nucleo agricola cuja fundação solicitou ao governo imperial [10]. Distribuiu conselhos preciosos, fez expedir instrucções ao interior, ordenou plantações, por conta da fazenda provincial, dos generos de primeira necessidade e incitou o cultivo da borracha e outros productos naturaes, provando que os resultados seriam muito mais compensadores [11]. Foi, portanto, a primeira vóz que se levantou pregando o plantio da *hevea*, na previsão do que ella seria tempos adiante.

Cuidou da pacificação dos indios, mandando para o Waupés o capuchinho Gregorio Maria de Bene, distribuindo brindes aos tuchaus que o procuravam em Manáos, resolvendo questões entre nativos e civilisados, favorecendo-os no que pleiteavam, animando-os ao trabalho e ao respeito aos directores que, por lei, os governavam.

---

(8) Não havendo um só medico em todo territorio da Provincia, o serviço foi entregue a um pharmaceutico.

(9) Regulamento n.º 1, baixado a 8 de Março de 1852. O primeiro director da instrucção publica foi o conego Joaquim Gonçalves de Azevedo, nomeado interinamente.

(10) *Relatorios da Presidencia*, etc. vol. I, Rio, 1906, pgs. 46-47.

(11) «A' bem d'agricultura, tenho feito conceber aos habitantes civilisados e aos indigenas a idéa de que se devem applicar á cultura, não somente dos productos, que de antes já cultivavão com tantos proveitos; mas até á do cacáo, cravo, *gomma elastica*, guaraná, puxuri, salsa parrilha, e outras especiarias de muito valor, que, sendo por em quanto silvestres, e com muitos riscos e arduos trabalhos extrahidos das mattas, *podem vir a ser-lhes de maior proveito, se forem cultivados*" — *Relatorio*.

Das industrias, que tinham feito a grandeza da Capitania no tempo de Almada, não havia mais vestigios. Nem ao menos uma serraria! A população entregava-se toda ao preparo da manteiga de tartaruga e peixe-boi e á salga de pirarucú. Occupava-se da extração do oleo de copahyba, da colheita do breu, do cacáo. do cravo, da salsaparrilha, da piassaba e do plantio, em pequena escala, do tabaco e do guaraná. Era a industria extractiva, primitiva, aprendida aos nativos. Tenreiro Aranha procurou restaurar as de fiação, tecidos e rêdes de algodão. Mandou contractar em Iquitos, no Perú, um technico no fabrico de chapéos de chile, para montagem de um estabelecimento em Manáos, o que só em 1853 se tornou realidade [12]. Tomou outras medidas, de caracter geral, sem, todavia, consequencias immediatas e beneficas.

O commercio, que se sabia prospero nos dias coloniaes, estava desanimado. Em 1851, a importação totalizava-se apenas em 20:000$000! Em 1850 a exportação sommava 45:745$400! Principal factor desse definhamento era o regatão! [13] Procurando alentar a economia, Tenreiro Aranha providenciou com energia contra o regatão, atravez de um severo regulamento [14] em que especificava o commercio licito e illicito, punindo os transgressores. Reconhecia que o acto ia de encontro ao grande principio da liberdade de negocios, mas as condições muito especiaes da Provincia, que precisava a todo o transe organizar, revigorar, desculpavam a medida. Os resultados não custaram e se verificaram animadores, principalmente com as facilidades advindas da navegação a vapor, de que Tenreiro Aranha se constituira o mais ardoroso propugnador, donde varias providencias para que os navios da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas, então creada graças aos seus esforços no Parlamento Imperial, encontrassem, dentro da Provincia, todas as facilidades.

([12]) *Archivo do Amazonas*, vol. II, Manáos 1907, pgs. 73-74, *Relatorios*, vol. I, Rio 1906, pg. 207.

([13]) A proposito, Tenreiro Aranha dizia em seu relatorio — «O commercio do interior tinha desapparecido quasi todo dos povoados, e se dirigia em direitura das feitorias estabelecidas nas mattas, para o Pará, ou se fazia á retalhos, pelos rios, lagos, sitios, e aldeias do interior, em pequenas canoas, como se fossem lojas e tabernas fluctuantes em que, sem pagarem direitos, por veredos tortuosos, iam os mascates e regatões illudir a singeleza dos indios, embrutecel-os e concentral-os ainda mais, e com toda á sorte de malversões e fraudes e sizanias afungental-os dos povoados e exhauril-os de tudo quanto pelos mattos podiam apanhar para os traficos desses atravessadores, que muitas vezes seriam victimas, ás mãos infensas desses mesanos selvagens que assim iam embrutecer, ao passo que o commercio mais licito e regular dos povoados de dia a dia ia desappareeendo, e sendo naturalmente prejudicado, por não poder competir com o daquelles extraviadores».

([14]) Regulamento de 24 de Abril de 1852.

Infatigavel, Tenreiro Aranha tinha a attenção sempre voltada para o bem publico.

As communicações com Matto-Grosso ainda se faziam pelo Madeira e pelo Tapajóz, rios encachoeirados, de difficil navegabilidade. Fazia-se mister buscar uma sahida mais franca. Enviou uma expedição, á testa o sertanista João Rodrigues de Medeiros [15], a procural-a pelo Abacaxys, rumo do Arinos. Enviou outra, sob a direcção do pratico Serafim de Silva Salgado [16], com ordens de examinar o Purús e verificar a existencia de uma sahida para o Beni, afim de se extenderem, sem os perigos das cachoeiras do Madeira, as relações com a Bolivia. Informou-se da navegabilidade do Juruá [17] e ordenou a exploração do Japurá e do Iça [18], não realizada em consequencia da grande cheia dos rios, considerada perigosa.

Sabendo, de experiencia propria, da importancia da imprensa, prestigiou a iniciativa de Manoel da Silva Ramos, que editava a *Estrella do Amazonas,* contractando a publicação de actos officiaes naquella folha.

A cidade de Manáos entrou nas suas cogitações. Pequenina, com uma população insignificante, de 608 almas, feição totalmente colonial, cortada de igarapés, carecia de reformas que a tornassem uma capital. Levantou-lhe o croquis projectando melhoramentos, inclusivé a construcção de predios publicos, não os chegando, todavia, a realizar. Apenas reformou a cadeia, então cubiculo immundo do quartel militar.

Graças ás suas medidas, as rendas publicas cresceram. A collectoria da capital, que em 1851 arrecadara 12:229$244, só em dois mezes, Janeiro e Fevereiro de 1852, arrecadou 3:143$360. A renda da Provincia, no primeiro semestre, elevou-se a 12:138$607. Ainda assim, não chegava para attender as despezas com o apparelho administrativo, que exigiu, em Novembro, um supprimento de 4:000$000 da thesouraria do Pará, alem da importancia que o presidente trouxera, em Dezembro de 1851, para as primeiras despezas.

A Provincia, como se percebe, tinha a administral-a um homem de energia, que guardava em si as qualidades de constructor, de organizador. Embora, só muito vagarosamente poderia levantar-se de todo, a não ser que o governo central se dispuzesse a auxilial-a efficientemente.

---

(15) *Archivo do Amazonas,* vol. II, Manáos, 1907, pgs. 61-63. *Relatorios,* vol. I, Rio, 1906, pgs. 255-258.

(16) *Relatorios,* vol. I, pgs. 249-254. *Archivo do Amazonas,* vol. II, pg. 63. Antonio C. R. Bittencourt, *O Municipio da Labrea,* Manáos, 1918, pgs. 11-19.

(17) *Archivo do Amazonas,* vol. II, pg. 63.

(18) *Archivo do Amazonas,* vol. II, pg. 61.

Tenreiro Aranha, tendo de participar, na côrte, dos trabalhos do Parlamento, convencido de urgencia dessa collaboração constante, a 27 de Julho passou o governo ao primeiro vice-presidente, dr. Manoel Gomes Correia de Miranda, que accumulava as funcções de juiz de direito e chefe de policia, e embarcou para o Rio, via Belem, numa embarcação ligeira. No Rio, pleiteou uma serie de medidas em favor do Amazonas. Pouco ou nada obtendo, de regresso, em Belem, onde se demorou por motivo de molestia, a 31 de Dezembro recebeu o decreto de sua demissão *a pedido*. Era victima de intrigas politicas.

O relatorio que apresentou em Abril, ao visconde de Monte Alegre, presidente do gabinete ministerial do Imperio, é uma peça official bem feita, mostrando a capacidade e o seu zelo de illustre homem publico. Governou com accerto.

Os amazonenses não o esqueceram. Elegeram-no senador, contrariando os desejos da politica central [19]. Não foi, porem, escolhido na lista triplice apresentada. Cheio de serviços ao paiz, militando no Partido Conservador, desgostoso, abatido, retirou-se ao convivio da familia. Veio a fallecer, pobre, em 1862 [20]. Com Lobo d'Almada, pelos relevantissimos e desinteressados serviços prestados, foi dos maiores governantes do Amazonas.

---

(19) Bento Aranha, *Tenreiro Aranha*, Archivo do Amazonas, vol. I, pg. 109. O governo Imperial quebrava lanças por Ferreira Penna.

(20) Morreu tragicamente, em Belem, a 19 de Janeiro de 1862, victima de um incendio que lhe devorou o quarto onde estava. Sua herança foi avaliada em 16:598$600.

Provincia do Amazonas

Inaugurada a Provincia, os homens que vieram tomar-lhe a direcção receberam um encargo pesado, porque era preciso crear tudo, num meio onde se obtinham com difficuldade as coisas mais comesinhas noutras partes. No extremo-norte do Imperio, por isso mesmo quasi que desligado delle, tomando conhecimento da vida da nação com esforço, sem progresso intellectual e material, desorganizado em sua economia, o Amazonas exigia muito patriotismo e actividade de seus governantes. Tenreiro Aranha, já vimos, desenvolvera uma actividade apreciabilissima, mostrando-se á altura do cargo. Os seus successores, nem todos souberam continuar a obra que iniciara.

O dr. Manoel Gomes Correia de Miranda, que o substituia na qualidade de primeiro vice-presidente, gestionou até 22 de Abril de 1853, quando entregou a administração ao conselheiro Herculano Ferreira Penna. Portou-se correctamente. Varias providencias por que assignalou a sua passagem foram de molde a crear-lhe um ambiente de sympathias. Olhou com carinho a pacificação dos indigenas, expedindo instrucções aos directores das aldeias e lembrando ao governo central a conveniencia da acção missionaria. Elevou para onze as escolas primarias, creando varias no interior e, mediante contracto, conseguiu o começo da construcção dos primeiros predios publicos em Manáos — camara municipal e thesouraria de fazenda [1]. Montou a secretaria da assembléa provincial, que installou solemnemente [2] e concluiu a organização dos demais serviços publicos creados por seu antecessor.

---

(1) Foi contractante dos trabalhos o sr. Francisco Antonio Monteiro Tapajós.

(2) 5 de Setembro de 1852. Foram proclamados presidente e vice-presidente da Assembléa, respectivamente, conego Joaquim Gonçalves de Azevedo e padre Torquato Antonio de Souza.

Em seu governo, fundeou em Manáos, inaugurando a navegação fluvial, da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas, o vapor *Marajó* [3].

A Provincia, até a proclamação da Republica, teve a gerencia de trinta presidentes e dezeseis vice-presidentes, que estiveram em exercicio vinte e oito vezes.

Aquellès foram, alem de Tenreiro Aranha e do conselheiro Ferreira Penna: dr. João Pedro Dias Vieira, Angelo Thomaz do Amaral, dr. Francisco José Furtado, dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, dr. Sinval Odorico de Moura, dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque, dr. Antonio Epaminondas de Mello, dr. José Coelho da Gama e Abreu, dr. Jacintho Pereira do Rego, commendador João Wilkens de Mattos, coronel dr. José Miranda da Silva Reis, dr. Domingos Monteiro Peixoto, dr. Antonio dos Passos Miranda, dr. Domingos Jacy Monteiro, dr. Agesiláo Pereira da Silva, coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, tenente coronel José Clarindo de Queiroz, dr. Satyro de Oliveira Dias, dr. Alarico José Furtado, dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, dr. Theodureto Carlos de Faria Souto, dr. José Jansen Ferreira Junior, dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves, coronel Conrado Jacob de Nyemeyer, coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno, dr. Joaquim Cardoso de Almeida, dr. Joaquim de Oliveira Machado, dr. Manoel Francisco Machado.

Estes foram, alem do dr. Manoel Gomes Correia de Miranda, em exercicio mais cinco vezes: conego Joaquim Gonçalves de Azevedo, coronel Innocencio Eustaquio Ferreira de Araujo, dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, tenente-coronel Sebastião José Basilio Pyrro, João Ignacio Rodrigues do Carmo, José Bernardo Michilles, coronel Leonardo Ferreira Marques, major Clementino José Pereira Guimarães, major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, capitão de mar e guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso, capitão Guilherme José Moreira, capitão José Paes da Silva Sarmento, tenente-coronel Antonio Lopes Braga, conego Raymundo Amancio de Miranda.

De todos, amazonenses apenas cinco: dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, João Ignacio Rodrigues do Carmo, major Clementino José Pereira Guimarães, major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães e capitão José Paes da Silva Sarmento.

* * *

A organização administrativa e judiciaria da Provincia, creada quando de sua installação, com o progresso que se foi obser-

---

([3]) 11 de Janeiro de 1853.

vando tambem recebeu reforma. A Provincia era constituida apenas de uma comarca, quatro municipios e vinte e oito freguezias. Dos municipios, o primeiro desmembrado foi Luséa, com a constituição, em Outubro de 1852, do de Villa Bella da Imperatriz, por que passou a denominar-se a freguezia de Villa Nova da Rainha, hoje Parintins. Depois Manáos, com a elevação de Silves e Serpa a villa, e ainda Luzéa, com a creação do municipio de Borba.

Ao ser proclamada a Republica, o desmembramento dos primitivos municipios era quasi completo. Existiam dezeseis: Manáos, Parintins, Itacoatiara, Maués, Manicoré, Teffé, Moura, S. Paulo de Olivença, Labrea, Urucará, Barreirinha, Borba, Codajáz, Coary e Barcellos. Tinham a cathegoria de cidade — Maués, Teffé, Parintins e Itacoatiara.

No tocante á vida judiciaria, logo em 1853 a Assembléa Provincial creou a comarca do Solimões, com sede na villa de Ega; e em 1858, a de Parintins, tendo séde na villa desse nome. O desmembramento continuando, ao cahir a monarchia as comarcas estavam elevadas para oito — Manáos, Solimões, Parintins, Rio Negro, Itacoatiara, Rio Madeira, Labrea e Alto Solimões. Manáos era de segunda entrancia; as demais, de primeira.

A instancia superior esteve a principio no Tribunal da Relação de São Luiz, no Maranhão. Em Agosto de 1873, dadas as difficuldades que alli creava á toda a Amazonia, a reclamar providencias do governo imperial, Belem passou á séde de uma relação, comprehendendo tambem o Amazonas. Essa organização vigorou até 1889 [4].

* * *

Não se registraram, até fins do Imperio, agitações politicas que fizessem perturbar a ordem publica, de molde a exigir energica intervenção das autoridades como nos dias da cabanagem. Acompanhando os rumos traçados no sul, os homens da Provincia aggrupavam-se nos dois partidos monarchicos então organizados, o Liberal e o Conservador.

A lucta em que se empenharam para a victoria da aggremiação a que pertenciam, travava-se na imprensa e na Assembléa Provincial. Por vezes aspera, vesga, levando-os a actos condemnaveis, nunca, porem, sangrentos. Muito diversa da a que se assistia no nordeste e no sul, onde as paixões exaltadas tinham epilogo tragico em mashorcas e assassinios frios. A indole do homem da Amazonia, influencia de factores mesologicos, repelia as

(4) Gaspar Guimarães, *A evolução historica da divisão judiciaria e administrativa do Estado do Amazonas*, Revista Academica, II, Manáos, 1923.

demonstrações violentas. Poucos, por isso, os casos politicos de importancia.

Em 1853, a guarnição de Manáos, trabalhada por espiritos agitados, pretendeu intervir na escolha do primeiro senador da Provincia. Suffucada, no nascedente, a projectada manifestação careceu de importancia.

Na administração do dr. Sinval Odorico de Moura, occorreram as primeiras effervescencias partidarias. Esse presidente foi guerreado fortemente. A Assembléa Provincial, allegando violencias contra os seus membros, deixou de reunir-se, em Março e Julho de 1864, declarando illegal o governo do sr. Sinval. Tinha sido nomeado novo presidente e continuava no poder o dr. Sinval, que afinal teve substituto, em 7 de Abril, no dr. Adolpho de Barros.

Na gestão do dr. Jacy Monteiro, deram-se novas effervescencias. As eleições para constituição das camaras municipaes não decorreram calmas. Na capital e no interior houve scenas desagradaveis. Em Silves, a urna, arrebatada quando terminava a terceira chamada dos eleitores, foi espatifada; em Coary, fizeram duplicata de eleitores; em Manáos, alem dos trucs em moda, os elementos hostis ao governo tentaram alterar a ordem, falando-se mesmo num ataque a palacio e deposição do presidente com o apoio da força armada.

O coronel Enéas Galvão, Barão de Maracajú, soffreu tambem grande opposição. Militando no Partido Liberal, teve de enfrentar a campanha movida pelos conservadores, senhores da Assembléa, os quaes, entre outros meios de que se utilizaram para embaraçal-o, reduziram os impostos, obrigando-o a um regimen de aperturas. Em varias localidades do interior houve participação de elemento militar nas eleições para a Assembléa Geral do Imperio [5]. O empastellamento das officinas do *Jornal do Amazonas*, orgão conservador, constituiu pedra de escandalo de que accusaram o governo do Barão, contribuindo para fazer augmentar a excitação reinante. Vencendo todas essas e outras difficuldades, o Barão teve mais a contrarial-o o vigario-geral, conego Raymundo Amancio de Miranda, a proposito de um francez e um norte-americano, presos á ordem do sacerdote e soltos por se não lhes encontrar culpa. Ainda no caso o Barão sahiu victorioso, com a reprehensão do bispo do Pará ao conego Amancio, conservador exaltado.

O dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves, conservador, serviu de alvo aos ataques do grupo liberal que até á hora de sua

---

(5) A eleição para o preenchimento de duas vagas á Assembléa Geral realizou-se a 3 de Setembro de 1878. Sobre os acontecimentos — *Provincia do Amazonas – Eleição geral em 1878,* Rio, 1878.

sahida lhe demonstrou hostilidade. Foi dos presidentes mais guerreados.

Os que lhe succederam não se salvaram tambem de criticas ferinas. Os jornaes e os tribunos da Assembléa Provincial setearam-nos com vigor.

Em 1886, entre os conservadores houve desintelligencias. Formou-se um grupo dissidente dirigido pelo conego Amancio de Miranda, que pregou os propositos pelo *Rio Branco*, posto em circulação para franca hostilidade ao presidente Joaquim de Oliveira Machado.

* * *

Mantida a paz publica nos casos politicos, a Provincia tambem não conheceu as horas angustiosas de outras luctas internas e de caracter internacional. As relações do Imperio com os paizes lindeiros na Amazonia, amistosas, nunca foram perturbadas.

Uma commissão chefiada pelo tenente-coronel Francisco Xavier Lopes de Araujo, Barão de Parima, demarcou, entre 1879 e 1881, os lindes com a Venezuela; outra, em 1866, 1867 e 1874, dirigida a principio pelo capitão-tenente José da Costa Azevedo e depois pelo capitão de fragata Antonio Luiz von Hoonholtz, Barão de Teffé, os lindes com o Perú [6]. As fronteiras, em varios pontos, eram guarnecidas. As antigas fortificações portuguezas de Tabatinga, Içá, S. Gabriel, Marabitanas e S. Joaquim, por vezes soffreram reparos.

Apenas em Outubro de 1862 occorreu um facto que provocou receios. O vapor *Morona*, peruano, sem autorização subiu o Amazonas, rumo de Loreto. Presidia a Provincia o dr. Carneiro da Cunha que fez aprestar o *Inca*, no qual o capitão-tenente José da Costa Azevedo seguiu em perseguição ao barco estrangeiro. Este, depois de encontrar-se com o *Inca*, encalhou nas pedreiras de Puraquequara, pouco antes da confluencia do Negro com o Solimões, sendo rebocado pela canhoneira *Ibicuhy*. O incidente, provocando a intervenção da diplomacia peruana, foi afinal resolvido amigavelmente, dissipando-se os receios de um conflicto armado.

Na ordem interna, digno de referencia foi, em 1857, o começo de insurreição dos indios do alto rio Negro, Issana e Waupés, promovido por indios que se diziam christãos e souberam explorar a crendice, a ingenuidade daquellas populações, levando-as a se despojarem, em beneficio delles, do que possuiam. Diziam-lhes

(6) Nas demarcações em 1866, o trabalho teve de ser interrompido devido aos ataques dos indios Mangeronas; nas de 1874, as difficuldades foram obra das febres palustres e do beriberi, que fez varias victimas.

«que o mundo arderia no dia de S. João» e «subiriam aos céos os que melhor dançassem e pagassem». O governo, sentindo o perigo que acompanhava taes desmandos, apressou-se em providenciar, conseguindo por meios brandos resolver a situação. Tres indios, que se diziam S. Lourenço, Padre Santo e Santa Maria, capturados, vieram para Manáos [7].

* * *

A instrucção primaria, nos dias coloniaes, reduzia-se á dos missionarios que ensinavam com carinho as creanças indigenas, embora não lhes falassem em portuguez e não lhes dessem mesmo noções dessa lingua, contrariando, assim, as determinações reaes.

Uma escola de primeiras lettras, creada em 1787 para os filhos dos moradores, em Barcellos, não chegou a ser installada, pela desistencia do professor nomeado. Outras, em varios pontos da Capitania, ou não funccionavam ou funccionavam com muita irregularidade e sem produzir resultados animadores. Alexandre Rodrigues Ferreira, visitando o rio Negro, verificou em 1787 o abandono em que vivia a causa do ensino. O subsidio litterario, instituido por Pombal, não aproveitava o Amazonas, embora o Marquez tivesse as suas vistas lançadas para o valle magnifico.

Governando o Grão-Pará, D. Francisco de Souza Coutinho creou uma escola em Barcellos, obtendo approvação do acto por carta regia de 29 de Fevereiro de 1800.

Ao tempo da adhesão á independencia, eram varias as que o governo mantinha. Sabe-se, com certos detalhes, a respeito da de Moura, Barcellos e Logar da Barra [8]. Nos dias da comarca do Rio Negro e do Alto Amazonas, não se registram progressos sensiveis. Não foram muitas as novas escolas montadas e onde, pela lei de 15 de Outubro de 1827, vigorava o methodo lancasteriano [9]. A's camaras municipaes cabia a fiscalisação e a inspecção dos trabalhos didaticos. Em 1838, o professor de Manáos vencia o ordenado de 300$000 annuaes.

De quantos exerceram o magisterio, por essa época, o mais notavel foi o padre João Antonio da Silva, vigario da villa de

---

(7) Bento Aranha, *As explorações e os exploradores do rio Waupés*, Archivo do Amazonas, I, Manáos, 1907.

(8) Agnello Bittencourt e J. B. polemicaram a respeito do ensino na época da independencia, aquelle pelo *Jornal do Commercio;* este pela *A Imprensa*, Manáos, Novembro de 1923.

(9) A historia do ensino primario, normal e secundario da Provincia já está elaborada com a contribuição de: J. B., *A instrucção no Amazonas*, Manáos, 1927. Monteiro de Souza, *Esboço historico do ensino secundario na Provincia do Amazonas*, «Diario Official», 1922, pg. 325.

Manáos e patriota exaltado na cabanagem, o qual manteve a «primeira escola particular que existiu no Amazonas» «contando-se no numero dos alumnos cinco meninas».

Quando foi installada a Provincia reduziam-se a oito as escolas, e destas, providas apenas as de Maués e Ega e a do sexo feminino da cidade da Barra, estabelecida em 1840. Tenreiro Aranha, vimos no capitulo que lhe dedicamos, procurou enfrentar o problema da alphabetisação, organizando o ensino atravez um regulamento interessantissimo que marcava ao magisterio varias obrigações, entre ellas a da educação physica e moral. Pelo regulamento, o curso, dividido em seis classes, comprehendia as seguintes materias: «leitura, calligraphia, doutrina christã, numerações e principaes regras de arithmetica, grammatica da lingua nacional, noções de geometria applicada ás artes, da historia natural, da sagrada e do Brasil e da geographia». Havia, mais, para meninas, aulas de prendas.

Os presidentes e vice-presidentes que lhe succederam cuidaram, com certo interesse, da instrucção. Sem os recursos necessarios, com rendas pequenas, pouca gente habilitada, a Provincia não podia apresentar grande progresso nesse particular. Gonçalves Dias [10], nomeado visitador, em 1861 e 1862 percorreu o Solimões, Negro e Madeira, recolhendo dados a respeito do que era a instrucção. Os relatorios, que se lhe devem, informam com clareza que o ensino publico não offerecia um quadro alentador.

A Provincia, num exemplo dignificante, dispendia com o ensino as sommas que podia tirar de suas parcas finanças. De 1852 a 1868, 506:943$699, de uma renda estimada para esse periodo em pouco mais de mil e tresentos contos. Cidadãos prestimosos por vezes contribuiam com importancias avultadas, merecendo relevo o Barão de Mauá, que em Novembro de 1873, por occasião de uma visita a Manáos, doou a somma de cinco contos!

Fizeram-se varias reformas, a todas presidindo o interesse de ampliar, melhorar a educação da juventude amazonense. As mais importantes foram as dos presidentes José Paranaguá e Theodureto Souto, esta mais completa com a creação do ensino agricola, a ser dado no Museu Botanico de Manáos.

Em fins de 1854 o numero de escolas na Provincia já se elevava a dezoito, sendo tres particulares; em 1857, a vinte seis; em 1871, a trinta e duas; em 1876, a cincoenta e duas; em 1883, a noventa duas; em 1887, a cento e oito; em 1889, a cento e vinte quatro. O professorado era escolhido sem grandes rigores, mediante um concurso em que lhe apuravam os conhecimentos

---

(10) *Relatorio sobre as escolas publicas das freguezias do rio Solimões* — *Relatorios da Presidencia*, vol. II, pg. 551.

indispensaveis, porque não funccionava ainda o curso normal, reclamado constantemente. A' classe sacerdotal, o governo buscava os melhores educadores.

Em 1871, o director da instrucção, dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira apresentou um projecto de reforma, creando em Manáos uma Escola Normal. A idéa, embora applaudida, não foi executada, por varias razões imperiosas, allegou o presidente Miranda [11], de sorte que só em 1881, pelo regulamento de 14 de Dezembro, a Provincia teve o estabelecimento fundamental ao preparo do magisterio primario. A Escola Normal, então estabelecida, teve inauguração solemne no anno seguinte, a 6 de Março. Nella o ensino seria ministrado em tres annos [12].

O ensino secundario appareceu dispersivamente, em cadeiras isoladas e no Seminario de São José. A primeira foi creada em 29 de Novembro de 1850, ainda o Amazonas comarca do Pará. Era da lingua franceza, mas não a installaram logo por falta de candidato. O Seminario, mantido com grande esforço, sob a direcção do padre Romualdo Gonçalves de Azevedo, subvencionado parcamente pelos cofres provinciaes, por muito tempo representou o maior esforço pelo preparo da juventude amazonense. Com internato e externato, não formava apenas os que desejavam abraçar a carreira ecclesiastica. O governo provincial, animando-o por favores e auxilios pecuniarios, mantinha nelle as cadeiras isoladas de arithmetica, algebra, geometria, geographia, francez, historia, philosophia racional e moral e rethorica, denominando Lyceu ao conjunto desses cursos. A educação secundaria procedia-se, pois, irregularmente.

Em Outubro de 1864, o presidente Adolpho de Barros pretendeu dar organização especial ao Lyceu, desligando-o do Seminario, mas, deixando o governo no anno seguinte, o projecto de reforma que organizou, apresentado á Assembléa, não chegou a ter approvação. A idéa de um Lyceu autonomo, comquanto bem recebida, não medrou logo. Novamente projectado, em 1869, pelo presidente Wilkens de Mattos, o Lyceu ficou creado em definitivo pelo regulamento 18, promulgado pela lei de 14 de Março, sob a administração do director geral da instrucção publica [13]. Pouco frequentado, não teve o desenvolvimento que era de esperar, le-

---

([11]) *Relatorios da Presidencia da Provincia do Amazonas*, Rio, 1907, vol. 4, pgs. 246 - 247.

([12]) Comprehendia as seguintes materias: lingua nacional, pedagogia, methodologia, legislação do ensino, mathematicas elementares, desenho linear e francez, historia e geographia universaes, do Brasil e do Amazonas, instrucção moral e religiosa, elementos de sciencias physicas e naturaes, noções de economia e de hygiene, prendas domesticas, musica theorica e pratica e desenho.

([13]) O curso comprehendia as seguintes materias: francez, arithmetica, algebra e geometria, philosophia racional e moral, grammatica universal e re-

vando o governo, a 31 de Janeiro de 1877, a suspender o ensino do inglez, philosophia e rethorica e a alterar o curso na distribuição das disciplinas mantidos. Já antes, a 16 de Maio de 1871, este soffrera modificação com a sub-divisão em ordinario e complementar, feito em cinco annos cada um e uma serie grande de materias mais proprias em cursos especializados. Ainda sem attender ás necessidades da Provincia, cujos filhos do interior não tinham onde fazer estudos secundarios, sendo obrigados a procurar internatos fóra, por deliberação da Assembléa, de 4 de Novembro de 1880, foi reformado o regulamento de 14 de Dezembro de 1881, do dr. Alarico José Furtado, passando o Lyceu a ter um internato.

Pela deliberação acima referida, o presidente Satyro de Oliveira Dias teve autorização para construir um edificio destinado ao estabelecimento, consignado, no orçamento, a verba de trinta contos para os trabalhos preliminares. A 25 de Março de 1881, com magna solemnidade, era lançada a pedra fundamental do proprio, inaugurado pomposamente a 5 de Dezembro de 1886 pelo presidente Ernesto Chaves.

Ao lado dessa educação official, processava-se a particular, representada em varias escolas primarias e em estabelecimentos de maior finalidade como o *Asylo de Nossa Senhora da Conceição*, para meninas, fundado em 26 de Julho de 1869 pelo vigario geral, padre José Manoel dos Santos Pereira, e desapparecido tres annos depois; o internato de meninos, denominado *Nossa Senhora dos Remedios*, inaugurado a 15 de Fevereiro de 1876 e extincto no mesmo anno; o *Collegio Santa Ritta*, installado a 7 de Janeiro, sob a direcção da professora Raymunda Rodrigues de Almeida Magalhães e contando no corpo docente os melhores educadores de Manáos [14].

A Provincia ainda olhou o ensino artistico e profissional, mantendo aulas avulsas de musica e o Estabelecimento de Educandos Artifices, installado em Manáos a 25 de Março de 1858, com officinas de alfaiate, sapateiro, torneiro, charuteiro e chapeus de bonibonassa. Essa escola, extincta em 1877, voltou a funccio-

thorica, geographia antiga e moderna e latim. Mais tarde foram creadas as cadeiras de inglez, pedagogia, escripturação mercantil e contabilidade, e historia universal.

([14]) Tambem tiveram nomeada: — *Collegio Marinho*, organizado pelo bacharel em lettras Pedro Ayres Marinho, estabelecimento que teve grande nomeada, com os cursos abertos a 29 de Junho de 1881; *Collegio Brasileiro*, internato e externato para meninas, dirigido por dona Candida Maria Pedrosa; *Collegio Amazonense*, para meninas, da professora Luna Messias Corrêa; *Collegio Trese de Maio*, do professor Alexandre dos Reis Rayol; *Atheneu Amazonense*, dos drs. Jonathas Pedrosa e José Rodrigues Vieira; *Collegio Santa Thereza*, para meninas, da professora Nympha Pontual.

nar sob o nome de Instituto Amazonense de Educandos Artifices, na administracção José Paranaguá, produzindo os melhores resultados.

Cuidando tambem da educação de meninos orphãos, a Provincia manteve duas casas, louvadas por quantos as conheceram. A primeira, cujas aulas começaram a 8 de Janeiro de 1859, denominou-se *Collegio de Nossa Senhora dos Remedios de Manáos.* A segunda, *Asylo Orphanologico Elysa Souto,* inaugurado a 10 de Julho de 1884, no governo do dr. Theodureto Souto, origem do actual Instituto Benjamin Constant.

As escolas, funccionando de inicio em casas alugadas, principiaram a ter predios proprios em 1871, quando foram construidos tres, na capital, nos bairros dos Remedios, São Vicente e Espirito Santo [15], antes, portanto, da circular do conselheiro João Alfredo, ministro do Imperio, aconselhando aquella providencia aos presidentes de Provincia.

* * *

A vida intellectual da Provincia, como da Capitania e da Comarca, não teve brilho.

Os homens de cultura appareciam na cathedra das escolas, no Lyceu e na Escola Normal, e atravez da collaboração, de pouco fulgor, na imprensa regional. O meio, muito acanhado, não lhes dava margem a demonstrações, antes lhes asphixiando as manifestações. Citam-se, sem difficuldade, os que deixaram em livros assignalada a sua actividade mental.

Torquato Tapajóz [16] foi o mais diligente. Homem de sciencia, estudou afincadamente a historia, a geographia, a climatologia, os problemas economicos, a ethnographia do valle. As obras que escreveu ainda hoje têm alto valor — *Provincia do Amazonas; estudos sobre a alfandega de Manáos. O rio Purús. Provincia do Amazonas; navegação directa. O valle do Amazonas e os apontamentos para o Diccionario Geographico do Brasil. Provincia do Amazonas, cartas politicas.*

Francisco Ferreira de Lima Bacury, investigando o passado

---

(15) O material escolar, nem sempre apreciavel, teve reforma na gestão do general Miranda Reis, que o fez adquirir nos Estados Unidos.

(16) Nasceu em Manáos, a 3 de Dezembro de 1853. Era engenheiro geographo e bacharel em mathematicas. Foi membro do Club de Engenharia, Instituto Polythechnico, Instituto Civil dos Engenheiros de Londres, Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Grande sabedor da engenharia sanitaria, devem-se-lhe memorias e projectos magistraes sobre a construcção de esgotos no Rio, Nictheroy, S. Paulo e Belem: Escreveu, alem dos estudos acima referidos: *Climatologia do Valle do Amazonas, Estudos sobre o Amazonas, Limites do Estado* e outras monographias e conferencias de subido valor.

de sua terra, escreveu-lhe a chronica até 1888, nas *Ephemerides Amazonenses*, minuciosissimas, em dois volumes [17].

Pedro Luiz Simpson occupou-se do linguajar indigena, de que foi emerito sabedor como evidenciou na *Grammatica da Lingua Brasileira*, proclamada das mais perfeitas pelos entendidos, e no *Diccionario Geral da Lingua Brasileira*, em quatro volumes, ainda inedito, onde veem registradas mais de dez mil palavras [18].

Outros a merecer referencia, embora nascidos noutras Provincias, foram o dr. Agrigio Martins de Menezes, organizador das *Ephemerides Amazonenses* e da *Historia da Provincia do Amazonas*, [19] synthese premiada pelo governo provincial; o dr. João Martins da Silva Coutinho [20], cujas monographias sobre a borracha e anil, explorações de rios e ethnographia indigena lhe grangearam real nomeada; e o dr. João Barbosa Rodrigues, o maior botanico, ethnographo e anthropolago do paiz, áquelles tempos, fundador do Museu Botanico do Amazonas, director de *Vellosia*, a grande revista do Museu, onde vem o resultado das investigações procedidas na região, autor da *Pacificação dos Chrichanás*, *O Tamaquaré*, *O Muyrakytá*, *A Poranduba Amazonense* e varios outros ensaios importantissimos.

Paulino de Britto [21], poeta e romancista festejado, philologo, orador, intelligencia vivissima, maior bagagem cultural que Torquato Tapajóz, illustrou o nome do Amazonas fora de suas fronteiras, no Pará, onde brilhou num circulo de explendidas figuras. Assim Estellita Tapajóz [22], philosopho, anthropologo, a apontar

---

(17) Essa obra era minuciosa, pois o autor obteve para escrevel-a farta documentação, que juntava em annexo. Por occasião do ataque que a policia fez á residencia do autor, num dos periodos de maior agitação politica do Amazonas republicano, as *Ephemerides* com os documentos, foram destruidas.

(18) Esse *Diccionario* foi proclamado como dos melhores e subsidio precioso á organização do *Diccionario de Brasileirismos*, projectado pela Academia Brasileira de Lettras. João Ribeiro, escrevendo sobre elle disse que nenhum dos vocabularios até então publicados lhe levava superioridade.

(19) As *Ephemerides Amazonenses*, do dr. Aprigio de Menezes, premiadas em concurso, mandadas imprimir pelo governo, depositadas no Archivo Publico de Manáos, desappareceram ha duas ou tres decadas. Onde pairam presentemente? A synthese está publicada no *Almanack Amazonense*, para 1884, e no *Almanack do Amazonas*, para 1889.

(20) Silva Coutinho escreveu, entre outros trabalhos, *As Epidemias no Valle do Amazonas*.

(21) Nasceu em Manáos, a 9 de Abril de 1859. Foi professor de portuguez da Escola Normal de Belem e de esthetica da musica no Conservatorio Carlos Gomes, naquella capital. Escreveu, alem de varios trabalhos didaticos de muito merecimento, *Cantos Amazonicos*, *O Homem das Serenatas*, *Por causa de uma loucura*, *Contos e aventuras*.

(22) Estellita Tapajóz distinguiu-se muito na producção philosophica. Seu trabalho de maior vulto foi publicado já no periodo republicano. Intitula-se *Ensaios de philosophia e sciencia*.

em São Paulo e no Rio, cheio de louvores de seus contemporaneos e da critica actual, como das mentalidades mais bem organizadas do Imperio.

A Sociedade de Geographia do Amazonas, fundada a 7 de Junho de 1888, em Manáos, sob a presidencia do coronel Pimenta Bueno, teve vida ephemera.

O Museu Botanico, creado em 1883, sob a sabia direcção do dr. Barbosa Rodrigues, instituição que orgulhou a Provincia, centro scientifico dos maiores do Imperio, logo ao começo da Republica foi extincto. Mesmo dentro desse curto periodo, produziu muito, bem servindo á sua finalidade. Não recebeu, porem, as attenções officiaes que merecia.

Muito menos fulgurante que a vida litteraria, a artistica. Sabe-se, sem detalhes, da existencia de um palco em Manáos, no tempo da comarca do Alto Amazonas [23].

O primeiro theatro de que ha noticias na Provincia foi o que funccionou num pavilhão de madeira [24], levantado pela Sociedade da Beneficiente Portugueza. Alli trabalharam varias companhias, vindas do sul, algumas com magnifico elenco. Quando da proclamação da Republica, existia em Manáos o *Eden Theatro*, especie de café-concerto. Já, porem, desde 1884, estava em construcção um theatro, cuja pedra fundamental fôra lançada a 14 de Fevereiro. Era da iniciativa do governo do dr. José Paranaguá, mediante autorização legislativa.

As aulas de musica mantidas pelo erario provincial nunca produziam um nome, o que parece inverosimil, inexplicavel, tendo-se em conta o natural pendor do indio pelas artes sonoras. Apenas o professor Adelelmo do Nascimento, professor do Lyceu, das maiores cerebrações artisticas do paiz, deu destaque á musica com sua producção admiravel e a orchestra que organizou com os alumnos do Instituto Amazonense, onde ensinava.

Dos edificios publicos construidos, devem ser citados, pelas linhas architethonicas que offerecem, o da actual prefeitura de Manáos, a cathedral e o do Gymnasio Amazonense. Nada mais destacavel.

— A imprensa, até 1870, interessando-se quasi que unicamente pelos assumptos partidarios ou pelos problemas economicos e materiaes da Provincia, não offerecia feição agradavel. Os jornaes eram pesadões, escriptos em linguagem violenta, deixando de parte o noticiario local. De 1870 em diante, assignala J. B. [25], a im-

---

(23) Bertino de Miranda, em notas ineditas que se guardam no archivo do I. G. H. do Amazonas, diz que em 1847 o major Miranda Leão encontrou esse palco, dentro do quartel em Manáos.

(24) Era pomposamente chamado *Theatro Phenix*.

(25) *A Imprensa no Amazonas*, Manáos, 1908, pg. 7.

prensa amazonense soffreu accentuada melhoria, entrando a abordar os assumptos que a preoccupavam com maior amplitude e melhor forma. O aspecto material das folhas passou egualmente por sensiveis reformas.

O primeiro jornal foi o *Cinco de Setembro*. Circulou a 3 de Maio de 1851, sob a direcção de Manoel da Silva Ramos, artista graphico convidado a se estabelecer em Manáos por Tenreiro Aranha. Periodico de proporções reduzidas, o *Cinco de Setembro*, a 7 de Janeiro de 1852, passou a denominar-se *Estrella do Amazonas*, em homenagem á nova Provincia creada. Sob esse nome «publicava-se uma vez por semana até 1855 e de 1856 em diante, duas vezes». Viveu, augmentado no formato em 1864, com feição politica, desenvolvidas as secções commercial e noticiosa, até 30 de Junho de 1865!

A' *Estrella do Amazonas* succedeu o *Amazonas*, de que foi fundador o jornalista Antonio da Cunha Mendes. Teve existencia prolongada, embora a publicação por vezes ficasse suspensa. Chegou á Republica. Orgam dos conservadores, a principio, liberal depois, já no periodo republicano passou, de inicio, a orgam dos democratas. Dentro da Provincia era a folha de maior projecção. Aos poucos soffrendo reformas, melhorado no aspecto material, recebia a collaboração das melhores penas do Amazonas. O explorador William Chandless occupou-lhe as columnas em estudos sobre o Abacaxys e Maués-Assú. De Janeiro de 1873 a Abril de 1874 nomeou-se *Diario do Amazonas*; daquelle mez e anno em diante, simplesmente *Amazonas*.

Outra folha de larga influencia foi o *Commercio do Amazonas*, cujo primeiro numero sahiu a 15 de Agosto de 1869, substituindo o *Mercantil*, que apparecera no anno anterior. Da direcção de Gregorio José de Moraes, não tinha côr partidaria, examinando com imparcialidade, independencia, todas as questões, donde o conceito de que gosava. Nunca se afastou desse rumo. Mesmo fóra da Provincia, a sua importancia era manifesta. Foi o primeiro jornal a estampar telegrammas e a manter serviço de clicherie [26].

Em 1875 veio á publicidade o *Jornal do Amazonas*, orgam da feição conservadora, portanto politico. Teve tambem larga sahida, nomeada em toda a Provincia. Nelle escreviam jornalistas combatentes.

No interior, o primeiro periodico foi o *Itacoatiara*, que appareceu em Maio de 1874. Morreu logo em Abril de 1875. Seguiu-se o *Foz do Madeira*, ainda em Itacoatiara, a 1 de Janeiro de 1876; o *Rio Madeira*, em Manicoré, em Novembro de 1881; *Commercio do Madeira*, *Correio do Madeira*, *Gazeta de Manicoré*, em 1884,

---

([26]) J. B., Obr. Cit. pg. 21.

1885 e 1886, nesse municipio; o *Commercio do Purús*, o *Purús* e o *Labrense*, em 1886 e 1888, na Labrea.

Até 1889, o numero de jornaes impressos subiu a mais de cem. Desses, o primeiro diario foi o *Amazonas*, quando com o nome de *Diario do Amazonas*, de 1 de Janeiro de 1873 a 6 de Abril de 1874, esforço herculeo no tempo, tendo-se em consideração as difiiculdades naturaes numa região que começava a desenvolver-se.

Embora fortissima sempre nos ataques aos homens publicos, a imprensa desfructou a mais absoluta liberdade. Apenas em Outubro de 1878 se registrou um attentado, constante do empastellamento do *Jornal do Amazonas*, obra vandalica dos attingidos pelas censuras daquella folha.

Unida quando os altos interesses do Amazonas exigiam o esforço conjugado de todas as energias, a imprensa amazonense bateu-se com ardor pela liberdade dos escravos, pela navegação para a Europa e Estados Unidos e no sentido de ser extendida á Manáos a linha da Companhia Brasileira de Navegação, hoje Lloyd Brasileiro [27].

* * *

Territorio immenso, povoado ainda de muitos milhares de aborigenes, a Provincia tinha necessidade imperiosa de attrahil-os, pacifical-os, trazel-os ao convivio da sociedade. A obra dos cathequistas nos seculos XVII e XVIII, grandiosa, perecera por não ter sido continuada com civismo e altruismo. A organização pombalina falhara.

Com a lei de 24 de Julho de 1845, por que o Imperio olhara o assumpto, ficara creada, pelo governo paraense, uma directoria de indios para a Amazonia toda. Mas essa directoria, pelo desmembramento de 5 de Setembro, já não actuava mais na antiga Comarca, pelo que, em 7 de Janeiro de 1856, foi organizada a do Amazonas sendo nomeado director o dr. João Wilkens de Mattos. Ia a duzentos e trinta e nove o numero de tribus conhecidas, nem todas com directores em funcção.

O regimen, instituido de bôa fé, não dava, comtudo, os resultados almejados. Os indios, em estado de selvageria, assaltavam embarcações, atacavam povoados, depredavam, matavam. Vingavam-se de máos tratos, de afrontas, levados pelo instincto de resposta violenta a qualquer insidia, instincto commum á gente das épocas primitivas. Os directores dos povoados, das aldeias, muito pouco zelosos, sem força para dominal-os, nada realizavam que

(27) J. B., Obr. Cit. — *Navegação directa entre a Côrte e o Amazonas* por Joaquim Rocha dos Santos, Rio, 1882.

podesse dar esperanças. Dahi a preoccupação constante das autoridades no sentido de ser entregue a cathequese aos religiosos.

Vencedora essa idéa, mas sem que fosse abolido o regimen dos directores locaes, os presidentes provinciaes conseguiram, com grandes difficuldades, o contracto de missionarios. Aliás elles, nos dias da Comarca do Alto Amazonas, ás vesperas da fundação da Provincia, já estavam em actividade, representados por frei José dos Santos Innocentes, frei Gregorio José Maria de Bene, frei Pedro de Ceriana, que operavam no rio Branco, Issana e Andirá.

Vieram alguns, do Pará; outros, já residiam na Provincia, como parochos; outros, ainda, buscaram-nos fóra do paiz. Em 1870, chegaram seis franciscanos observantes. A tarefa, pesada, exigia algumas dezenas delles, a serem espalhados pelos altos rios e respectivos affluentes. Nunca, todavia, attingiram a uma dezena, de sorte que quasi nada puderam produzir. O mais notavel entre todos, homem culto, coração de ouro, espirito de sacrificio, foi frei Jesualdo Machetti [28], constructor da egreja de S. Sebastião, em Manáos, prefeito das missões por varios annos.

A cathequese, pouco cuidada, por isso mesmo malogrou. Apenas a missão de S. Francisco, á margem do rio Preto, affluente do Jamary, no Madeira, teve prosperidade, logrando ser elevada á freguezia [29]. Os franciscanos, em contacto com os Parintintins, terriveis e só agora reduzidos aos grupos, não tiveram a felicidade de vencel-os. Ao contrario, hostilizaram-nos.

Da obra dos directores tambem não se colheram fructos. Só se conta nesse periodo, de notavel, a pacificação dos Crichanás, do Jauapery [30], docilisados por Barbosa Rodrigues em 1884.

* * *

O devassamento da hinterlandia procedera-se, nos tempos coloniaes, nas zonas banhadas pelo Solimões, Içá, Japurá, Negro, Branco, Urubú, Madeira, não computados os affluentes delles e o trecho do Tapajóz que pertencia á Capitania. O Juruá só não

(28) Jesualdo Machetti era italiano. Chegou a Manáos a 7 de Novembro de 1870, seguindo para S. Antonio, no Madeira, para fundar a primeira missão naquelle rio. Em Manáos, frei Jesualdo, que desfructava de grande estima popular, montou uma typographia para impressão de livros religiosos, sendo elle proprio o typographo. Escreveu alguns livros e traduziu outros. Morreu a 21 de Junho de 1902 — J. B., Frei *Jesualdo Machetti, A Capital,* Manáos, 42, 5 de Outubro de 1918.

(29) Missão dos indios Torás e Araras. Foi elevada a freguezia em 1871, perdendo a cathegoria em 1888, quando esta passou a Humaythá.

(30) Barbosa Rodrigues, *A pacificação dos Chrichanás,* Rio, 1885. Alipio Bandeira, *Jauapery,* Manáos, 1926.

guardava mysterios na bocca e pouco acima. O Purús apenas tinha sido corrido por buscadores de drogas do sertão e pescadores. Tudo, portanto, quasi que unicamente obra do missionario, do sertanista e das commissões de limites.

Com a independencia, a agitação reinante não consentira na penetração, de sorte que permaneciam os conhecimentos daquelles dias, apenas augmentados durante a cabanagem, na Mundurucania. Havia, assim, um mundo immenso a desvendar ainda.

Dos poucos varados, o Purús [31] foi o primeiro a ser conhecido. Antes mesmo da installação da Provincia, João da Cunha Correia, conhecido por João Cametá, visitou-o muitos dias de viagem acima da bocca. Não ha detalhes da aventura. Sabe-se que occorreu antes do meiado do seculo XIX.

Em 1852, vimos atraz, Tenreiro Aranha, occupando-se em rasgar communicações com Matto Grosso e a Bolivia, salvando as cachoeiras do Madeira, enviou o pratico Serafim Salgado, que recolheu varias informações, nada adiantando, porem, aos propositos do presidente por não ter conseguido verificar a existencia da passagem que se affirmava existir para a região povoada da Bolivia, banhada pelo Beni. Serafim Salgado, encontrando difficuldades, regressou do aldeamento dos Cocamas, que habitavam o alto rio, talvez alem do Acre, em situação ainda não determinada.

Seguindo-lhe na esteira, em 1861, o preto amazonense Manoel Urbano da Encarnação, perito em coisas de sua terra, cujos segredos sabia desvendar dos indigenas, chefiou uma expedição ordenada pelo presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha. Passando alem do attingido pelo antecessor, chegou adiante, seis dias, da bocca do Rixala, onde teve noticia de estar proximo á povoação de Saramayo, no Perú. Ao dar como o Aquiry, informado de que este se unia ao Madeira, enfrentou-o vinte dias, convencendo-se, em pouco, do engano em que se vivia sobre o assumpto. O canal, que julgavam puzesse em ligação os dois rios, « derivava de um outro affluente do Purús » [32]. Manoel Urbano não encontrou vestigio de população civilizada. Em todo o percurso, agglomerados indigenas que calculou em cinco mil almas. O relatorio que apresentou em Manáos encerra subsidios interessantes ao estudo dos usos e costumes das tribus da grande arteria. Manoel Urbano, na entrada, verificou a navegabilidade do Purús por embarcações a vapor, pelo que o presidente o fez voltar em 1862, a bordo do *Pirajá*, acompanhando o dr. Silva Coutinho, um homem

---

(31) A. C. R. Bitteneourt, *O Municipio de Labréa*, Manáos, 1918. Euclydes da Cunha, *Observações sobre a Historia da Geographia do Purús*, Revista Americana, 7, Abril, 1910.

(32) Antonio Bittencourt, *O Municipio de Labréa*, 1918, pg. 19.

de sciencia que dedicou a vida ao Amazonas. Essa expedição, levando instrucções especiaes, regressou de Huytanahã, á mingua de mantimentos. Provou, em todo caso, a facilidade da navegação até aquelle logar, recolhendo novos e preciosos elementos acerca da ethnographia, hydrographia e riqueza economica do valle.

Decorridos dois annos, Manoel Urbano voltou a subir o Purús. Partiu de Manáos em Maio. As ordens que levava eram para devassar o Ituxy, procurando ligação com o Madeira. Mas antes de o penetrar, enfiou pelo Mucuim indo dar, ao cabo de dezeseis dias em canôa e tres por terra, no salto do Theotonio, segunda cachoeira do Madeira. Volvendo ao Purús, buscou o Ituxy, que não percorreu todo a falta de viveres. Afinal, ficara encontrada a ambicionada sahida.

Manoel Urbano, aprofundando-se no conhecimento do rio, estava naturalmente indicado para guia de William Chandless, quando, em 1864, este se propoz ao reconhecimento da bacia. Indicando-lhe a rota, o bandeirante acompanhou o ousado explorador inglez até quasi as cabeceiras do rio e depois na minuciosa visita ao Aquiry. Chandless [33] levantou então a cartographia daquellas cordas fluviaes, marcando as provaveis nascentes da primeira.

Continuando a exploração, outros batedores se aventuraram. Caetano Monteiro e Boaventura Santos, na lancha *Canamary*, subiram até o logar Santa Maria; Leonel Joaquim de Almeida, Francisco Baptista da Silveira, Collajos, Antonio Rodrigues Pereira Labre [34] seguiram na esteira, este principalmente, que se tornou o maior propagandista das excellencias do Purús.

O Juruá [35] veio a seguir. Desconhecidas as suas origens, sobre que se adiantavam noticias absurdas, esquisitas, foi tambem Tenreiro Aranha quem o mandou explorar mais detidamente, informando-se, primeiro, da possibilidade de ser navegado. Essa penetracção, todavia, não chegou a realizar-se. Ia ser entregue ao esperimentado pratico Romão José de Oliveira, encarregado dos indios que habitavam as margens da grande corrente.

Em 1857 as suas aguas foram percorridas em maior extensão que a dos buscadores de drogas, que as subiam cerca de quarenta

---

(33) Chandless percorria o Amazonas a serviço da Sociedade de Geographia, de Londres. Era um enthusiasta de Manoel Urbano. E tanto assim que lhe deu o nome a um affluente do Purús.

(34) O coronel Labre era maranhense. Veio para o Amazonas em 1869, entrando para o Purús, sobre que escreveu : *O rio Purús, Itinerario de exploração do Amazonas ao Beni, Achi ou Catauichi, A seringueira.*

(35) Dr. José Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho, *O Juruá Federal,* Annaes do Congresso Internacional de Historia da America, Rio, 1930, vol. IX. E' trabalho magistral.

dias. João da Cunha Correia, que substituia Romão no trato com os indios, arrojado, sabedor, como Manoel Urbano, dos segredos de sua terra, teve os louros desse emprehendimento. Com o auxilio de 600$000, da fazenda provincial, devidamente autorizado, alcançou o Alto Juruá, annotando grupos indigenas e accentuando-lhes a docilidade. Segundo consta da tradicção [36], attingiu a foz do Juruá-Mirim. Abriu, com o commetimento, o caminho a reconhecimento mais demorado. Os regatões, procurando os productos naturaes, em consequencia avançaram mais afoitamente, até sessenta dias de viagem em canôas de seis a oito palmos.

Em 1866, registrou-se a mais animada das investidas. William Chandless, satisfeito das pequizas no Purús, lançou-se pelo Juruá. Cunha Correia serviu-lhe de guia e perito no contacto com os nativos. A expedição, que passou do rio da Liberdade, aos 7º 12', 72", assaltada vigorosamente pelos Nauás, senhores da região, teve de recuar. Oito annos depois, Charles Brown corria o rio em larga extensão.

— Sobre o Javary, as noticias até 1874 continuavam vagas. Os regatões subiam-no até oito leguas da foz, entrando pelo braço mais occidental, denominado Ayanarysinho e pelo outro, o Jacarauá. Dahí para cima, o dominio absoluto da indiada, dos Mangeronas ferocissimos, tidos como antropophagos, o desconhecido. Uma commissão mixta brasileiro-peruana, em 1866, tinha tentado conhecer-lhe as cabeceiras. Nesse anno de 1874, porem, a commissão brasileira de limites com o Perú, dirigida pelo capitão de fragata Frederico von Hoonholtz, o famoso barão de Teffé [37], percorreu-o, para effeito das demarcações, levantando-lhe a cartographia, determinando-lhe as nascentes na latitude de 7º, 1' 17", 15. embora não as tivesse attingido. Essa expedição, que luctou com graves embaraços, correu apenas o Iaquirana, dando-o como tronco do Javary e deixou por explorar o Galvez, que outros sustentavam ser a verdadeira origem, o tronco authentico.

— O Madeira, subido e descido nos dias da Capitania e da Comarca do Alto Amazonas, caminho natural para a Bolivia e Matto Grosso, de 1852 em diante foi tambem objecto de varias pesquizas, que se extenderam á toda Mundurucania.

João Martins da Silva Coutinho, em 1861, incumbido de investigar-lhe a navegabilidade e os meios de civilizal-o, visitou-o, colhendo os dados de que carecia. Até a primeira cachoeira, onde terminava o territorio da Provincia, não havia empecilho serio aos

---

(36) O dr. Castello Branco ouviu a respeito o filho de Cunha Correia, que confirmou a noticia conhecida.

(37) *Episodios da viagem de exploração ás vertentes do famoso rio Javary*, Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, tomo IV, Rio, 1888.

navios e vapores que viessem a trafegar no rio. Nesse mesmo anno, ao arrepio da corrente, vindo da Bolivia, fugindo á guerra civil, o general Faustino Maldonado repetia em sentido contrario a façanha de Mello Palheta, provando, mais uma vez, a possibilidade de relações da Provincia com o seu paiz, mesmo atravez as cachoeiras, numa das quaes naufragou perdendo os pertences.

Tres annos decorridos, Silva Coutinho voltou ao Madeira, a mandado do presidente Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda a proceder sondagens, estudos nas cachoeiras, e verificar se realmente o Beni era affluente ou verdadeiro tronco do rio. Durante quatro mezes, o invicto batedor deu cumprimento á sua missão, alcançando a ultima cachoeira e concluindo por dar o Beni e o Mamoré, com o Guaporé, por formadores do Madeira.

Em 1867 a exploração foi realizada pelos allemães José e Francisco Keller, por ordem do governo central, preoccupado como o provincial com as cachoeiras e os meios de vedeal-as. Estudando a possibilidade de uma estrada de ferro, da primeira á ultima cachoeira, os dois notaveis engenheiros obtiveram elementos preciosos acerca da região, seus habitantes e riquezas, communicando-os em relatorio e livro ás autoridades do paiz, e levantaram o mappa do valle do Madeira, na parte comprehendida entre S. Antonio e Guajará-Mirim.

Continuando as explorações, outros o viajaram — Francisco de Castelnau, Edward W. Mathews, Eduardo José de Moraes, dr. Feliciano Antonio Benjamin, Franz Keller Leuzinzer, C. Barrington Brown, William Lidston e Alexandre Haag.

— Na Mundurucania, o Abacaxys teve a primasia. Em 1852 Tenreiro Aranha mandou a elle o presidente da camara municipal de Maués, o snr. João Rodrigues de Medeiros, cuja expedição alcançou o Tapajoz, buscando passagem facil para Matto Grosso, sem as cachoeiras do Madeira. William Chandless explorou-o tambem, após o Juruá, Purús e Aquiry, apontando numa memoria interessante o resultado de suas observações. Chandless, nessa occasião, percorreu o Maués-assú. O engenheiro Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa, em 1869, explorou o Tupinambaranas e o Ramos. E uma commissão nomeada pelo governo imperial, composta do Conde de Rocheville e do engenheiro Alexandre Haag, o Andirá, em 1876.

— O Teffé, desconhecido em suas nascentes, só na Republica, em 1898, foi explorado, pelo engenheiro allemão Henrique José Moers, que lhe correu as aguas tres dias acima do igarapé Maravilha.

— O Jutahy, até 1875, não entrou nas preoccupações dos estudiosos das coisas da Provincia. Nesse anno, porem, á ordem do

commendador Pimenta Bueno, gerente da Companhia de Navegação do Amazonas, C. Barrington Brown fez-lhe o reconhecimento.

— No Baixo Amazonas, o Urubú, com seu afluente Jatapú, o Saracá, o Uatumã e o Nhamundá, egualmente, só na setima decada do seculo XIX tiveram suas aguas cortadas pelos homens de sciencia. O Urubú e o Jutahy, pelo dr. Barbosa Rodrigues e o official de marinha Antonio Madeira Schaw; o Saracá, pelo dr. Joaquim Manoel Ribeiro Lisboa e a commissão formada pelo Conde Rocheville e engenheiro Alexandre Haag; o Uatumã, pelo dr. Ribeiro Lisboa; e o Nhamundá, pelo dr. Barbosa Rodrigues e dr. Domingos Soares Ferreira Penna.

— Pelo Solimões, mereceram estudos o Içа e o Japurá e o Auaty-Paraná. Este em 1868 foi examinado pelos capitão de fragata José da Costa Azevedo, chefe da commissão brasileira de limites com o Perú, e capitães Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel e Joaquim Leovildo de Souza Coelho.

O Içа, vindo do Equador, embora encachoeirado, servia ás relações commerciaes entre negociantes de S. Paulo de Olivença e Teffé e equatorianos, aquelles chegando a Macoá, capital do territorio de Caquetá, e estes a Teffé. Foi explorado por Francisco Xavier Rodrigues de Souza, pelo colombiano Rafael Reys e pelos officiaes destacados para a fronteira no Uhiriany. A commissão brasileira de limites com o Perú levantou-lhe a cartographia.

O Japurá ou Caquetá, navegando até á fronteira da Colombia entre 1819 e 1820, pelo naturalista allemão Karl Friedrick Philipp von Martius, em Março, Abril e Maio de 1864 Silva Coutinho o excursionou até o Apaporis, na canhoneira *Ibicuhy*, procedendo a apreciaveis estudos sobre a navegabilidade, povoamento, rêde potamographica.

— No valle do rio Negro, a actividade dos exploradores, principiada com os sertanistas, não pereceu. Humboldt desceu por elle, vindo da Colombia, lemos atraz. De 1879 a 1881, a commissão brasileira de limites com a Venezuela pesquizou-o, examinando-lhe o dedalo naquella fronteira, exame minucioso de que resultou um mappa da região, ainda hoje precioso. Já em 1855, o major Hilario Maximiano Antunes Gurjão [38], mais tarde grande heróe no Paraguay, o visitara até Cucuhy, conhecendo officialmente da possibilidade de navegação que offerecia. Outros, no interregno entre as duas explorações, tambem por lá andaram tornando mais perfeito o reconhecimento. Cita-se, pelo vulto de que se cercaram, como os mais importantes, o inglez Alfred Wallace, que em 1851 e 1852

---

(38) *Descripção da viagem feita desde a cidade da Barra do Rio Negro até a Serra do Cucuhy, pelo major Hilario Maximiano Antunes Gurjão*, Relatorios da Presidencia do Amazonas, Rio, 1906, I, pgs. 431-432.

subiu o rio até a Venezuela, e o venezualano Michelana y Rojas [39], de 1856 a 1858, por ordem do governo de sua patria descendo do Orenoco.

A essas, junte-se a exploração dos affluentes mais importantes, da margem direita e esquerda — o Jauapery, Branco, Cauaborys, Issana, Waupés, Curicuriary, Marié, Xié, Dimity, levada a effeito com franco exito.

No Jauapery, o primeiro a penetral-o foi, em 1855, o capitão Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, que buscava o valle do rio Branco para uma estrada de rodagem que o ligasse a Manáos. Viajando-o quarenta e cinco dias, não logrou attingir-lhe as cabeceiras, de onde esperava passar ao rio Branco. O major Manoel Pereira de Vasconcellos, no anno seguinte, incumbido de chegar á maloca dos indios Uaymiris, lá esteve, deixando um destacamento de dez praças e um inferior no logar Lages. Em 1873 e 1874, combatendo os nativos, subiram-no em lancha, alguns dias, o coronel João do Rego Barros Falcão, commandante das armas da Provincia, e o tenente honorario Antonio de Oliveira Horta. A grande exploração, porem, devemol-a ao dr. Barbosa Rodrigues, que por tres vezes correu o rio Jauapery, descrevendo-o com minucia.

Pelo rio Branco entrou o italiano Ermano Stradelli. Foi o mais notavel no periodo provincial. Antes de 1850, todavia, Robert H. Shomborg e Richard Schomborg, inglezes, tambem lhe palmilharam o valle sobre que deixaram interessantes memorias.

No Cauaborys, o então major Dionisio Cerqueira fez uma boa verificação, passando para elle e subindo-o, até o salto lá, no Maturacá, na fronteira com a Venezuela, vindo pelo Dimity e lá.

Ermano Stradelli, a que nos referimos acima, ainda correu, em 1881, o Waupés [40], onde Alfredo Wallace, Nicolau Palheta, Henri Coudreau e Jesuino Cordeiro realizaram detidos reconhecimentos. Desses, Jesuino Cordeiro, homem atilado que cuidou com interesse no devasamento daquellas zonas, passou varias vezes ao Issana, verificando o trecho brasileiro.

— Finalmente, descendo e subindo o Amazonas e Solimões, rumo do Atlantico e do Perú, em barcos ligeiros e em navios a vapor, não se contaram poucos exploradores. Rompendo a corrente, sabe-se do tenente José Maria Nogueira, da marinha brasileira, provando, em 1843, no *Guapiassú*, a franca navegabilidade para as embarcações a vapor, de Belem a Manáos, então o ainda minusculo Logar da Barra. Nesse mesmo anno, em sentido contrario,

---

(39) *Exploracion Official,* etc. Bruxellas, 1867.

(40) *L'Uaupés et gli Uaupés,* Roma, Bolle della Societá Geographica Italiana, Maio, 1890.

porque entrando no Solimões pelo Ucayale, fugido á agitação politica em seu paiz, o peruano José Manoel Váldez y Palacios, a quem se deve um apreciavel roteiro da navegação; entre 1846 e 1848, o italiano Caetano Oscullati, tambem descendo do lado peruano; em 1851, o tenente da marinha norte-americana William Lewis Herdon, vindo do Huallaga; em 1852 e 1853, de Belem a Manáos e dalli a Nauta, no Perú, o capitão Marcos Pereira de Salles, no *Marajó*, repetindo a façanha do *Guapiassú*, com o Conde polaco Rozvadowski, engenheiro a serviço do Brasil; em 1854, o tenente-coronel João Wilkens de Mattos, no *Marajó*, inaugurando, de Manáos a Nauta a navegação a vapor pelo Solimões e Maranon; em 1886, o francez Manoel Mounier, baixando do Huallaga ao Atlantico, e annos antes outro francez, Paul Marcoy, rumando de Nauta para Belem [41].

* * *

Ao installar-se a Provincia, a população que a habitava não estava totalizada por muitos milhares de almas. Estimavam-na em 29798 individuos. Insignificante o contingente africano. A indiada pacificada entrava com a maior porção. Formava o pessoal dos misteres domesticos, agricolas e industriaes.

Essas gentes viviam espalhadas, em quasi dispersão, ao longo da margem dos grandes rios. Os agrupamentos dos povoados e villas eram de pouca monta. No Madeira, extendiam-se até S. Antonio, onde se raiva a Provincia com o Matto Grosso. No Negro, onde se concentrara, nos tempos coloniaes, o grosso humano, já começara a retirada, pelo que o valle immenso apresentava um aspecto contristador de decadencia, preferido o Baixo Amazonas e o Solimões até os lindes com o Perú.

Assim reduzida, essa população não podia, apesar da dispersão, absolutamente não podia occupar todo o territorio da Provincia, a mais vasta do Imperio. Dahi o abandono de rios caudalosos como o Purús e o Juruá, totalmente fechados, desconhecidos. O problema do povoamento, consequentemente, apresentava-se como dos mais serios a serem encarados. Pela propria soberania do Imperio, exigia attenções especiaes, tendo-se em consideração as varias nações estrangeiras que o cercavam alli. Os homens da Provincia, embora scientes do que elle significava, olharam-no sem grande interesse, esforçando-se pouco por solvel-o. Mesmo assim,

---

([41]) A Provincia, de 1850 a 1889, ainda foi percorrida por um punhado de scientistas que vinham em estudos de botanica, climatologia, mineralogia, ethnographia, zoologia. Parecendo-nos assumpto que não cabia nesse capitulo, deixamol-o para um trabalho especial.

desde 1850 começaram a entrar no Amazonas os primeiros immigrantes. Vinham tentados pelas noticias de que naquella terra nova, virgem, seria facil a conquista de horas melhores, de abastança.

A principio, o povoamento se fez vagarosamente; de 1872 em diante, com rapidez, intensidade, em caracter colonizador. Umas vezes seguindo a marcha dos exploradores a que nos referimos acima e dos desbravadores que avançavam em aventuras commerciaes, buscando os productos naturaes; outras, acompanhando-a; por muitas vezes até, antecedendo-a.

O primeiro nucleo [42] de que ha noticia, depois da installação da Provincia, foi fundado pelo pernambucano Manoel Nicolau de Mello, que se estabeleceu no logar Ayapuá, no Purús, em meiados de 1852, com escravaria e trabalhadores recrutados no Baixo Amazonas e rio Negro. Nicolau de Mello, abrindo o rio á occupação do homem civilizado, com Manoel Urbano, que lho indicou, reuniu em suas propriedades cerca de dez mil indios Muras.

Vieram depois, dirigindo-se para os Autazes e Madeira, já na aventura da borracha, gentes de Cametá, Santarem, Obidos e outros logares do Pará. Vieram expontaneamente e em tal quantidade que, sommados a quantos lá se encontravam, ascendiam, só no alto Madeira, em 1858, a cinco mil pessoas!

Já antes, a Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas, dirigida pelo Visconde de Mauá, dando cumprimento ao contracto com o governo, tinha installado duas colonias onde reunira colonos estrangeiros. A primeira, duas horas de viagem abaixo de Manáos, denominada *Mauá*; a segunda, *Itacoatiara*, ao lado da villa do mesmo nome. Os colonos eram portuguezes e chinezes, mas em numero pouco elevado. A tentativa, mesmo amparada officialmente, não chegou, talvez por isso, a produzir resultados apreciaveis.

Já não occorria o mesmo com os cametaoaras, gurupaenses e elementos de outras partes da Provincia visinha, os quaes, continuando na entrada, se dirigiam para o Purús, Juruá e Solimões, abandonando o Negro. Nesse, a decadencia ficou bem assignalada pelo major Hilario Antunes Maximiano Gurjão, quando, na viagem que lhe fez em 1854 e 1855 até Cucuhy, encontrou Barcellos reduzida a 18 casas! E por tal maneira se adiantou essa população nova que em 1864 estava estimada em 40259 individuos empregados na extracção dos productos naturaes, principalmente a

(42) O dr. Castello Branco diz, na monographia atraz referida. que em 1850 os irmãos Christovam Coelho e Antonio ou José Coelho, commerciantes em Teffé, estavam estabelecidos com feitoria no logar denominado Lago Serrado. A existencia dessa feitoria não destróe a prioridade de Nicolau de Mello, pois que ella não tinha caracter definitivo, valendo mais como centro de apoio ás penetrações commerciaes no Juruá.

borracha! E' que os seringaes do Pará, trabalhados criminosamente, não offereciam mais compensação e os do Amazonas ainda se conservavam intactos.

Nem uma iniciativa, porem, de caracter official, não obstante o clamor de Tavares Bastos, mostrando, no parlamento imperial, a urgencia de medidas a próI da civilização da Amazonia. O movimento de occupação territorial era todo expontaneo. Um projecto do presidente Francisco José Furtado, approvado pela Assembléa Provincial para a organização de colonias no Madeira, cujas terras agricultaveis tinham attrahido attenção, não foi adiante. A idéa do inglez Daniel Wolf, para o estabelecimento de uma, no Purús, com immigrantes inglezes, idéa communicada ao governo provincial, não foi menos feliz.

O povoamento proseguiu, sempre crescente, vindo da Provincia visinha. Pioneiros destemerosos, reconhecendo locaes proprios á exploração de productos naturaes, regressavam aos centros onde podiam recrutar colonos, formando grupamentos grandes com os quaes iam occupando as margens das correntes fluviaes. Dos mais famosos desses pioneiros foi o cidadão José Manoel da Rocha Tury, que se localizou no Purús e no Solimões, fundando em 1862, á esquerda deste, o povoado de Codajáz. A esse tempo, a fama da riqueza amazonica passava fronteiras provocando geraes attenções nas outras Provincias, de onde principiou a encaminhar-se uma corrente immigratoria. A leva de Rocha Tury já viera seduzida por taes noticias. Era de maranhenses.

Em Outubro de 1869 chegou a primeira leva de cearenses. Era de cincoenta homens. Dirigia-a João Gabriel de Carvalho e Mello, pioneiro ousado, heroico, que se fixara no baixo Purús, para onde levou os nordestinos, trazidos da serra da Uruburetama.

Em Dezembro de 1871, organizada pelo coronel Antonio Rodrigues Pereira Labre, um audacioso batedor, era a vez da maior leva de maranhenses que tambem se foram localizar no Baixo Purús, onde é hoje Labrea. Na esteira desses, outros pioneiros chegaram, cheios de animo.

A expansão, com gentes de todo Nordeste, do Maranhão e do Pará não cessou mais, dahi por diante. Os altos rios foram sendo attingidos. A valorização da hevea e a nevegação a vapor, que se foi extendendo a todos os grandes rios, deram vulto á avançada. No Juruá, no Purús, no Madeira, os contingentes succediam-se. Em 1874, a população recenseada ascendia a 53012 almas, sem entrar a de Moura e a do Alto Madeira, que não figurava no computo. O desbravamento se operava com rapidez, obra de energia do nacional a se revelar com qualidades de homem forte. Acompanhando-o, a acção administrativa se operava atravez as autoridades fiscaes e policiaes e nos povoados nascentes, elevados

a parochias. Só em 1868, a collectoria do Alto Purús arrecadava 16:023$540. Falhavam os vaticinios de Chandless, que negara a possibilidade de popularizar-se o Purús.

A grande occupação seria, comtudo, iniciada e quasi toda ella realizada pelo nordestino, pelo cearense principalmente, quando em 1877 o sertão do Nordeste soffreu a visita da secca que o assolou barbaramente. Enxotado pela violencia do meio, que lhe tirou os recursos de vida, victimando os rebanhos, queimando as culturas agricolas, esgotando os mananciaes dagua, o nordestino teve de procurar recursos noutras terras, abandonando o berço onde deixava miseria. A Amazonia, para onde já se encaminhava, lhe era campo vasto á actividade. Dos 4610 cearenses, que nesse anno deixaram Fortaleza procurando o valle tentador, muitos centos rumaram para o Amazonas. Nos annos seguintes « perdidas as esperanças do inverno », em verdadeiras ondas, novos milhares se lançaram á Provincia. Em Março de 1879, segundo calculos officiaes, já tinham entrado em Manáos mais de seis mil retirantes cearenses. O governo, procurando recebel-os e localizal-os como contribuições preciosas ao progresso da Provincia, creou colonias em varios pontos do interior, nucleos agricolas, duas das quaes nas cercanias de Manáos, attendidas por commissões subordinadas a uma central, com séde na capital amazonense.

Espraiando-se pela hinterlandia, esses cearenses, contractados pelos pioneiros, não recuaram a um embaraço. No Juruá e Purús buscaram-lhes os nascedouros. Em 1883, estavam no Riosinho da Liberdade [43], affluente do Juruá; occupavam largo trecho do Aquiry, onde o commendador Carvalho e Mello penetrara em 1887, antes da secca, com outra leva de immigrantes da Uruburetama, no Ceará. Quatro annos decorridos daquella data Manoel Urbano, á frente de uma leva, occupara o logar conhecido por Santa Rosa, no Alto Purús, hoje fronteira com o Perú.

Em 1888 e 1889 nova secca violenta empurrou maiores contingentes de nordestinos, de cearenses. Cerca de dez mil individuos. As estatisticas não são seguras nem abundantes. Homens, mulheres, creanças, velhos abatidos pelos soffrimentos, ruidos de desespero, sentindo os rigores de um clima diverso e de um meio geographico que desconheciam e lhes causava espanto. No Nordeste, de veios pequenos, uma vida agricola, campezina; no Amazonas, de alagadiços, de oceanos fluviaes, a busca aos productos naturaes, á hevea que a Europa procurava, reclamava dia

(43) Constantino Tastevain, *Le Riosinho da Liberdade,* La Geographie, tomo 49, Paris, pg. 28. Segundo Castello Branco, quem começou o povoamento do Riosinho, então denominado Mu pelos indios, foi o pioneiro Arthur Marques de Menezes.

a dia; no Amazonas, ainda, o indio selvagem, desconfiado, que por vezes reclamava de armas na mão os seus direitos á terra de onde o expulsavam, a floresta densa que era preciso penetrar sem esmorecimento, asylo de feras, a alimentação diversa, a febre de máo caracter. Lá a estrada, o cavallo para transporte; aqui o curso dos rios, a ubá, a montaria, o gaiola.

O nordestino, em paginas de heroismo, triumphando sobre todos esses empecilhos, tamanhas difficuldades, luctando contra a propria natureza, bandeirante, sertanista no seculo XIX, devassou o valle, occupou-o sem desfallecimentos. Fez obra de soldado e de economista, das maiores obras politicas do Brasil no seculo.

Ao ser proclamada a Republica, essa conquista, esse povoamento, essa colonização nordestina [44] plantara marcos brasileiros, assignalando-lhe a fronteira com o Perú e a Bolivia alem do Amonea, nas proximidades do Breu, affluente do rio Juruá; ás proximidades do Xapury, affluente do Aquiry; e em Santa Rosa, no Alto Purús. Nos valles do Purús e Juruá, alcançava longos trechos do Pauhiny, Inauhiny, Yaco, Chandless, Tarauacá, Gregorio, Riosinho da Liberdade, Ipixuna, Môa, Juruá-mirim e Tejo; no Madeira, do Canumã, do Manicoré, do Aripuanã, Gyparaná. O que é hoje Territorio do Acre estava em grande parte explorado e povoado, orçando-se-lhe a população em mais de 20000 almas, devidamente attendida em suas necessidades pelas autoridades, pela navegação a vapor.

A colonização tambem se observava por todo o Solimões e Baixo Amazonas, Negro e Branco onde o trabalho era pastoril, dados os aspectos da região, formada de campos onde já pastavam rebanhos de alguns milhares de cabeças de gado. No Javary, no Içá e no Japurá, ainda insignificante, especialmente no Javary, que seria conquista da era republicana. No Madeira, passara as fronteiras da Provincia, entrando pelo Matto Grosso. O trecho do Tapajóz amazonense, esse permanecia ainda pouco occupado; seria egualmente uma conquista da era republicana.

Falando da colonização, em indices expressivos, como consequencias della estavam creados villas e povoados de avultadas populações: no Madeira — Manicoré e Humaythá; no Purús — Canutama e Labrea; no Solimões — Manacapurú, Codajáz e Fonte Bôa; no Branco — Bôa Vista; no Baixo Amazonas — Urucará, Urucurituba, Barreirinha; no Juruá, o logar S. Felippe, que dois annos após a queda da monarchia teria o titulo de villa. No Aquiry, dois povoados tinham augmento, prosperidade sensivel — Antimary e Empreza, hoje Floriano Peixoto e Rio Branco.

---

(44) Pierre Denis, *O Brasil no seculo XX,* Lisboa, Cap. 14, pg. 394.

A Provincia calculava a sua população em mais de cento e quarenta mil almas. Só do Ceará tinham entrado cerca de cem mil individuos, dos quaes cincoenta por cento não resistira. Em trinta e sete annos, quantos medeiam entre o estabelecimento da Provincia e o nascimento da Republica, crescera em mais de cem mil pessoas!

* * *

Região servida pela maior rêde fluvial do globo, a Amazonia dispensava a abertura de estradas, pois que ellas eram naturaes e amplissimas. Desde os tempos coloniaes vinham sendo aproveitadas. Barcos de todos os tamanhos as singravam, cortavam-lhes as aguas, placidas ás vezes, encapelladas, em ares de oceano, outras. Áquellas épocas, os portuguezes chamavam ao Amazonas a estrada real.

Pela amplidão, muitas, as mais importantes e caudalosas, podiam receber navios a vapor. Mas a politica do Imperio, nesse particular, nada tinha de progressista. Varias tentativas desde 1826, para a navegação a vapor, tinham fracassado. Os presidentes do Pará, com a chave da bacia, discordavam da idéa.

Embora, vozes autorizadas, percebendo o erro em que se persistia, clamaram abertamente, pela imprensa e pela tribuna parlamentar. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha foi o mais vibrante. Deputado á Assembléa Legislativa Provincial do Pará, duas vezes, em 1828 e 1837, deu pareceres favoraveis a projectos sobre emprezas que se propunham ao grande passo. Em esforços apreciaveis, noutras occasiões, tivera opportunidade de reclamar a medida, provando o que significava para o desenvolvimento do valle. Deputado á Assembléa Geral, no Rio, em 1850 conseguiu com a collaboração de outros espiritos bem formados, entre elles Bernardo de Souza Franco, que fosse uma realidade a idéa por que se tornara extrenuo batalhador.

A lei 586, de 6 de Setembro daquelle anno, autorizou o governo central a estabelecer no grande rio a navegação a vapor, «para correios, transportes, rebocagem até as Provincias visinhas e territorios estrangeiros confinantes», devendo consignar prestatações a quem pretendesse «manter a dita navegação ou organizando o serviço com embarcações do Estado». Já em 1842 e em 1847 a barca *Guapiassú*, da armada nacional, tinha subido e descido a formidavel arteria até Manáos, tornando positiva, evidente, a facilidade da navegação.

Com a autorização, o governo, bem intencionado a respeito do extremo-norte, tratou de attender aos reclamos que se faziam. A *Guapiassú* foi, apesar do máo estado de conservação, mandada estabelecer as communicações entre Belem e Manáos. Mas a *Gua-*

piassú, imprestavel, só poude mover-se uma vez, e o intuito do legislador, sabemol-o, era crear um serviço constante de transporte de carga e passageiros, o que a barca não podia realizar, burlando-se, assim, o espirito da lei.

Por meio de publicações, assegurando concessões, auxilios e privilegios, o governo central procurou quem se abalançasse a tomar o peso da empreza. Ninguem appareceu. Convidado officialmente, porque havia o firme proposito de cumprir a legislação, Irineu Evangelista de Souza, barão de Mauá, homem-dynamo, a maior actividade economico-financeira que a nação conheceu sob a monarchia, typo fora do seculo no Brasil, balanceando as possibilidades do commetimento, mais, a acção patriotica, civilizadora que elle representava, dispoz-se.

Para inicio, precisavam-se de dois mil contos, somma vultosa na época. O commercio de Belem e Manáos subscreveu mais de oitocentos contos, esforço gigantesco diante do que ainda significavam as duas praças. Mauá entrou com a importancia que faltava para o total necessario. Foi organizada, então, a *Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas*, sob a presidencia do banqueiro, séde na capital paraense, agencia em Manáos e privilegio de exploração dos serviços por trinta annos. Logo em 1853, o seu primeiro navio a vapor, o *Marajó*, ao arrepio da corrente, fundeava em Manáos, inaugurando a primeira linha; a segunda, até Nauta, no Perú, só em Setembro foi iniciada. Ainda nesse anno, um novo vapor, o *Rio Negro*, entrava em serviço, e no seguinte, o *Monarcha*. As linhas, para attender as necessidades, eram augmentadas com a do rio Negro até Santa Izabel.

Os navios, de roda a popa, não deixavam a desejar. Agassiz e a mulher, em excursão scientifica, outros viajantes, proclamavam-lhes as excellencias. Mas a *Companhia*, embora prospera, não extendia os seus barcos aos outros rios que desembocam no Amazonas e, verificava-se, podiam ser navegados em grande extensão.

Outro vulto admiravel, que as gerações de hoje não podem esquecer, commendador Alexandre de Paula de Britto Amorim, [45] portuguez, primeiro consul de seu paiz na Provincia, propoz-se a esse arrojo. A Companhia Fluvial do Alto Amazonas, que encorporou em Novembro de 1867, com gerencia em Manaos, capital de oitocentos contos, em 1869 deu principio ao cumprimento do contracto firmado, com o *Madeira* e *Purús*, de oitocentas toneladas cada, pelos rios dos mesmos nomes, com nove portos de escala naquelle e dez neste.

([45]) J. B. biographou-o pelas columnas do jornal *A Capital*, de 7 a 15 de Outubro de 1918.

Em Julho de 1872, organizada em Londres, a *The Amazon River Steam Navigation Company Limited,* de que era accionista principal o já visconde de Mauá, substituia a *Navegação* e *Commercio,* fundindo-se, afinal, em 1 de Julho de 1874, com a *Fluvial.*

Por outro lado, a navegação particular augmentava dia a dia, alcançando logares onde os navios da *The Amazon River* não chegavam Em 1877 esses particulares ascendiam a dezoito. Os da *The Amazon River,* na mesma época, a vinte e um, e em 1889, a trinta. Assim organizada e prospera, a navegação trazia resultados preciosissimos ao commercio, ao povoamento, á vida financeira da Provincia.

Mas, até a sexta decada do seculo, permaneceu vedada ás bandeiras de outras nações, mesmo das que se banhavam em aguas do rio-mar, apesar da campanha pela liberdade do trafego, campanha que vinha de longe, dos primeiros dias do Imperio. Tenreiro Aranha batera-se contra a politica chineza. O conselheiro Tito Franco de Almeida, na imprensa e no parlamento, clamara adduzindo razões sensatissimas; Souza Franco, Francisco Octaviano e outros oradores e polemistas tinham tentado, em vão, esclarecer o governo do erro em que permanecia. A chancellaria no Rio ouvia reclamações, protestos contra o proceder do Imperio, proceder que aos olhos do Mundo parecia incorretissimo, estreito mesmo, mas permanecia irreductivel.

Tavares Bastos, das maiores cerebrações do paiz, estadista que olhou com superior visão os problemas da Amazonia, entrando na liça trouxe novos e brilhantes argumentos. Applaudindo fortemente o norte-americano F. Maury, que num trabalho interessante criticou severamente a politica imperial, panoramizando o valle, Tavares Bastos, com applausos de homens publicos e da população da Amazonia, desprezando accusações de estar a soldo dos interesses norte-americanos, no *O Valle do Amazonas* e nas *Cartas do Solitorio* reclamou, com rara energia, a medida liberal.

Impressionando fundamente, o notavel politico alagoano forçou o governo a discutir o assumpto e afinal a baixar o decreto 3749, de 7 de Dezembro de 1866 [46], abrindo o Amazonas e seus affluentes á navegação mercante de todas as nações, a começar de 7 de Setembro de 1867. Rasgavam-se novos horizontes á Provincia.

Britto Amorim, com um alto senso de economista, vencendo os embaraços do meio, emprehendeu a execução do legislado, iniciando as relações provinciaes com a Europa com o *Mariland,* em 30 de Abril de 1874, quando este fundeou na bahia do rio

---

([46]) J. Nabuco, *Um Estadista do Imperio,* Rio, vol. 2, pgs. 381-387, vol. 3, pgs. 11-20.

Negro. No anno seguinte, incorporou em Londres a *Liverpool and Amazon Royal Mail Steam Ship Company Limited*, com o capital de £. 100000, para exploração da empreza. Fallindo em Liverpool, desorganizado o serviço, novo contracto foi assignado pelo governo provincial, em Maio de 1877, agora com a firma *Singlehurst, Blecklehurst e Companhia*, que immediatamente poz em trafego os seus navios.

Tenreiro Aranha e Mauá tinham dado á Provincia a navegação para o interior; Tavares Bastos e Britto Amorim deram-na para o exterior.

* * *

A agricultura, florescente ao tempo de Lobo d'Almada, não teve desenvolvimento. Nos primeiros annos que se seguiram á inauguração da Provincia, ainda se registrou um esforço no sentido de animal-a, mas os productos naturaes, a borracha principalmente, valorizados, espalhados e abundantes por todo o territorio da Provincia, absorveram todas as energias.

Nesse periodo de tentativas de restauração da riqueza agricola, houve vastas plantações de café, cacáo, tabaco, essa desenvolvida e famosa em Borba e Serpa. Em Maués, os nativos davam-se á lavoura do guaraná. O algodão, por vezes ensaiado com resultado, não foi cultivado em grande escala.

De 1860 até a Republica, manifestou-se a decadencia, que se accentuou dia a dia. O café, que em 1830 se expressava em 6200 arrobas, nesse anno desceu a 270; o tabaco, em 1830, em 5643 arrobas, cahiu para 2270. Apenas a lavoura do cacáo, em muitos pontos encontrado nativo, manteve-se em prosperidade, em crescente prosperidade. Occupando-lhe o logar, a colheita do breu, do cravo, da estopa, da piassava, da salsaparrilha, da castanha constituiam a preoccupação geral. Desses, a salsaparrilha, passados alguns annos, de tal maneira violenta a tinham colhido que estava quasi desapparecida. A castanha, procurada nos centros consumidores da Europa, entrava em grande extracção.

A todos sobrepujava a borracha, da hevea, da seringueira como era vulgarmente conhecida a arvore. Trabalhada pelos Omaguas no Solimões, levada ao conhecimento da Europa pelo viajante francez Charles Marie de la Condamine, que a conhecera quando de sua viagem scientifica pela Amazonia em 1743, aproveitada industrialmente em 1836, nos Estados Unidos, por Nelsons Goodyear, já utilizada no velho mundo desde 1770, valorizada alli, vinha sendo explorada no valle, para exportação, desde o começo do seculo XIX. Encontravam-na por todos os cantos da Provincia. Por isso mesmo, jamais cuidaram em plantar a arvore de que a extrahiam, embora Silva Coutinho tivesse desenvolvido

larga propaganda mostrando a conveniencia e a urgencia em cultival-a.

No que diz respeito á industria, a decadencia foi completa. Apenas em alguns logares do interior, pequenos engenhos de cachaça e assucar, esse sempre em porções insignificantes. Uma olaria, em Manáos, abastecia a Provincia de telhas e objectos de ceramica. Serrarias de pequeno vulto approveitam a prodigiosa riqueza florestal. Varios estabelecimentos em Serpa e Borba preparavam fumo, considerado producto de primeira qualidade.

A's reservas piscosas, as maiores do globo, pois só Agassiz identificara duas mil especies, permaneciam em quasi absoluto abandono. Unicamente o pirarucú e o peixe-boi constituiram objecto de certa attenção; aquelle, secco e salgado, e este para o preparo de manteigas, em que tambem aproveitavam ovos de tartaruga. Outras industrias, isoladas, careciam de significação.

Em 1875, o commerciante Antonio José Gomes Pereira Bastos projectou a installação de uma ou mais fabricas de artefactos de borracha. Idéa luminosa, numa época de absoluto retrahimento, não teve, comtudo, amparo official, deixando de tornar-se uma realidade.

Dessa producção da Provincia, a quasi totalidade era exportada para Belem ou para as praças da Europa e da America do Norte. De 1 de Janeiro de 1853 a fins de Junho de 1854, em embarcações a vela, esses embarques subiram a 1545 toneladas, no valor de 17:335$874 de dizimos e meio dizimos pagos á Provincia, entrando com maiores porções o pirarucú, a castanha e a piassaba. Em 1856, o valor global dessa exportação crescera para 546:657$590 que deixaram de impostos 31:568$176. A borracha contribuia com 203:349$850; o pirarucú, com 147:247$900; a castanha, com 44:404$730. No exercicio 1863-1864, esse valor estava estimado em 993:256$625, entrando a borracha com 512:575$000; o peixe secco ou em salmoura, com 221:220$450; o cacáo, com 67:805$450.

A seringueira, descoberto novos empregos, alcançada nos altos rios, procurada com soffreguidão, crescia sensivelmente na balança economica. Assim, em 1870, para 1090575 kilos em que importava a producção, alcançava 2.016:443$915; em 1880, para 2837720 kilos, 6568:414$625; em 1889, para 10710813, 18121:265$000. Era, consequentemente, o principal genero commercial da Provincia. Sobre ella já repousava toda a vitalidade economica da região. A castanha, o cacáo e os peixes não a tinham acompanhado na marcha progressiva, embora lhe viessem logo a seguir no quadro da exportação.

Reduzida a esses productos, a Provincia tinha de importar muito. Até 1869, a importação sobrepujava a exportação. E durante largo espaço de tempo fazia-se toda de Belem, intermediaria com a Europa e a America do Norte, e do Sul do Imperio. Só

depois de creadas as duas linhas de navegação para o velho mundo e Rio é que o abastecimento passou a operar-se directamente com o estrangeiro. Em 1852 a importação, constante principalmente de generos de primeira necessidade á alimentação, fazendas, etc., era insignificante. Já em 1868 o movimento se havia alargado para 1325:098$080.

As relações com as Republicas limitrophes operavam-se com pouco exito. Com o Perú, desde 1852; com a Venezuela, desde 1866; com a Colombia, desde 1869, relações essas ultimas incrementadas pela empreza de navegação fundada por D. Raphael Reys. Com a Bolivia, principiara em 1865, quando o primeiro grupo de bolivianos, vencendo as corredeiras do Madeira, chegou a Santo Antonio com productos para os navios da *Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas*. Difficultados pelas corredeiras, taes entendimentos não podiam adiantar-se. O problema do contorno das cachoeiras por estrada de ferro, passou ás cogitações do governo, que após estudos de technicos commetteu a obra a particulares, que deram inicio aos trabalhos, só na Republica executados com successo [47].

Mesmo sem uma politica economica, conduzindo o homem a um aproveitamento mais seguro das riquezas naturaes e da uberdade do solo, a Provincia prosperou a olhos vistos. Uma exposição de productos regionaes, aberta em Manáos a 29 de Junho de 1866, falou das possibilidades da região e da actividade que se despendia, tal a quantidade e a qualidade dos generos do certamen, no mesmo anno tambem levado a effeito no recinto da grande exposição nacional que se realizou na capital do Imperio.

Consequencia de tamanho vulto commercial, as finanças provinciaes cresciam. A arrecadada em 1852 cifrou-se em 19:006$465. Em 1860, ascendia a 101:929$616. No exercicio de 1870-1871, a 848:188$512; no de 1880-1881, a 1337:922$617. Em 1888, a 3116:391$518. A arrecadação procedia-se na recebedoria de Manáos, nas mezas de rendas, collectorias e nas estações fiscaes espalhadas no interior.

O governo imperial arrecadava seus impostos até 1867 nas mezas de rendas de Manáos e Tabatinga. De 27 de Março de

---

(47) Foi o engenheiro norte-americano Church quem se propoz primeiro á construcção, para o que organizou a empreza *Madeira Mamoré Railway Company*, contractando as obras com a *Public Works Construction*. Em 1872, foram atacados, em Santo Antonio, os trabalhos preliminares da estrada. Abandonados, a estrada foi adjudicada á firma P. F. Collins, de Philadelphia, a qual tambem deixou os serviços principiados. Em 1883, uma commissão nomeada pelo governo imperial esteve em estudos na região, mas a estrada não foi atacada. Só mais tarde, por força do tratado de Petropolis, seria uma realidade pela acção da *Madeira Mamoré Railway Company*, que acaba de a entregar ao governo federal.

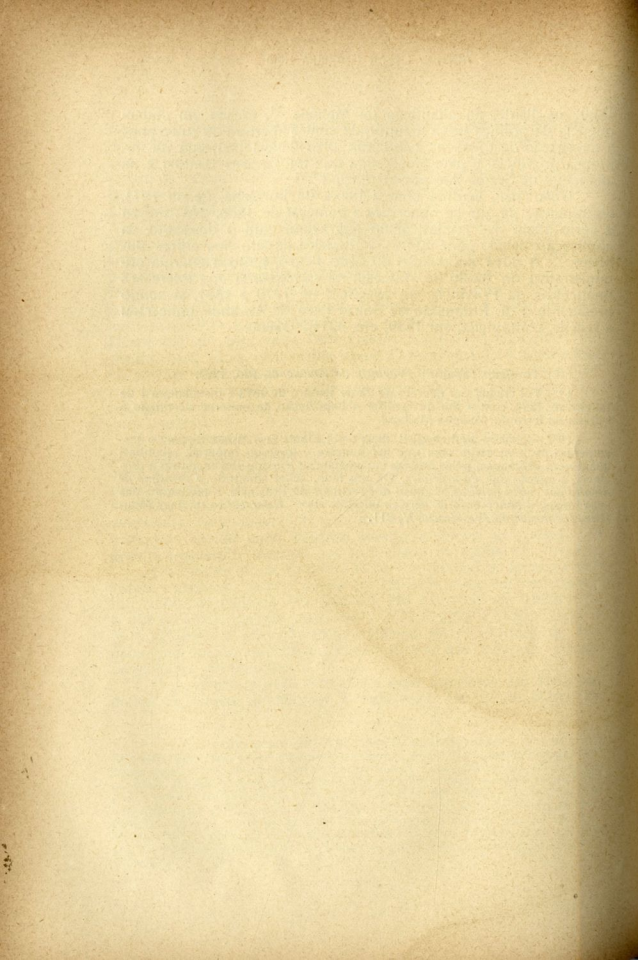
1869 em diante, na alfandega de Manáos [48], creada em consequencia da politica nova inaugurada com a abertura do Amazonas á navegação de todas as bandeiras, providencia pleiteada na imprensa provincial e pelo amazonida que foi Tavares Bastos; e na alfandega de Serpa, que pouco durou [49].

Uma crise, sentida com a baixa da borracha, desde 1874, continuação da que se observara a começar de 1866, deu motivo a certo abalo nas rendas, abalo aggravado com o desacerto da applicação dellas, para muitos verdadeiro assalto aos cofres publicos [50]. A nova valorização do ouro negro, junto á energia administrativa do Barão de Maracajú na salvaguarda dos interesses financeiros da Provincia, no exercicio de 1870 a 1881, já sendo presidente o dr. Romualdo de Souza Paes de Andrade, concertou a receita, computada, em 1889, em 3311:295$800.

---

(48) Torquato Tapajóz—*Provincia do Amazonas,* Rio, 1887.

(49) Foi creada por decreto de 25 de Janeiro de 1872 e installada a 1 de Janeiro de 1874, com o fim de facilitar a importação de material destinado á estrada de ferro do Madeira-Mamoré.

(50) « Quando aqui cheguei, dizia o presidente Jacy Monteiro, para o desempenho do meu cargo com que me honrára o governo imperial, reconheci quanto era espinhosa, pelas criticas circumstancias em que vim encontrar a provincia, a missão que eu acceitara. De um lado, achei admittido *o principio de assalto aos cofres publicos,* o abuso dos recursos da Provincia, o malbarato das suas forças, o pouco caso do serviço publico, etc.» —*Relatorio* do dr. Jacy Monteiro, *Relatorios da Presidencia,* V, 811.

Guerra do Paraguay

O Brasil foi obrigado a sustentar, de 1865 a 1870, pela civilisação na America, alliado ao Uruguay e Argentina, uma guerra contra Solano Lopes, dictador do Paraguay. Cobriram-se de glorias as nossas armas que destruiram a armada do inimigo na batalha do Riachuelo, bateram os milhares de soldados com que invadiu o territorio brasileiro. A victoria custou-nos vidas preciosissimas de milhares de soldados heroicos. As despezas com que tivemos de arcar elevaram-se a cifras vultosissimas. Mas a honra nacional, ultrajada pelo tyrano paraguayo foi vingada.

Todas as provincias contribuiram, dentro de suas possibilidades, para o exito da causa que defendiamos.

Administrava o Amazonas, quando teve começo o conflicto, o dr. Adolpho Cavalcante de Albuquerque [1]. Recebendo instrucções [2] para ter prompta a força de linha existente na provincia, afim de fazel-a seguir com destino ao theatro das operações no momento opportuno, aquelle presidente, como medida preliminar, fez recolher a Manáos os destacamentos do interior [3]. Dirigiu, por intermedio das camaras municipaes, circulares concitando o povo a alistar-se [4], e em proclamação aos amazonenses, a 23 de

---

(1) Governou de 7 de Abril a 8 de Maio de 1865. Foi deputado pelo Amazonas, eleito pelo Partido Liberal, a que era filiado, em 1867.

(2) Officio de 5 de Janeiro de 1855, do ministro da guerra, conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan.

(3) João Baptista de Faria e Souza, *O Contingente do Amazonas á Guerra do Paraguay*, Manáos, 1920. Monographia interessante e minuciosa, foi baseado nella e em notas e informações, que colhemos em nossas pesquizas, que escrevemos o presente capitulo.

(4) Essas circulares foram motivadas pelo decreto de 7 de Janeiro de 1865 creando os *Voluntarios da Patria*.

Fevereiro de 1865 [5], chamou-os ás armas em defesa da patria em perigo.

O destamento de Ayrão apresentou-se immediatamente. O primeiro contingente que attendeu ao chamado do Imperio partiu de Manáos a 27 de Fevereiro de 1865, no vapor *Tapajóz*. Formava-o o corpo de guarnição, o corpo de artilharia, um contingente do 5.º batalhão de infantaria, quatro Voluntarios da Patria, oito recrutas para a armada e o corpo de saúde, num total de trezentos e cincoenta e um soldados e officiaes [6]. Era a força de que o Amazonas podia dispor, no momento. O corpo policial, reclamado pelo governo central, não fora ainda organizado [7], apezar das necessidades da provincia, rodeada de paizes extrangeiros e portanto sujeita a aggressões.

Pouco depois dessa contribuição, aberto, nas camaras municipaes, o voluntariado, de varios pontos da provincia começaram a chegar patriotas. Uma commissão, composta dos majores Francisco Antonio Monteiro Tapajóz, João José de Freitas Guimarães e João Martins da Silva Coutinho, ficou encarregada de promover o alistamento. Já varios amazonenses, independente de convocação se tinham apresentado, pedindo para seguir como Voluntarios da Patria e não pequeno grupo de commerciantes e proprietarios portuguezes offerecera os seus serviços auxiliando a guarnição da cidade.

---

(5) Foi o seguinte: «Amazonenses! A vindicta da honra nacional já começou, esplendida e grandiosa, como o reclamam a brutal offensa que recebemos dos nossos visinhos do Sul.

«A tomada de Payssandú, em que as armas brazileiras acabam de brilhar com galhardia e distincção, deve ter convencido os Orientaes, e mostrado ás nações civilizadas, que sabemos zelar os nossos brios. A obra da desafronta será, pois completa e tão prompta quanto são patentes o valor, disciplina e patriotismo do soldado brazileiro. Não se terminará, porém, a nossa tarefa na Banda Oriental.

«O Paraguay, que, ao indigno e traiçoeiro procedimento, já anteriormente manifestado para com o Imperio, acaba de juntar uma nova aggressão, invadindo a provincia de Matto Grosso, deve pagar caso a sua ousadia.

«A causa é da Nação, e a Nação reclama o serviço de seus filhos; o braço destes saberá lavar o insulto, que o insolente estrangeiro atirou-lhes á face.

«Todas as provincias do Imperio accodem ao brado da Patria; cada brazileiro é um soldado; e heroicos bravos se reunem, formando corpos de voluntarios. A centelha que inflama os corações dos nossos irmãos do Sul, não está amortecida no Amazonas.

«Eia, amazonenses, sêde fieis ao nosso Augusto Soberano.

A honra será a vossa divisa, o civismo e o dever o vosso guia» — J. B., Obr. Cit., pg. 7.

(6) J. B., Obr. Cit., pgs. 10 a 15.

(7) Reclamado em officio de 19 de Janeiro de 1865. O corpo policial só foi organizado na administração do dr. Antonio dos Passos Miranda, a 26 de Abril de 1876.

A guarda nacional, mobilizada aos poucos, teve ordem de prestar serviços na defesa das fronteiras e dos municipios. Foi collocado um destacamento nas proximidades da actual cidade de Porto Velho, e reforçado o de Santo Antonio, ambos no Madeira, porque se temia pela attitude da Bolivia, a dar demonstrações em favor de Solano Lopez. Da flotilha de guerra do rio Amazonas, oito lanchas a vapor, mandadas construir para a navegação da grande arteria fluvial, sob o commando do capitão-tenente Bernardino José de Queiroz vieram estacionar no porto de Manáos, onde fundearam a 26 de Dezembro de 1868 [8].

O segundo grande contingente, de 262 praças, [9] deixou Manaos a 26 de Abril. Era um novo esforço do Amazonas que luctava para bem cumprir o seu dever. Os presidente que se seguiram ao dr. Adolpho continuaram na remessa de voluntarios, recrutas e guardas nacionaes. Só em tres mezes de governo, de Agosto a Novembro, o dr. Antonio Epaminondas de Mello, conseguiu enviar mais de quinhentos homens.

As explosões de enthusiasmo, de ardor civico, rebentavam constantemente. De Parintins, o tenente coronel Joaquim José da Silva Meirelles communicava que o 4.º batalhão de infantaria da guarda nacional, destacado naquella villa, estava prompto a seguir com o destino que as autoridades superiores determinassem, gesto que o Imperador mandou louvar. Officiaes do exercito ainda em Manáos, contribuiam com 10 % do soldo das respectivas patentes para as despezas da guerra [10].

Em 1869, o presidente Henrique João Wilkens assignalava que a provincia até aquella data tinha contribuido com 1 individuo por 44, ou 2,2 % da população total. A zona do Solimões era a que menos pessoal enviava. Pelo quadro demonstrativo [11] levantado verificava-se que o Amazonas estava representado nos campos de batalha por 984 Voluntarios da Patria, guardas nacionaes

---

(8) Essas lanchas foram mandadas construir pelo conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo, tendo vindo estacionar em Manáos por ordem do barão de Cotegipe, ministro da marinha. Eram de ferro a vapor, movidas á helice, com machinas de 10 cavallos todas com as dimensões: 14m,30 de quilha, 1m55 de pontal, 3m55 de bocca e 1m20 de calado. Para o historico da *Flotilha do Amazonas*, ver os artigos de J. B. na *A Imprensa*, de Manáos, Junho de 1922.

(9) J. B., *O Contingente do Amazonas*, pg. 19.

(10) Coronel Innocencio Eustaquio Ferreira de Araujo, major João Martins da Silva Continho, 1.º tenente de engenheiros Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, capitão Innocencio Eustaquio Ferreira de Araujo, alferes Joaquim Bernardo Cardoso, alferes capelão padre Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque. — J. B., Obr. Cit., pg. 19.

(11) *Relatorios da Presidencia da Provincia do Amazonas*, Rio de Janeiro, 1907, vol. III, pg. 633.

e recrutas para o exercito e armada. E lá, ao combate com o inimigo, no mais acceso das refregas, esses voluntarios e recrutas davam provas de valentia. Assim, no Passo da Patria, quando os nossos exercitos, commandados pelo general Osorio, invadiram o territorio inimigo, realizando um dos maiores feitos da campanha, sob fogo mortifero das baterias paraguayas. Assim em Tuyuty, a mais sangrenta das batalhas de toda a campanha. Os tenentes Luiz Antony e Menandro Leandro Monteiro Tapajós [12], alferes Manoel Martinho dos Santos Abreu [13] e o sargento ajudante Tito Cacio Arão da Paixão Rocha, que se destacaram nesses encontros, receberam o habito de cavalleiro da Ordem da Rosa; o alferes Joaquim Benjamin da Silva, Pedro Luiz Simpson [14] e Manoel Gonçalves do Nascimento, o de cavalleiro da Ordem de Christo.

Benjamin da Silva, filho de Parintins, estava sempre entre os mais heroicos. Seus commandantes e companheiros tinham-lhe admiração. Servio no batalhão de engenheiros. Distinguiu-se muito na ilha do Cabrita. Morreu, no ataque ao Capão do Pires, a 16 de Julho de 1868.

Luiz Antony foi outro valente. Em Itapirú bateu-se com rara bravura, alcançando o posto de capitão. Perdeu a vida em consequencia de ferimentos graves na perna, na batalha de Humaythá.

Do primeiro contingente embarcado para a campanha, a bateria de artilharia foi desembarcada em Santos, de onde marchou por terra com destino a Matto Grosso afim de cooperar na reconquista do trecho daquella provincia occupado pelo inimigo. Salteada pela variola, dos oitenta e seis homens que a compunham, só tres amazonenses attingiram o territorio mattogrossense em mão dos paraguayos, participando depois da famosa retirada da Laguna.

*
* *

O Amazonas mandou aos campos de batalha mais de mil e quinhentos soldados. Quasi despovoado, apenas com 90000 habitantes, a contribuição com que se apresentou significava muito, dizendo bem do civismo do caboclo, que não fugiu aos appellos do Imperio. O presidente Epaminondas de Mello [15], em 1866,

(12) Quasi ao findar a guerra, perdeu um braço tirado por uma granada. Era do corpo de engenheiros.

(13) Morreu assassinado no rio Branco em 1879. O Instituto Geographico e Historico do Amazonas possue o Diario da Campanha, que escreveu, ainda inedito, offerta do capitão Amilcar Salgado dos Santos.

(14) Philologo notavel, escreveu a *Grammatica da Lingua Brasilica* e um *Diccionario Geral da Lingua Brasilica,* ainda inedito.

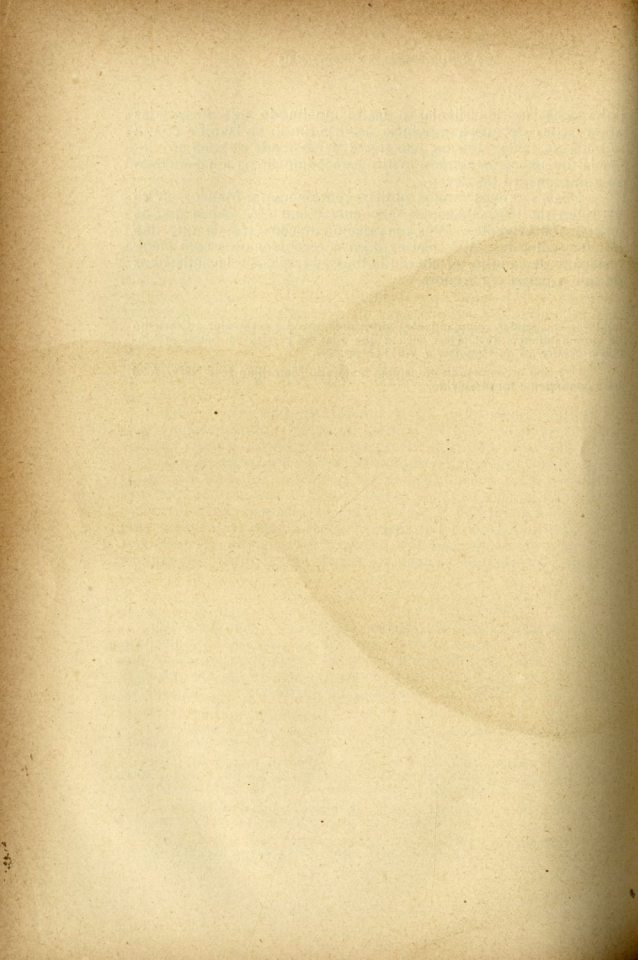
(15) «Sem precisar tomar nenhuma das medidas extraordinarias com que me habilitou o governo Imperial, como dividir a Provincia em districtos

tinha occasião de salientar o facto, mostrando que apezar das observações de que a provincia sentiria fundo na lavoura com a retirada de tantos braços, não tivera necessidade de uma só violencia, de um acto extraordinario para compelir os amazonenses ao cumprimento do dever.

Desses bravos muitos poucos regressaram a Manáos. A 25 de Julho de 1870 chegaram cincoenta e cinco [16]. Quasi que os unicos sobreviventes. Mais uma demonstração viva de que não houvera cobardes. Autoridades e povo receberam-nos com manifestações de carinho, agradecendo-lhes os serviços relevantissimos de que a patria era credora.

---

militares, suspender commandantes superiores, mandar responder a Conselho os Commandantes de Corpos, etc., o que aliás foi preciso em outras provincias». *Relatorios da Presidencia,* vol. III, pg. 297.

(16) Sob o commando do capitão honorario Marcellino José Nery. A 26 esse contingente foi dissolvido.

Libertação dos escravos

O Amazonas, nos dias coloniaes, não recebeu grandes contingentes de escravos negros. A população da Capitania, pequena e quasi toda ella de poucos haveres, pois só ha noticia de simples abastados [1] e esses mesmos apparecendo ás vesperas da independencia, não dispunha de recursos para a acquisição do braço negro. O indio, livre ou captivo, porque nunca deixou de existir a escravidão delle, obtido com pouca despesa e relativa facilidade, bastava para o trabalho. Alem disso, não havia uma grande lavoura a desenvolver. Vivendo mais da industria extractiva, o Amazonas dispensava a energia dos africanos. E na agricultura que tentava, aliás com optimos resultados, o nativo, como em todos os outros misteres. Nelle repousava a actividade economica do Rio Negro.

Os primeiros escravos negros introduzidos na Capitania foram trazidos pela Companhia Geral do Commercio do Grão Pará e Maranhão [2], organizada ao tempo do Marquez de Pombal. Embora a Companhia, em vinte e dois annos de existencia, tivesse collocado no mercado de Belem, onde os adquiriam os moradores do Rio Negro, 12587 africanos, só uma parcella muito diminuta chegou ao sertão amazonense. O ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no *Appendice ao Diario da Viagem*, [3], estima com segurança em 193 o contingente que encontrou em todo territorio da Capitania, no anno de 1775! E Alexandre Rodrigues Ferreira,

---

(1) Alexandre Rodrigues Ferreira, *Diario da Viagem Philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro,* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, vols. 48-51.

(2) Manoel Barata, *Apontamentos para as Ephemerides Paraenses,* Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1925, vol. 144, pg. 79.

(3) *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará,* Belem, 1907, vol. 6.

que a visitou na oitava decada do seculo XVIII, registrou, no *Diario da Viagem Philosophica*, [4], a insignificancia do grupo africano, assignalando que os maiores proprietarios não dispunham de mais de dez escravos, sommando, então, apenas para o valle do rio Negro, 247 individuos. Esses escravos eram importados, via Belem, principalmente das ilhas do Cabo Verde e da Angola; e da Bahia, depois de extincta a Companhia, juntando-se-lhes, ainda, os nascidos na Amazonia.

Sob o Imperio, a população negra não teve augmento excessivo. Os escravos vinham da Angola e de varios pontos do Brasil. Falam as varias estatisticas levantadas. Em 1833, a comarca tinha 962 escravos; em 1840, 710; em 1851, 750; em 1856, 912; em 1860, 1026; em 1869, 581; em 1881, 1716; em 1883, 1117; em 1884, 1501. Ainda o indio, facilmente trazido para os serviços publicos e domesticos, chegava para as necessidades.

Fugindo aos misteres que lhes cabiam, os negros ora procuravam o centro dos rios, internando-se para escapar á captura, ora se azilavam nos sertões de Matto Grosso, Bolivia, Venezuela e Colombia, tomando pela via do Madeira e pela rêde que nos liga, no norte, áquellas Republicas. Nos altos rios, quando não morriam ás mãos da indiada, formavam mocambos, mas mocambos pequenos, de pouca significação. A chronica amazonense não conhece um só desses agrupamentos que se tivesse tornado famoso, como em outras partes do paiz. Apenas se pode mencionar o do episodio tragico occorrido á margem direita do Mamurú e acima de sua fóz, no districto de Villa Bella da Imperatriz. O mocambo, alli plantado, foi atacado pelos indios que enforcaram seis negros [5].

Em favor do indio a legislação era abundante. Dono da terra, cabia-lhe direito á liberdade, muitas vezes burlada. O negro, porem, não tinha defensores. Trazido da Africa, em porões infectos, aos montões, soffria tudo, sem que os seus protestos lhe valessem sorte melhor. Desesperado, insubordinava-se, commettia attentados contra os senhores. Os relatorios dos presidentes da Provincia ennumeram varios casos dessa natureza.

Logo após a independencia, começaram então as primeiras vozes a erguer-se contra a situação daquella gente. E aos poucos se foi avolumando a corrente que pregava a liberdade. A imprensa principiou a applaudir essa attitude altaneira. A propaganda tomou vulto. Tornou-se, afinal, uma causa nacional. O Amazonas, cheio de enthusiasmo, deu exemplos magnificos. Cabe-lhe, como

---

(4) *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, tomos 48-51.

(5) Conego Bernardino de Souza, *Lembranças e Curiosidades do Valle do Amazonas*, pg. 123.

justificadamente escreveu o historiador J. B. Faria e Souza [6], «a gloria dos primeiros movimentos abolicionistas».

Presidia a Provincia o tenente-coronel Wilkens de Mattos, quando o deputado Agostinho de Souza [7] apresentou á Assembléa Legislativa Provincial, a 13 de Maio de 1866, sendo approvado, um additivo ao orçamento, mandado despender annualmente a quantia de dez contos de reis com a emancipação do elemento servil, preferindo-se os menores. Era o passo inicial da campanha.

No Senado do Imperio, o conselheiro Nabuco de Araujo vinha batalhando pela applicação de nove contos do saldo orçamentario, na alforria dos escravos. Só em Setembro de 1870 conseguiu ver victoriosa a sua idéa. O Amazonas adiantava-se na creação do fundo de emancipação, primeira medida seria para a liberdade dos escravos a que o paiz assistiu.

Mas a verba não teve immediata applicação. O dr. Augusto Elisio de Castro Fonseca, juiz de direito da comarca de Manáos, com alguns amigos planejou, no Atheneu de Artes, a organização de um centro que tivesse por fim manumittir o maior numero possivel de escravos, concorrendo assim para auxiliar o governo da Provincia no empenho de acabar com a escravidão no Imperio. Realizou-se a primeira reunião no paço municipal de Manáos, a 9 de Dezembro. Uma commissão — composta do dr. Elysio Miguel Gomes de Figueiredo, tenente-coronel José Coelho de Miranda Leão, tenente Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha e artista José de Lima Penanto — organizou os estatutos, que o presidente Wilkens de Mattos approvou, sendo installada, solemnemente, a 6 de Março de 1870, no Theatro Phenix, a *Sociedade Emancipadora Amazonense*. Manáos compareceu pelos melhores elementos de todas as classes. Apenas foi notada e commentada a ausencia do presidente da Provincia, que até então se mostrara favoravel á idéa redemptora.

A directoria eleita era a seguinte: capitão-tenente Bernardino José de Queiroz, commandante da flotilha do Amazonas, presidente; Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, filho do fundador da Provincia, secretario; dr. Aprigio Martins de Menezes, medico da guarnição militar, jornalista, thesoureiro; drs. Antonio Elysio de Castro Fonseca e Miguel Gomes de Figueiredo, membros da junta directora. Todos nomes respeitaveis, o que significava a seriedade do movimento. Fizeram-se muitas alforrias, quatro logo no

(6) J. B. de Faria e Souza, *Ao Amazonas cabe a gloria dos primeiros movimentos abolicionistas*, Diario Official, Manáos, 1922, numero 8325, pg. 94304.

(7) Professor de philosophia do Lyceu, director da instrucção publica provincial varias vezes, director dos indios da Provincia, jornalista, foi deputado provincial em diversas legislaturas.

acto da installação da *Emancipadora*. Dias antes e á sua iniciativa, varias outras, com o que inaugurara a humanitaria actividade a desenvolver. A *Sociedade* até 1873 trabalhou muito, conseguindo explendidas victorias. Não foram poucos os senhores que libertaram escravos recusando indemnisação. Na capital e no interior. Exemplos magnificos, a fructificar dia a dia, provando a efficiencia da *Emancipadora*, cujas festas se realizavam no paço da camara municipal de Manáos, com grande assistencia. De 219, o numero de socios elevara-se a 273, em seis mezes; e os emancipados, a trinta e um.

A Assembléa Legislativa, reflectindo o pensamento liberal que ia dominando a Provincia, votou, por sua vez, uma serie de contribuições [8] para o movimento que já agitava o paiz inteiro. Em 1870, tirava das rendas publicas doze contos para a emancipação de escravos, preferindo-se as mulheres de doze a trinta annos.

Presidia a Provincia a esse tempo o general José Miranda da Silva Reis, que, cheio de interesse pela redempção dos escravos, lembrou, como medida de alto alcance social, a liberdade dos nascituros [9]. A Assembléa, num gesto profundamente humanitario, acceitando a suggestão, resolveu, em Abril de 1871, que fosse aproveitada a importancia do anno anterior e mais doze contos para «liberdade do ventre daquellas mães que, por seu estado de saude estivessem em estado de procrearem». Novamente o Amazonas se antecipava. A lei do ventre livre, idealisada pelo Visconde do Rio Branco para o Brasil, só seria uma realidade em 28 de Setembro de 1871 e em parte devido á votada pelo legislativo amazonense [10].

---

(8) Na lei orçamentaria de 1871-1872, a quantia de 12:000$000; lei 225, de 24 de Abril de 1872; lei 244, de 27 de Maio de 1872, etc.

(9) «O beneficio que por outro modo e mediante aquella quantia de 12:000$000 já consignada apenas poderia aproveitar a 6 ou 8 escravas adultas, pelo meio que acabo de propor poderá estender-se á futura prole de trinta á quarenta mães que, por seu turno, na certeza desse direito nelle encontrarão um suave conforto a infelicidade de sua triste condição, emquanto nesta se demorarem. Os resultados desta medida, repetida por alguns annos, reunidos aos que continuarem a alcançar as associações particulares de emancipação, que felizmente existem na Provincia, e nella tantos e tão importantes serviços teem prestado á causa da humanidade e da civilização, darão sem duvida em breve tempo á mesma Provincia, que por sua pequena população encerra em seu territorio muito menos escravos que as outras do Imperio, a gloria de primeiro que estas ver nascerem em seu abençoado territorio somente homens livres.»

(10) «Hoje porem me lisongeo em annunciar-vos que esta mesma ideia da liberdade de ventre, por mim lembrada e por vós tão enthusiasticamente abraçada, foi a que serviu de base para a grande reforma decretada como Lei geral do Imperio a 28 de Setembro do anno passado.»

Por outra resolução, em Maio de 1881, a Assembléa Provincial taxou em quinhentos mil reis todo e qualquer escravo que entrasse no Amazonas. Creava, ao mesmo tempo, um novo fundo de emancipação para libertar os escravos existentes na Provincia, multando-se em 100$000 os senhores que burlassem a lei. O presidente Alarico José Furtado negou sancção [11]. Dava razões. O gesto do legislativo, elle o comprehendia em toda sua extensão moral e economica, mas já havia legislação imperial, mais alta que a da Provincia, resolvendo o assumpto. Lembrava, comtudo, que o novo fundo de emancipação fosse reunido ao marcado em 28 de Setembro pelo parlamento da nação. A Assembléa só em parte acceitou as razões adduzidas. Concordou na suggestão quanto ao fundo de emancipação, augmentando, porem, a taxa para um conto de reis.

Já funccionava, nessa época, a *Libertadora Cearense.* Fôra fundada por iniciativa do sr. Luiz de Mesquita de Loureiro Marães, politico de tradição, em 17 de Julho de 1881, contando em seu seio, em maioria, cearenses, donde o nome, tambem uma homenagem á *Cearense Libertadora*, que funccionava em Fortaleza. Vinha encontrar um ambiente todo formado em favor da liberdade do escravo, trabalho da *Emancipadora Amazonense.* Aliás, o jornal *Amazonas* frisava bem que a *Libertadora Cearense* não era uma novidade na Provincia, como se pretendera insinuar por occasião de ser organizada, nem vinha seguir o exemplo das outras sociedades no sul, mas continuar a actividade da *Emancipadora Amazonense.*

A *Libertadora Cearense*, como a anterior, prestou assignalados serviços. Teve por directores, quando formada, o dr. Adriano Xavier de Oliveira Pimentel, presidente; Luiz Marães, primeiro secretario; Joaquim Rocha dos Santos, politico e jornalista, segundo secretario. Os seus actos em favor dos captivos effectuavam-se em meio a grandes festividades.

Com a chegada, em 1882, do novo presidente, o dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, as actividades libertarias desdobraram-

---

(11) «Conquanto eu reconheça a grandeza moral e as vantagens economicas do pensamento, que supponho ser da Resolução, devo, nada obstante, negar-lhe sancção. 1.º — Achando-se regulada pelo poder legislativo geral a materia, de que resa a resolução, entendo que não pode sobre ella legislar a Assembléa Provincial, como consta da Resolução. 2.º — Havendo a lei n.º 2040 de 28 de Setembro de 1871, e o Regulamento annexo ao Decreto n. 5135, de 13 de Novembro de 1872, determinado que o fundo de emancipação, creado por aquella lei, comprehenderia as quotas, votadas em os orçamentos provinciaes, entendo que pode a Assembléa Provincial votar a quantia que julgar conveniente para a libertação do escravo, devendo, porem, essa quantia ser, não applicada pela maneira determinada em a Resolução, mas reunida ao fundo geral da emancipação, e applicada em os termos da lei e do decreto referidos».

se. Abolicionista convicto, José Paranaguá, desprezando a attitude do ministerio escravocrata de Martinho Campos, sob que vinha servir, cercou de prestigio a acção dos libertadores [12]. Assistia ás reuniões da *Libertadora Cearense*, cedendo-lhe os salões do palacio do governo para as sessões solemnes. Na Assembléa Provincial, varios deputados prenderam a attenção da casa com projectos sobre a libertação [13]. O enthusiasmo augmentava dia a dia. Activando o movimento, José Paranaguá contribuia efficientemente para a grande causa nacional. Uma de suas medidas nesse sentido foi reunir as varias importancias votadas, distribuindo-as pelos municipios para apressar a manumissão [14]. O numero de libertados no seu governo foi grande. Só em 1833, attingiu a quarenta e tres, que custaram 28:381$432.

O golpe de morte na escravatura seria dado, comtudo, pelo dr. Theodureto Carlos de Faria Souto, outro abolicionista exaltado. Assumindo a administração, esse novo administrador, em mensagem á Assembléa Legislativa, lida a 25 de Março de 1884, concitou-a a providencias que, reunidas ás de iniciativa particular, fizessem do Amazonas uma provincia redimida [15].

([12]) J. B., *Ao Amazonas,* etc. pg. 94313.

([13]) João Wilkens de Mattos Meirelles, Silverio José Nery e Joaquim Rocha dos Santos.—J. B., *Ao Amazonas,* etc. pg. 94313. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas.*

([14]) Todos reunidos, davam um total de 32:433$981, que em 5 de Junho distribuiu assim: Manáos, 18:119$000; Manicoré, 4:123$000; Teffé, 2:352$000; Maués, 2:032$000; Borba, 1:858$000; Itacoatiara, 2:385$000; Silves, 958$000; Villa Bella da Imperatriz, 581$000; Barcellos, 29$981.

([15]) Empossado a 11 de Março de 1884, a 25, na Exposição apresentada á Assembléa Legislativa, dizia « Em summa, Senhores, tudo o que fôr tendente ao progresso e á civilização desta Provincia concerta as mais energicas preoccupações da administração que espera de seus representantes tudo que é licito esperar de sua reconhecida illustração e acendrado patriotismo. Não devo, porem, concluir esta rapida exposição que as angustias do tempo não me consentiram pôr em devida ordem nem desenvolver, sem pedir-vos permissão para lembrar um alto dever moral, e humanitario que neste momento supremo de vida social do paiz, peza sobre cada cidadão, em relação ao complexo e arduo problema do trabalho. Podeis resolvel-o, sem difficuldades e sem abalo para a ordem publica. Auxiliae como vos consentem as excellentes condicções financeiras da Provincia, que menor numero de escravos possue, e maior saldo relativamente conta nos cofres de seu thesouro; auxiliae a obra que se inicia de um modo tão normal e pacifico; cooperae com a iniciativa da liberdade individual; collaborae com o espirito de associação que se desenvolve nesta capital, e em breve se propagará por toda a superficie desta parte superior da região Amazonica; fazei a obra mais bella e fecunda do legislador, que é traduzir na lei a synthese superior da vontade social, colhendo em feixo as correntes da opinião publica legitima e razoavel: Com esse objectivo basta que sem grande sacrificio para a fazenda provincial decreteis uma providencia com que se constitua o fundo de emancipação dos escravos do Amazonas. O resto será traba-

Os deputados Rocha dos Santos e João Meirelles eram dos abolicionistas mais extremados. Os seus serviços vinham do começo de propaganda e estavam perfeitamente evidenciados na legislação que se lhes devia. Ouvindo a palavra official francamente ao lado da causa santa porque se batiam, não demoraram na acção. Os projectos que submetteram á consideração da Assembléa, instituindo um fundo de 500:000$000 para apressar a abolição e dando providencias sobre a liberdade por municipios, objectos de discussão, emendados, transformaram-se, a 24 de Abril de 1884, na lei creando a verba de 300:000$000 para a abolição. Duzentos contos teriam applicação em Manáos, para que a 5 de Setembro na capital não houvesse mais captivos. Theodureto Souto, votado o projecto, momentos depois o sanccionou [16].

A campanha, amparada no quasi total da população, porque os casos contrarios eram de pequena monta, inexpressivos, fazia-se atravez a actividade incansavel de batalhadores como o dr. Floresta Bastos, juiz de direito, Hosannah de Oliveira, João Carlos Antony, João Lopes Ferreira Filho, dr. Aprigio Martins de Menezes, Domingos Ferreira do Valle, Pedro Ayres Marinho, Silverio José Nery, Deodato Gomes da Fonseca, Adriano Pimentel, Guilherme José Moreira, Pedro Regalado Epiphanio Baptista, James Baird, Carneiro dos Santos, padre Raymundo Amancio de Miranda, Joaquim da Rocha dos Santos, Manoel de Miranda Leão, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Guerreiro Antony, Alvaro Botelho da Cunha, Manoel de Azevedo da Silva Ramos, Maximiano José Roberto, dr. Domingos José Ferreira Valle, Isaac Amaral, dr. Almino Alvares Affonso, Gentil Rodrigues de Souza, Carlos Gavinho Vianna, juizes, advogados, proprietarios, medicos, politicos, commerciantes, jornalistas e muitas dezenas de outras figuras em destaque de todas as classes sociaes.

Com a medida votada, dava-se um passo agigantado, que precisava ser aproveitado com rapidez. Os libertadores comprehenderam.

---

lho da espontaneidade dos proprietarios, cujos sentimentos generosos, como é de esperar, se manifestarão em toda a plenitude-indefinidamente. A Provincia não decreta a abolição; sua Assembléa não tem poderes para tanto; decreta uma quota para as libertações, e a iniciativa particular virá ao encontro. O factor moral tem sempre mais energia e efficacia de que o legal; contemos com elle e preparemos os elementos para o exito. Estou certo de que o sacrificio da Provincia será pequeno. Ella cava o leito á torrente e offerece os recursos necessarios á realização completa do grande desideratum de todos os seus filhos. Dentro da orbita da lei, com perfeita segurança e calma, respeito á propriedade, ás instituições do paiz. á ordem publica, ao direito adquirido, á vontade individual resolverá o problema radicalmente e nada soffrerá na sua existencia economica e social».

([16]) Menos de uma hora depois de votado pela Assembléa. Sanccionou com penna de ouro, offerecida para o acto pelo dr. Floresta Bastos, juiz de direito.

E encontrando de alma aberta o presidente da Provincia, ouvindo-lhe as suggestões preciosas, empenharam-se dalli por deante muito mais desassombradamente em realizar o que o legislativo planejara. Reunidos na Assembléa, já a 22 de Março tinham organizado duas grandes commissões, sendo uma de senhores, tendo a seu cargo encaminhar e accelerar a redempção dos captivos para que, antes de findar o anno, o Amazonas pudesse dizer ao Brasil que em seu territorio já havia a liberdade por que se pleiteava. A commissão central constituia-se assim: dr. Adriano Pmentel, presidente; capitão Deodato Gomes da Fonseca, vice-presidente; Bernardo de Oliveira Braga, primeiro secretario; José Carneiro dos Santos, segundo secretario; James Baird, thesoureiro; Guilherme José Moreira, padre Amancio de Miranda, Manoel José de Azevedo e Antonio Fernandes Bugalho, directores. A de senhoras: D. Elysa de Faria Souto, esposa do presidente, D. Carlota Baird, D. Maria José de Freitas, D. Tertuliana Moreira, D. Candida Pedrosa, D. Raymunda Magalhães, D. Luna Correia, todas da melhor sociedade da capital.

Entrando em actividade, a *Commissão Central Abolicionista Amazonense* promoveu conferencias de propaganda. Os oradores eram as melhores cabeças de Manáos [17]. Fundaram-se outros centros — *Primeiro de Janeiro* [18], *Libertadora Vinte e Cinco de Março* [19], *Cruzada Libertadora* [20], *Club Escolar Abolicionista* [21], *Club*

---

(17) Dr. Pedro Regalado Epiphanio Baptista, dr. Lemos Bastos, dr. Paulino de Britto, dr. Domingos Olympio Braga Cavalcante, dr. Almino Alvares Affonso.

(18) Tinha por directores: Manoel de Azevedo da Silva Ramos, Antonio Guerreiro Antony, Francisco F. de Lima Bacury, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Alvaro Botelho da Cunha e Manoel de Miranda Leão.

(19) Presidente, João Lopes Ferreira Filho; vice-presidente, dr. Domingos José Ferreira Valle; primeiro secretario, Isaac Amaral; segundo dito, Gentil Rodrigues de Souza; thesoureiro, João Carlos da Silva Jatahy; advogados, drs. Almino Alvares Affonso e Carlos Gavinho Vianna; directores, Pedro Arthur de Vasconcellos, Manoel Pereira da Costa, dr. João Carlos Antony, Maximiano José Roberto, João Ferreira Penasco, José Soares de Souza Fogo, João Francisco Pinto, Leopoldo Adelino de Carvalho, Antonio Dias dos Passos, Francisco das Chagas Gadelha, Alipio Teixeira, Deocleciano J. da Matta Bacellar, Domingos Franco de Sá, José Joaquim de Paiva. — J. B., *Ao Amazonas*, etc. pg. 94318.

(20) Installada na Escola Normal a 11 de Maio e formada de alumnos do Lyceu e da Escola. Tinha a directoria seguinte: presidente, Marcio F. Nery; vice dito, Joaquim Sant'Ignez de Britto Inglez; primeiro secretario, Simplicio de Lemos Braule Pinto; segundo dito, João Baptista de Faria e Souza; orador, Augusto Celso de Menezes; thesoureiro, Theodureto Carlos de Faria Souto Filho.

(21) Fundada pelos alumnos das escolas publicas e particulares de Manáos, na escola de São Vicente, por iniciativa do pessoal desta, a 10 de Maio,

Juvenil Emancipador [22] — todos na capital, formados de cidadãos qualificados, estudantes do Lyceu, da Escola Normal e dos collegios primarios. Os mais importantes eram a *Libertadora Vinte e Cinco de Março*, installado com solemnidade a 11 de Maio, e o *Primeiro de Janeiro*. No interior, tambem se organizaram varias sociedades. Em Caiçara, no Solimões, a *Cinco de Setembro* [23]; em Manacapurú, o *Club Abolicionista Manacapuruense;* em Codajás, a *Libertadora Codajaense*. Parintins era um dos grandes baluartes. Manicoré tambem. Lá até, em 1883, o orçamento municipal consignava 10:000$000 para a manumissão de dez a quinze escravos.

Os jornaes *Amazonas* e *Commercio do Amazonas* — este neutro nas lides partidarias e aquelle orgam dos liberaes — pregavam abertamente a redempção. A loja maçonica *Amazonas* e a sociedade *Libertadora Vinte e Cinco de Março* mantinham a folha *Abolicionista Amazonense* [24], inteiramente consagrada á defesa dos ideaes que empolgavam todas as classes sociaes no momento.

As senhoras da capital, acompanhando os gestos, cheios de belleza, de velhos e creanças, batalhavam com fervor. A sociedade que as reunia, sob a presidencia de D. Elysa Souto, consequencia da commissão organizada a 22 de Março, tinha o nome expressivo de *Amazonenses Libertadoras*. Senhores de escravos por todos os cantos da Provincia, em festas de familia, em solemnidades officiaes, em qualquer reunião de certa importancia, davam-lhes alforria. Muito raros os que procediam em contrario e esses mesmos apontados, objectos de censura. A campanha, assim, estava vencedora.

No Ceará, os jangadeiros negavam-se a transportar captivos e lhes davam fuga. Os catraieiros de Manáos, amazonenses em sua totalidade, numa attitude sympathica, generosa, tomaram a resolução de não embarcar ou desembarcar mais escravos. A Provincia inteira se levantava para o exemplo admiravel que ia offerecer á nação. E fora da Provincia, no Pará, o amazonense Paulino de Britto era dos mais ardorosos propagadores da redempção daquelle trecho da Amazonia.

---

(22) Formado por moças da sociedade de Manáos, sob a presidencia da senhorinha Olivia Aranha, tendo como oradora a senhorinha Maria de La Salette Castro e Costa.

(23) Fundado a 4 de Abril de 1884.

(24) O primeiro numero circulou a 14 de Maio. Era escripto em linguagem violenta, como o artigo de 10 de Julho, do dr. Almino A. Affonso, atacando fortemente o Imperador e pregando a Republica. *O Abolicionista* publicava a lista das pessôas que devolviam os exemplares em circulação, pondo-os no livro negro.

A 24 de Maio de 1884 [25], em meio a vibrantes demonstracções publicas de jubilo do povo, na praça Pedro Segundo, o presidente Theodureto Souto declarou livre a capital do Amazonas. Na vespera, no mesmo local, havia entregue cento e oitenta e seis cartas de liberdade.

Seguiu-se o interior. Commissões e delegados do governo [26] partiram para as cidades e villas a fazel-as acompanhar Manáos. Em Julho, já não havia mais um só escravo. A verba votada pela Assembléa — 300:000$000 — restava quasi intacta. Poucos senhores tinham acceito remuneração para liberdade de seus escravos. Admiravel essa obra dos sentimentos egualitarios de um povo e de um governante clarividente, humanitario, que precisava conhecer as homenagens de sua gente.

A Assembléa Provincial, interpretando o pensamento da população do Amazonas, concedeu em Junho, por proposta do deputado Rocha dos Santos, o titulo de *Benemerito* ao presidente Theodureto Souto. Homenageava o homem publico que se revelara admiravel na solução do grande problema politico-social.

A politica central, representada no gabinete Lafayette, não applaudia, porem, com o mesmo vigor, a acção de seu delegado, apezar de lhe ter communicado que se regosijava com a lei de 24 de Abril. Theodureto Souto foi demittido, com a nota de *a pedido.* [27] A noticia, recebida com magua em Manáos, não desanimou os libertarios. Estava marcado o dia 5 de Setembro para a libertação total da Provincia. Apressou-se, diante da occurrencia, para 10 de Julho. O presidente Theodureto Souto, nessa data, ao meio dia, na praça Vinte e Oito de Setembro, hoje João Pessôa, declarou «em homenagem á civilização e á Patria, em nome do Povo Amazonense, que pela Vontade Soberana desse mesmo Povo e em virtude de suas leis, não existiam mais escravos no territorio dessa Provincia, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, ficando assim e de hoje para sempre abolida a escravidão e proclamada a Igualdade dos direitos de todos os seus habitantes».

---

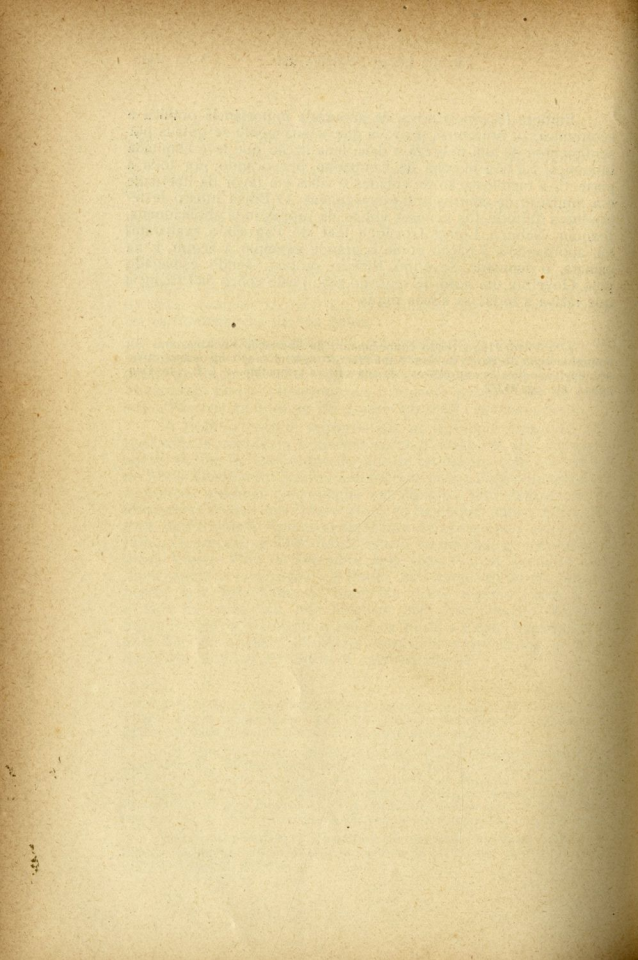
(25) A 23, ás cinco horas, houve a entrega dos titulos de alforria; a 24, a declaração da liberdade da capital, em presença de milhares de pessoas. O presidente Faria Souto foi alli acclamadissimo pela multidão.

(26) Para Parintins, o primeiro escripturario do thesouro provincial, Antonio Guerreiro Antony; Purús, srs. Antonio da Motta, Elias Eduardo Pereira de Amorim, Genelio Borralho, Antonio Gonçalves Paraense, João Antonio Marques; Madeira, coronel Gentil Rodrigues de Souza; Solimões, coronel Francisco Publio Ribeiro Bittencourt. O *Abolicionista Amazonense*, de 14 de Maio, traz o nome de todos os membros das commissões nomeadas para Manáos.

(27) A demissão do dr. Theodureto Souto provocou vibrante oração, no Senado do Imperio, proferida pelo sr. Silveira da Motta, que profligou energicamente o acto do governo.

Embora Provincia nova, de apoucada importancia politica e economica, o Amazonas provava que a sua gente se guiava por sentimentos de alta nobreza e dava uma licção que teve illimitada influencia na bôa marcha da campanha, provocando, por toda a parte [28], a manifestação de cidades e villas em favor da liberdade e a fundação de centros anti-escravagistas. O Brasil inteiro festejou-lhe a attitude. Os maiores vultos da propaganda abolicionista, Joaquim Nabuco, Lopes Trovão e José do Patrocinio exaltaram-na, apontando-a á nação como o grande exemplo a seguir. E na camara, o deputado Severino Ribeiro propoz, sendo esmagado pelo Governo, um voto de regosijo pelo gesto civico da Provincia que falava a todas as almas puras.

---

(28) Victor Hugo, tendo conhecimento da libertação no Amazonas por communicação do Barão de Sant'Anna Nery, congratulou-se com os amazonenses, enviando-lhes as expressões «da sua sincera sympathia» — J. B., *Ao Amazonas,* etc. pg. 94322.

Proclamação da Republica

O Imperio, depois da libertação dos escravos, estava com os seus dias contados. O aborrecimento das classes productoras diante do golpe violento vibrado com a emancipação, golpe que arruinou a economia particular e publica, e a exaltação que se vinha observando nos meios militares, eram motivos bastantes para enfraquecer o throno, fazendo que augmentassem os grupos republicanos que por todo paiz se organizavam em activa propaganda. Mas a republica, naquelles dias, era sonho de moços, dizia-se. Os centros politicos e os jornaes que pregavam abertamente, embora num augmento constante no sul e no norte, não eram tidos em consideração pelos estadistas do Segundo Imperio, que não se arreceiavam, não computavam aquellas razões já citadas e esqueciam a lição da campanha abolicionista, nascida tambem em grupos de moços e em jornaes. A propaganda, facilitada, tomava vulto.

Começou no Amazonas em meiados de 1889 [1]. Um grupo de idealistas empregados no commercio, jornalistas, professores, politicos, todos pessoas qualificadas, acompanhando o movimento que se operava nas provincias, creou em Manáos, a 29 de Junho desse anno, o Club Republicano do Amazonas [2]. A installação do Club, — marcada para o dia em que chegasse á capital da provincia o dr. Silva Jardim, que percorria o norte pregando as doutrinas democraticas, e a quem os republicanos amazonenses preparavam festiva recepção, transferida, porem, para a data em que

(1) Antes do Club Republicano, escreveu o dr. Carvalho Leal, em artigo sobre as origens republicanas do Amazonas, politicos descontentes falaram em organizar centros democraticos. Tambem alguns estudantes se declararam republicanos, pelas columnas de *Equador* e *O Combate*, jornaes de alumnos do Lyceu Amazonense.

(2) Bernardo Ramos — na memoria intitulada *O Amazonas Republicano*, de que publicou alguns trechos no JORNAL DO COMMERCIO de Manáos, ns. 8724, 8735 Junho de 1929 — dá a seguinte relação de fundadores do Club. Do-

aportou a Manáos o Conde d'Eu, que visitava tambem as provincias, [3] em virtude de Silva Jardim ter regressado ao Rio sem vir ao Amazonas, — realizou-se a 3 de Julho. Não correu calma. A séde do Club, á praça de São Sebastião, residencia de um funccionario da Assembléa Provincial, estava fechada, á hora da solemnidade. Procurado o inquellino, soube-se então que era conservado detido no Palacio do Governo. Os republicanos teriam de arrombar a porta do predio. A policia os prenderia, frustando-se assim o acto civico. Conhecida em tempo a trama, a reunião se fez na casa visinha, em presença do vultoso numero de populares, convidados em boletim [4].

Foi lançado, nesse dia, um vibrante manifesto politico dando as razões da creação do Club e apresentando o programma porque se bateria — proclamação da Republica, restabelecimento do credito e das finanças da provincia, diminuição dos impostos, garantia do funccionalismo provincial e municipal, organização do ensino publico tornando-o livre, creação de escolas technicas e agricolas, protecção ao indigena, desenvolvimento da navegação interna e externa pela livre concurrencia, desenvolvimento da industria fabril, rural e commercial, organização do trabalho [5].

---

mingos Theophilo de Carvalho Leal, Gentil Rodrigues de Souza, Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, Olympio F. da Motta, Aureliano A. Fernandes, João Francisco Soares Filho, Graccho de Souza Freire, Manoel Carlos Cabral, Faustino L. Mendes, José Arthur Pinto Ribeiro Filho, João da Cruz M. Fernandes, Joaquim Serra Carvalho, Joaquim Ferreira Prata, José Telles de Souza Lima, João Rodrigues de Mello, José Pinto de Araujo Rebello Junior, Manoel Mendoza, J. V. Catharino Silva, Sergio Collaço Vera, Raymundo Baptista Duarte, Antonio José Ferreira Netto, Francisco de Araujo Dias, Rodolpho Pinto Mesquita, Eduardo da Silva Perdigão, capitão João Eneas da Silva, João Vianna, Julio Pinto de Almeida, Francisco Marques de Lemos Bastos, Antonio José Ferreira Netto, Hygino José Claudino Oliveira, Francisco Sisnando Baptista, Almachio Alisidino Pinto Bandeira, Francisco de Barros Cardoso, Ernesto de Pinho Ferreira, Trajano Gomes da Costa, José Jeronymo Bandeira de Mello, Augusto Botelho da Cunha, João Diniz Gonçalves Pinto.

(3) O Conde d'Eu chegou a Manáos no paquete *Alagoas*, seguindo a 4 de Julho com destino a Tabatinga, no *Purmary*. Regressou a 14, proseguindo para Belem nesse mesmo vapor. Foi alvo de grandes homenagens dos homens publicos da época. Esteve hospedado no Lyceu Amazonense. Na prefeitura de Manáos há uma optima photographia do Conde em companhia de politicos amazonenses.

(4) Bernardo Ramos refere que um exemplar foi enviado ao Conde d'Eu, que mostrou admiração por já existir no extremo-norte do Imperio uma sociedade republicana. Alguem dos presentes offereceu-se então para ir acabar com o Centro, no que o Conde d'Eu não concordou, declarando que não tinha vindo ao Amazonas tolher a liberdade de quem quer que fosse.

(5) O original do manifesto está guardado no archivo do Instituto Geographico e Historico do Amazonas.

A directoria eleita era a seguinte: dr. Domingos Theophilo de Carvalho Leal, professor, presidente; Gentil Rodrigues de Souza, velho abolicionista, vice-presidente; Bernardo Azevedo da Silva Ramos, empregado no commercio, com serviços á nação, prestados na commissão de limites Brasil-Venezuela, primeiro secretario; Olympio Motta, segundo secretario; Aureliano Fernandes, thesoureiro; Francisco Soares Filho, orador.

Antes do Club, apenas as vozes de Bento Aranha, jornalista, filho do fundador da Provincia, a pregar a Republica com tanto enthusiasmo que, por occasião da chegada dos voluntarios amazonenses, vindos do Paraguay, deu vivas ao regimen, soffrendo prisão [6].

As adhesões não se contaram muitas [7]. Liberaes e conservadores riam-se dos republicanos, que iniciaram a propaganda em columna cedida pelo *Jornal do Amazonas* [8]. O manifesto, abordando, realmente, os problemas vitaes da Provincia, poucos o recebiam como um documento publico de alta valia. Geralmente o olhavam como phantasioso, de apoucada significação.

Cuidavam os republicanos na organização de directorios locaes, preparavam o primeiro numero do *O Americano* [9], que iam lançar a 21 de Novembro, quando o exercito depoz, no Rio de Janeiro, o gabinete Ouro Preto, proclamou novo regimen, sendo constituido o Governo Provisorio da Republica.

Não havia telegrapho pondo o Amazonas em communicação com o sul. A linha chegava apenas até Belem, de sorte que só á tarde, ás 17 horas, de 21 de Novembro, fundeado no porto de Manáos o vapor *Manáos*, da Companhia Brasileira de Navegação, hoje Lloyd Brasileiro, soube a cidade do que se estava passando no paiz. Uma delegação do governo provisorio do Pará, [10] trazendo officios para o Club Republicano do Amazonas, inteirou-o dos acontecimentos. Os officiaes de terra e mar da guarnição, informados tambem, reuniram-se no quartel general e deliberaram adherir ao movimento, confraternisando com os republicanos. Nessa occasião foi combinado pelos militares um governo provisorio formado dos srs. coronel Pereira do Lago, capitão de fragata Lo-

(6) *O Archivo do Amazonas*, fac. 7, 1907, pg. 113.

(7) A mais importante foi a de Furtado Belem, então funccionario da fazenda provincial, em serviço em Parintins.

(8) Da direcção e propriedade de João Baptista de Faria e Souza. Foi o primeiro jornal que se bateu, no Amazonas, pela federação das provincias.

(9) Sahiu nesse dia, suspendendo a circulação a 5 de Dezembro com o numero tres — J. B., *A Imprensa no Amazonas*, Manáos, 1908, pg. 35.

(10) Composta dos srs. Joaquim Travassos da Rosa, Antonio Fellipe de Souza e Antonio Pedro Borralho.

pes da Cruz, Emilio Moreira como presidente da municipalidade da capital, Joaquim Sarmento, presidente da Assembléa, Thomaz Sympson pelos conservadores, Cavalcante de Albuquerque, inspector da Alfandega, e Carvalho Leal pelos republicanos. Desapprovado esse governo pelos populares agglomerados em frente ao quartel general, o dr. Hosanah de Oliveira propoz para conciliação que se fizesse uma reunião no *Eden-Theatro,* o que foi approvado. A's 18 horas então, no *Eden-Theatro,* republicanos e militares, na mais absoluta união de vistas, juntaram-se para organizar o governo provisorio, addiando a assembléa para que o povo comparecesse a tomar parte nos trabalhos [11]. Cheio o local, ás vinte horas, tomou a palavra o major Gentil Rodrigues de Souza, que propoz uma junta provisoria composta do dr. Domingos Theophilo de Carvalho Leal, capitão de fragata Manoel Lopes da Cruz, commandante da flotilha, e coronel do exercito Antonio Florencio Pereira do Lago, commandante das armas. Acceita, acclamada enthusiasticamente, a Junta, com a massa popular, dirigiu-se, ao som da Marselhesa, para o palacio do governo. O presidente da provincia, dr. Manoel Francisco Machado, que se encontrava rodeado de amigos, não offereceu resistencia. Recebendo do coronel Lago, o communicado da attitude do povo e das classes armadas e a intimação para deixar o poder, entregou-o immediatamente, declarando que só desejava sahir com o caracter illibado.

No dia seguinte, perante a camara municipal de Manáos, a Junta assignou o termo de posse, iniciando a tarefa administrativa que seria pesada, taes as competições politicas e as condições financeiras da provincia, com uma divida fluctuante calculada, em Junho, em 2.285:674$899, e divida activa em 198:172$843.

O manifesto que o Club Republicano lançara, quando de sua organização, dizendo de seus fins, e um livro aberto na camara municipal, receberam logo a assignatura de dezenas de cidadãos [12]. O Partido Conservador, adherindo [13], compareceu a palacio, para hypothecar a sua solidariedade á Junta, emquanto os Liberaes, os apeados do poder, resolvendo abster-se de qualquer manifestação, só em Dezembro se manifestaram a favor da Republica.

(11) Os alumnos do Lyceu e da Escola Normal offereceram-se e sahiram para convidar o povo a participar da reunião, pois a noticia da proclamação causara estupefação geral.

(12) Foi tal a quantidade de adhesistas, que a directoria foi forçada a não acceitar mais assignaturas no Manifesto.

(13) Os conservadores compareceram a Palacio, em numero de cento e vinte, na tarde de 22 de Novembro. Os liberaes, a 25, approvaram u'a moção, proposta pelo dr. Regalado Baptista, excluindo o Partido de pronunciamento definitivo, emquanto não chegassem informações precisas sobre os acontecimentos do sul, mas apoiando a Junta na manutenção da ordem publica. — J. B., *A Republica no Amazonas,* A Imprensa, Manáos, Novembro de 1923.

A Assembléa Provincial, que estava em funccionamento, reconheceu o Governo Provisorio [14], promptificando-se a prestar-lhe o auxilio necessario á manutenção da ordem publica. Distribuiram-se boletins, proclamações, concitando o povo a collocar-se ao lado da Republica. Todas as classes sociaes, em reunião realizada á tarde de 22 no palacio do governo, comprometteram-se a dar inteiro apoio á Junta. Não havia discrepancia.

No interior, a adhesão foi completa. Parintins, desde a noite de 21, se tinha declarado pela Republica [15], em demonstrações publicas de regosijo.

A Junta, de inicio, suspendeu as eleições provinciaes a que se ia proceder em Dezembro, limitando-se depois quasi que a simples actos de expediente, mesmo porque já não havia harmonia entre os que a constituiam.

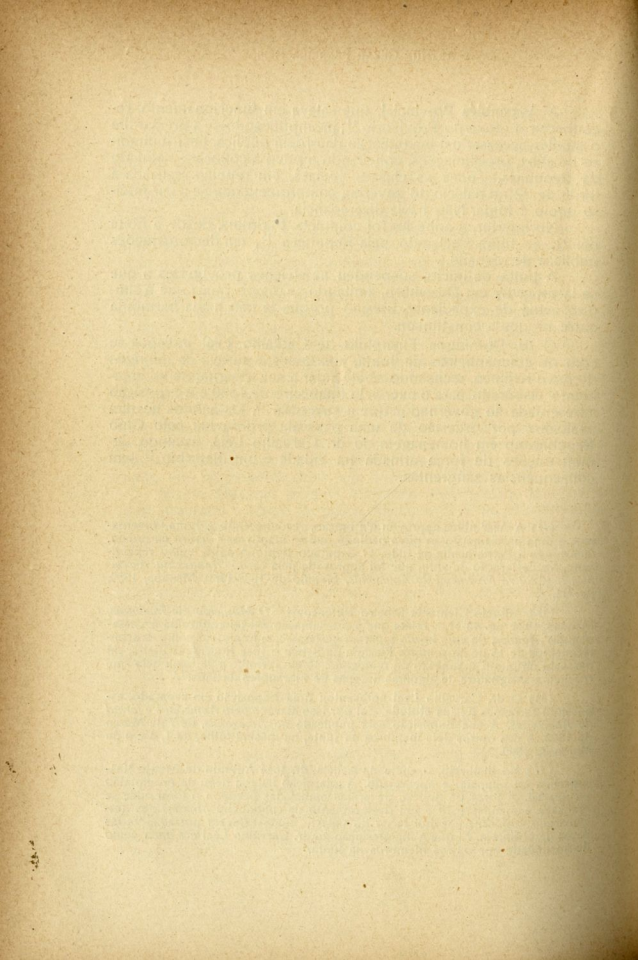
O dr. Domingos Theophilo de Carvalho Leal indispoz-se com os companheiros de Junta, aos quaes accusava de inimigos do novo regimen, recusando-se até a dar a sua assignatura ao orçamento elaborado para o exercicio financeiro de 1890 e á exposição apresentada ao governador que a succedeu [16]. Os animos ficaram exaltados por occastão de uma passeata promovida pelo Club Republicano em homenagem ao dr. Carvalho Leal, havendo demonstrações de força armada na cidade e um disturbio [17] sem consequencias sangrentas.

---

(14) A Assembléa approvou u'a moção, reconhecendo a Junta Governativa, e uma proclamação ao povo pedindo que se mantivesse dentro da ordem, collocando a Patria acima de tudo. O deputado Bento Aranha, velho republicano, fez declaração de voto, que foi approvada pela casa — *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas*, biennio de 1888-1889, Manáos, 1889, pg. 92.

(15) Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt — *O Municipio de Parintins*, Manáos, 1924, pg. 40-41, — relata que a proclamação alli foi conhecida á passagem do *Manáos*, de cujo bordo jogaram garrafas com impressos sobre os acontecimentos de 15 de Novembro. Furtado de Belem e José Rodrigues Vieira, em passeata dirigiram a adhesão do municipio, sendo lavrada, a 28, uma acta que recebeu a assignatura de algumas dezenas de moradores da villa.

(16) O dr. Carvalho Leal apresentou uma Exposição em separado, esplicando as razões da sua attitude. Foi por isso atacado pelo *Amazonas* e *Jornal do Amazonas*. A sua Exposição está publicada no *Amazonas*, de 7 de Março de 1890. A dos outros dois membros da Junta, na mesma folha, de 1, 4 e 6 de Março de 1890.

(17) No disturbio, o chefe de policia, dr. José Antonio de Araujo Vasconcellos foi apupado e apedrejado. A guarnição federal ficou de promptidão no quartel. A força de policia, de armas embaladas occupou o local onde se realisava a manifestação e um destacamento da canhoneira *Manáos* deu desembarque collocando-se no largo do palacio, onde estavam postadas varias peças de artilharia. E' que a manifestação ao dr. Carvalho Leal era dada como de hostilidade aos outros membros da Junta.

Os Primeiros Governadores

Republicanos historicos, antigos liberaes e conservadores, com a nova situação entraram a pleitear as posições de destaque no estado, pois se consideravam com direito... Era a ambição do mando que se esboçava. Repetia-se a historia. — «Todos queriam mandar e ninguem obedecer». Começaram por disputar o cargo de governador do estado. Os republicanos historicos, procurados por elementos monarchicos, negaram-lhes ajuda. Mas demoraram nas providencias junto ao governo provisorio no Rio, para que o candidato, que escolhessem, fosse nomeado. O resultado do desleixo tiveram com a nomeação do tenente de engenheiros Augusto Ximeno Villeroy, escolhido á revelia delles.

Espirito recto, educado nos ensinamentos de Benjamin Constant, cheio de mocidade, republicano, Ximeno Villeroy vinha na disposição de administrar, deixando de banda os politicos. Por isso mesmo, não os agradou. Chegou em Janeiro de 1890 [1]. Dissolveu a Assembléa Provincial e as camaras municipaes, aproveitou em todos os cargos, sem olhar credos politicos, os cidadãos que julgou capazes, nomeando conselhos para os municipios. Dos historicos, apenas aproveitou Bernardo Ramos [2]. Regulou as funcções das intendencias, creou um batalhão de policia, dissolvendo o corpo policial da Provincia, extinguiu o ensino religioso nas escolas, elevou a villa as freguezias de Humaythá, que visitou [3], e Boa Vista do Rio Branco e o povoado de Antimary; extinguiu varias escolas que julgou inuteis, na capital e no inte-

---

(1) Assumiu o governo a 4 de Janeiro.

(2) Nomeou-o intendente municipal da capital. Bernardo Ramos, num gesto de republicano de convicção, acceitou o cargo, recusando-se, porém, a receber qualquer remuneração.

(3) Foi installada a 1 de Março e creada por decreto de 4 de Fevereiro de 1890.

rior, creando outras no interior; declarou de uma só entrancia todas as escolas primarias, reorganizou o serviço de direcção de colonias de immigrantes, reformou o programma do ensino primario, creou o Instituto Normal Superior, em que fundiu o Gymnasio Amazonense e a Escola Normal; e extinguiu o Muzeu Botanico, dirigido pelo grande naturalista Barbosa Rodrigues, acto condemnavel, praticado, certamente, sem madura reflexão.

O imposto predial era arrecadado pelo Estado. Passou o de Manáos ao municipio, afim de que este tivesse as rendas precisas para emprehender as obras de saneamento e aformoseamento da cidade.

Cuidando attentamente do apparelho economico e financeiro do Estado, creou collectorias em Parintins, Itacoatiara e Maués, acabando as mezas de rendas alli existentes; regulou a fiscalização das linhas de navegação subvencionadas, tentou um emprestimo externo, de 5.000:000$000 [4], para amortizar as dividas avolumadas e poder enfrentar as despezas pois as rendas arrecadadas não bastavam; e organizou um orçamento de 2.243:270$000 para a receita e a despeza.

Voluntarioso, o tenente Villeroy não sabia conter-se, por vezes melindrando funccionarios e cidadãos alheios á administração. Todavia, deixou uma tradição de absoluta honestidade e de mantenedor das liberdades publicas.

Foi durante o seu governo que se realizaram as eleições para a representação amazonense á Constituinte do Rio de Janeiro, sendo escolhidos os snrs. Manoel Francisco Machado, Joaquim Leovigildo de Souza Coelho e Joaquim José Paes da Silva Sarmento, senadores; Manoel Ignacio Belfort Vieira e Manoel Uchôa Rodrigues, deputados.

Licenciado, Ximeno Villeroy retirou-se para o Sul, em Novembro, por motivo de molestia em sua esposa, entregando (2-11-1890) o governo [5] ao tenente de engenheiros Eduardo Gonçalves Ribeiro, seu official de gabinete e director das obras publicas, uma vez que não estava em Manáos o primeiro vice-governador.

---

(4) Por decreto de 1.º de Julho de 1890, autorizou o inspector do thesouro a passar procuração ao capitão-tenente Manoel Ignacio Belfort Vieira, para contrahir o emprestimo no Rio. Por decreto de 9 de Setembro, estabeleceu annualmente, nas leis orçamentarias do Estado, o credito de 350:000$000, para pagamento dos juros e amortização do emprestimo.

(5) Ao passar o governo, na intendencia municipal de Manáos, declarou que governara apenas com a collaboração de tres amigos — Eduardo Ribeiro, Francisco Mendes da Rocha e Manoel Uchôa Rodrigues, seus collegas de armas.

Esse militar,—dias depois, a 6 de Novembro, nomeado segundo vice-governador, e a 3 de Janeiro de 1891, governador, substituindo de vez o tenente Villeroy, que insistira por ser exonerado, desgostoso, em lucta com homens publicos do Estado,—entre outros actos, creou as comarcas de Antimary, Humaythá e Coary, elevou á cathegoria de villa a parochia de Fonte-Boa, declarou feriados os dias 10 de Julho, 5 de Setembro, 21 de Novembro e 13 de Março [7], augmentou as rendas dos municipios com autorização para que passassem a cobrar o imposto predial, fixou em 2.368:709$000 a receita e a despeza e decretou uma constituição provisoria para o Estado, de conformidade com o que se vinha fazendo nas outras unidades do paiz. Conseguiu fazer diminuida a menos da metade a divida publica, datando dos tempos do Imperio, e providenciou, ainda, para deter o progresso do contrabando nas fronteiras.

Administrando com rectidão, embora não se mostrasse alheio ás competições partidarias que já se pronunciavam, dadas as suas francas inclinações pelo Partido Democratico, cuja fundação auxiliara [8], cercou-se de sympathias geraes. Mezes decorridos, a dictadura no Rio de Janeiro, dando ouvidos a manejos politicos, [9] o demittiu, nomeando para o cargo o coronel Thaumaturgo de Azevedo. A noticia, conhecida em Manáos na manhã de 12 de Abril, provocou sensacção. O povo, convocado em boletim, reuniu-se á tarde, em frente a palacio, não consentindo que Eduardo Ribeiro deixasse a governança. Acclamou-o enthusiasticamente. Os oradores succederam-se em varios pontos da cidade, protestando contra o acto dos altos poderes da Republica, lavrando-se uma acta, (1884-1891) [10] que foi assignada por centenas de pes-

(6) Ximeno Villeroy, no Rio, ainda Governador, encontrando-se na rua do Ouvidor com o Barão do Juruá, disse-lhe que *voltando ao Amazonas não governaria mais a espada e sim a chicote.*

(7) Respectivamente consagrados á libertação dos escravos, elevação do Amazonas á cathegoria de Provincia, adhesão á Republica, publicação da primeira constituição do Estado.

(8) «Além dos serviços referidos, auxiliei a organização do primeiro partido republicano que se creou no Amazonas». Era o Democratico, que fora installado a 27 de Julho de 1890, com o seguinte directorio: dr. Manoel Francisco Machado, Deodato Gomes da Fonseca, Sylverio Nery, Raymundo Antonio Fernandes, Francisco Publio Ribeiro Bittencourt e Ferreira Penna, sob a direcção dos Moreiras. Ferreira Penna rompeu pouco depois, organizando então o Partido Nacional.

(9) *Considerações publicadas em defeza do ex-governador do Amazonas, dr. Eduardo G. Ribeiro,* Rio, 1897, pg. 49.

(10) «Aos doze dias do mez de Abril de mil oitocentos e noventa e um, terceiro da Republica, reunido o povo da cidade de Manáos, em nome da população do Amazonas, na praça da Republica, em vista da demissão traiçoeiramente conseguida do Governo Geral pelos inimigos da Republica, do cidadão

soas de todas as classes sociaes. O coronel Thaumaturgo, já em viagem para o Estado, teve ordem de ficar em Recife.

Parecia que a vontade popular estava respeitada. Mas tal não occorreu, porque (5-5-1891), dias depois, o capitão de fragata Borges Machado, chegado do sul para commandar a flotilha, com instrucções do governo provisorio intimou o tenente Eduardo Ribeiro a passar o exercicio ao 1.º vice-governador, coronel Guilherme José Moreira, Barão do Juruá. Eduardo Ribeiro cumpriu as ordens recebidas.

Já então estavam organizados, luctando com ardor pela conquista dos postos de governo, o Partido Democratico e o Partido Nacional. Chefiava aquelle — ajudado efficientemente pelo irmão, Guilherme Moreira, donde o nome de Partido dos Moreiras, — o coronel Emilio Moreira, bahiano, velho director dos Liberaes ao tempo do Imperio. Obedecia este a Ferreira Penna e Jonathas Pedrosa, antigos Conservadores. A posse do Barão importava na subida franca dos Democraticos. Elementos do Partido Nacional, com o apoio da força armada [11], pretenderam impedil-a mas não chegaram a executar o plano urdido. O Barão do Juruá assumiu sem embaraços, creando uma junta de hygiene. Demorou-se pouco. Foi seu substituto o coronel Antonio Gomes Pimentel (25-5-1891) mandado do Rio para receber a direcção dos negocios publicos e executar os desejos da politica central, afastando Eduardo Ribeiro, que teve ordem de regressar á capital do paiz para assumir o cargo de prefessor da Escola Superior de Guerra.

O Congresso Constituinte, (1-5-1891) eleito com maioria do Partido Democratico, tinha de eleger o governador e o vice-governador. Installado (11-6-1891), votou e promulgou uma constituição para o Estado (27-6-1892) e elegeu, obedecendo ás suggestões trazidas do Rio pelo coronel Pimentel, para aquelles cargos, respectivamente, o dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, engenheiro, coronel do exercito, e o coronel Guilherme José Moreira, que presidia os trabalhos legislativos.

Eduardo Ribeiro, para quem se voltavam todas as attenções e esperanças, combinada a sua candidatura, quando da organiza-

---

Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, que a contento da população do Amazonas está dirigindo os destinos deste Estado, resolveu a mesma população acclamar o referido Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, governador effectivo do Estado do Amazonas. Em seguida o mesmo povo depoz a Intendencia Municipal por não mais lhe merecer confiança. E por ser esta a vontade do povo, foi lavrada a presente acta que lida ao cidadão Governador proclamado pelo povo, foi acceita e assignada pelos presentes».

([11]) Era garantida por Piá de Andrade e Moreira Cezar. Na reunião que houve para a deliberação dos meios porque impedir a posse, elementos presentes á reunião mostraram-se receiosos da lucta, fracassando o que já fora combinado.

ção do congresso, ficava esquecido. A politica central, desejando compensar os serviços de Thaumaturgo, arredado do Piauhy, impuzera-lhe o nome, acceito com discordancia de reduzidissimo numero de deputados, cinco apenas, que deram os seus suffragios a Eduardo Ribeiro. A politica republicana, no Estado, inaugurava-se, como se vê, subserviente á vontade do centro, creando a passividade a que ficou reduzida dahi em diante. Inaugurava-se, mais, pequenina, nos moldes antigos, tanto assim que a situação, nas mãos dos Democraticos, o coronel Guilherme Moreira, novamente á frente do governo, como substituto legal do dr. Thaumaturgo, que não se encontrava em Manáos, tratou de montar o apparelho administrativo e politico, approveitando os elementos do seu grupo. Organizou todos os serviços publicos e a magistratura, esquecido de que no novo regimen deviam ser outras as normas, escolhendo-se o funccionalismo na selecção dos valores e não dos serviços partidarios.

Dois mezes decorridos, o dr. Thaumaturgo de Azevedo, vindo do Rio, foi empossado (1-9-1891) como primeiro governador constitucional do Estado. Encontrando os cargos publicos prehenchidos, desgostou-se com os Democraticos, que o apoiavam, pois tudo se fizera sem que o ouvissem. Ligado ao Amazonas por laços de familia, com bons e largos serviços prestados á Provincia e á Nação, culto, não era extranho, tampouco incapaz. Grandes, portanto, as esperanças em que levaria o Estado á prosperidade.

Trazia projectos de reforma da cidade de Manáos, projectos monumentaes, para cuja execução carecia dispender não pequenas sommas. Plano gigantesco, que tentou levar á realidade. Manáos, de aspecto bisonho, seria transformada radicalmente. Imaginava tambem melhoramentos para o interior, até então quasi esquecido, ligando-o á capital por linhas telegraphicas. A instrucção publica entrava em suas preoccupações, como dos problemas que mais seriamente pretendia resolver. Cogitava do futuro economico e financeiro do Estado, com melhoramentos nas fazendas de gado do Rio Branco, auxilio a empresas industriaes, fabricas e engenhos centraes, fundação de uma escola pratica de agricultura, pacificação e aproveitamento do trabalho dos indigenas, creação de um banco tendo por fim especial tornar realidade a immigração e a colonização do valle.

A receita estava orçada em mais de quatro mil contos e a despeza em perto de tres mil. Não era possivel executar o programma de governo com semelhante orçamento. Dirigindo-se ao legislativo, (15-9-1891) já em sessão ordinaria, o coronel Thaumaturgo, em mensagem expondo o que pretendia realizar, solici-

tou autorização para contrahir um emprestimo de 14.000:000$000, quantia vultosa naquelle tempo, a ser applicada no quadriennio.

O dr. Thaumaturgo, pouco experiente ainda em politica, apezar das contrariedades que ella lhe causara no Piauhy, desgostando-se com os democraticos, praticara, logo nos primeiros dias de sua gestão, actos recebidos como de hostilidade aos democraticos, adiantara proposições severas sobre como iria administrar, condemnara o contracto de esgotos feito na gestão do vice governador e chefe do partido, considerando-o oneroso aos cofres publicos e prejudicial á hygiene [12]. A Assembléa, dominada pelos democraticos, negou-lhe por isso a autorização pedida [13]. Declarava-se o rompimento com o partido.

Começou a lucta. Os jornaes da época. — *O Amazonas*, *Commercio de Manáos e Diario de Manáos*, — degladiaram-se, aquelle atacando fortemente e estes defendendo o governador. O legislativo rompeu tambem na mais accesa opposição. Accusavam o dr. Thaumaturgo de ter lezado o Estado em 24:000$000 que deixara de pagar ao transferir os seus direitos á Companhia Villa

---

([12]) «Aqui, como em qualquer outro logar em que me acho, meu governo será invariavelmente do bem e do direito; da paz e da justiça, da selecção do talento, do merito e da probidade; do auxilio aos commettimentos e ás aptidões provadas; de banimento do patronato, que corrompe o caracter de cidadão, do respeito á lei, á autoridade constituida e a toda expansão legitima; e de melhoramento incessante da instrucção, da industria e da agricultura, do commercio e da navegação, a par da acção repressora contra a violencia, o roubo, o homicidio e o vicio».

....

«O contracto de exgotos ultimamente celebrado deve ser rescindido, não só por onerosissimo ao Estado e aos proprietarios, como por se prejudicial á hygiene publica».

([13]) «Com relação á autorização solicitada pela presidencia para nova organização de todos os serviços publicos, o Congresso pronuncia-se negativamente, visto como reorganizados ainda ha pouco os referidos serviços, não é de bom conselho que sejam submettidos desde já a novos processos de organização sem que a experiencia demonstre se satisfazem ou não pelo modo porque se acham organizadas as repartições publicas. Quanto ás rescisões de esgoto e do theatro, pondera o Congresso: 1.º que fallece competencia juridica para satisfazer á reclamação da presidencia, visto como a materia reclamada é da alçada do poder judiciario; 2.º que a rescisão do contracto do theatro é materia já vencida, podendo S. Excia. certificar-se na sua secretaria de que tal contracto está rescindido, desde os tempos da presidencia do dr. Ernesto Chaves. Nega autorização para o emprestimo de 14.000:000$000, e autorização para creação de um banco hypothecario pelas razões de que com os saldos de cada exercicio poderá o governo, um pouco mais lenta, porem mais economicamente e seguramente satisfazer as necessidades de que se resente o Estado, para que possa attingir ao gráo de prosperidade a que tem incontestavel direito. Quanto á creacão do banco hypothecario o Congresso observa que da presente nada póde autorizar, emquanto não estiver liquidada e regulamentada a posse das terras por parte do Estado».

Brandão, como contractante de uma empreza predial, e de ter realizado essa transferencia já no governo, o que taxavam de illegal e pouco liso. O Partido Nacional collocando-se então ao lado do dr. Thaumaturgo, cresceu de importancia. O governador, obrigado a attender á campanha que lhe faziam, sem os recursos que pretendera, pouco ou nada podia realizar, até que, encerrado o Congresso, houve um entendimento de que resultou uma convocação extraordinaria. Mas, os resentimentos não se podiam apagar tão facilmente. Ia em meio a lua de mel quando, dissolvido o Congresso Nacional pelo marechal Deodoro da Fonseca, quasi todos os governadores lhe apoiaram o gesto irreflectido. O dr. Thaumaturgo acompanhou-os na solidariedade ao chefe da Nação. O Congresso tambem. Tal attitude custaria cara aos governantes porque o presidente da Republica, forçado por um levante da marinha, passou o governo ao vice-governador, marechal Floriano Peixoto, que annulou o decreto dissolvendo o Congresso. As situações, que tinham palmeado o gesto do marechal Deodoro, foram postas abaixo.

Aproveitando a opportunidade, contando com o apoio do novo presidente da Republica, os democraticos prepararam-se para depor o dr. Thaumaturgo, a quem, no Congresso e no *Amazonas*, os ataques eram dirigidos com rara impetuosidade. A lei annual para cuja votação o legislativo estava convocado, não foi elaborada. Aggrava-se a situação, dia a dia, exaltavam-se os animos, prenunciando um choque violento.

De facto,— a 14 de Janeiro, á tarde, teve logar na praça General Osorio, fronteira ao quartel do exercito, um *meeting*, promovido pelos democraticos. Os oradores inflamaram-se, acclamando o capitão de fragata José Ignacio Borges Machado, commandante da flotilha, capitão Porphirio Francisco da Rosa commandante interino do 36 de infantaria, e desembargador Luiz Duarte para formarem a Junta que deveria governar o Estado até a chegada de Eduardo Ribeiro, proclamado governador na reunião. A seguir, uma commissão, composta dos srs. Lima Bacury, dr. Almino Alvares Affonso e major Leonardo Antonio Malcher, dirigiu-se a palacio, no proposito de intimar o dr. Thaumaturgo a deixar o poder. Recebida, antes de terminar a missão de que estava encarregado foi expulsa, maltratada, espancada, jogada pelas escadarias de palacio abaixo. Houve tiros e mortes. O coronel Lima Bacury e o dr. Almino Affonso sahiram feridos a bala, emquanto o major Malcher soffria escoriações assaz graves pelo corpo. O *meeting* dissolveu-se, pois os que delle participavam não dispunham de armas para reagir e o panico era grande. O jornal *Amazonas* deixou de circular, por intimação das autoridades policiaes.

O governador Thaumaturgo, que, segundo é corrente, abandonara palacio, julgando de maiores proporções o movimento, regressando, praticou medidas violentas. Decretou, por trinta dias, estado de sitio para a capital [14]. A constituição estadual, votada pelos proprios democraticos, dava-lhe poderes para assim agir. Decretou depois, o desterro, para o interior, dos mais influentes democraticos, que foram presos [15]. No interior, tambem se registraram occurrencias serias, encontros que podiam ter degenerado em vasta conflagração no Estado.

As demonstrações de apoio incondicional ao governador ameaçado surgiram de todos os cantos. As associações de classe, a maioria da imprensa, o povo em geral victoriavam-no. O governo federal, porem, sciente do que se passava no Amazonas, e na disposição de por fóra o dr. Thaumaturgo, castigando-o pela approvação ao acto de Deodoro, reprovou, pelo dr. José Hygino, ministro da justiça, a decretação do estado de sitio [16], funcção exclusiva da União, ordenando-lhe posteriormente entregasse o governo ao capitão de fragata Borges Machado [17]. O dr. Thaumaturgo negou-se, formalmente. E em telegrammas energicos [18], ao marechal Floriano, ao contra-almirante Custodio José de Mello,

---

(14) 14 de Janeiro de 1892.

(15) Para S. Paulo de Olivença — Barão do Juruá, dr. João Franklin de Alencar Araripe, dr. Arminio Adolpho Pontes e Souza; para Tabatinga — tenente coronel Emilio José Moreira, dr. Luiz Duarte da Silva, dr. José Tavares da Cunha Mello, dr. Antonio Henrique de Almeida Junior; para Ayrão — Raymundo Antonio Fernandes; para Moura — Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho; para Carvoeiro — desembargador José Antonio Floresta Bastos e capitão Leonardo Antonio Malcher.

(16) « Rio, 22 de Janeiro 92. Dr. Thaumaturgo. Manáos. Governo reprova e declara nullo acto pelo qual decretastes estado sitio nessa cidade visto como a attribuição de suspender quantias constitucionaes é da competencia exclusiva do governo da União nos termos dos artigos 34 n. 21 e 43 n. 15 da constituição federal e vos ordena que façaes cessar todas as medidas que tenhaes tomado offensivas das mesmas garantias — José Hygino ».

(17) « Commando do primeiro Districto Militar no Estado do Pará — Quartel em 1.º de Fevereiro de 1892 — Copia — Serviço Publico — Repartição Geral dos Telegraphos — Estação Belem, 30 de Janeiro de 1892 — Procedente Rio — Endereço — Reservado — Urgente — Commandante 1.º Districto Militar. — Communicae Tenente-Coronel Thaumaturgo que, á vista commoção que reina Estado do Amazonas, na qual se acham envolvidas forças federaes, Governo União resolve intervir e determinar que referido Tenente-Coronel se apresente quanto antes Ministro da Guerra, passando Governo Estado ao Commandante Flotilha, como autoridade militar mais graduada, (assignado) Floriano Peixoto — Confere. Antonio Constantino Nery, Major Secretario Assistente do Ajudante General do Exercito ».

(18) « Marechal Presidente da Republica. Rio. Acabo receber intermedio commandante districto, copia vosso telegramma 30 Janeiro, reservado, porem publicado no Pará, ordenando áquelle commandante me faça seiente de que

ministro da marinha, desafiou-os a intervir no Estado, a mandal-o depor. O cartel não podia ser sustentado, embora continuassem as manifestações ao governador e se fizessem preparativos bellicos com o augmento do effectivo da força publica; grande parte da imprensa do sul commentasse em louvores o gesto de energia do extremo-norte repellindo a intimação do *Marechal de Ferro*, e a maioria da officialidade da flotilha do Amazonas protestasse contra a violação da autonomia do Estado.

Por ordem de Floriano vieram para Manáos varios tenentes do exercito e da marinha, os quaes, em reunião com os democraticos, [19] assentaram, posta de lado a idéa de immediato pronunciamento armado, mandar uma intimação ao dr. Thaumaturgo, o que foi feito, (26-2-1892) assignada por nove officiaes de terra e mar, em nome do Governo Federal, para que passasse a administração do Estado ao capitão de fragata José Ignacio Borges Machado, commandante da flotilha [20]. Não houve reacção. O dr. Thauma-

---

governo União me determina passar governo Estado commandante Flotilha, apresentando-me quanto antes Ministro da Guerra. Segundo artigo 33 constituição Estado tenho substitutos legaes a quem passar administração e de accordo artigo 39 só posso retirar-me territorio do Estado mediante licença do Congresso, sob pena de perda do cargo. Não havendo actualmente commoção, estando Amazonas em perfeita tranquillidade, as forças militares não intervindo negocios peculiares do Estado, revolta de 14 suffocada mesmo dia, achando-me apoiado por todas as classes sociaes que francamente protestam contra intervenção governo federal, não posso e nem devo abandonar posto que me foi confiado por eleição popular. — Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, Presidente Estado Amazonas ».

« Contra-Almirante Custodio Mello, Ministro Marinha. — Vosso emissario Capitão Fragata Borges Machado recua emprehendida minha de posição. Conferenciando commigo, depois de ter officiado solicitando dia, hora e lugar para que entregasse o governo, declarou em face resistencia armada, não assumir responsabilidade lucta ingloria. Nestas condições dai-lhe forças afim de ser effectuado massacre povo amazonense e meu assassinato, uma vez que quereis e Presidente Republica, a todo transe, avassalar vontade popular e cercear de vez autonomia estadoal. Toda officialidade Flotilha, digna, briosa e altiva, combate pela ordem e legalidade. — Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, Presidente Estado Amazonas ».

([19]) Os officiaes chegaram a Manáos na noite de 24, desembarcando na manhã seguinte.

A reunião com os democraticos realizou-se na residencia do juiz federal dr. Poggi de Figueiredo na noite de 26. Foi então elaborada a intimação que com data do dia seguinte foi pela manhã, cerca de sete horas, entregue em palacio por um cabo do exercito, emquanto no quartel do 36 as forças preparavam-se para entrar em acção no caso de reacção do dr. Thaumaturgo.

([20]) Cidadão. Os officiaes do Exercito e Armada, abaixo assignados, reunidos no Quartel do 36.º Batalhão de Infantaria, rogam-vos que declareis logo que este receberdes, se estaes ou não resolvido, em cumprimento ás ordens do Governo Federal, a passar a administração deste Estado ao capitão de Fragata

turgo, que se dispuzera para reagir, attendendo ás ponderações dos amigos, segundo é corrente, acceitou a intimação. Lançou um protesto contra a violencia de que era victima e embarcou para o sul.

Assumiu o governo (27-2-1892) o capitão de fragata Borges Machado, que, dias depois, a 11 de Março, o entregou ao dr. Eduardo Ribeiro, chegado do sul na vespera, nomeado [21] pelo marechal Floriano Peixoto para, em seu nome, restabelecer a ordem no Estado.

O dr. Eduardo Ribeiro [22] dissolveu o Congresso, que se declarara solidario com o acto de violencia do ex-presidente Deodoro da Fonseca, convocando outro, que reformou a constituição. Foi então eleito governador o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro que assumiu a 23 de Julho de 1892.

José Ignacio Borges Machado. Aguardamos com brevidade a vossa resposta para o nosso governo.—Sr. Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo. — Lucio Gonçalves da Silva, Tenente Commandante do 36.º; José Francisco de Souza, alferes fiscal; João Xavier do Rego Barros, alferes ajudante; Pedro Henrique Cordeiro Junior, 1.º Tenente Commandante da Bateria; Joaquim Albuquerque, 1.º Tenente Commandante do Aviso *Tocantins;* Tenente Tranquillino Pedro de Alcantara, secretario da Flotilha. 2.º Tenente Antonio da Silva Braga, 3.º Commandante do *Jutahy;* Antonio Ferreira de Carvalho, 1.º Tenente chefe das machinas da Flotilha; Moysés Henrique Spzer, commissario do navio chefe».

«Estado do Amazonas, Palacio da Presidencia, Manáos, 26 de Fevereiro de 1892. A' vista do officio que acabo de receber, assignado por 11 officiaes de mar e terra, no qual sou intimado a entregar a administração do Estado ao Capitão de Fregata José Ignacio Borges Machado; e sabendo que esses officiaes estão resolvidos a empregar a força armada para obrigar-me á entregar o governo de que aliás, me acho legalmente empossado, resolvo ceder, á imposição que me é feita, afim de não concorrer para que seja derramado sangue do povo amazonense; ficando, no emtanto, salvo o direito que me assiste de protestar, como desde já, solemnemente protesto á face do Paiz, contra este novo attentado commettido em nome da Republica Federativa.— Aos srs. officiaes signatarios da intimação de 26 de Fevereiro.—Gregorio Thaumaturgo de Azevedo».

Esse documento foi escripto por Guerreiro Antony e entregue aos destinatarios ainda na manhã de 25.

([21]) *Considerações publicadas em defeza,* etc. pg. 16.

([22]) Eduardo Gonçalves Ribeiro era maranhense, nascido em São Luiz a 18 de Setembro de 1862, tendo vindo para o Amazonas em 1887 pór medida disciplinar, dadas as suas demonstrações pela Republica. Aqui exerceu varias funcções de caracter militar, até que foi nomeado official de gabinete de Villeroy. Em Junho de 1890 pelo valor que demonstrava foi nomeado professor da Escola Superior de Guerra, no Rio. Eleito governador do Amazonas, para o periodo de 23 de Julho de 1892 a 23 de Julho de 1896, construiu Manáos, realizando a maior obra administrativa que o Estado já conheceu. Era engenheiro militar. No Maranhão, teve um jornal *O Pensador,* de onde lhe veio a alcunha porque é conhecido. Morreu a 14 de Outubro de 1900, em circumstancias um tanto mysteriosas.

Relação dos presidentes e vice-presidentes da Provincia

Relação dos presidentes e vice-presidentes que administraram

N.os	NOMES	Cargos
1	João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha	1.º Presidente.
2	Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1.º Vice.
3	Conselheiro Herculano Ferreira Penna	2.º Presidente.
4	Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1.º Vice.
5	Dr. João Pedro Dias Vieira	3.º Presidente.
6	Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1.º Vice.
7	Angelo Thomaz do Amaral	4.º Presidente.
8	Conego Joaquim Gonçalves de Azevedo	2.º Vice.
9	Angelo Thomaz do Amaral	4.º Presidente.
10	Dr. Francisco José Furtado	5.º Presidente.
11	Conego Joaquim Gonçalves de Azevedo	2.º Vice.
12	Dr. Francisco José Furtado	5.º Presidente.
13	Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1.º Vice.
14	Dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha	6.º Presidente.
15	Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1.º Vice.
16	Dr. Sinval Odorico de Moura	7.º Presidente.
17	Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda	8.º Presidente.
18	Coronel Innocencio Eustaquio Ferreira de Araujo	4.º Vice.
19	Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda	1.º Vice.
20	Dr. Antonio Epaminondas de Mello	9.º Presidente.
21	Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira	1.º Vice.
22	Dr. Antonio Epaminondas de Mello	9.º Presidente.
23	Tenente-coronel Sebastião José Basilio Pyrro	1.º Vice.
24	João Ignacio Rodrigues do Carmo	4.º Vice.
25	José Bernardo Michilles	2.º Vice.
26	Dr. José Coelho da Gama e Abreu	10.º Presidente.
27	Dr. Jacintho Pereira do Rego	11.º Presidente.
28	Coronel Leonardo Ferreira Marques	1.º Vice.
29	Commendador João Wilkens de Mattos	12.º Presidente.
30	Major Clementino José Pereira Guimarães	3.º Vice.
31	Coronel dr. José de Miranda da Silva Reis	13.º Presidente.
32	Dr. Domingos Monteiro Peixoto	14.º Presidente.
33	Capitão de mar e guerra Nuno A. Pereira de Mello Cardoso	1.º Vice.
34	Dr. Antonio dos Passos Miranda	15.º Presidente.
35	Major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães	2.º Vice.
36	Capitão de mar e guerra Nuno A. Pereira de Mello Cardoso	1.º Vice.
37	Dr. Domingos Jacy Monteiro	16.º Presidente
38	Dr. Agesiláo Pereira da Silva	17.º Presidente.
39	Major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães	2.º Vice.
40	Capitão Guilherme José Moreira	2.º Vice.
41	Coronel barão de Maracajú	18.º Presidente.
42	Dr. Romualdo de Souza Paes de Andrade	1.º Vice.
43	Tenente-coronel José Clarindo de Queiroz	19.º Presidente.
44	Dr. Satyro de Oliveira Dias	20.º Presidente.
45	Dr. Alarico José Furtado	21.º Presidente.
46	Dr. Romualdo de Souza Paes de Andrade	2.º Vice.
47	Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá	22.º Presidente.
48	Tenente-coronel Guilherme José Moreira	1.º Vice.
49	Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto	23.º Presidente.
50	Capitão Joaquim José Paes da Silva Sarmento	2.º Vice.
51	Dr. José Jansen Ferreira Junior	24.º Presidente.
52	Tenente-coronel Clementino José Pereira Guimarães	1.º Vice.
53	Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves	25.º Presidente.
54	Tenente-coronel Clementino José Pereira Guimarães	1.º Vice.
55	Coronel Conrado Jacob de Niemeyer	26.º Presidente.
56	Coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno	27.º Presidente.
57	Tenente-coronel Antonio Lopes Braga	2.º Vice.
58	Conego Raimundo Amancio de Miranda	3.º Vice.
59	Dr. Joaquim Cardoso de Andrade	28.º Presidente.
60	Conego Raimundo Amancio de Miranda	2.º Vice.
61	Dr. Joaquim de Oliveira Machado	29.º Presidente.
62	Dr. Manuel Francisco Machado	30.º Presidente.

Provincia do Amazonas desde sua installação a 21 de Novembro de 1889.

Data em que começaram	Até quando administraram	Observações
1 de Janeiro de 1852.	27 de Junho de 1852.	
27 de Junho de 1852.	22 de Abril de 1853.	
22 de Abril de 1853.	11 de Março de 1855.	
11 de Março de 1855.	28 de Janeiro de 1856.	
28 de Janeiro de 1856.	26 de Fevereiro de 1857.	
26 de Feveiro de 1857.	12 de Março de 1857.	
12 de Março de 1857.	11 de Maio de 1857.	
11 de Maio de 1857.	7 de Setembro de 1857.	
7 de Setembro de 1857.	10 de Novembro de 1857.	Reassume.
10 de Novembro de 1857.	27 de Outubro de 1858.	
27 de Outubro de 1858.	4 de Novembro de 1858.	
4 de Novembro de 1858.	30 de Maio de 1859.	Reassume.
30 de Maio de 1859.	24 de Novembro de 1860.	
24 de Novembro de 1860.	7 de Janeiro de 1863.	
7 de Janeiro de 1863.	7 de Fevereiro de 1863.	
7 de Fevereiro de 1863.	7 de Abril de 1864.	
7 de Abril de 1864.	8 de Maio de 1865.	
8 de Maio de 1865.	20 de Maio de 1865.	
20 de Maio de 1865.	24 de Agosto de 1865.	
24 de Agosto de 1865.	23 de Junho de 1866.	
23 de Junho de 1866.	7 de Novembro de 1866.	
7 de Novembro de 1866.	30 de Abril de 1867.	Reassume.
30 de Abril de 1867.	9 de Setembro de 1867.	
9 de Setembro de 1867.	25 de Setembro de 1867.	
25 de Setembro de 1867.	25 de Novembro de 1867.	
25 de Novembro de 1867.	8 de Fevereiro de 1868.	
8 de Fevereiro de 1868.	24 de Agosto de 1868.	
24 de Agosto de 1868.	24 de Novembro de 1868.	
24 de Novembro de 1868.	8 de Abril de 1870.	
8 de Abril de 1870.	8 de Junho de 1870.	
8 de Junho de 1870.	8 de Julho de 1872.	
8 de Julho de 1872.	16 de Março de 1875.	
16 de Março de 1875.	7 de Julho de 1875.	
7 de Julho de 1875.	27 de Maio de 1876.	
27 de Maio de 1876.	13 de Junho de 1876.	
13 de Junho de 1876.	26 de Julho de 1876.	
26 de Julho de 1876.	26 de Maio de 1877.	
26 de Maio de 1877.	14 de Fevereiro de 1878.	
14 de Fevereiro de 1878.	26 de Fevereiro de 1878.	
26 de Fevereiro de 1878.	7 de Março de 1878.	
7 de Março de 1878.	26 de Agosto de 1879.	
26 de Agosto de 1879.	15 de Novembro de 1879.	
15 de Novembro de 1879.	26 de Junho de 1880.	
26 de Junho de 1880.	16 de Maio de 1881.	
16 de Maio de 1881.	7 de Março de 1882.	
7 de Março de 1882.	17 de Março de 1882.	
17 de Março de 1882,	16 de Fevereiro de 1884.	
16 de Fevereiro de 1884.	11 de Março de 1884.	
11 de Março de 1884.	12 de Julho de 1884.	
12 de Julho de 1884.	11 de Outubro de 1884.	
11 de Outubro de 1884.	21 de Setembro de 1885.	
21 de Setembro de 1885.	28 de Outubro de 1885.	
28 de Outubro de 1885.	10 de Janeiro de 1887.	
10 de Janeiro de 1887.	23 de Março de 1887.	
23 de Março de 1887.	10 de Janeiro de 1888.	
10 de Janeiro de 1888.	12 de Junho de 1888.	
12 de Junho de 1888.	2 de Julho de 1888.	
2 de Julho de 1888.	12 de Julho de 1888.	
12 de Julho de 1888.	11 de Novembro de 1888.	
11 de Novembro de 1888.	12 de Fevereiro de 1889.	
12 de Fevereiro de 1889.	1 de Julho de 1889.	
1 de Julho de 1889.	21 de Novembro de 1889.	

INDICE

ERRATA

Todo autor é pessimo revisor, porque lê o que escreveu e não o que lhe apparece escripto nas provas. Não entramos na excepção. Dahi certa falta de unidade ortographica e um rosario de erros e de descuidos, muitos dos quaes, embora annotados, para não alargar o tamanho da corrigenda ficam entregues á vigilancia do autor.

Vão, por isso, os mais graves, justamente os a exigir retificação. Devem ser lidos assim:

Pag. 7, Linha 19 – Será uma falha grave ?
Pag. 7, Linha 22 – que se espalham pela Amazonia !
Pag. 14, Linha 41 – dos encommenderos
Pag. 15, Linha 1 – Francisco de Orellana administrava
Pag. 17, Linha 38 – O que lhes restava
Pag. 23, Linha 1 – galeria dos creadores
Pag. 24, Linha 21 – por que
Pag. 25, Linha 26 – bacia do Huallaga
Pag. 27, Linha 21 – decidia tudo.
Pag. 29, Linha 3 – em logar de entrar
Pag. 34, Linha 41 – do convento de Santo Antonio,
Pag. 36, Linha 13 – Juan de Palacios
Pag. 37, Linha 6 – As Ordens
Pag. 40, Linha 30 – tambem não se alistou
Pag. 41, Linha 23 – E' esse o
Pag. 43, Linha 21 – defendendo-lhe os
Pag. 44, Linha 1 – eram constantes.
Pag. 44, Linha 2 – nas suas penetrações,
Pag. 44, Linha 36 – lhe os costumes
Pag. 44, Linha 41 – hoje amazonenses
Pag. 45, Linha 5 – do Superior
Pag. 47, Linha 6 – do Aruim
Pag. 48, Linha 13 – E uma vez docilizados, Valente os conduziu
Pag. 48, Linha 14 – onde os locali ou
Pag. 48, Linha 29 – Foi companheiro de Pedro Teixeira
Pag. 54, Linha 5 – da Ordem missionou alli. Outros da Companhia
Pag. 54, Linha 28 – lhes a situação
Pag. 55, Linha 13 – assignaladas em sangue
Pag. 58, Linha 21 – vultosa partida
Pag. 59, Linha 10 – quem era essa gente,

Pag. 59, Linha 32—nesse titulo o malestar
Pag. 62, Linha 4—que engrossavam o Solimões
Pag. 63, Linha 11—que lhes constava
Pag. 63, Linha 24—de extranhar-lhes
Pag. 68, Linha 3—mandou-lhe o padre
Pag. 68, Linha 17—Só entre os Omaguas
Pag. 68, Linha 42—que foram destruidas
Pag. 69, Linha 2—arrostando com perigos
Pag. 70, Linha 40—Vaca de la Vega
Pag. 71, Linha 5—Monclova
Pag. 71, Linha 6—até o Rio Negro.
Pag. 71, Linha 47—*Diario*, pg. 382.
Pag. 72, Linha 16—6 de Fevereiro de 1696
Pag. 74, Linha 2—innertes.
Pag. 74, Linha 3—desceu de Quito,
Pag. 77, Linha 14—creadores de todas as coisas.
Pag. 77, Linha 18—onde as provas?
Pag. 77, Linha 19—a bacia,
Pag. 77, Linha 20—o elogio delle
Pag. 77, Linha 22—zombava dos
Pag. 78, Linha 26—que os tinha tornado
Pag. 79, Linha 19—jamais occorreu
Pag. 81, Linha 31—á vista do arraial
Pag. 84, Linha 5—Castigados severamente
Pag. 84, Linha 10—na descida de outros principaes
Pag. 86, Linha 2—das Indias
Pag. 86, Linha 6—Dos Badon
Pag 91, Linha 20—em Setembro de 1751,
Pag. 91, Linha 29—condicção de mano
Pag. 92, Linha 7—Em memoria offerecida ao governo
Pag. 92, Linha 24—linha leste-oeste,
Pag. 92, Linha 25—do Madeira ao Jaurú.
Pag. 92, Linha 36—bolonez, que constituiu
Pag. 95, Linha 42—Pgs. 200-203
Pag. 97, Linha 19—do que sahiam
Pag. 97, Linha 21—Waupés.
Pag. 98, Linha 1?—Sturn levantou
Pag. 98, Linha 33—alargou o arraial
Pag. 99, Linha 9—mancommunando-se
Pag. 99, Linha 10—das outras Ordens
Pag. 99, Linha 16—Mendonça mais as aggravava
Pag. 99, Linha 35—de outras Ordens
Pag. 100, Linha 11—Era o inicio da serie
Pag. 100, Linha 23—estava o seu collega Maysterbourg
Pag. 101, Linha 5—o Regimento do Directorio
Pag. 102, Linha 3—de outras Ordens
Pag. 103, Linha 23—A correspondencia com Lisboa
Pag. 103, Linha 34—de recurso.
Pag. 104, Linha 34—os principaes Luis, Miguel
Pag. 106, Linha 2—mal trajados
Pag. 108, Linha 8—as ordens contidas
Pag. 108, Linha 12—preferiu, para capital
Pag. 111, Linha 1—do Grão-Pará entregou o governo
Pag. 111, Linha 25—A este competiam
Pag. 114, Linha 15—dos que se sentiram
Pag. 116, Linha 31—para docilizal-os
Pag. 118, Linha 10—as maqueiras

Pag. 118, Linha 22—lá era alliviada
Pag. 126, Linha 19—permittido a ambas
Pag. 127, Linha 17—Zuzarte, presbitero
Pag. 128, Linha 35—attingidos por ella
Pag. 129, Linha 10—Antonio de Ribeiros recusara-se
Pag. 129, Linha 24—Do encontro,
Pag. 134, Linha 14—Conhecemol-as
Pag. 134, Linha 24—por que reanimar
Pag. 136, Linha 4—a attenção para ellas,
Pag. 136, Linha 10—as tomadas aos hespanhóes
Pag. 139, Linha 9—e quando attingiam Lisboa
Pag. 140, Linha 27—Euzebio Antonio de Ribeiros
Pag. 141, Linha 9—sem que se tomasse
Pag. 141, Linha 24—da decrepitude de que já estava alcançado.
Pag. 142, Linha 22—indifferente as
Pag. 146, Linha 16—e estas, como se infere do acto da eleição, foram favoraveis
Pag. 149, Linha 6—convocada por D. Pedro I
Pag. 149, Linha 9—não pudera mandal-as
Pag 150, Linha 30—se ressentiria
Pag. 154, Linha 4—a propaganda subversiva
Pag. 157, Linha 30—Actas do Conselho
Pag. 159, Linha 1—Patricio da Silva Manço
Pag. 162, Linha 13—vibrou novamente, com a
Pag. 165, Linha 10—os decididos consideranda
Pag. 165, Linha 11—não amão as atrocidades
Pag. 166, Linha 7—fazendo proselitos
Pag. 179, Linha 34—solicitará as bullas necessarias
Pag. 187, Linha 33—Em 9 de Dezembro de 1851
Pag. 196, Linha 5—Suffocada, no nascedouro,
Pag. 203, Linha 9—foram o dr. Aprigio
Pag. 205, Linha 14—de Junho de 1865.
Pag. 211, Linha 6—naufragou perdendo a vida.
Pag. 212, Linha 38—Outros, ao interregno daquellas explorações
Pag. 212, Linha 40—Citam-se, pelo vulto
Pag. 223, Linha 33—A seringueira, descobertos novos empregos,
Pag. 231, Linha 6—Desses bravos muito poucos
Pag. 238, Linha 12—Só em 1888,
Pag. 239, Linha 30—de destaque em todas as classes sociaes

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato
E-mail : acervodigitalsec@gmail.com